

Prospecto Definitivo da Primeira Distribuição Pública de Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior (“Prospecto”) do

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**
CNPJ nº 10.436.207/0001-67

Classificação ANBID: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Classificação de Risco das Quotas Seniores
pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.: “A”

Classificação de Risco das Quotas Subordinadas
Mezanino pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.:
“A”

Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Junior
pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.: “A”

Código ISIN das Quotas Seniores:
nº BRDBMSCTF007

Código ISIN das Quotas Subordinadas Mezanino
nº BRDBMSCTF015

Código ISIN das Quotas Subordinadas Junior:
nº BRDBMSCTF023

**Registro para distribuição pública das
Quotas Seniores: CVM/SRE/RFD/2009/010,
de 23 de junho de 2009**

**Registro para distribuição pública das Quotas
Subordinadas Mezanino: CVM/SRE/RFD/2008/073,
de 19 de dezembro de 2008**

**Registro para distribuição pública das
Quotas Subordinadas Junior: CVM/SRE/RFD/2009/011,
de 23 de junho de 2009**

O DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS (“Fundo”) está realizando uma oferta pública para distribuição de até 5 (cinco) quotas seniores (“Quotas Seniores”), até 50 (cinquenta) quotas subordinadas mezanino (“Quotas Subordinadas Mezanino”) e até 2 (duas) quotas subordinadas junior (“Quotas Subordinadas Junior”) e, em conjunto com as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino, “Quotas”, todas com valor unitário de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) na primeira Data de Emissão (“Oferta”), perfazendo o montante total de até:

R\$ 57.000.000,00

O Fundo foi constituído em 24 de outubro de 2008 e teve seu regulamento e o respectivo ato de constituição registrados na mesma data, perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 768546 (“Regulamento”). O Regulamento foi aditado em 04 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 04 de dezembro de 2008, sob o nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 05 de dezembro de 2008, sob o nº 770995, em 16 de março de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2009, sob o nº 776624, em 15 de maio de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2009, sob o nº 781456 e em 29 de junho de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 2009, sob o nº 783962. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução nº 2.937, de 29 de dezembro de 2001, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração até 18 de março de 2020, e destina-se a adquirir Direitos Creditórios que atendam à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade. Para mais informações sobre os Direitos Creditórios, vide a Seção “Características dos Direitos Creditórios”, na página 33 deste Prospecto.

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”).

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Coordenador Líder”) foi a instituição financeira contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para realizar a distribuição pública das Quotas.

As Quotas serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário, no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), e (ii) para negociação, no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que, nessa hipótese, as Quotas não colocadas durante o Prazo de Distribuição serão imediatamente canceladas pela Administradora e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas efetivamente subscritas.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, pessoas que sejam Investidores Qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (“Investidores”). Desde que observado o disposto no Regulamento, poderá haver vendas de Quotas no mercado primário ou secundário para investidores estrangeiros. Na hipótese de negociação de Quotas, caberá exclusivamente às instituições intermediárias assegurar que os adquirentes estejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto Definitivo poderão ser obtidos junto à Administradora, ao Coordenador Líder e à CVM.

A concessão do registro da distribuição das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas neste Prospecto ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, das Quotas, da Administradora, do Custodiante e dos demais prestadores de serviços do Fundo.

“Os Investidores devem ler a Seção ‘Fatores de Risco’ deste Prospecto, nas páginas 66 a 73”. Vide outros avisos importantes na página 2 deste Prospecto.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou demais instituições prestadoras de serviços”.

Coordenador Líder, Custodiante e
Cedente

Deutsche Bank



Administradora

OLIVEIRA TRUST

Empresa de Auditoria

KPMG

Assessores Legais

SOUZA, CESCON AVEISSIAN, BARRIEU E FLESCH
Advogados

A data deste Prospecto é de 07 de agosto de 2009.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto”.

“O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o Investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor”.

“O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Administradora do Fundo, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

Outros Avisos

Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas presunções que a Administradora e o Coordenador Líder consideram razoáveis. Expectativas são, necessariamente, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.

Nem o Coordenador Líder, nem quaisquer de suas afiliadas ou subsidiárias, realizam qualquer declaração ou garantia, expressa ou implícita, da precisão ou completude das informações aqui contidas, e nenhuma informação contida neste documento deve ser interpretada como promessa ou declaração sobre desempenho passado ou futuro. As informações neste documento podem conter estimativas e expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios, bem como envolvem elementos significativos de juízo e análise subjetivos. Nenhuma declaração é dada com relação à precisão de tais estimativas ou expectativas, nem todas as considerações relativas a tais estimativas ou expectativas foram feitas, nem que tais expectativas se concretizarão. Uma parte das informações contidas neste documento é de natureza genérica, com a intenção de oferecer uma visão geral sobre o mercado de capitais, não sendo ilustrativas da presente operação. As informações aqui contidas não representam todas as informações eventualmente necessárias para a avaliação de tais valores mobiliários e qualquer Investidor deve ler o Prospecto e conduzir uma análise própria e independente das informações aqui contidas. O Coordenador Líder se isenta de qualquer e toda responsabilidade referente a essas informações, incluindo, sem limitação, qualquer declaração ou garantia expressa ou implícita a respeito de declaração ou omissão aqui contidas. O Coordenador Líder não espera atualizar ou revisar as informações aqui contidas. Os valores mobiliários e obrigações do Fundo (a) não são emitidos pelo Coordenador Líder, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas, (b) não constituem obrigações do Coordenador Líder, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas e (c) não são garantidos pelo Coordenador Líder, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas.

O Coordenador Líder não está agindo como consultor ou agente dos potenciais Investidores. Antes de investir nas Quotas do Fundo, o potencial Investidor deve determinar, sem fiar-se no Coordenador Líder ou suas afiliadas ou subsidiárias, os riscos econômicos e méritos, bem como as características e consequências legais, fiscais e contábeis da operação, e determinar, independentemente, se é capaz de assumir tais riscos. A esse respeito, ao receber estes materiais, o Investidor toma ciência de que foi avisado que (a) o Coordenador Líder não oferece consultorias legal, fiscal ou contábil, (b) o Investidor deve compreender que pode haver relevantes riscos legais, fiscais ou contábeis relacionados a esta operação, (c) o Investidor deve obter consultoria legal, fiscal e contábil de outros consultores com conhecimento para avaliar os riscos relevantes, e (d) o Investidor deve informar a administração de sua instituição sobre as características (e riscos) legais, fiscais e contábeis relacionados a esta operação, e sobre as ressalvas do Coordenador Líder a este respeito.

ÍNDICE

I - GLOSSÁRIO	6
II - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO.....	16
III - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA OFERTA	17
IV – IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	20
V – POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES E RELACIONAMENTO ENTRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	21
Potencial Conflito de Interesses.....	21
Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante	21
Relacionamento entre a Administradora e o Cedente.....	24
Relacionamento entre a Administradora e a Empresa de Auditoria	25
Relacionamento entre a Administradora e a Agência de <i>Rating</i>	25
Relacionamento entre o Custodiante e a Empresa de Auditoria	25
Relacionamento entre o Custodiante e a Agência de <i>Rating</i>	25
VI – DECLARAÇÕES DE VERACIDADE.....	26
VII – PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS	27
Montante Total da Oferta e Regime de Distribuição	27
Público Alvo da Oferta	27
Registro da Oferta das Quotas	27
Procedimentos de Subscrição e Integralização das Quotas.....	27
Valor Mínimo de Investimento.....	28
Prazo de Distribuição das Quotas	28
Negociação das Quotas.....	28
Cronograma das Etapas da Oferta.....	29
Demonstrativo do Custo da Oferta	29
Modificação da Oferta	30
Divulgação de Informações aos Quotistas	30
VIII – ESTRUTURA DO FUNDO	31
O Fundo	31
Objetivo do Fundo	31
Desenho Esquemático do Fundo.....	32
Política de Investimento, Composição e Diversificação de Carteira	32
Reserva de Caixa	34
Condição da Cessão e Critérios de Elegibilidade	34
Características dos Direitos Creditórios.....	34
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.....	36
Preço de Aquisição	37
Fluxo de Rentabilidade das Quotas Subordinadas Mezanino	38
Procedimentos de Cessão dos Direitos Creditórios	38
Procedimento de Recebimento de Valores	40
Informações Estatísticas sobre Inadimplemento, Perdas e Pré-pagamento dos Direitos Creditórios.....	41
Formalização da Cessão dos Direitos Creditórios	41
Procedimentos de Registro	41
Alienação de Precatórios Inadimplidos.....	41
Demonstrações Financeiras	43
Patrimônio Líquido.....	43
Metodologia e Avaliação dos Ativos do Fundo	44
Assembleia Geral.....	44
Eventos de Avaliação.....	46
Liquidação Antecipada do Fundo	47
Publicidade e Remessa de Informações	48
Administração e Gestão	49
Controladoria, Custódia e Escrituração de Quotas	54

IX – CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO	56
Forma e Espécie.....	56
Características das Quotas Seniores.....	56
Características das Quotas Subordinadas Mezanino.....	57
Características das Quotas Subordinadas Junior.....	57
Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas.....	58
Valor das Quotas.....	59
Disposições Gerais Aplicáveis às Quotas	61
Amortização e Resgate das Quotas.....	62
Ordem de Alocação dos Recursos	62
Aporte de Recursos Adicionais.....	63
Quotistas	63
Classificação de Risco das Quotas.....	64
Regras de Tributação do Fundo	64
X - FATORES DE RISCO	67
Fatores de Risco Associados ao Investimento no Fundo.....	67
Fatores de Risco Associados aos Direitos Creditórios.....	71
XI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....	75
Taxa de Administração	75
Encargos do Fundo	75
XII – SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO.....	77
Contrato de Cessão e Termos de Cessão	77
Contrato de Custódia	77
Contrato de Colocação.....	77
Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco	78
Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente.....	78
XIII – INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	79
Administradora	79
Custodiante	80
Agência de Classificação de Risco	80
Empresa de Auditoria	81
XIV – CEDENTE.....	82

Anexos		Página
Anexo I	Instrumento de Constituição do Fundo	A-1
Anexo II	Regulamento	A-2
Anexo III	Primeiro Aditamento ao Regulamento	A-3
Anexo IV	Segundo Aditamento ao Regulamento	A-4
Anexo V	Terceiro Aditamento ao Regulamento	A-5
Anexo VI	Quarto Aditamento ao Regulamento	A-6
Anexo VII	Quinto Aditamento ao Regulamento	A-7
Anexo VIII	Contrato de Cessão e Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão	A-8
Anexo IX	Declaração da Administradora	A-9
Anexo X	Declaração do Coordenador Líder	A-10
Anexo XI	Súmulas da Agência de <i>Rating</i>	A-11
Anexo XII	Suplemento das Quotas Seniores	A-12
Anexo XIII	Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino	A-13
Anexo XIV	Suplemento das Quotas Subordinadas Junior	A-14
Anexo XV	Demonstrações Financeiras do Cedente	A-15
Anexo XVI	Manual de Procedimentos da Justiça Federal	A-16
Anexo XVII	Resolução do Conselho da Justiça Federal nº 559, de 26 de junho de 2007	A-17
Anexo XVIII	Impacto do pré-pagamento de Precatórios no fluxo de caixa do Fundo	A-18

I - GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

<u>ADCT</u>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<u>Administradora</u>	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.
<u>Afiada(s)</u>	É(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa.
<u>Agência de Rating</u>	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, agência de classificação de risco de crédito (<i>rating</i>) das Quotas do Fundo.
<u>Agente</u>	Qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa.
<u>Agente Escriturador</u>	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor escolhido nos termos do Regulamento.
<u>ANBID</u>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
<u>ANDIMA</u>	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
<u>Anexos</u>	São os anexos integrantes deste Prospecto.
<u>Anúncio de Encerramento</u>	Anúncio de encerramento de distribuição pública de Quotas do Fundo.
<u>Anúncio de Início</u>	Anúncio de início de distribuição pública de Quotas do Fundo.
<u>Assembleia Geral</u>	Qualquer assembléia geral de Quotistas do Fundo, a ser realizada nos termos do Regulamento.
<u>Ativos Financeiros</u>	São bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima.
<u>Avaliador</u>	Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação, que será escolhida pela maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e

	maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 97 do Capítulo XX do Regulamento.
<u>Aviso Obrigatório</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V do Regulamento, bem como na Seção “ <i>Alienação de Precatórios Inadimplidos</i> ”, na página 40 deste Prospecto.
<u>Bacen</u>	Banco Central do Brasil.
<u>BOVESPA</u>	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP.
<u>Capítulo</u>	Cada um dos capítulos do Regulamento.
<u>Cedente</u>	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, na qualidade de cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo.
<u>CETIP</u>	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<u>Circulação</u>	É o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Prospecto.
<u>CMN</u>	Conselho Monetário Nacional.
<u>CNPJ</u>	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
<u>Código Civil</u>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<u>Código de Processo Civil</u>	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
<u>Condição da Cessão</u>	Condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no Artigo 14 do Capítulo IV do Regulamento, bem como na Seção “ <i>Condição da Cessão e Critérios de Elegibilidade</i> ”, na página 33 deste Prospecto.
<u>Constituição Federal</u>	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
<u>Conta Corrente do Fundo</u>	Conta corrente de titularidade do Fundo aberta junto ao Custodiante.
<u>Conta Judicial</u>	É cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional.
<u>Contrato de Cessão</u>	Cada um dos instrumentos particulares firmados entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Cedente ao Fundo.
<u>Contrato de Colocação</u>	É o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, conforme alterado pelo “Primeiro Aditamento ao Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, ambos firmados entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Coordenador Líder.

<u>Contrato de Custódia</u>	“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante.
<u>Coordenador Líder</u>	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, acima qualificado.
<u>COSIF</u>	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
<u>CPF</u>	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
<u>Crítérios de Elegibilidade</u>	São os critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo definidos no Artigo 14 do Capítulo IV do Regulamento, bem como na Seção “ <i>Condição da Cessão e Critérios de Elegibilidade</i> ”, na página 33 deste Prospecto.
<u>Custodiante</u>	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, acima qualificado, ou seu sucessor escolhido nos termos do Regulamento.
<u>CVM</u>	Comissão de Valores Mobiliários.
<u>Datas de Amortização</u>	São as datas correspondentes ao 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da primeira Data de Emissão, durante o Prazo de Duração, nas quais o Fundo deverá efetuar, em Regime de Caixa, a amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, observadas as disposições do Regulamento. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.
<u>Data de Aquisição</u>	É a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do respectivo Termo de Cessão.
<u>Data de Cálculo</u>	É a data em que o valor unitário das Quotas é calculado, sendo que o valor unitário das Quotas será calculado em cada Dia Útil, durante o Prazo de Duração, para fins de integralização, amortização ou resgate.
<u>Data de Emissão</u>	É a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
<u>Data de Referência</u>	Significa (i) a primeira Data de Emissão das Quotas ou (ii) o dia 30 de dezembro de 2009, o que ocorrer primeiro.
<u>Dia Útil</u>	Significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

	ou feriados de âmbito nacional.
<u>Direitos Creditórios</u>	Qualquer direito de crédito contra a União de titularidade do Cedente, vinculado a Precatórios já emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujo pagamento poderá ou não ser realizado ao amparo do Artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30.
<u>Direito Creditório Elegível</u>	Todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade.
<u>Diretor Designado</u>	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pelas informações que deverão ser prestadas na forma da lei.
<u>Distribuição</u>	Distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada(s) por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos do Regulamento, do respectivo Suplemento e da regulamentação aplicável.
<u>Documentos Comprobatórios</u>	São os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais.
<u>Documentos da Operação</u>	São, conjunta ou isoladamente: (a) o Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco firmado com a Agência de <i>Rating</i> .
<u>Emenda Constitucional nº 30</u>	Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000.
<u>Empresa de Auditoria</u>	KPMG Auditores Independentes, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria.
<u>Empresas Selecionadas</u>	Significa (i) qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional a ser selecionada de maneira comercialmente razoável pela Administradora, incluindo-se como Empresas Selecionadas o Cedente e suas Afiliadas; e/ou (ii) qualquer Quotista.
<u>Encargos do Fundo</u>	São os encargos e despesas do Fundo listados no Artigo 103 do Capítulo XXI do Regulamento e no Capítulo “ <i>Despesas e Encargos do Fundo</i> ”, na página 74 deste Prospecto.
<u>Encargos Legais</u>	São os honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, conforme previsto no item (f) do Artigo 103 do Capítulo XXI do Regulamento.
<u>Escritório de Advocacia</u>	Souza, Cescon Avedissian, Barriue e Flesch Advogados.
<u>Estado</u>	Qualquer Estado Federado integrante da República Federativa do Brasil.
<u>Eventos de Avaliação</u>	São os eventos indicados no Artigo 95 do Capítulo XX do Regulamento,

	<p>bem como na Seção “<i>Eventos de Avaliação</i>”, na página 45 deste Prospecto.</p>
<u>Evento de Aviso Obrigatório</u>	<p>É o evento indicado no Artigo 18 do Capítulo V do Regulamento, bem como na Seção “<i>Alienação de Precatórios Inadimplidos</i>”, na página 40 deste Prospecto.</p>
<u>Fator CDI</u>	<p>Significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia (CDI Extragrupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas.</p>
<u>Fazenda Nacional</u>	<p>É a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios.</p>
<u>FGC</u>	<p>Fundo Garantidor de Créditos.</p>
<u>Fundo</u>	<p>É o “DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907, pela ICVM 356, pela ICVM 444 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.</p>
<u>IBGE</u>	<p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.</p>
<u>ICVM 356</u>	<p>Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.</p>
<u>ICVM 400</u>	<p>Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.</p>
<u>ICVM 409</u>	<p>Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.</p>
<u>ICVM 444</u>	<p>Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006.</p>
<u>Início das Atividades</u>	<p>É a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas por Investidores.</p>
<u>Investidores</u>	<p>São pessoas que sejam Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.</p>
<u>Investidores Qualificados</u>	<p>São os investidores caracterizados no Artigo 109 da ICVM 409.</p>
<u>IPCA-15</u>	<p>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE.</p>
<u>IPCA-E</u>	<p>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE.</p>
<u>Laudo de Avaliação</u>	<p>Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX do Regulamento, bem como na Seção “<i>Liquidação Antecipada do Fundo</i>”, na página 46 deste Prospecto.</p>

<u>LDO</u>	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
<u>Limite dos Encargos Legais</u>	É o montante equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Limite Máximo de Honorários, a ser calculado na Data de Emissão.
<u>Limite Máximo de Honorários</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo único do Artigo 13 do Capítulo III do Regulamento, bem como na Seção “ <i>Reserva de Caixa</i> ”, na página 33 deste Prospecto.
<u>Litígio</u>	Qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s) Precatório(s)).
<u>MDC</u>	MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<u>Meta de Rentabilidade</u>	Com relação às Quotas Subordinadas Mezanino, significa o fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Não há meta de rentabilidade para as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior.
<u>Montante de Aquisição Indicativo</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V do Regulamento e na Seção “Preço de Aquisição” deste Prospecto.
<u>Município</u>	Qualquer município integrante da República Federativa do Brasil.
<u>Número Índice do IPCA-E</u>	Significa o número índice com base 100 fixado a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$. Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.
<u>Oferta</u>	É a presente distribuição pública de até 5 (cinco) Quotas Seniores, até 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino e até 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior, todas com valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante de até R\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais).
<u>Ofícios Requisitórios de Pagamento</u>	Qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o

	pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios.
<u>Parecer Legal</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no caput do Artigo 17 do Capítulo V do Regulamento, bem como na Seção “ <i>Alienação de Precatórios Inadimplidos</i> ”, na página 40 deste Prospecto.
<u>Partes Relacionadas</u>	São: (a) as pessoas físicas e jurídicas controladas de determinada Pessoa; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Pessoa; (c) as sociedades coligadas com tal Pessoa; e (d) as sociedades sob controle comum com tal Pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<u>Patrimônio Líquido</u>	É o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XIII do Regulamento, bem como na Seção “ <i>Patrimônio Líquido</i> ”, na página 42 deste Prospecto.
<u>PEC</u>	Proposta de Emenda Constitucional.
<u>Periódico</u>	É o jornal “Monitor Mercantil”, utilizado para divulgação das informações relativas ao Fundo ou, na sua impossibilidade, o veículo de circulação e alcance equivalente.
<u>Período de Capitalização</u>	É o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Amortização anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Amortização subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
<u>Pessoas</u>	São as pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.
<u>Plano Contábil</u>	É o COSIF, criado pela Circular do Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
<u>Prazo de Duração</u>	É o prazo de vigência do Fundo, que se inicia no Início das Atividades e termina em 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro.
<u>Precatórios</u>	São instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado.
<u>Preço de Aquisição</u>	Com relação a cada Direito Creditório Elegível, é o valor pago pelo Fundo na aquisição do Direito Creditório Elegível, nos termos do Artigo 15 do Capítulo V do Regulamento.
<u>Primeiro Aditamento ao Regulamento</u>	“Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados

	de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 04 de dezembro de 2008, sob o nº 770875.
<u>Programa de Securitização</u>	São mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas.
<u>Prospecto ou Prospecto Definitivo</u>	Significa este prospecto definitivo referente à Oferta.
<u>Quarto Aditamento ao Regulamento</u>	“Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2009, sob o nº 781456.
<u>Quinto Aditamento ao Regulamento</u>	“Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 29 de junho 2009, sob o nº 783962.
<u>Quotas</u>	São as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente.
<u>Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior</u>	São as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo.
<u>Quotas Subordinadas</u>	São as Quotas Subordinadas Junior e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, quando mencionadas conjuntamente.
<u>Quotistas, Quotistas Seniores, Quotistas Subordinados Mezanino e Quotistas Subordinados Junior</u>	São os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso.
<u>Regime de Caixa</u>	Metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os montantes efetivamente disponíveis para o Fundo quando da realização das amortizações e resgates.
<u>Regulamento</u>	É o regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 2008, sob o nº 768546, conforme aditado em 04 de dezembro de 2008, por meio do Primeiro Aditamento ao Regulamento, em 05 de dezembro de 2008, por meio do Segundo Aditamento, em 16 de março de 2009, por meio do Terceiro Aditamento ao Regulamento, em 15 de maio de 2009, por meio do Quarto Aditamento ao Regulamento e em 29 de junho de 2009, por meio do Quinto Aditamento ao Regulamento.
<u>Relação Mínima</u>	Significa a relação mínima admitida entre a divisão, à época do cálculo: (i) do Patrimônio Líquido e (ii) do valor agregado das Quotas Seniores em Circulação.

<u>Reserva de Caixa</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Capítulo III do Regulamento, bem como na Seção “ <i>Reserva de Caixa</i> ”, na página 33 deste Prospecto.
<u>Resolução CMN nº 2.682</u>	Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada.
<u>Resolução CMN nº 2.689</u>	Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada.
<u>Resolução CMN nº 2.907</u>	Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada.
<u>Seção</u>	Qualquer seção deste Prospecto.
<u>Segundo Aditamento ao Regulamento</u>	“Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 05 de dezembro de 2008, sob o nº 770995.
<u>SELIC</u>	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
<u>Sobretaxa</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V do Regulamento e na Seção “Preço de Aquisição” deste Prospecto.
<u>SFF</u>	Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<u>SIAFI</u>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
<u>STF</u>	Supremo Tribunal Federal.
<u>Suplementos</u>	São os documentos preparados na forma do Anexo I do Regulamento.
<u>Taxa de Administração</u>	É o valor devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento e nos Documentos da Operação. Esse valor deverá ser calculado e pago mensalmente, devendo corresponder ao maior dos seguintes valores: (a) R\$7.000,00 (sete mil reais); ou (b) a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no último Dia Útil de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subsequentes.
<u>Taxa de Desconto</u>	É a taxa a ser utilizada para fins de cálculo do desconto empregado para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, que é equivalente à Meta de Rentabilidade acrescida da Sobretaxa, conforme definida no Artigo 15 do Capítulo V do Regulamento e na Seção “Preço de Aquisição” deste Prospecto.
<u>TED</u>	Transferência Eletrônica Disponível.
<u>Terceiro Aditamento ao Regulamento</u>	“Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 18 de março de 2009, sob o nº 776624.

<u>Termo de Adesão</u>	É o documento preparado na forma do Anexo II do Regulamento a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento.
<u>Termo de Cessão</u>	Cada um dos termos de cessão, lavrados por instrumento público, entre o Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente.
<u>TRF</u>	Tribunal Regional Federal.
<u>União</u>	União Federal.

II - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Este sumário não contém todas as informações sobre o Fundo que devem ser analisadas pelo Investidor antes de tomar sua decisão de investimento. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo II a este Prospecto.

Denominação do Fundo:	DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais.
Classificação ANBID:	Para os fins do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, o Fundo é classificado como fundo de investimento em direitos creditórios.
Base Legal:	O Fundo é regulamentado pela ICVM 356, pela ICVM 444 e pela Resolução CMN 2.907.
Tipo:	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.
Quotas:	O Fundo emitirá uma classe de Quotas Seniores, em série única, e duas classes de Quotas Subordinadas, quais sejam as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior.
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Agente Escriurador:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Agência de Rating:	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Assessor Legal:	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados.
Cedente	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Prazo de Duração:	O Fundo será vigente desde o Início das Atividades até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro.
Objetivo do Fundo:	O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aquisição: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira previstas no Capítulo III do Regulamento ou na Seção “Objetivo do Fundo”, na página 30 deste Prospecto.

Para maiores informações sobre o Fundo, vide Capítulo “Estrutura do Fundo”, na página 30 deste Prospecto.

III - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo Investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, bem como do Regulamento do Fundo, constante do Anexo II a este Prospecto.

Quantidade de Quotas:	Serão emitidas até 5 (cinco) Quotas Seniores, até 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino e até 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior.
Valor Unitário das Quotas:	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão.
Valor Total da Oferta:	Até R\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais).
Classificação de Risco das Quotas:	Quotas Seniores: A, pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Quotas Subordinadas Mezanino: A, pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Quotas Subordinadas Junior: A, pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Público Alvo:	O Fundo se destina exclusivamente a Investidores Qualificados.
Registro da Oferta:	A CVM concedeu o registro para distribuição pública das Quotas Seniores em 23 de junho de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/010, das Quotas Subordinadas Mezanino em 19 de dezembro de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/73 e das Quotas Subordinadas Junior em 23 de junho de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/011.
Data de Emissão:	É a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Amortização das Quotas:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas durante o Período de Amortização, nas respectivas Datas de Amortização, de acordo com as disposições descritas no Capítulo XVII do Regulamento e na Seção “Amortização e Resgate das Quotas”, na página 61 deste Prospecto. Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.
Resgate de Quotas:	As Quotas serão resgatadas por ocasião da sua amortização integral ou do término do Prazo de Duração do Fundo, dentre os quais o que ocorrer primeiro.
Coordenador Líder:	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão.
Forma de Distribuição das Quotas objeto da Oferta:	As Quotas serão objeto de distribuição pública, pelo Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Colocação. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 33 da ICVM 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes do Coordenador Líder.
Prazo de Distribuição das Quotas:	Até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do Anúncio de Início relativo à Distribuição das Quotas.

Forma de Subscrição e Integralização:	<p>No ato de subscrição das Quotas, o subscritor assinará o Boletim de Subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão constante do Anexo II do Regulamento, indicando um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante, nos termos do Regulamento.</p>
Registro para Distribuição e Negociação:	<p>As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen. As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto no Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.</p>
Inadequação do Investimento:	<p>As Quotas objeto da Oferta serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP, e negociação, no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.</p>
Informações Adicionais:	<p>A Oferta não é destinada a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos.</p> <p>Para maiores informações e esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se às sedes da CVM, da CETIP, do Cedente ou da Administradora, sendo que o Regulamento, este Prospecto e os demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo encontram-se à disposição dos Investidores na CVM para consulta e reprodução apenas. Outras informações sobre a Oferta poderão também ser obtidas nos endereços e/ou por meio dos respectivos websites dessas entidades, conforme descritos abaixo.</p>
	<p>Administradora: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205 Condomínio Downtown, Barra da Tijuca Rio de Janeiro, RJ Telefone: (55 21) 3514-0000 Fax: (55 21) 3514-0099 Internet: www.oliveiratrust.com.br Endereço do Prospecto: http://www.oliveiratrust.com.br</p>
	<p>Coordenador Líder: Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14 ° andar São Paulo, SP Telefone: (55 11) 2113-5698 Fax: (55 11) 2113-5110 Internet: www.db.com/brazil Endereço do Prospecto: http://www.db.com/brazil/content/ofertas_fidc.htm</p>

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos:

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ

ou

Rua Libero Badaró, nº 425, 24º andar
São Paulo, SP

Internet: www.cetip.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM:

Rua Sete de Setembro, nº 111
Rio de Janeiro, RJ

ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
São Paulo, SP

Internet: www.cvm.gov.br

IV – IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Coordenador Líder	Administradora
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão At. Sr. Marcelo Coelho Ferraz Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14 º andar São Paulo, SP Telefone: (55 11) 2113-5698 Fax: (55 11) 2113-5698 E-mail: marcelo.ferraz@db.com	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At. Sr. José Alexandre Costa de Freitas Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 Condomínio Downtown, Barra da Tijuca Rio de Janeiro, RJ Telefone: (55 21) 3514-0000 Fax: (55 21) 3514-0099 E-mail: fundos@oliveiratrust.com.br
Custodiante	Agência de Rating
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão At. Sr. Renato Cury Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14 º andar São Paulo, SP Telefone: (55 11) 2113-5819 Fax: (55 11) 2113-5312 E-mail: clientservices.sao@list.db.com	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. At. Sr. Décio Baptista Santos Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar São Paulo, SP Telefone: (55 11) 3377-0701 Fax: (55 11) 3377-0739 E-mail: decio@austin.com.br
Auditores Independentes	Assessores Legais
KPMG Auditores Independentes At. Sr. Ederson Rodrigues Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar São Paulo, SP Telefone: (55 11) 2183-3282 Fax: (55 11) 2183-3001 E-mail: ecarvalho@kpmg.com.br	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados At. Sr. Henrique Filizzola Praia de Botafogo, nº 228, 11º andar, conj. 1101 Rio de Janeiro, RJ Telefone: (55 21) 2196-9200 Fax: (55 21) 2551-5898 E-mail: hfilizzola@scbf.com.br
Agente Escriturador	
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão At. Sr. Renato Cury Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14 º andar São Paulo, SP Telefone: (55 11) 2113-5819 Fax: (55 11) 2113-5312 E-mail: renato.cury@db.com	

V – POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES E RELACIONAMENTO ENTRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão desempenha o papel de Coordenador Líder, instituição financeira responsável pela distribuição das Quotas do Fundo no âmbito da Oferta, bem como o papel de Custodiante das Quotas do Fundo. Nenhuma remuneração será devida ou paga ao Coordenador Líder por força ou em decorrência do Contrato de Colocação. Enquanto Custodiante, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão fará jus à remuneração de R\$10.000,00 (dez mil reais), a ser paga mensalmente pelo Fundo. Ademais, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. Tais situações poderão ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Administradora, diretamente ou por meio de sociedades integrantes de seu grupo econômico, no curso normal de suas atividades, presta serviços de administração em relação aos fundos de investimento em direitos creditórios abaixo descritos, nos quais o Custodiante presta os serviços de custódia:

1. **O Finexia Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais e de Serviços**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 08.429.055/0001-23, com prazo de vencimento indeterminado, onde a Administradora, na qualidade de administradora do fundo, faz jus a uma remuneração equivalente ao valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, paga mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$17.252,00 (dezessete mil duzentos e cinquenta e dois reais), podendo este valor ser atualizado monetariamente a cada período de 12 (doze) meses, após prévia autorização dos quotistas em assembleia geral, acrescido dos seguintes valores: (i) o valor equivalente a 4% (quatro por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), atualizados conforme estabelecido no regulamento; (ii) o valor fixo mensal, a ser pago até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços, de (a) R\$3,00 (três reais) por quotista, e (b) R\$4.900,00 (quatro mil e novecentos reais); e (iii) o valor de (a) R\$4,00 (quatro reais) por resgate de quotas, por quotista, a ser pago até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços, e (b) R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a ser pago anualmente para elaboração das demonstrações financeiras, tendo a Administradora, ainda, o direito de receber taxa de desempenho equivalente a 10% (dez por cento) da valorização das quotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 110% (cento e dez por cento) da taxa média, extragrupo, do CDI, no período de cálculo da taxa de desempenho, conforme estabelecido no regulamento. O Custodiante, na qualidade de custodiante do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente à parcela da taxa de administração descrita nos subitens (ii) e (iii) acima, a título de controladoria e escrituração das quotas do fundo.

2. **O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 07.296.935/0001-06, com encerramento previsto para 11 de abril de 2011, onde a Administradora, na qualidade de administradora do fundo, faz jus a uma remuneração equivalente (i) ao valor correspondente ao maior valor entre os seguintes parâmetros: (a) o percentual anual fixo de 0,10% (dez centésimos por cento) sobre o valor do ativo do fundo, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês; e (b) o valor de R\$7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais) mensais, acrescido de atualização monetária e dos tributos descritos no regulamento, e atualizado anualmente conforme

estabelecido no regulamento; (ii) acrescido do valor fixo mensal de R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por quotista, e o valor fixo mensal de R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais), a serem pagos até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; e (iii) o valor de R\$3,20 (três reais e vinte centavos) por amortização de quotas, por quotista, a ser pago até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; e (iv) o valor fixo mensal de R\$3.000,00 (três mil reais), a ser pago na mesma data de pagamento da parcela da taxa descrita no item (i) acima e atualizado conforme estabelecido no regulamento. O Custodiante, na qualidade de custodiante do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente a: (i) pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, uma taxa considerando o valor total dos ativos a serem custodiados, sendo: até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) ao ano, de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), 0,020% (vinte milésimos por cento) ao ano, e, acima deste valor, 0,015% (quinze milésimos por cento) ao ano, calculados na metodologia de cascata; (ii) pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$1.450,00 (mil e quatrocentos reais) a ser paga juntamente com o item (i) acima; (iii) pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) pagos no ato da entrega do meio magnético, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$1.950,00 (mil novecentos e cinquenta reais) por mês, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo de recebíveis; e (iv) pelos serviços de escrituração das quotas do fundo: custo de implantação de R\$1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais); custo mensal de R\$1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais), custo mensal por quotista de R\$1,50 (um real e cinquenta centavos); custos por movimentação: amortização de quotas (por quotista) de R\$3,20 (três reais e vinte centavos); e emissão de avisos/extratos (por item) de R\$0,35 (trinta e cinco centavos).

3. **O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 08.876.796/0001-52, com encerramento previsto para 12 de julho de 2017, onde a Administradora, na qualidade de administradora do fundo, faz jus a uma taxa de administração provisionada diariamente e paga mensalmente equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, conforme cálculo previsto no regulamento, tendo como mínimo mensal o valor de R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), atualizado conforme estabelecido no regulamento. O Custodiante faz jus a uma remuneração mensal equivalente a: (i) pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, a remuneração calculada na metodologia de cascata, sempre utilizando como base de cálculo o patrimônio líquido do fundo, sendo: para patrimônio líquido igual ou inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), a remuneração será de 0,030% (trinta milésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido, para patrimônio líquido com o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a remuneração será de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido; e para patrimônio líquido igual ou superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a remuneração será de 0,020% (vinte milésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido; (ii) pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) a ser paga juntamente com o item (i) acima; (iii) pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) pagos na implantação do fundo, ato da entrega do arquivo eletrônico, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por mês por fiel depositário, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo; (iv) pelos serviços de escrituração das quotas do fundo: custo de implantação de R\$3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais); custo mensal de R\$3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais); custo mensal por agente de cobrança de R\$2.325,00 (dois mil trezentos e vinte e cinco reais), cobrado apenas a partir do segundo agente de cobrança; (v) por movimentação: (a) emissão de Transferência Eletrônica Direta - TED (isento até 30 (trinta) TEDs no mês): R\$9,20 (nove reais e vinte centavos); e (b) envio de correspondência: repasse do custo do correio; e (vi) custos por série adicional de emissão de quotas: R\$500,00 (quinhentos reais) por mês, cobrado a partir da segunda série.

4. **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não -Padronizados Precatórios Federais DB I**, fundo de investimento em direitos creditórios não – padronizados, inscrito no CNPJ sob o nº 09.297.712/0001-99, com prazo de duração de 12 (doze) anos, contados da 1ª (primeira) data de emissão, ou após a amortização ou resgate integral das quotas, o que ocorrer antes, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, limitado a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) acrescido do valor equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido que exceder a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ambos pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos) e apurados no último dia útil de cada mês; e (ii) R\$6.000,00 (seis mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de operação do fundo, e, para os anos subsequentes, R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). A remuneração devida à Administradora será paga no último dia útil dos meses subsequentes e atualizada a cada 12

(doze) meses a partir de 1º de agosto de 2007, conforme estabelecido no regulamento. O Custodiante prestará serviços de custódia para o Fundo.

5. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados – Precatório Federal 4870-1, fundo de investimento em direitos creditórios não – padronizados, inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.146/0001-81, com prazo de duração de 12 (doze) anos, contados da 1ª (primeira) data de emissão, ou após a amortização e/ou resgate integral das Quotas, o que ocorrer antes, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração equivalente ao maior valor entre (i) valor correspondente à 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, limitado a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), acrescido do valor equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido que exceder a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ambos pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos) e apurados no último dia útil de cada mês; e (ii) R\$6.000,00 (seis mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de operação do fundo e, para os anos subsequentes, R\$7.500 (sete mil e quinhentos reais) por mês. A remuneração devida à Administradora será paga no último dia útil dos meses subsequentes e atualizada a cada 12 (doze) meses a partir de 1º de agosto de 2007, conforme estabelecido no regulamento. O Custodiante prestará serviços de custódia e escrituração das quotas do fundo.

6. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados Precatórios Federais DB II, fundo de investimento em direitos creditórios não–padronizados, inscrito no CNPJ sob o nº 10.288.809/0001-14, com prazo de duração de 12 (doze) anos, contados da 1ª (primeira) data de emissão, ou após a amortização ou resgate integral das quotas, o que ocorrer antes, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, limitado a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) acrescido do valor equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido que exceder a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ambos pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos) e apurados no último dia útil de cada mês; e (ii) R\$6.000,00 (seis mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de operação do fundo, e, para os anos subsequentes, R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). A remuneração devida à Administradora será paga no último dia útil dos meses subsequentes. O Custodiante prestará serviços de custódia e escrituração das quotas do referido fundo.

7. O Ennerghy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Créditos Judiciais Contra Eletrobrás, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 15 (quinze) anos, contados a partir da primeira data de emissão, onde a Administradora, na qualidade de administradora do fundo, faz jus, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no respectivo regulamento, a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre o valor correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido até o montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido que exceder a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) até o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), acrescido do valor equivalente a 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido que exceder a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) até o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e acrescido do valor equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido que exceder a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), observadas as regras de pagamento mínimo mensal previstas no regulamento do fundo. O Custodiante prestará serviços de custódia e escrituração das quotas do referido fundo e fará jus a uma remuneração de, no mínimo R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais, a ser paga diretamente pelo fundo, pelos serviços prestados.

8. O TrendBank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, onde a Administradora, na qualidade de administradora do fundo faz jus à uma remuneração mensal à razão de 1/12 (um doze avos) correspondente a 2% (dois por cento) ao ano, aplicada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo no dia útil imediatamente anterior. Pela prestação do serviço de custódia e controladoria do fundo, o Custodiante receberá do Fundo uma remuneração correspondente ao valor total dos ativos a serem custodiados pelo fundo: (i) até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano; (ii) de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), 0,08% (oito centésimos por cento) ao ano; e (iii) acima deste valor, 0,06% (seis centésimos por cento) ao ano, sendo os valores calculados na metodologia de cascata e a remuneração sujeita a um valor mínimo mensal de R\$12.000,00 (doze mil reais). O percentual será aplicado sobre o valor total dos ativos custodiados e o cálculo da taxa de custódia será diário e com pagamento até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços.

9. **O Fundo de Investimento Imobiliário Advis Commercial Properties**, fundo de investimentos imobiliários constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, onde a Administradora, na qualidade de administradora faz jus a uma remuneração equivalente a 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagável mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos), devida a primeira no último dia útil do mês da primeira integralização das quotas do fundo pelos quotistas e as demais no último dia útil dos meses subsequentes. O montante da remuneração a ser retido pela Administradora será de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$8.333,33 (oito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). Pela prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas do fundo, o Custodiante receberá a taxa fixa mensal de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

A Administradora e o Custodiante foram contratados para prestarem serviços aos fundos de investimento em direitos creditórios indicados acima durante o prazo de vigência dos fundos, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos nos respectivos regulamentos.

Na data do presente Prospecto, a Administradora não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com o Deutsche Bank S.A – Banco Alemão e/ou qualquer de suas Afiliadas, na qualidade de custodiante, além daqueles acima descritos.

RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E O CEDENTE

Adicionalmente, a Administradora presta serviços de administração nos seguintes fundos de investimento em direitos creditórios, nos quais o Cedente presta os serviços de consultoria, controladoria, distribuição e escrituração de quotas, conforme o disposto abaixo:

1. **O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Agro MS**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 09.605.853/0001-21, com encerramento previsto para 1 de janeiro de 2028 ou após o término de procedimentos específicos previstos no regulamento, o que ocorrer antes, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora do fundo, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais; ou (ii) o valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês. Exclusivamente, durante os 8 (oito) primeiros meses de operação do fundo, o valor do item (i) acima será de R\$7.000,00 (sete mil reais) mensais. À remuneração mensal acima prevista será acrescido (i) um valor adicional correspondente a R\$1.000,00 (mil reais), a ser destinado ao pagamento dos custos de escrituração de quotas e controladoria do fundo; e (ii) um valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês. Adicionalmente, será devida à Administradora uma taxa de performance a ser descontada do valor pago aos quotistas subordinados, a título de amortização programada de quotas subordinadas, no respectivo ato de amortização. O Cedente, na qualidade de distribuidor líder, faz jus a uma comissão de distribuição no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), e, na qualidade de consultor de crédito, faz jus a uma parcela da taxa de administração e da taxa de performance estabelecida no contrato de consultoria e no respectivo.

A Administradora e o Cedente foram contratados para prestarem serviços aos fundos de investimento em direitos creditórios indicados acima durante o prazo de vigência dos fundos, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos nos respectivos regulamentos.

Ademais, na data do presente Prospecto, a Administradora não presta nenhum ao serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão e/ou qualquer de suas Afiliadas, além daqueles acima descritos neste item e no item anterior.

RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E A EMPRESA DE AUDITORIA

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Empresa de Auditoria não mantêm qualquer relacionamento comercial além do relacionamento existente em razão de a Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de auditoria em outros fundos de investimento também administrado pela Administradora.

RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E A AGÊNCIA DE *RATING*

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Agência de *Rating* não mantêm qualquer relacionamento comercial além do relacionamento existente em razão de a Agência de *Rating* ter sido contratada para prestar serviços de classificação de risco em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

RELACIONAMENTO ENTRE O CUSTODIANTE E A EMPRESA DE AUDITORIA

Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Empresa de Auditoria não mantêm qualquer relacionamento comercial além do relacionamento existente em razão de a Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de auditoria em outros fundos de investimento nos quais o Custodiante presta os serviços de custódia.

RELACIONAMENTO ENTRE O CUSTODIANTE E A AGÊNCIA DE *RATING*

Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Agência de *Rating* não mantêm qualquer relacionamento comercial além do relacionamento existente em razão de a Agência de *Rating* ter sido contratada para prestar serviços de classificação de risco em outros fundos de investimento nos quais o Custodiante presta os serviços de custódia.

Na data deste Prospecto não há nenhuma outra relação comercial entre os participantes do Fundo e/ou que poderia, de alguma forma, resultar em um conflito de interesses entre os prestadores de serviço do Fundo, além daquelas mencionadas nesta Seção.

VI – DECLARAÇÕES DE VERACIDADE

O Coordenador Líder, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de Coordenador Líder da Oferta, nos termos do Artigo 56 da ICVM 400, declara que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos Investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, devidamente autorizada pela CVM a realizar o exercício profissional de administração de carteiras, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição administradora do Fundo, nos termos Artigo 56 da ICVM 400, declara que: (i) o presente Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores, da Oferta, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; (ii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à ICVM 400; e (iii) as informações prestadas por ocasião do arquivamento do presente Prospecto fornecidas ao mercado durante o período de distribuição são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

VII – PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Quotas, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do Artigo 33 da ICVM 400, fixado nos termos a seguir descritos.

MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

O Fundo está realizando uma oferta para distribuição pública de até 5 (cinco) Quotas Seniores, até 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino e até 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior, todas com valor unitário de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais) (“Oferta”).

As Quotas serão colocadas publicamente pelo Coordenador Líder, em regime de melhores esforços de distribuição, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Colocação.

As Quotas objeto da Oferta serão registradas para distribuição, no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrado e operacionalizado pela CETIP, e negociação, no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.

Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes do Coordenador Líder. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade das Quotas para subscrição.

PÚBLICO ALVO DA OFERTA

A Oferta é destinada a Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 409.

REGISTRO DA OFERTA DAS QUOTAS

A CVM concedeu o registro para distribuição pública das Quotas Seniores em 23 de junho de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/010, das Quotas Subordinadas Mezanino em 19 de dezembro de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/73, e das Quotas Subordinadas Junior em 23 de junho de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/011, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos termos da ICVM 356 e da ICVM 400.

PROCEDIMENTOS DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas objeto da Oferta serão subscritas pelos Quotistas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou, em se tratando exclusivamente de Quotas Subordinadas, em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto no Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, a Condição da Cessão (conforme definido no Regulamento) e os Critérios de Elegibilidade, no ato de subscrição.

No ato de subscrição das Quotas, cada subscritor: (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora, bem como o Termo de Adesão ao Regulamento; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento.

No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) das Quotas, o saldo das Quotas não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas efetivamente subscritas.

Os interessados na subscrição de Quotas deverão manifestar-se diretamente à Administradora ou ao Coordenador Líder, nos endereços indicados no presente Prospecto, devendo informar a quantidade e a classe de Quotas que pretendem adquirir.

VALOR MÍNIMO DE INVESTIMENTO

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) independentemente da classe de Quotas na qual o investimento está sendo realizado (*i.e.* Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior).

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do Anúncio de Início relativo à Oferta (“Prazo de Colocação”). A distribuição das Quotas será encerrada ao final do Prazo de Colocação, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento. O Prazo de Colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 2º, da ICVM 356.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Conforme mencionado acima, as Quotas serão admitidas à negociação em mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação das Quotas, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais serão negociadas.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Eventos	Datas ^(*)
Protocolo, junto à CVM, do pedido de alteração das condições da Oferta das Quotas Subordinadas Mezanino, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Junior	08/07/2009
Manifestação da CVM sobre o pedido de alteração da Oferta e apresentação de eventuais exigências	22/07/2009
Protocolo do cumprimento de exigências na CVM	27/07/2009
Disponibilização do Prospecto	27/07/2009
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	03/08/2009
Publicação do Anúncio de Início	04/08/2009
Liquidação Financeira	07/08/2009
Publicação do Anúncio de Encerramento	31/08/2009

^(*) Todas as datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações.

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OFERTA

Os custos de distribuição das Quotas, referentes à comissão de colocação, custo de classificação de risco, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

As tabelas a seguir demonstram os custos estimados da distribuição das Quotas a serem suportados pelo Fundo:

Custos da Oferta	Montante ^(*)	(%) sobre o montante da Oferta
Taxa para Registro na CVM	R\$ 127.670,00	0,2240%
Taxa para Registro ANBID	R\$2.000,00	0,0035%
Taxa para Registro na CETIP	R\$657,75	0,0012%
Assessoria Jurídica	R\$300.000,00	0,5263%
Agência de <i>Rating</i>	R\$45.000,00	0,0789%
Despesas com a publicação de anúncios da distribuição	R\$18.000,00	0,0316%
Total dos Custos	R\$493.327,75	0,8655%

^(*) Valores estimados.

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Quota*	Custo por Quota
R\$1.000.000,00	R\$8.654,87

*Com base no Preço de Emissão na 1ª Data de Emissão

Montante Total da Oferta	Custo Máximo da Distribuição
R\$57.000.000,00	R\$493.327,75

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do Artigo 25 e seguintes da ICVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos Investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os Investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os Investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do Investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo Investidor, os valores eventualmente depositados pelos Investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da referida comunicação.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio: (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil”, edição nacional, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável; (b) de correspondência enviada ao representante dos Quotistas; ou (c) correio eletrônico, nesses 2 (dois) últimos casos nas demais hipóteses de comunicações entre a Administradora e os Quotistas. As publicações referidas acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

VIII – ESTRUTURA DO FUNDO

Encontra-se nesta Seção uma descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, conforme detalhados no Regulamento foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais Investidores devem consultar as demais seções deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo.

O FUNDO

O Fundo foi constituído em 24 de outubro de 2008, nos termos da Resolução CMN 2.937, da ICVM 356 e da ICVM 444, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração até 18 de março de 2020.

O Fundo é classificado pela ANBID como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

O Regulamento foi registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 768546, em 24 de outubro de 2008 e aditado em 04 de dezembro de 2008, por meio do Primeiro Aditamento ao Regulamento, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 04 de dezembro de 2008, sob o nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do Segundo Aditamento ao Regulamento, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 05 de dezembro de 2008, sob o nº 770995, em 16 de março de 2009, por meio do Terceiro Aditamento ao Regulamento, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 18 de março de 2009, sob o nº 776624, em 15 de maio de 2009, por meio do Quarto Aditamento ao Regulamento, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2009, sob o nº 781456 e em 29 de junho de 2009, por meio do Quinto Aditamento ao Regulamento, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 2009, sob o nº 783962.

O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Resolução CMN 2.937, da ICVM 356, da ICVM 444 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

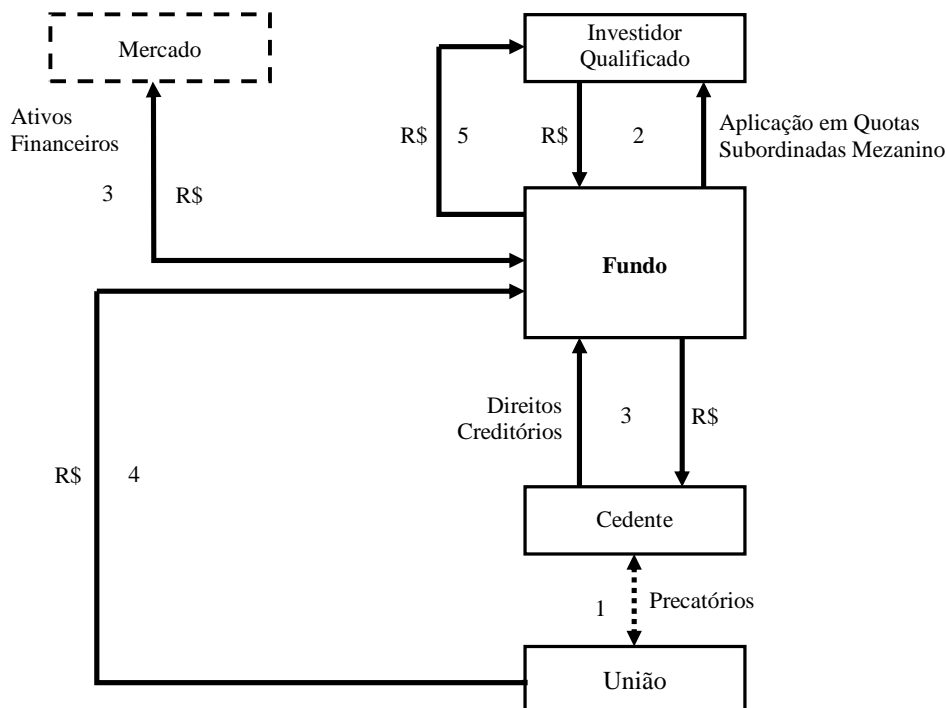
Em 19 de dezembro de 2008, a CVM concedeu o registro de funcionamento do Fundo sob o Código CVM nº 36-1.

OBJETIVO DO FUNDO

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas, observadas as políticas de investimento, de composição e de diversificação da carteira definidas no Regulamento, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios do Cedente utilizando-se precipuamente dos recursos provenientes da integralização das Quotas.

DESENHO ESQUEMÁTICO DO FUNDO



1. O Cedente detém direitos de crédito contra a União em razão dos débitos desta última, em virtude de sentenças proferidas em ações judiciais, os quais foram caracterizados pela emissão dos respectivos Precatórios, cujo titular dos créditos, à época da cessão, era o Cedente.
2. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas por Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Ativos Financeiros utilizando-se das verbas recebidas, conforme descrito no item 2 acima.
4. Os recursos decorrentes do pagamento, pela União, dos Direitos Creditórios são transferidos para a Conta Corrente do Fundo.
5. Os recursos transferidos para a Conta Corrente do Fundo são utilizados na amortização e/ou resgate (conforme aplicável) das Quotas do Fundo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Capítulo III do Regulamento.

O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão decorrentes, exclusivamente, de obrigações devidas pela União, em observância ao disposto no Artigo 8º da ICVM 444 e no Artigo 40-A da ICVM 356.

Observado o disposto no Artigo 40 da ICVM 356 e no parágrafo 1º do Artigo 1º da ICVM 444, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados do Início das Atividades do Fundo, no mínimo, 50% (cinquenta

por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV do Regulamento e na Seção “*Condição da Cessão e Critérios de Elegibilidade*”, na página 33 deste Prospecto.

Caso o Fundo não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios em até 90 (noventa) dias corridos contados do Início das Atividades do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo e conforme instruções dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum previsto no Artigo 108 do Capítulo XXII do Regulamento, poderá solicitar à CVM prorrogação desse prazo por mais 90 (noventa) dias, apresentando motivos que justifiquem tal prorrogação, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, aceitar o pedido de prorrogação da Administradora. Caso a CVM não aceite esse pedido da Administradora ou caso, após os 90 (noventa) dias adicionais, o Fundo ainda não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Administradora, por conta e ordem do Fundo e observadas as disposições aplicáveis constantes do Regulamento, resgatar a totalidade das Quotas.

O Fundo poderá: (a) manter ou aplicar, até que findo o prazo de 90 (noventa dias) dias corridos contados do Início das Atividades do Fundo, a totalidade dos recursos disponibilizados ao Fundo em Ativos Financeiros; ou (b) após o prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do Início das Atividades do Fundo, manter ou aplicar o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

É facultado ao Fundo, por intermédio da Administradora, contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas, desde que respeitada a política de investimento do Fundo.

No curso normal do Programa de Securitização, os recursos recebidos, pelo Fundo, ao longo de cada exercício social, decorrentes de pagamentos relacionados aos Direitos Creditórios, serão reinvestidos em Ativos Financeiros e integrarão o valor a ser amortizado pelos Quotistas na próxima Data de Amortização das Quotas.

É vedado ao Fundo realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (d) aplicação em ativos que não os Ativos Financeiros.

Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, e/ou o Custodiante não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Os percentuais e limites de composição e diversificação de carteira do Fundo referidos nesta Seção serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Não há previsão de mecanismos de reforços de crédito e outras garantias que possam facilitar os pagamentos aos Quotistas pelo Fundo.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo III – “Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira”.

RESERVA DE CAIXA

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento e na Seção “*Ordem de Alocação de Recursos*”, na página 61 deste Prospecto, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo parcela de seu Patrimônio Líquido (“Reserva de Caixa”) equivalente à soma: (i) do montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira Data de Emissão; e (ii) do Limite dos Encargos Legais, baseado no número total de Precatórios cedidos ou a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, apurado pela Administradora, sendo certo que o valor da Reserva de Caixa determinado na 1ª Data de Emissão não será inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Administradora deverá manter os recursos correspondentes à Reserva de Caixa aplicados em Ativos Financeiros.

Para fins de cálculo da Reserva de Caixa, os valores a serem pagos pelo Fundo ao Escritório de Advocacia para que este implemente medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação a qualquer Litígio estão descritos na tabela abaixo e deverão ser calculados com base no número de Precatórios integrantes da carteira do Fundo quando do cálculo da Reserva de Caixa (“Limite Máximo de Honorários”):

Número de Precatórios na Carteira do Fundo ou a serem cedidos ao Fundo	Limite Máximo de Honorários
até 5 Precatórios:	R\$250.000,00 (global)
de 6 a 15 Precatórios:	R\$750.000,00 (global)
a partir de 16 Precatórios:	R\$50.000,00 (por precatório)

CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Para que possa ser adquirido pelo Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios devem atender, cumulativamente, à seguinte Condição da Cessão e aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (a) Condição da Cessão: o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (*i.e.*, União) em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município;
- (b) Critérios de Elegibilidade: (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cujos Precatórios a eles vinculados não apresentem nenhuma parcela paga, desde que atendidos todos os Critérios de Elegibilidade previstos acima.

A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade é de responsabilidade do Custodiante. A verificação do atendimento à Condição da Cessão é de responsabilidade do Cedente, mediante confirmação da Administradora, com base nas informações fornecidas pelo Cedente.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo IV – “Condição da Cessão e Critérios de Elegibilidade”.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios são direitos de crédito contra a União de titularidade de cada Cedente, vinculados a Precatórios já emitidos ou ainda não emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado.

Quando a Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) é condenada em uma ação judicial, e não caibam mais recursos contra a sentença condenatória, a execução do crédito é realizada na forma do Artigo 730 do Código de Processo Civil e do Artigo 100 da Constituição Federal, que prevê o pagamento por meio de Precatório.

Precatório é uma ordem judicial de pagamento expedida contra a Fazenda Pública devedora, em que o Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequenda requisita o pagamento em favor do credor.

O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, *caput*, da Constituição Federal. A Fazenda Pública condenada tem a obrigação de pagar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, todos os Precatórios apresentados até o dia 1º de julho do ano anterior, na ordem cronológica de apresentação, conforme determina expressamente o Artigo 100 da Constituição Federal:

“Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Nacional, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no parágrafo 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no parágrafo 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.”

A Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro do ano 2000, estabeleceu um regime de exceção ao pagamento de Precatórios apresentados até 31 de dezembro de 1999, ou originados de ações judiciais propostas até a referida data, ao acrescentar, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Artigo 78, com a seguinte redação:

“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em

juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (AC)

§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.

§ 2º As prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.

§ 3º O prazo referido no caput deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o sequestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação”.

Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito.

Os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela União em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. O tribunal competente envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas, conforme aplicável. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios são liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente depois de ouvida a Fazenda Pública.

Enquanto aguardam os pagamentos, os Precatórios são corrigidos monetariamente pelo IPCA-E, acrescido de juros simples de 6% (seis por cento) ao ano, conforme previsto na lei orçamentária anual. Os juros de 6% (seis por cento) ao ano são devidos apenas a partir do mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela. Isso se explica tendo em vista a disposição do Artigo 100 da Constituição Federal, que considera dentro do prazo constitucional o pagamento feito no exercício seguinte àquele em que o Precatório foi autuado no TRF. Portanto, somente a partir da segunda parcela incidirão os juros a partir de janeiro do referido ano.

No caso de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, será convocada Assembleia Geral, para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas, incluindo a liquidação antecipada do Fundo, se for o caso.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E

O Sistema Nacional de Preços ao Consumidor - SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). Sua produção foi iniciada em 1991.

O período de coleta do IPCA-E estende-se, em geral, do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. A periodicidade de sua divulgação é trimestral e abrange as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Goiânia.

A população-objetivo do IPCA-E abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/ipcae/default.shtm>

PREÇO DE AQUISIÇÃO

Pela cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, este pagará ao Cedente, em cada Data de Aquisição, à vista, em moeda corrente nacional e/ou por meio do lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização pelo Cedente, o Preço de Aquisição então devido, que será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator } CDI_p$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo, na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela “i” do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Nacional; (ii) que o pagamento dessa parcela “i” é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior (“Data Projetada do Pagamento_i”); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento_i da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i , utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = \left(1 + \text{Taxa de Desconto}\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento_i da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); ou (ii) 3,00% (três por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = $\sum \text{Valores Descontados Indicativos}$, onde:

Valores Descontados Indicativos_j = valor descontado do “j”-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_indicativo_i\}$, onde:

FD_indicativo_i = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao “i”-ésimo fluxo de caixa *FC_i*, calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento_i da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo *FC_i*, utilizando-se para fins de cálculo do *FD_i* a seguinte fórmula:

$$FD_indicativo_i = \left(1 + Meta_de_Rentabilidade\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

FatorCDI_D = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Referência (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na Data de Aquisição.

Conforme o disposto nos termos do inciso II do § 3º do Artigo 8 da ICVM 356, o Preço de Aquisição refletirá descontos praticados a taxas de mercado à época da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo.

FLUXO DE RENTABILIDADE DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

O Fundo buscará atingir para suas Quotas Subordinadas Mezanino os seguintes parâmetros de rentabilidade, descontados os Encargos do Fundo:

- (a) até que os recursos a serem pagos pela Fazenda Nacional em virtude dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo sejam depositados na respectiva Conta Judicial, o produto do Preço de Aquisição do Fator de Rendimento, corrigido pelo IPCA-E aplicável *pro rata temporis*;
- (b) durante o período em que os recursos pagos pela Fazenda Nacional em virtude dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo permaneçam depositados na respectiva Conta Judicial, o valor obtido na alínea (a) acima, acrescido da correção resultante deste valor enquanto permaneça depositado na respectiva Conta Judicial (cuja correção esperada é a Taxa Referencial (TR) mais 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês); ou
- (c) a partir da data em que os recursos pagos pela Fazenda Nacional em virtude dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo sejam liberados da Conta Judicial ao Fundo e, portanto, depositados na Conta Corrente do Fundo (ainda que depois esses recursos sejam sacados da Conta Corrente do Fundo para investimento em Ativos Financeiros), o valor obtido na alínea (b) acima, acrescido da rentabilidade obtida pelo Fundo com relação à aplicação desses valores em Ativos Financeiros (conforme previsto no Regulamento) até a respectiva Data de Amortização das Quotas.

Os parâmetros de rentabilidade acima mencionados são meramente tentativos e não garantem, de forma alguma, rentabilidade futura aos Quotistas do Fundo.

Não haverá parâmetros de rentabilidade para as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior.

PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, devendo ser observados os procedimentos de cessão definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, conforme o caso, independentemente de manifestação prévia dos Quotistas, sendo que a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, deverá observar as demais disposições do Regulamento (inclusive com relação à política de investimento

descrita no Capítulo III do Regulamento e na Seção “*Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira*”, na página 31 deste Prospecto) e da regulamentação aplicável.

A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser formalizada por meio de Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, estes últimos deverão ser, necessariamente, lavrados por instrumento público, devidamente apresentados aos respectivos juízos.

A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. O Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda do Custodiante ou de terceiro por ele contratado, de acordo com o previsto nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e na legislação aplicável.

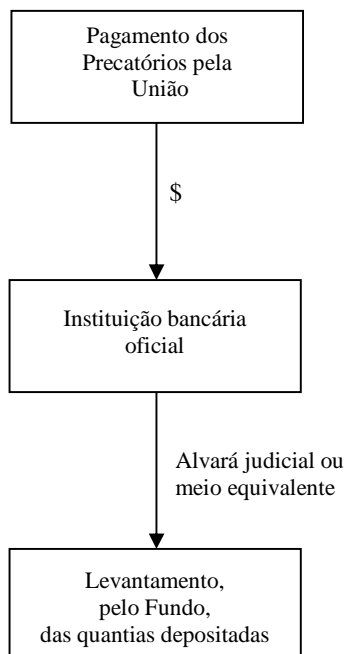
A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente, com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União seja intimada judicialmente da cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios.

No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela União em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada (“Conta Judicial”). O tribunal competente envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas, conforme aplicável. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios são liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente depois de ouvida a Fazenda Pública. Também é possível acompanhar os depósitos efetuados em pagamento dos Precatórios pela internet, sendo que a Administradora deverá tomar as providências necessárias para que haja um acompanhamento diário acerca dos pagamentos efetuados pela União a fim de que, antes mesmo da intimação das partes, já seja possível requerer o levantamento das quantias depositadas.

O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Para fins de cumprimento das obrigações previstas no parágrafo 1º do Artigo 7º da ICVM 444, e tendo em vista a aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo, a emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo ocorrerá concomitantemente à aquisição de um determinado Precatório pelo Fundo, observada a obrigação de envio, em cada Data de Aquisição, pela Administradora à CVM, desses pareceres, bem como de disponibilização dos referidos pareceres nos sites da Administradora e da CVM tão logo sejam emitidos, conforme estabelecido no parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII do Regulamento.

PROCEDIMENTO DE RECEBIMENTO DE VALORES

Os procedimentos de recebimento de valores, pelo Fundo, podem ser representados graficamente da seguinte maneira:



- Os valores destinados aos pagamentos de Precatórios são depositados pela União (por meio dos respectivos Tribunais Regionais Federais) em instituição bancária oficial, abrindo-se uma conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.
- O Tribunal Regional Federal competente envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas.
- O Fundo, por intermédio de escritório de advocacia, solicita ao Juízo da execução a liberação dos depósitos relativos aos Precatórios mediante expedição de alvará judicial ou meio equivalente.
- Uma vez expedido o alvará judicial (ou instrumento equivalente) pelo Juízo da execução, o Fundo, por intermédio de escritório de advocacia, solicita a transferência dos recursos constantes da conta judicial ao banco oficial para a Conta do Fundo.

O procedimento descrito acima deverá ser seguido para liberação de recursos ao Fundo, decorrentes dos Precatórios integrantes de sua carteira. Não há garantia ou limitador de prazo para o período de tempo decorrido entre o depósito dos valores correspondentes a um Precatório na respectiva conta da instituição bancária oficial até seu levantamento pela parte interessada, podendo esse período variar de caso para caso. Pode-se, entretanto, estimar como tempo médio para o levantamento, pelo Fundo, de valores destinados ao pagamento de Precatórios, o prazo de 2 (dois) meses da data em que ocorreu o respectivo depósito de recursos na conta da instituição bancária oficial, embora, ressalte-se, não seja possível afirmar que esse será o prazo para todos os casos, inclusive com relação aos Precatórios integrantes da carteira do Fundo.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo V – “Preço de Aquisição, Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e Alienação de Precatórios Inadimplidos pelo Fundo”, bem como o “Manual de Procedimentos da Justiça Federal”, parte integrante deste Prospecto como Anexo XIV.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLEMENTO, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Não obstante os esforços enviados pela Administradora e pelo Coordenador Líder, não foram obtidas informações estatísticas sobre inadimplimentos e perdas de créditos de mesma natureza dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, relativos aos últimos 3 (três) anos. Em razão deste fato, a Administradora apresentou à CVM uma declaração elaborada nos termos do item 2.7 do Anexo III-A da ICVM 400.

Com relação ao impacto do pré-pagamento de Precatórios no fluxo de caixa advindo de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Anexo XVI apresenta uma análise do saldo de caixa excedente do Fundo após a amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio da celebração de Termo de Cessão específico, lavrado por instrumento público. Serão identificados no Termo de Cessão os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos, se a cessão será total ou parcial, bem como o Preço de Aquisição e a Data de Aquisição.

A cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo será considerada perfeita e acabada somente após a lavratura, por instrumento público, do Termo de Cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios e o pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios, estarão sujeitos à efetiva subscrição e integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, em montante suficiente ao pagamento integral do Preço de Aquisição.

A cessão formalizada nos termos aqui descritos transferirá ao Cessionário, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente e de suas Afiliadas, a plena titularidade dos Direitos Creditórios e de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados.

Efetuada o pagamento do Preço de Aquisição, o Cedente outorgará ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao pagamento pela cessão dos respectivos Direitos Creditórios.

PROCEDIMENTOS DE REGISTRO

O Contrato de Cessão e seus aditamentos serão levados a registro pela Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, em cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Fundo e do Cedente, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado de sua respectiva assinatura, em conformidade com o estabelecido nos Artigos 221 do Código Civil brasileiro e Artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

Cada Termo de Cessão será necessariamente lavrado por instrumento público perante o 18º Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Os emolumentos, as taxas, e todos os demais custos relacionados à lavratura de escrituras e registro de contratos, serão suportados pelo Cedente, observado o disposto no Contrato de Cessão.

ALIENAÇÃO DE PRECATÓRIOS INADIMPLIDOS

Caso a União ou qualquer terceiro apresente qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida seja adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s)

Precatório(s)) (“Litígio”), a Administradora contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) a natureza do Litígio; (b) as ações a serem adotadas pelo Fundo para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo tendo em vista o Litígio proposto; (c) os custos estimados a serem incorridos para implementação das ações referidas no item (b), incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo; e (d) a probabilidade de êxito do Fundo em reverter essa situação, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza (“Parecer Legal”).

Uma vez obtido o Parecer Legal, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral para que a maioria simples dos detentores das Quotas em Circulação presentes a essa Assembleia Geral decida, com base no Parecer Legal, pela: (a) adoção de ações para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio; (b) pela alienação e consequente transferência do correspondente Precatório inadimplido a terceiros e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Caso os Quotistas optem pela defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas com relação ao Litígio, mesmo que seja também deliberada a posterior alienação do correspondente Precatório inadimplido, esses Quotistas deverão instruir a Administradora a contratar o Escritório de Advocacia para que este adote todas as medidas necessárias para realização dessa defesa com relação ao Litígio. Caso, por outro lado, os Quotistas optem pela alienação (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio) do Precatório inadimplido, os Quotistas deverão instruir a Administradora a enviar Aviso Obrigatório (conforme definido abaixo) aos Quotistas e ao Custodiante.

Todos os custos e despesas a serem incorridos pelo Fundo com relação às ações a serem adotadas para defesa dos interesses dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio (inclusive despesas com o Escritório de Advocacia e custas judiciais), serão pagos utilizando-se os recursos disponíveis na Reserva de Caixa, até o custo total acumulado equivalente ao Limite de Encargos Legais, ou, caso necessário e conforme previsto no Capítulo XXIV do Regulamento, com recursos provenientes de aporte de capital por parte dos Quotistas Subordinados Mezanino, a ser realizado por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Mezanino.

As perdas incorridas pelo Fundo em razão de qualquer Litígio, do não pagamento de recursos devidos ao Fundo em decorrência dos Ativos Financeiros adquiridos pelo Fundo e/ou dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, bem como em virtude da alienação a terceiros de Direitos Creditórios inadimplidos que então faziam parte da carteira do Fundo, serão refletidas no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo.

Caso: (a) os Quotistas decidam pela alienação do Precatório inadimplido (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio); (b) a Fazenda Nacional deixe de depositar na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, o(s) valor(es) devido(s) ao Fundo em razão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou (c) os valores depositados, pela Fazenda Nacional, na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano não sejam liberados da Conta Judicial e depositados na Conta Corrente do Fundo até 31 de março do ano subsequente (cada um desses eventos um “Evento de Aviso Obrigatório”), a Administradora, prontamente, enviará aviso aos Quotistas e ao Custodiante informando sobre a ocorrência do Evento de Aviso Obrigatório (“Aviso Obrigatório”).

Uma vez enviado o Aviso Obrigatório, a Administradora deverá emendar seus melhores esforços visando à obtenção de propostas de pelo menos 3 (três) Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição do respectivo Precatório inadimplido. Transcorrido 1 (um) mês contado da data de envio do Aviso Obrigatório, a Administradora verificará quantas propostas das Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição (parcial ou integral) do Precatório foram apresentadas. Na hipótese de existir somente uma proposta para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório), o Precatório (ou a parcela correspondente) deverá ser alienado à única Empresa Seleccionada interessada em adquiri-lo, pelo preço por ele oferecido. Caso 2 (duas) ou mais propostas para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório) sejam apresentadas, a Administradora alienará o Precatório à Empresa Seleccionada que oferecer o maior valor e as melhores condições de pagamento para aquisição do Precatório (ou a parcela correspondente); sendo certo que é possível a aquisição, por mais de uma Empresa Seleccionada, de parcelas diversas de um mesmo Precatório. A aquisição de qualquer Precatório (ou parcela deste) deverá ser aprovada por Quotistas detentores da maioria das Quotas em Circulação reunidos em Assembleia Geral a ser realizada para este fim.

Caso a Administradora não consiga obter ao menos uma proposta para aquisição de determinado Precatório inadimplido no prazo de 1 (um) mês contado da data de recebimento do Aviso Obrigatório, o Fundo manterá o

Precatório em sua carteira até o vencimento do Precatório ou até que este seja alienado, conforme o caso. Os valores recebidos em decorrência da venda do Precatório, a qualquer momento, durante o Prazo de Duração, serão somados ao Patrimônio Líquido do Fundo, e serão investidos em Ativos Financeiros até as Datas de Amortização subsequentes.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo IV – “Preço de Aquisição, Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e Alienação de Direitos Creditórios Inadimplidos pelo Fundo”.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação de carteira previstos no Regulamento; (ii) que as modalidades de negociações realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2009. Caso tais datas não sejam Dias Úteis, para fins do aqui disposto serão considerados os respectivos Dias Úteis imediatamente subsequentes.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XII – “Demonstrações Financeiras”.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do disponível do valor dos ativos integrantes da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo, bem como das respectivas provisões.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XIII – “Do Patrimônio Líquido”.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os valores ajustados conforme exposto a seguir.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora, aceitos pelo Bacen e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XIX – “Da Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo”.

ASSEMBLEIA GERAL

Observadas as demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria, observados os termos e condições do Regulamento;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive despesas com assessores jurídicos, a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;

- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto no Artigo 105 do Regulamento;
- (g) aprovar a alienação de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo nos termos do parágrafo 1º do Artigo 17 do Capítulo V do Regulamento;
- (h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora para liquidação antecipada do Fundo, por conta e ordem do Fundo; e
- (i) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver.

O Regulamento e os Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada: (a) pela Administradora; ou (b) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, devendo ser observados, porém, os quoruns de deliberação previstos no Regulamento. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o Diretor Designado e um representante do Custodiante deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde um voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de dois Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Nos termos do parágrafo 3º do Artigo 29 da ICVM 356, não terão direito a voto nas Assembleias Gerais a Administradora e seus empregados.

Ressalvado o disposto abaixo e nas demais disposições do Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembleia Geral.

Sem prejuízo do disposto nos Artigos 26 e 29 da ICVM 356 (conforme aplicável), a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens,

direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XXII– “Da Assembleia Geral”.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Nos termos do Regulamento, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Avaliação”):

- (a) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e/ou no Termo de Cessão, conforme aplicável, e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita enviada pela Administradora no sentido;
- (b) não cumprimento do disposto no caput e/ou no parágrafo 1º do Artigo 7º do Capítulo III do Regulamento, a partir do Início das Atividades do Fundo;
- (c) amortização e/ou resgate de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- (d) rescisão do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, ou renúncia do Custodiante ou da Agência de *Rating*, conforme o caso, a qualquer tempo e por qualquer motivo, com relação à prestação dos serviços objetos do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, respectivamente, sem que tenha havido a respectiva substituição por outra instituição, nos termos do(s) referido(s) contrato(s);
- (e) renúncia da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (f) caso os Quotistas Subordinados Mezanino não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 72 do Capítulo XVI do Regulamento;
- (g) não cumprimento, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de suas respectivas obrigações constantes do Regulamento;
- (h) caso um ou mais pagamentos devidos em razão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deixe de ser efetuado e esse(s) pagamento(s) não realizado(s), individualmente ou no agregado, corresponda(m) ao equivalente à 40% (quarenta por cento) ou mais do resultado da somatória de todos os Direitos Creditórios então adquiridos pelo Fundo, com base nos respectivos Preços de Aquisição desses Direitos Creditórios cedidos; e
- (i) diminuição na classificação de risco das Quotas, nos termos do parágrafo único do Artigo 118 do Capítulo XXV do Regulamento.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora deverá: (a) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes e ao Custodiante; (b) suspender, de imediato, a amortização e/ou resgate de Quotas; e (c) convocar a Assembleia Geral no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) pela liquidação antecipada do Fundo, hipótese na qual deverão ser estabelecidos nessa Assembleia Geral os

procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, aplicando-se as demais disposições do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Se a Administradora deixar de convocar a Assembleia Geral, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, a omissão da Administradora será considerada, automaticamente, como um Evento de Avaliação.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembleia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos respectivos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembleia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembleia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Artigo 99 do Regulamento.

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

Na hipótese de Quotistas representando a maioria simples das Quotas em Circulação reunidos em Assembleia Geral, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo em virtude de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar, primeiramente e de forma compulsória, todas as Quotas Seniores, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI do Regulamento e na Seção “*Valor das Quotas*”, na página 58 deste Prospecto. Após o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar todas as Quotas Subordinadas Mezanino compulsoriamente, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 68 do Capítulo XVI do Regulamento e na Seção “*Valor das Quotas*”, na página 58 deste Prospecto. Em ambos os casos, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta Corrente do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos Creditórios, serão imediatamente destinados à Conta Corrente do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Regulamento, a Administradora debitará a Conta Corrente do Fundo e procederá ao resgate antecipado, primeiramente, das Quotas Seniores em Circulação e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Os procedimentos descritos acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, caso, após o resgate integral das Quotas Seniores, não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Mezanino, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas Subordinados Mezanino, na proporção dos valores a eles devidos. O procedimento de rateio aqui descrito aplicar-se-á ao resgate das Quotas Subordinadas Junior, caso não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Junior. Após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão, ainda, deliberar por maioria simples a não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, observado o aqui disposto e o disposto na regulamentação aplicável.

A maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa (“Avaliador”) responsável pela preparação de um laudo de avaliação (“Laudo de Avaliação”). Caso os Quotistas presentes a essa Assembleia Geral não consigam deliberar a escolha do

Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

Caso, após 12 (doze) meses da data em que foi deliberada a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação (conforme aplicável) um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios existentes na data de constituição do referido condomínio.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XX– “Dos Eventos de Avaliação”.

PUBLICIDADE E REMESSA DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente (“Periódico”); e (ii) de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, conforme indicado pelos Quotistas por escrito à Administradora.

As publicações referidas acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no Periódico deverá ser aprovada em Assembleia Geral por Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de *Rating*, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocadas à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Administração do Fundo

O Fundo será administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”), sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) do Regulamento; (c) das deliberações da Assembleia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto, a Administradora tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que integrem sua carteira, sendo a Administradora responsável pelas atividades de administração da carteira do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da ICVM 356.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento e deste Prospecto, bem como cientificá-los: (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de *Rating*;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, bem como calcular e divulgar em seu *website*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa e da Relação Mínima, observado o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;

- (h) assegurar que o Diretor Designado elabore demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação previstos no Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados;
- (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo III do Regulamento;
- (j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas pela Agência de *Rating*;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de *Rating*, do Escritório de Advocacia e à celebração dos respectivos contratos, inclusive o Contrato de Custódia e os demais Documentos da Operação;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, os Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, bem como seus eventuais aditamentos;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
- (i) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (ii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo.
- (o) informar imediatamente à Agência de *Rating*:
- (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos aos Contratos de Cessão ou Termos de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, e (ii) dos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e seus eventuais aditamentos; e
- (q) observar, e fazer com que sejam cumpridas, as disposições constantes do Regulamento; e
- (r) acompanhar, periodicamente, os relatórios elaborados pelo Escritório de Advocacia contratado pelo Fundo, referentes à movimentação de qualquer Conta Judicial relativa à Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, com a finalidade principal de constatar se foram realizados novos depósitos em decorrência de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional em razão desses Direitos Creditórios Elegíveis.

Observados os termos e condições do Regulamento e da legislação aplicável, bem como os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora pode:

- (a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Diretos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições do Regulamento, deste Prospecto, do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, conforme o caso;
- (b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (c) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Quotistas e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
- (e) constituir procuradores, desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira prevista no Capítulo III do Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;

- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com o Regulamento.

Salvo se expressamente autorizado pelo Regulamento ou por todos os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia ou qualquer outro Documento da Operação, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou que tenham sido determinadas pela CVM, ANBID ou BOVESPA; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Substituição da Administradora

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Caso seja deliberada a substituição da Administradora, os Quotistas deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembleia Geral, documento contendo o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 2 (duas) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e do Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Administração então em vigor.

A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII do Regulamento.

Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Caso a nova instituição administradora nomeada não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

Gestão do Fundo

Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão também realizados pela Administradora, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da ICVM 356, que é entidade regularmente credenciada perante a CVM para essa atividade, e que será responsável pelas atividades de gestão descritas no Regulamento.

Adicionalmente às suas obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto no Regulamento, são obrigações da Administradora:

- (a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- (b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- (c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXIII do Regulamento;
- (d) cumprir as deliberações da Assembleia Geral; e
- (e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento.

Observados os termos e as condições do Regulamento e da regulamentação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, na qualidade de gestora da carteira do Fundo, pode:

- (a) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, operação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- (d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições do Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e desde que aprovado por todos os Quotistas reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, contratar terceiro para atuar como gestor da carteira do Fundo, devendo este terceiro, como condição para tanto, enviar notificação à Administradora aceitando expressamente todas as obrigações e responsabilidades a ele inerentes em razão da gestão da carteira do Fundo, previstas no Regulamento e na regulamentação vigente, sem prejuízo da assinatura de contrato de gestão entre o novo gestor e a Administradora (na qualidade de representante do Fundo).

A Administradora poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções de gestão a ela atribuídas nos termos do Regulamento, desde que simultaneamente renuncie à administração do Fundo. Nesse caso, a Administradora deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio aos Quotistas de comunicação por escrito, informando-os de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias referido acima poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a(s) instituição(ões) substituta(s) assumam(m) efetivamente todos os seus deveres e obrigações na qualidade de administradora do Fundo e gestora da carteira do Fundo.

CONTROLADORIA, CUSTÓDIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS

As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da ICVM 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na ICVM 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- (c) movimentar a(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Operação;
- (d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, na qualidade de depositário nos termos do inciso IV do Artigo 38 da ICVM 356 e dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro (conforme aplicável), dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes ou terceiro contratado: (i) extrato(s) da(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo; (ii) cópias dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo; (iii) Documentos Comprobatórios; e (iv) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
- (e) acolher em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, a partir da sua liberação da Conta Judicial;
- (f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- (g) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento;
- (h) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes;
- (i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Relação Mínima;
- (j) informar à Agência de *Rating*, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento ou nos demais Documentos da Operação;
- (k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (l) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima estabelecida pela legislação em vigor, o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

O Custodiante poderá, por sua conta e ordem, contratar terceiro habilitado para a verificação de que trata a alínea “l” acima.

Sem prejuízo da responsabilidade direta e solidária da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante poderá contratar terceiros para efetuar a guarda física dos Documentos Comprobatórios, conforme indicado no Contrato de Cessão.

No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a(s) conta(s) corrente(s), a(s) conta(s) de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções fornecidas pela Administradora e as disposições do Regulamento; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, observadas as competências definidas no Regulamento.

Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII do Regulamento, relativos à substituição da Administradora.

O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Operação. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido acima poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

A Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria poderão também renunciar, a qualquer tempo, às funções a elas atribuídas nos termos do Regulamento e dos respectivos instrumentos firmados entre cada uma delas e o Fundo para prestação de serviços ao Fundo. Em qualquer desses casos, a Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria (conforme o caso) deverão, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a da respectiva renúncia. O referido prazo de 60 (sessenta) dias poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso). Ademais, na hipótese de substituição da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso) pelos Quotistas nos termos da alínea (b) do Artigo 104 do Capítulo XXII do Regulamento, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII do Regulamento, relativos à substituição da Administradora.

IX – CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso da Oferta. Os Investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais seções deste Prospecto e os capítulos do Regulamento, antes de tomar decisão de investimento no Fundo.

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, descritas abaixo, e não poderão ser resgatadas a não ser no término do Prazo de Duração do Fundo, nos termos do Regulamento.

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única. O Fundo também poderá emitir duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá respeitar as disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XIV– “Das Quotas”.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES

Cada Quota Sênior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (c) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Sênior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII do Regulamento, observado o disposto no Artigo 87 do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (e) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI do Regulamento;
- (f) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, conforme disposto no Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Seniores, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas do Artigo 49, observado o disposto no parágrafo único do Artigo 108 do Capítulo XXII do Regulamento; e

- (g) a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Cada Quota Subordinada Mezanino tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no Regulamento;
- (c) quando findo o Prazo de Duração, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo XVII do Regulamento;
- (d) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinada Mezanino, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (e) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII do Regulamento;
- (f) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI do Regulamento;
- (g) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, conforme disposto no Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX ambos do Regulamento, na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII do Regulamento, e quaisquer alterações nas alíneas do Artigo 50 do Regulamento, observado o disposto no parágrafo único do Artigo 108 do Capítulo XXII, também do Regulamento;
- (h) a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (i) nos termos do Capítulo XXIV do Regulamento, os Quotistas Subordinados Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de quotas subordinadas específicas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SUBORDINADAS JUNIOR

Cada Quota Subordinada Junior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) são subordinadas às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Regulamento;
- (b) não poderão ser amortizadas;

- (c) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Subordinadas Junior para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinadas Junior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados as disposições do Regulamento;
- (e) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, conforme disposto no Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e quaisquer alterações nas alíneas do Artigo 51, observado o disposto no parágrafo único do Artigo 108 do Capítulo XXII do Regulamento; e
- (f) a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.

EMIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da publicação do Anúncio de Início.

A integralização das Quotas será feita, exclusivamente, em moeda corrente nacional, quando se tratar de Quotas Seniores. A integralização das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá no ato de sua subscrição.

O Fundo poderá manter em circulação no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino; e (b) no máximo 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes do Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

O Fundo poderá manter em circulação até 5 (cinco) Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Não há número mínimo de Quotas a serem emitidas pelo Fundo.

Caso necessário, os titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, deverão aprovar a emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de forma a captar os recursos necessários: (a) à aquisição dos Direitos Creditórios e (b) ao reabastecimento da Reserva de Caixa, observado o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Será dado direito de preferência aos Quotistas Subordinados Mezanino na emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino, observado o critério proporcional de quotas desses Quotistas.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XV– “Da Emissão, da Subscrição, da Integralização e da Negociação das Quotas”.

VALOR DAS QUOTAS

Valor das Quotas Seniores

A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário apurado todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, o qual será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas (a) ou (b) a seguir:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo, após a primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores} = (\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior} - \text{Amortização Sênior Anterior}) * \text{FatorCDI}_{\text{anterior}}$$

onde:

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior” significa o valor unitário de referência das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à referida Data de Cálculo (“Data de Cálculo Anterior”);

“Amortização Sênior Anterior” significa o montante efetivamente pago pelo Fundo na amortização de cada Quota Sênior realizada na Data de Cálculo Anterior;

“FatorCDI_{anterior}” significa o Fator CDI correspondente ao período compreendido entre a Data de Cálculo Anterior (inclusive) e a Data de Cálculo (exclusive).

Valor das Quotas Subordinadas Mezanino

A partir da primeira Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, o qual será equivalente ao menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão (x) da diferença entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação pelo (y) número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo subsequente, o valor apurado de acordo com o disposto a seguir:
 - (ii.A) caso a Data de Cálculo seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será equivalente ao Valor Principal Atualizado (conforme definido abaixo); ou

(ii.B) caso a Data de Cálculo não seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou não seja uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo}/\text{Dias Úteis Período}}$$

onde:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Atualizado} = \text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior}/252} - \text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}$$

onde:

“Valor Principal Anterior”: significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

“Variação IPCA-E”: número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{IPCA} - E_{\text{atual}}}{\text{IPCA} - E_{\text{anterior}}} - 1$$

onde:

“IPCA-E_{atual}”: significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

IPCA-E_{anterior}: o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Referência.

“Prazo Anterior”: significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

“Amortização Quota Subordinada Mezanino”: é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na respectiva Data de Amortização.

Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis Período: Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).

Proj_IPCA: significa a projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Cálculo o Proj IPCA será determinado como o Proj IPCA_{i-1} (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Valor das Quotas Subordinadas Junior

A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Junior, o valor unitário de cada Quota Subordinada Junior, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Junior em Circulação na respectiva data de apuração.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS ÀS QUOTAS

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, definidos acima, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização (no caso das duas primeiras, uma vez que não haverá amortização de Quotas Subordinadas Junior) ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será calculada diariamente, sendo admitido o valor equivalente a 1 (um) e não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação seja igual ao valor do Patrimônio Líquido, observado que, nos termos da alínea (d) do Artigo 87 do Capítulo XVIII do Regulamento, as Quotas Seniores somente serão amortizadas caso, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco).

Quando da determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo, porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.

Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto no Regulamento. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado um índice substitutivo pela maioria simples dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto no Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XVI – “Do Valor das Quotas”.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas respectivas Datas de Amortização, em Regime de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII do Regulamento.

Não é facultado a qualquer dos Quotistas solicitar a realização de amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Não há limite mínimo para amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que as Quotas Seniores terão prioridade na amortização com relação às Quotas Subordinadas Mezanino.

Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme previstas no Regulamento, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido pro tanto ao valor amortizado.

Após a amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em “Circulação” para todos os efeitos legais.

A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora: (a) por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (b) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento.

Qualquer amortização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas Mezanino somente poderá ser realizada nas Datas de Amortização, conforme previsto no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVIII do Regulamento.

As Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

Observadas as disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável, haverá o resgate das Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses: (a) findo o Prazo de duração do Fundo; ou (b) deliberação dos Quotistas no sentido de liquidar antecipadamente o Fundo, por qualquer motivo.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

A partir do Início das Atividades do Fundo e durante o Prazo de Duração, a Administradora se obriga, por meio de débitos e créditos a serem realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, na ordem de preferência abaixo referida, observadas as demais disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo (inclusive Encargos Legais), devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) adequação da Reserva de Caixa, a não ser que o Fundo esteja sujeito à liquidação antecipada;

- (c) no pagamento do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional;
- (d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento, especialmente o disposto no parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV do Regulamento, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
- (e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições do Regulamento;
- (f) na amortização, total ou parcial, das quotas subordinadas mezanino emitidas ao amparo do Capítulo XXIV do Regulamento, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Subordinadas Mezanino, previsto no Artigo 68 do Capítulo XVI do Regulamento; e
- (g) no resgate de Quotas Subordinadas Junior (mesmo que o resgate das Quotas Subordinadas Junior decorra da liquidação antecipada do Fundo), observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS

Caso (a) o Fundo não tenha recursos suficientes para o pagamento dos Encargos do Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (b) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, neste último caso, já considerada a utilização da Reserva de Caixa até o Limite dos Encargos Legais, os titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de quotas específicas objeto de nova Distribuição (definindo, inclusive, o cronograma de integralização das quotas objeto da nova Distribuição), a ser realizada por todos os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, incluindo o reabastecimento da Reserva de Caixa.

Todos os custos e despesas para efetivação das disposições constantes desta Seção serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento desses custos e despesas.

Os pagamentos relativos à integralização das quotas objeto da nova Distribuição, conforme previsto acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XXIV – “Do Aporte de Recursos Adicionais”.

QUOTISTAS

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo Investidor no registro de Quotistas do Fundo.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS

A Agência de *Rating* será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas. Os respectivos relatórios de classificação de risco deverão ser atualizados, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede, na página na rede mundial de computadores e nas agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constituirá um fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas, sendo que a diminuição na classificação de risco das Quotas caracterizará um Evento de Avaliação.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Ainda, o disposto nesta Seção tem por objetivo apenas informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, e não tem a pretensão de analisar situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por essa razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com relação ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As amortizações poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas à época do resgate ou da amortização de Quotas de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

IOF/Títulos

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 (vinte e nove) dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para moeda brasileira bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do

IOF Câmbio aplicável às liquidações das operações de câmbio para ingresso de recursos no País para aplicação no mercado financeiro é de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

Imposto de Renda

A partir de 1º de janeiro de 2005, os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas.

Para fundos com carteira de longo prazo:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Para fundos com carteira de curto prazo:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;

- os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15% (quinze por cento), devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil :

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;

- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15% (quinze por cento);

▪ como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da Quota integrará a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de até 25% (vinte e cinco por cento); e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, a alíquota aplicável no resgate, na amortização e na alienação de Cotas é, como regra, de 15% (quinze por cento).

Considerando o exposto no item (i) acima, a Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15% (quinze por cento). Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF/Títulos

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até percentual de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

X - FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora e o Custodiante, não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

Abaixo estão descritos os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos Creditórios.

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

Riscos de liquidez das Quotas e inexistência de mercado secundário.

Os fundos de investimentos em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os Investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Liquidez dos Direitos Creditórios.

Os principais ativos do Fundo são Direitos Creditórios originados pelo Cedente, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo.

Durante o Prazo de Duração do Fundo e observados os termos e condições do Regulamento e do respectivo Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade do Cedente que atendam aos Critérios de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia de Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (*i.e.*, não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de pagamento antecipado e descontinuidade do Fundo.

A Constituição Federal prevê o pagamento dos Precatórios que preencham as condições do Artigo 78 do ADCT em até 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, sendo que, no caso de descontinuidade do Fundo, os Quotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.

Fatores macroeconômicos relevantes.

Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos nesta Seção, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Riscos associados aos Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Adicionalmente, os Ativos Financeiros poderão ser aplicados em CDBs ou CDIs emitidos pelo Cedente, caso em que o Fundo estaria exposto ao mesmo risco de crédito.

Inexistência de rendimento predeterminado.

O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Capítulo XVI do Regulamento. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas Quotas apurado na forma do Capítulo XVI do Regulamento, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas. Assim, caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas, a rentabilidade dos respectivos Quotistas será inferior a esse limite máximo. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Pagamento dos Encargos do Fundo.

Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos do Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) e outras despesas decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo e também cederá Direitos Creditórios ao Fundo.

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de Cedente e atuando como Custodiante do Fundo, poderá privilegiar seus interesses em detrimento dos interesses do Fundo, o que poderá acarretar na redução da remuneração média da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.

Contratação de operações para composição da carteira do Fundo nas quais a Administradora ou qualquer de suas Afiliadas figurem como contraparte.

O Fundo poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas, estando, portanto, sujeita ao risco das pessoas acima referidas deixarem de efetuar os pagamentos eventualmente devidos ao Fundo em razão das contratações dos negócios acima referidos. A ocorrência deste evento poderá afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.

Possibilidade de novos aportes de recursos.

Caso (i) o Fundo não possua recursos suficientes para pagar os Encargos do Fundo dentro dos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (ii) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, deverá ser convocada Assembleia Geral a ser realizada pelos Quotistas Subordinados Mezanino com a finalidade de aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XXIV do Regulamento. Caso os Quotistas Subordinados Mezanino deliberem pela não aprovação do aporte adicional de recursos ao Fundo ou, mesmo deliberando pelo aporte adicional não tenham recursos suficientes para tanto, todos os Quotistas sofrerão as perdas respectivas, de forma proporcional a sua participação no Fundo, não sendo a Administradora, o Custodiante o Cedente ou qualquer de suas Afiliadas responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por essas perdas.

Risco da titularidade indireta.

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da carteira do Fundo de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.

Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas.

O Regulamento prevê a possibilidade de o Fundo ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, este pode não dispor de recursos para pagamento de todos os Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer Pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.

Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político, nacional e internacional.

Guarda dos Documentos Comprobatórios.

O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

Aprovação de determinadas deliberações em Assembleia Geral por maioria simples dos Quotistas.

Há hipóteses no Regulamento e no presente Prospecto que preveem a aprovação de determinadas deliberações em Assembleia Geral por maioria simples dos titulares das Quotas em Circulação. Tendo em vista que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação deverão representar, durante o Prazo de Duração, pelo menos mais do que metade da totalidade das Quotas em Circulação, as deliberações a serem aprovadas pelos Quotistas por maioria simples poderão ter tomadas unicamente por titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme interesse desses titulares, o que poderá causar prejuízo aos titulares das demais Quotas.

Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior em determinadas deliberações da Assembleia Geral.

O parágrafo único do Artigo 108 do Capítulo XXII do Regulamento estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembleia Geral devem ser tomadas com a participação da totalidade dos titulares das Quotas Seniores em Circulação e/ou das Quotas Subordinadas Junior em Circulação, independentemente do quorum de Quotistas presentes, como é o caso de eventuais alterações: (a) na substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX do Regulamento, respectivamente; e (b) na cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento. Esta condição pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, de forma a atender aos Critérios de Elegibilidade. Por esta razão o Fundo sempre dependerá do Cedente no que tange à aquisição de Direitos Creditórios, o que poderá resultar em perdas aos Quotistas.

Risco referente à Relação Mínima.

A Relação Mínima é uma fração cujo numerador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador é equivalente ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação. É possível que o valor das Quotas Seniores em Circulação seja equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, hipótese na qual a Relação Mínima poderá ser equivalente a 1 (um), não havendo qualquer obrigação de reenquadramento, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV do Regulamento. Na hipótese de a Relação Mínima ser equivalente ou inferior a 1 (um), em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas Seniores será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia ou necessidade de aporte de recursos por parte dos titulares das Quotas Subordinadas ou quaisquer terceiros.

Possibilidade de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente.

O Cedente, na qualidade de instituição financeira, encontra-se sujeito à intervenção ou liquidação extrajudicial, em ambos os casos, efetuada e decretada pelo Bacen, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Caso o Cedente tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, e este se encontre, direta ou indiretamente, na

posse de valores de titularidade do Fundo na data ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime similar, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Risco de crédito.

A realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Inexistência de coobrigação ou direito de regresso.

A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente somente é responsável pela originação, formalização e liquidez dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios, é possível que o Fundo e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.

Possibilidade de alteração na forma de pagamento dos Direitos Creditórios.

Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios, bem como o pagamento antecipado de valores referentes aos Direitos Creditórios, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.

A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o Artigo 78, caput e parágrafos 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30. O Relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do caput do Artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento Precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres, acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o Artigo 78 do ADCT, os Precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do Artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de Precatórios de outra forma.

Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.

Nos termos do Artigo 78 do ADCT, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os Precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado

para a correção monetária dos Precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu Artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Remuneração da conta individualizada.

O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.

Projeto de Emenda Constitucional nº 12.

O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito.

Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 do ADCT). Pela proposta atual (i) os Precatórios cedidos a terceiros ficam passíveis de compensação de débitos de dívida ativa do credor original, mesmo que estes débitos sejam constituídos após a cessão; (ii) a correção de valores dos Precatórios passará a ser realizada de acordo com o índice oficial de correção de juros da caderneta de poupança; e (iii) em relação a Precatórios devidos pela Fazenda Nacional, poderá ser promulgada lei complementar que altere o regime de pagamento de Precatórios. A PEC foi aprovada no dia 1 de abril de 2009 pelo Senado Federal e encaminhada à Câmara dos Deputados. Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada pela Câmara dos Deputados, ou se haverá novas modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Retenção de imposto de renda.

Na forma do Artigo 27 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo Artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de

imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição do Cedente, pelo Fundo, no(s) polo(s) ativo(s) de qualquer das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis.

Riscos relacionados ao recebimento de valores.

No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.

Risco quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias.

Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do Cedente, a inclusão do Fundo no polo ativo da respectiva ação judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no polo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no Artigo 78 do ADCT.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a: (i) firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral e para adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no polo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento integral do crédito cedido; e (ii) imediatamente notificar o Cessionário, por escrito e nos termos previstos no Contrato de Cessão, acerca de qualquer intimação, notificação ou comunicação recebida pelo Cedente em conexão com qualquer Direito Creditório componente da carteira do Fundo.

Mesmo com essas obrigações e a possibilidade de o Fundo, tendo em vista a procuração que será outorgada à Administradora, poder diretamente solicitar a substituição do Cedente no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no polo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, é possível que esses pedidos sejam indeferidos pelas autoridades competentes ou que essas autoridades demorem muito tempo para se manifestar a respeito. Caso isso ocorra, o Fundo dependerá do Cedente para ter conhecimento de qualquer intimação, notificação ou comunicação relacionada ao respectivo Direito Creditório e, portanto, poderá sofrer dificuldades e/ou enfrentar atrasos com relação a pagamentos dele decorrentes, impactando o desempenho do Fundo e, consequentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.

Risco de concentração da carteira de Fundo.

Nos termos do Artigo 6º do Capítulo III do Regulamento, o Fundo pode alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório. Caso isso ocorra, haverá a concentração da carteira do Fundo em um único Precatório. Na hipótese de a carteira do Fundo estar concentrada em um único Precatório (ou em um número restrito de Precatórios), o risco de não pagamento ou atrasos nos pagamentos dos valores devidos ao Fundo fica restrito a esse(s) Precatório(s), o que é menos favorável aos Quotistas se comparado a uma carteira com diversos direitos creditórios, na qual o risco de inadimplemento seria diluído entre os diversos créditos dela integrantes.

Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios no orçamento Federal.

A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento de direitos creditórios, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito. Caso isso ocorra com relação a um Direito Creditório integrante da carteira do Fundo, poderá afetar negativamente e de forma relevante o desempenho do Fundo e, consequentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.

Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros.

Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora on line” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XI – “Fatores de Risco”.

XI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento e nos Documentos da Operação, uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores (i) R\$7.000,00 (sete mil reais); e (ii) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subsequentes (“Taxa de Administração”). A primeira parcela da Taxa de Administração será devida *pro rata* Dias Úteis dentro do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.

Os valores em reais definidos nesta Seção serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da primeira Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.

A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada nesta Seção, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia e os demais Encargos do Fundo.

Não serão cobradas taxas de ingresso, saída ou performance pelo Fundo.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo (inclusive os custos e despesas devidos ao Escritório de Advocacia), em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido (“Encargos Legais”) até o Limite Máximo de Encargos Legais;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à alienação de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;

- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta Corrente do Fundo; e
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do Artigo 31 da ICVM 356, se for o caso.

Para maiores informações vide Regulamento, Capítulo XXI – “Despesas e Encargos do Fundo”.

XII – SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

CONTRATO DE CESSÃO E TERMOS DE CESSÃO

O Fundo, por meio de sua Administradora, celebrou, em 05 de dezembro de 2008, um Contrato de Cessão com o Cedente, por meio do qual o Cedente comprometeu-se em caráter irrevogável e irretratável, a ceder e transferir, por meio da celebração de Termo de Cessão específico, Direitos Creditórios de sua titularidade, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, ao Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao Cedente, em razão de sua titularidade.

O Fundo, por sua vez, por meio da Administradora, comprometeu-se, por meio do Contrato de Cessão a adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do Cedente, observados: (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão; (ii) o objetivo e a política de investimento do Fundo estabelecidos no Capítulo III do Regulamento; e (iii) a Condição da Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV do Regulamento.

Com a aquisição dos Direitos Creditórios, o Fundo torna-se seu titular, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente e efetuará o pagamento a este, em contrapartida à cessão dos Direitos Creditórios, após o recebimento do Termo de Cessão devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente, o preço apurado na forma descrita na Seção “*Preço de Aquisição*”, na página 36 deste Prospecto, em razão do que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

CONTRATO DE CUSTÓDIA

Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da ICVM 356. Neste sentido, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o Artigo 38 da ICVM 356. Pela prestação dos serviços de custódia, o Custodiante fará jus a uma remuneração de, no mínimo, R\$10.000,00 (dez mil reais), a ser paga mensalmente pelo Fundo. Poderá ser cobrada taxa adicional no caso de ocorrer eventos pontuais.

Sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante com relação à guarda física dos Documentos Comprobatórios e demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios, conforme previsto na alínea (d) do Artigo 28 do Regulamento, o Custodiante poderá contratar o Cedente para efetuar a custódia e guarda física dos Documentos Comprobatórios, que assumirá a condição de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios, conforme previsto na alínea (d) do Artigo 28 do Regulamento, para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil.

Adicionalmente, por meio do Contrato de Custódia, o Custodiante, na qualidade de Agente Escriturador, prestará ao Fundo os serviços de controladoria e escrituração de quotas.

CONTRATO DE COLOCAÇÃO

Por meio do Contrato de Colocação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Coordenador Líder para efetuar a distribuição pública das Quotas, em regime de melhores esforços, sendo facultado, outrossim, de comum acordo, a contratação de outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para execução conjunta de tal serviço.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de *Rating* foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, a Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

XIII – INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

ADMINISTRADORA

Para prestação de serviços de administração da carteira do Fundo foi contratada a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que representará o Fundo em todos os seus negócios, sempre de acordo com os termos do Regulamento e no melhor interesse dos Quotistas.

Observada a regulamentação em vigor e as limitações do Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Ainda, a Administradora deverá administrar o Fundo de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (ii) do Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; e (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide o Capítulo VI do Regulamento – “Administração do Fundo”.

Breve Histórico da Administradora

Em maio de 1991, a Administradora foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 (vinte e dois) anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administradora de SPEs de capital aberto ou fechado, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administradora de fundos de investimento, notadamente fundos de investimentos em direitos creditórios.

Estrutura e Administração

Possuindo escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, a empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, José Alexandre Costa de Freitas e Alexandre Lodi de Oliveira, os quais fazem parte da equipe permanente de 57 (cinquenta e sete) profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 14 (quatorze) anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., tendo sido mantida em maio de 2008, a nota de longo prazo brAA-.

Administração de Fundos de Investimento

Especialmente em relação à atividade de administração de fundos de investimentos, a Administradora tem experiência de mais de 12 (doze) anos, marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios, aos gestores e aos quotistas dos respectivos fundos, informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Administradora administra fundos de investimento em direitos creditórios com patrimônio total aproximado de R\$4 bilhões.

CUSTODIANTE

Para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração das Quotas do Fundo, a Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Breve Histórico

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão vem prestando os serviços de custódia desde 1870, por meio de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt, sendo considerado atualmente um dos maiores custodiantes no mundo. O Serviço de custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, títulos públicos federais, títulos privados e de renda variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente, os serviços eram oferecidos para investidores estrangeiros e, em 1996, passaram a ser oferecidos também para administradores locais de recursos e investidores institucionais, tais como fundos de previdência.

Para informações sobre o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, vide Capítulo “Cedente”, na página 81 deste Prospecto.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Para prestação dos serviços de Classificação de Risco das Quotas do Fundo a serem distribuídas na presente Oferta, foi contratada a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Breve Histórico

A Austin Rating será responsável por conferir a classificação de risco das Quotas do Fundo, atualizando-a, no mínimo, a cada 3 (três) meses.

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder *ratings* no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e suas implicações em empresas nacionais, principalmente em instituições financeiras e do mercado de capitais. A Austin Rating destaca-se em sua atividade pela segurança e independência de suas opiniões.

EMPRESA DE AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria devidamente registrada junto à CVM para prestar serviços de auditoria.

Breve Histórico

A KPMG Auditores Independentes é uma empresa formada no Brasil em 1º de julho de 1987, prestando serviços em diversas áreas, por meio de seus departamentos de serviços de auditoria, assessoria tributária, assessoria em serviços financeiros e assessoria em gestão de recursos humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

XIV – CEDENTE

Breve Histórico

O Cedente iniciou suas atividades no Brasil através do “Deutsche Überseeische Bank” em agosto de 1911. As atividades do Cedente foram suspensas 2 (duas) vezes, durante a primeira e a segunda guerra mundial. Em 1968, o Cedente retomou suas atividades em São Paulo e durante as 2 (duas) décadas seguintes os negócios se concentraram na prestação de serviços financeiros para multinacionais, principalmente as de origem alemã, sendo os principais produtos ligados ao comércio exterior.

Desde 18 de março de 1994, o Cedente atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, ao Cedente, recebeu do Bacen licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

Após 1997, o Cedente priorizou as atividades de banco de investimento e banco “Corporate”, através da implementação de uma estrutura de serviços voltada as necessidades dos clientes (*client-focused services*).

O Cedente é atualmente uma instituição bastante ativa no mercado financeiro brasileiro, destacando-se nos mercados de comércio exterior e produtos estruturados. Sua estratégia é prover serviços financeiros diferenciados, adaptados às necessidades dos clientes e voltados ao desenvolvimento de um relacionamento comercial de longo prazo.

Internacionalmente, o Cedente oferece seus serviços em mais de 50 (cinquenta) países e é uma das maiores instituições financeiras do mundo, possuindo excelente reputação.

Estrutura de Capital

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é controlado pelo Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que detém 99.999% (noventa e nove vírgula novecentos e noventa e nove por cento) do seu capital total.

Características Gerais dos seus Negócios

O Cedente é uma instituição de serviços financeiros comprometida em atender às necessidades e expectativas de seus clientes, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis. O Cedente cultiva de maneira criteriosa e cuidadosa a qualidade da informação e análise dos diversos mercados em que está presente.

O principal objetivo do Cedente é atuar com liderança e integridade em áreas como intermediação financeira, negócios corporativos que envolvam fusões, aquisições, reestruturações de caráter societário e financeiro. Para cumprir esse objetivo, trabalha permanentemente para que o cliente alcance o sucesso esperado nas operações demandadas, valorizando as atividades empreendidas pelos profissionais que atuam na empresa.

Assim, a missão diária do Cedente é estar em sintonia com o mercado, buscando oportunidades e usando suas competências para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que tornem cada vez maior o retorno de clientes e acionistas, a fim de garantir o crescimento dos negócios e, em consequência, contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Experiência prévia em outras operações de securitização tendo como objeto Precatórios

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado em outros fundos de investimento em direitos creditórios.

Na data da celebração deste Prospecto, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão tinha figurado e/ou figurava nos seguintes fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM: (i) Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados; (ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não -

Padronizados Precatórios Federais DB I; e (iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados – Precatório Federal 4870-1.

Experiência Profissional dos Administradores

Marcello De Chiaro. Formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1988), obteve seu MSc em finanças pela London Business School (1997). Atuou como Gerente de Projetos na DCA Consulting, na cidade de São Paulo (1990 - 1993). Foi Gerente de Produtos na divisão internacional do Banco Real na cidade de São Paulo (1993 - 1994) e atuou como Gerente de Tesouraria/Mercado de Capitais na filial do Banco Real em Londres (1994 - 1998). No Cedente, desde 1998, atua como Diretor e Tesoureiro local.

Rui Alves. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983). Obteve seu LL.M pela University of Pennsylvania Law School. Atuou como associado estrangeiro no escritório de advocacia Grant, Herrmann, Schwartz & Klinger na cidade de Nova Iorque (1988 - 1989). Atuou como advogado no Banco Chase Manhattan S.A., (1989 - 1992) e como Diretor Adjunto no departamento jurídico do Banco ABC-Roma S.A., ambos na cidade de São Paulo (1992 - 1994). No período de 1992 a 1994, ocupou o cargo de Diretor no departamento legal do Banco Inter American Express S.A. em São Paulo. No Cedente, atua como Chefe do Departamento Jurídico desde 2000.

Maria Aparecida Zupardo. Graduada na Fundação Getulio Vargas em administração de empresas (1978) e na London University - London School of Economics and Political Science em economia (1981). Atuou no Banco Francês e Brasileiro S.A. como Gerente de Sistemas Cambiais Estrangeiros Integrados (1981 - 1989); no Banco Chase Manhattan S.A. como Gerente de Operações (1989 - 1995); e no Banco Inter American Express S.A. como Diretora de Operações e Sistemas (1995 - 1998). No Cedente, atuou como Diretora Administrativa e supervisionou as áreas de Tecnologia, Operações, CRES e Recursos Humanos (1998 - 2006). Atualmente é CAO pelo Brasil e Chefe de Operações para a América Latina (desde 2006).

Luis Mendes. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em economia (1990) e com mestrado na William E. Simon Graduate School of Business Administration da Universidade de Rochester em Nova Iorque (1999). Atuou no Banco Pactual S.A. na cidade do Rio de Janeiro como Sênior Trader de Produtos de Renda Fixa (1989 - 1997); no JP Morgan como Trader, na cidade de Nova Iorque (1999 - 2000), e como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa, na cidade de São Paulo (2000 - 2001); e no Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A., na cidade de São Paulo, como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa (2001 - 2005). No Cedente, atua como Chefe do departamento de Comércio Internacional desde 2005.

Christian Stier. Obteve o diploma de Banking Industry Qualification pela German Chamber of Commerce and Industry na cidade de Essen, na Republica Federal da Alemanha (1984). Atuou no Deutsche Bank AG na cidade de Buenos Aires como analista de informações financeiras (1987 - 1989); no Cedente, na cidade de São Paulo, foi chefe da Área de Controladoria (1989 - 1995); no Deutsche Bank AG, em Frankfurt e em Londres, atuou como profissional no programa de desenvolvimento (1995 - 1996) e como Chefe de Controladoria e Consultoria Interna. Foi membro do Comitê Interno de Controle de Estruturação e do Comitê de Aprovação de Novos Negócios Locais. Desde 2000, é Diretor e Chief Financial Officer – CFO.

Ricardo Nascimento. Graduado pela Fundação Armando Alvares Penteado em finanças (1980). Obteve seu MBA em International Business & Business in Economics pela Columbia University na cidade de Nova Iorque (1988). Atuou no Banco Itaú na cidade de Nova Iorque como Gerente Financeiro (1982 - 1986) e, no Brasil, como Gerente do departamento de câmbio de moeda estrangeira (1988 - 1992). Na Comex Brokerage CO. no Brasil, foi Gerente Financeiro e Administrativo (1993 - 1996). No Banco Itaú, atuou como Gerente Comercial e de Relacionamento com Clientes para Transfer Agents e serviços de custódia (1997 - 2002). No Cedente, atua como Diretor de Custódia (desde 2002).

ANEXOS



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada de acordo com seu estatuto social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes (a “Administradora”), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 (conforme alterada) (a “ICVM 356”) e da Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, em regime de condomínio fechado, que será denominado **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS** (o “Fundo”).

2. Apesar do Diretor responsável pela Administradora perante a Secretaria da Receita Federal, nos termos da regulamentação pertinente, ser o Sr. Mauro Sérgio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 6.722-9, expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25 de maio de 1993, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 197.460.087-49, a Administradora resolve designar como diretor responsável, nos termos da ICVM 356, o Sr. José Alexandre Costa de Freitas, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 78657, expedida pela OAB/RJ em 4 de abril de 1994, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.991.207-17, com domicílio profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, diretor estatutário da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;

2. Aprovar o regulamento do Fundo (o “Regulamento”), o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição.

3. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo, na forma do Regulamento.

4. Contratar: (i) o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo; (ii) a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente ao Fundo; e (iii) a Standard and Poor's Rating Services, agência de classificação de risco de crédito (*rating*), para prestar serviços de classificação de risco (*rating*) das Quotas Subordinadas Mezanino; e (iv) o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, acima qualificado, para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública de Quotas Subordinadas Mezanino (o “Coordenador”).

5. Deliberar sobre: (i) a primeira emissão do Fundo, composta de 5 (cinco) quotas seniores (as “Quotas Seniores”), 50 (cinquenta) quotas subordinadas mezanino (as “Quotas Subordinadas Mezanino”) e 1 (uma) quota subordinada junior (a “Quota Subordinada Junior”) e, em conjunto com as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino, as “Quotas”), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo as Quotas Seniores emitidas com valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), as Quotas Subordinadas Mezanino emitidas com valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e as Quotas Subordinadas Junior emitidas com valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) a aprovação do modelo de suplemento ao Regulamento do Fundo, o qual encontra-se anexo ao Regulamento.

As Quotas Subordinadas Mezanino serão distribuídas publicamente (a "Oferta"), com a intermediação do Coordenador. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior serão subscritas de forma privada.

6. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e ao registro da Oferta das Quotas Subordinadas Mezanino.

Esta deliberação, com o Regulamento e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

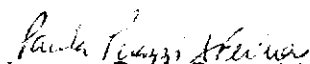
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2008.

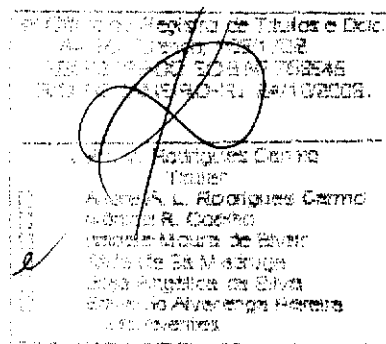

OLIVEIRA TRUST/DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Testemunhas:


Nome: **Paula Porazzi A. Ferreira**
CPF/MF: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: 095.449.027-40


Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**
CPF/MF: **RG: 20.788.384-4**
CPF: 116.871.997-60



REGULAMENTO
DO
DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

Datado de

24 de outubro de 2008

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES	1
CAPÍTULO II - O FUNDO E SUA VIGÊNCIA	7
CAPÍTULO III – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA	8
CAPÍTULO IV - CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	10
CAPÍTULO V – PREÇO DE AQUISIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS PELO FUNDO.....	10
CAPÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....	13
CAPÍTULO VII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA	13
CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	17
CAPÍTULO IX – DA CUSTÓDIA E CONTROLADORIA	18
CAPÍTULO X – DA GESTÃO DO FUNDO.....	19
CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO	21
CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS	28
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	30
CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS.....	31
CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS.....	34
CAPÍTULO XVIII – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	35
CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	35
CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	36
CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....	38
CAPÍTULO XXII – DA ASSEMBLÉIA GERAL	40
CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	41
CAPÍTULO XXIV – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS	42
CAPÍTULO XXV – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	43
CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	43
ANEXO I – MODELO DE SUPLEMENTO	1
ANEXO II – MODELO DE TERMO DE ADESÃO	1
ANEXO III – LISTA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE PARECER.....	1

REGULAMENTO

DO

“DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”

CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES

Artigo 1º Para fins do disposto neste Regulamento, os termos iniciados em letra maiúscula e aqui utilizados, que não sejam de outra forma definidos ao longo deste Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos abaixo, aplicáveis tanto no singular quanto no plural:

“ADCT”: significa Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

“Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Capítulo VI;

“Afilhada(s)”: é(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

“Agência de Rating”: significa a Standard and Poor’s Rating Services, agência de classificação de risco de crédito (*rating*) das Quotas Subordinadas Mezanino da primeira Distribuição do Fundo;

“Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

“Agente Escriturador”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“ANBID”: é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

“ANDIMA”: é a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;

“Anexo(s)”: são os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;

“Assembleia Geral”: significa qualquer assembleia geral de Quotistas do Fundo;

“Ativos Financeiros”: são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima;

“Avaliador”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Bacen”: é o Banco Central do Brasil;

“BOVESPA”: é a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP;

“Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;

“Cedente”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, agindo na qualidade de cedente de Direitos Creditórios ao Fundo;

“CETIP”: é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

“Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;

“CMN”: é o Conselho Monetário Nacional;

“CNPJ”: é o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

“Condição da Cessão”: condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Constituição Federal”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

“Conta Corrente do Fundo”: é a conta corrente de titularidade do Fundo aberta junto ao Custodiante;

“Conta Judicial”: é cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional;

“Contrato de Cessão”: significa cada um dos instrumentos particulares firmados entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Cedente ao Fundo;

“Contrato de Colocação”: significa o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da primeira Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino;

“Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;

“COSIF”: significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

“Crítérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Custodiante”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“CVM”: é a Comissão de Valores Mobiliários;

“Datas de Amortização”: significam as datas correspondentes ao 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da Data de Emissão, durante o Prazo de Duração, nas quais o Fundo deverá efetuar, em Regime de Caixa, a amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, observadas as disposições deste Regulamento. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo;

“Data de Aquisição”: significa (i) a Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino ou (ii) o dia 31 de dezembro de 2008, o que ocorrer primeiro;

“Data de Cálculo”: significa a data em que o valor unitário das Quotas é calculado, sendo que o valor unitário das Quotas será calculado em cada Dia Útil, durante o Prazo de Duração, para fins de integralização, amortização ou resgate;

“Data de Emissão”: significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

“Data de Liquidação”: é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão;

“Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou feriados de âmbito nacional;

“Direito Creditório Elegível”: é todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Liquidação, aos Critérios de Elegibilidade;

“Direitos Creditórios”: significa qualquer direito de crédito contra a União de titularidade do Cedente, vinculado a Precatórios já emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujo pagamento poderá ou não ser realizado ao amparo do Artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30;

“Diretor Designado”: é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pelas informações que deverão ser prestadas na forma da lei;

“Distribuição”: significa a distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e da regulamentação aplicável;

“Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais;

“Documentos da Operação”: são, conjunta ou isoladamente: (a) este Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o “Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” firmado com a Agência de Rating;

“Emenda Constitucional nº 30”: é a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;

“Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria do Fundo;

“Empresas Selecionadas”: significa (i) qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional a ser selecionada de maneira comercialmente razoável pela Administradora, incluindo-se como Empresas Selecionadas o Cedente e suas Afiliadas; e/ou (ii) qualquer Quotista;

“Encargos do Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Encargos Legais”: tem o significado que lhe é atribuído no item (f) do Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Escritório de Advocacia”: significa o Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados;

“Estado”: significa qualquer Estado Federado integrante da República Federativa do Brasil;

“Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 95 do Capítulo XX;

“Evento de Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Fator CDI”: significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia (CDI Extra-Grupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas;

“Fazenda Nacional”: significa a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios;

“FGC”: é o Fundo Garantidor de Créditos;

“Fundo”: é o “DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907, pela ICVM 356, pela ICVM 444 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

“IBGE”: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

“ICVM 356”: é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;

“ICVM 400”: é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;

“ICVM 409”: é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores;

“ICVM 444”: é a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;

“Início das Atividades”: significa a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas por Investidores;

“Investidor”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 3º do Capítulo II;

“Investidores Qualificados”: são aqueles investidores caracterizados no Artigo 109 da ICVM 409;

“IPCA-15”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“IPCA-E”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“Laudo de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“LDO”: é a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

“Limite dos Encargos Legais”: significa o montante equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Limite Máximo de Honorários, a ser calculado na Data de Emissão;

“Limite Máximo de Honorários”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 13 do Capítulo III;

“Litígio”: tem o significado que lhe é atribuído no *caput* do Artigo 17 do Capítulo V;

“MDC”: é o MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“Meta de Rentabilidade”: com relação às Quotas Subordinadas Mezanino, significa o fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;

“Município”: é qualquer município integrante da República Federativa do Brasil.

“Número Índice do IPCA-E”: significa o número índice com base 100 fixada a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será $2524,00 \times (1 - 0,17\%) = 2528,29$. Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.

“Ofícios Requisitórios de Pagamento”: significa qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios;

“Parecer Legal”: tem o significado que lhe é atribuído no *caput* do Artigo 17 do Capítulo V;

“Partes Relacionadas”: são: (a) as pessoas físicas e jurídicas controladas de determinada Pessoa; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Pessoa; (c) as sociedade coligadas com tal Pessoa; e (d) as sociedades sob controle comum com tal Pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“Patrimônio Líquido”: é o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XIII deste Regulamento;

“PEC”: significa a proposta de emenda constitucional, conforme definida na alínea (f) do Artigo 40 do Capítulo XI;

“Periódico”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 110 do Capítulo XXIII;

“Período de Aquisição”: é o intervalo entre a Data de Emissão e o 15º dia posterior à Data de Emissão;

“Período de Capitalização”: é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Amortização anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Amortização subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

“Pessoas”: são pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou

privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

“Plano Contábil”: significa o COSIF, criado pela Circular do Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

“Prazo de Duração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Capítulo II;

“Precatórios”: são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;

“Preço de Aquisição”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;

“Quotas”: são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente;

“Quotas Seniores”, “Quotas Subordinadas Mezanino” e “Quotas Subordinadas Junior”: são as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo, conforme o caso;

“Quotas Subordinadas”: são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, quando mencionadas conjuntamente;

“Quotistas”, “Quotistas Seniores”, “Quotistas Subordinados Mezanino” e “Quotistas Subordinados Junior”: são os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso;

“Razão de Garantia”: significa o resultado da divisão (i) do Patrimônio Líquido e (ii) o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação;

“Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os montantes efetivamente disponíveis para o Fundo quando da realização das amortizações e resgates;

“Regulamento”: é o presente regulamento;

“Relação Mínima”: é equivalente a 1,2 (um vírgula dois);

“Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Capítulo III;

“Resolução CMN nº 2.682”: é a Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.689”: é a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.907”: é a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada;

“SELIC”: é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

“SFF”: é o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“SIAFI”: é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

“Sobretaxa”: é equivalente a 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano;

“STF”: é o Supremo Tribunal Federal;

“Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo I deste Regulamento;

“Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 102 do Capítulo XXI;

“Taxa de Desconto”: é a taxa a ser utilizada para fins de cálculo do desconto empregado para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, que é equivalente à Meta de Rentabilidade acrescida da Sobretaxa;

“TED”: é a transferência eletrônica disponível;

“Termo de Adesão”: é o documento preparado na forma do Anexo II, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;

“Termo de Cessão”: significa cada um dos termos de cessão, lavrados por instrumento público, entre o Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;

“União”: é a União Federal;

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Capítulo XVI; e

“Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 68 do Capítulo XVI.

CAPÍTULO II - O FUNDO E SUA VIGÊNCIA

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, durante o prazo de vigência do Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo III deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira, estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, bem como neste Regulamento.

Artigo 3º O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º As Quotas do Fundo somente poderão ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4º deste Capítulo II, ressalvados os casos de liquidação antecipada do Fundo conforme o previsto neste Regulamento e na regulamentação aplicável. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º Podem participar do Fundo, exclusivamente, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os “Investidores”).

Parágrafo 3º No prazo de até 10 (dez) dias contados: (a) da data de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (b) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 4º O Fundo será vigente desde a Data de Emissão até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro (o “Prazo de Duração”).

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII deste Regulamento.

CAPÍTULO III – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

Artigo 5º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único As aplicações no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do FGC.

Artigo 6º O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão decorrentes, exclusivamente, de obrigações devidas pela União, em observância ao disposto no Artigo 8º da ICVM 444 e no Artigo 40-A da ICVM 356.

Artigo 7º Observado o disposto no Artigo 40 da ICVM 356 e no Parágrafo 1º do Artigo 1º da ICVM 444, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso o Fundo não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo e conforme instruções dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum previsto no Artigo 108 do Capítulo XXII, poderá solicitar à CVM prorrogação desse prazo por mais 90 (noventa) dias, apresentando motivos que justifiquem tal prorrogação, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, aceitar o pedido de prorrogação da Administradora. Caso a CVM não aceite esse pedido da Administradora ou caso, após os 90 (noventa) dias adicionais, o Fundo ainda não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Administradora, por conta e ordem do Fundo e observadas as disposições aplicáveis constantes deste Regulamento, resgatar a totalidade das Quotas.

Parágrafo 2º Respeitadas as disposições constantes deste Capítulo, o Fundo poderá: (a) manter ou aplicar, até que findo o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, a totalidade dos recursos disponibilizados ao Fundo em Ativos Financeiros; ou (b) após o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, manter ou aplicar o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros.

Parágrafo 3º Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º É facultado ao Fundo, por intermédio da Administradora, contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas, desde que respeitada a política de investimento descrita neste Capítulo III.

Parágrafo 5º No curso normal do Programa de Securitização, os recursos recebidos, pelo Fundo, ao longo de cada exercício social, decorrentes de pagamentos relacionados aos Direitos Creditórios, serão reinvestidos em Ativos Financeiros e integrarão o valor a ser amortizado pelos Quotistas na próxima Data de Amortização.

Artigo 8º É vedado ao Fundo realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (d) aplicação em ativos que não os Ativos Financeiros.

Artigo 9º A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. O Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos neste Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Artigo 10 Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, e/ou o Custodiante não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 11 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Artigo 12 Os percentuais e limites de composição e diversificação de carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 13 No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo parcela de seu Patrimônio Líquido (“Reserva de Caixa”) equivalente à soma (i) do montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira Data de Emissão; e (ii) do Limite dos Encargos Legais, baseado no número total de Precatórios cedidos ou a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, apurado pela Administradora, sendo certo que o valor da Reserva de Caixa determinado na primeira Data de Emissão não será inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Administradora deverá manter os recursos correspondentes à Reserva de Caixa aplicados em Ativos Financeiros.

Parágrafo Único Para fins de cálculo da Reserva de Caixa, os valores a serem pagos pelo Fundo ao Escritório de Advocacia para que este implemente medidas judiciais ou extrajudiciais necessária à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação a qualquer Litígio estão descritos na tabela abaixo e deverão ser calculados com base no número de Precatórios integrantes da carteira do Fundo quando do cálculo da Reserva de Caixa (“Limite Máximo de Honorários”):

Número de Precatórios na Carteira do Fundo ou a serem cedidos ao Fundo	Limite Máximo de Honorários
até 5 Precatórios:	R\$250.000,00 (global)
de 6 a 15 Precatórios:	R\$750.000,00 (global)
a partir de 16 Precatórios:	R\$50.000,00 (por precatório)

CAPÍTULO IV - CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 14 O Fundo poderá adquirir, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, total ou parcialmente, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, conforme descritos a seguir:

- (a) **Condição da Cessão:** o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (*i.e.*, União) em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e
- (b) **Critérios de Elegibilidade:** (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

Parágrafo 1º Uma vez atendida a Condição da Cessão e os Critérios de Elegibilidade, e desde que o Fundo tenha recursos suficientes para tanto, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá adquirir, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios elegíveis a ela ofertados pelo Cedente, observadas as disposições deste Regulamento, da regulamentação aplicável, bem como dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Parágrafo 2º O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cujos Precatórios a eles vinculados não apresentem nenhuma parcela paga, desde que atendidos todos os Critérios de Elegibilidade previstos no *caput* deste Artigo 14.

Parágrafo 3º A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade é de responsabilidade do Custodiante. A verificação do atendimento à Condição da Cessão é de responsabilidade do Cedente, mediante confirmação da Administradora, com base nas informações fornecidas pelo Cedente.

CAPÍTULO V – PREÇO DE AQUISIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS PELO FUNDO

Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Liquidação (o “Preço de Aquisição”), e será calculado, na Data de Aquisição, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI}_D$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Aquisição, calculado conforme segue:

$$Valor Descontado = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela “i” do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Liquidação, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela “i” é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior (“Data Projetada do Pagamento”); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Aquisição.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Aquisição até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = \left(1 + Taxa de Desconto\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Aquisição (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

$FatorCDI_D$ = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Desconto (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na data de pagamento do respectivo Preço de Aquisição.

Artigo 16 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, devendo ser observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, conforme o caso, independentemente de manifestação prévia dos Quotistas, sendo que a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, deverá observar as demais disposições deste Regulamento (inclusive com relação à política de investimento descrita no Capítulo III acima) e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser formalizada por meio de Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, estes últimos que deverão, necessariamente, ser lavrados por instrumento público, devidamente apresentados aos respectivos juízos.

Parágrafo 2º A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente, com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União seja intimada judicialmente da cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos relacionados neste Artigo 16, referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de parecer acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII.

Parágrafo 4º Para fins de emitir o parecer referido no parágrafo 3º deste Artigo 16, a Administradora desde já se compromete a fornecer ao advogado responsável pela emissão do respectivo parecer, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações a serem solicitados pelo advogado durante sua análise, os documentos e as informações listados no Anexo III deste Regulamento.

Artigo 17 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso a União ou qualquer terceiro apresente qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida seja adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s) Precatório(s)) (o “Litígio”), a Administradora contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) a natureza do Litígio; (b) as ações a serem adotadas pelo Fundo para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo tendo em vista o Litígio proposto; (c) os custos estimados a serem incorridos para implementação das ações referidas no item (b) deste Artigo, incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo (inclusive com relação à eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente); e (d) a probabilidade de êxito do Fundo em reverter essa situação, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza (o “Parecer Legal”).

Parágrafo 1º Uma vez obtido o Parecer Legal, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Artigo 106 do Capítulo XXII, para que a maioria simples dos detentores das Quotas em Circulação presentes a essa Assembléia Geral decida, com base no Parecer Legal, pela: (a) adoção de ações para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio; (b) pela alienação e consequente transferência do correspondente Precatório inadimplido a terceiros e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 2º Caso os Quotistas optem pela defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas com relação ao Litígio, conforme previsto no item (a) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, mesmo que seja também deliberada a posterior alienação do correspondente Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, esses Quotistas deverão instruir a Administradora a contratar o Escritório de Advocacia para que este adote todas as medidas necessárias para realização dessa defesa com relação ao Litígio. Caso, por outro lado, os Quotistas optem pela alienação (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio) do Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, os Quotistas deverão instruir a Administradora a proceder conforme previsto no Artigo 18 deste Capítulo IV.

Parágrafo 3º Todos os custos e despesas a serem incorridos pelo Fundo com relação às ações a serem adotadas para defesa dos interesses dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio (inclusive despesas com o Escritório de Advocacia e custas judiciais (inclusive com relação a eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente)), serão pagos utilizando-se os recursos disponíveis na Reserva de Caixa, até o custo total acumulado equivalente ao Limite de Encargos Legais, ou, caso necessário e conforme previsto no Capítulo XXIV, com recursos provenientes de aporte de capital por parte dos Quotistas Subordinados Mezanino, a ser realizado por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As perdas incorridas pelo Fundo em razão de qualquer Litígio, do não pagamento de recursos devidos ao Fundo em decorrência dos Ativos Financeiros adquiridos pelo Fundo e/ou dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, bem como em virtude da alienação a terceiros de Direitos Creditórios inadimplidos que então faziam parte da carteira do Fundo, serão refletidas no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no Capítulo XIII.

Artigo 18 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso: (a) os Quotistas decidam pela alienação do Precatório inadimplido (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio), conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º do Artigo 17 acima; (b) a Fazenda Nacional deixe de depositar na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, o(s) valor(es) devido(s) ao Fundo em razão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou (c) os valores depositados, pela Fazenda Nacional, na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano (conforme mencionado no item (b) deste Artigo 18) não sejam liberados da Conta Judicial e depositados na Conta Corrente do Fundo até 31 de março do ano subsequente (cada um desses eventos um “Evento de Aviso Obrigatório”), a Administradora, prontamente, enviará aviso aos Quotistas e ao Custodiante informando sobre a ocorrência do Evento de Aviso Obrigatório (o “Aviso Obrigatório”).

Parágrafo 1º Uma vez enviado o Aviso Obrigatório, a Administradora deverá enviar seus melhores esforços visando à obtenção de propostas de pelo menos 3 (três) Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição do respectivo Precatório inadimplido. Transcorrido 1 (um) mês contado da data de envio do Aviso Obrigatório, a Administradora verificará quantas propostas das Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição (parcial ou integral) do Precatório foram apresentadas. Na hipótese de existir somente uma proposta para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório), o Precatório (ou a parcela correspondente) deverá ser alienado à única Empresa Seleccionada interessada em adquiri-lo, pelo preço por ele oferecido. Caso duas ou mais propostas para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório) sejam apresentadas, a Administradora alienará o Precatório à Empresa Seleccionada que oferecer o maior valor e as melhores condições de pagamento para aquisição do Precatório (ou a parcela correspondente); sendo certo que é possível a aquisição, por mais de uma Empresa Seleccionada, de parcelas diversas de um mesmo Precatório. A aquisição de qualquer Precatório (ou parcela deste) deverá ser aprovada por Quotistas detentores da maioria das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral a ser realizada para este fim.

Parágrafo 2º Caso a Administradora não consiga obter ao menos uma proposta para aquisição de determinado Precatório inadimplido no prazo de 1 (um) mês contado da data de recebimento do Aviso Obrigatório, o Fundo manterá o Precatório em sua carteira até o vencimento do Precatório ou até que este seja alienado, conforme o caso, observadas as disposições constantes deste Regulamento. Os valores recebidos em decorrência da venda do Precatório, a qualquer momento, durante o Prazo de Duração, serão somados ao Patrimônio Líquido do Fundo, e serão investidos em Ativos Financeiros até as Datas de Amortização subsequentes.

CAPÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 19 O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembléia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Tendo em vista a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, a Administradora tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que integrem sua carteira, sendo a Administradora responsável pelas atividades de administração da carteira do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da ICVM 356.

CAPÍTULO VII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) registro dos Quotistas;

- (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a alínea (h) deste Artigo 20;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
 - (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los: (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
 - (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 110 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas Subordinadas Mezanino disponibilizado pela Agência de *Rating*;
 - (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento;
 - (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
 - (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
 - (h) assegurar que o Diretor Designado elabore demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados;
 - (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo III;
 - (j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de *Rating*;
 - (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de *Rating*, do Escritório de Advocacia e à celebração dos respectivos contratos, inclusive o Contrato de Custódia e os demais Documentos da Operação;
 - (l) celebrar, em nome do Fundo, os Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, bem como seus eventuais aditamentos;

- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (ii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo.
- (o) informar imediatamente à Agência de *Rating*:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos aos Contratos de Cessão ou Termos de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 3º do Capítulo II deste Regulamento, e (ii) dos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e seus eventuais aditamentos;
- (q) observar, e fazer com que sejam cumpridas, as disposições constantes deste Regulamento; e
- (r) acompanhar, periodicamente, os relatórios elaborados pelo Escritório de Advocacia contratado pelo Fundo, nos termos do Artigo 16 deste Regulamento, referentes à movimentação de qualquer Conta Judicial relativa à Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, com a finalidade principal de constatar se foram realizados novos depósitos em decorrência de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional em razão desses Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo 1º Observados os termos e condições deste Regulamento e da legislação aplicável, bem como os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora pode:

- (a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Diretos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento, do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, conforme o caso;
- (b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (c) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;

- (d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Quotistas e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
- (e) constituir procuradores, desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Parágrafo 2º A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º A Administradora deverá encaminhar à CVM, em cada Data de Liquidação, parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Artigo 21 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 22 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira prevista no Capítulo III deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por todos os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral conforme disposto no Capítulo XXII, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia ou qualquer outro Documento da Operação, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou que tenham sido determinadas pela CVM, ANBID ou BOVESPA; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 23 A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, na forma do Capítulo XXII deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo. Caso seja deliberada a substituição da Administradora, conforme aqui previsto, os Quotistas deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 2 (duas) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Administração então em vigor.

Artigo 24 A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 25 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais

informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 26 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 24 acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO IX – DA CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Artigo 27 As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da ICVM 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Artigo 28 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na ICVM 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- (c) movimentar a(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Operação;
- (d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, na qualidade de depositário nos termos do inciso IV do artigo 38 da Instrução 356 e dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro (conforme aplicável), dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes ou terceiro contratado, conforme previsto no Parágrafo 2º abaixo: (i) extrato(s) da(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo; (ii) cópias dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo; (iii) Documentos Comprobatórios; e (iv) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
- (e) acolher em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, a partir da sua liberação da Conta Judicial;
- (f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- (g) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (h) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo;
- (i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa;

- (j) informar à Agência de *Rating*, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou nos demais Documentos da Operação;
- (k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (l) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima estabelecida pela legislação em vigor, o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo Primeiro O Custodiante poderá, por sua conta e ordem, contratar terceiro habilitado para a verificação de que trata a alínea “l” acima.

Parágrafo Segundo Sem prejuízo da responsabilidade direta e solidária da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante poderá contratar terceiros para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, conforme indicado no Contrato de Cessão.

Artigo 29 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a(s) conta(s) corrente(s), a(s) conta(s) de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções fornecidas pela Administradora e as disposições deste Regulamento; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

Artigo 30 Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

Artigo 31 O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Operação. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

CAPÍTULO X – DA GESTÃO DO FUNDO

Artigo 32 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão também realizados pela Administradora, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da ICVM 356, que é entidade regularmente

credenciada perante a CVM para essa atividade, e que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 33 deste Capítulo.

Artigo 33 Adicionalmente a suas obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento, são obrigações da Administradora:

- (a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- (b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- (c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXIII deste Regulamento;
- (d) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- (e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 34 Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, na qualidade de gestora da carteira do Fundo, pode:

- (a) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, operação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- (d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Artigo 35 Tendo em vista que existe a possibilidade de serem questionados pelo Fundo em face da União: (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela do Precatório, a Administradora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido nas correspondentes sentenças transitadas em julgado.

Parágrafo Único A Administradora, por conta e ordem do Fundo, de forma a decidir sobre a possibilidade de ajuizar uma ação judicial, em face da União, conforme previsto no *caput* deste Artigo 35, contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) as medidas a serem adotadas pelo Fundo para ajuizar uma ação judicial em face da União; (b) os custos estimados a serem incorridos para implementação das medidas referidas no item (a), incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo e (d) a probabilidade de êxito do Fundo com relação à referida ação judicial, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza. As condições previstas no Artigo 17 do Capítulo IV serão aplicadas, *mutatis mutandis*, à ação judicial aqui prevista.

Artigo 36 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e desde que aprovado por todos os Quotistas reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, contratar terceiro para atuar como gestor da carteira do Fundo, devendo este terceiro, como condição para tanto, enviar notificação à Administradora aceitando expressamente todas as obrigações e responsabilidades a ele inerentes em razão da gestão da carteira do Fundo, previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, sem prejuízo da

assinatura de contrato de gestão entre o novo gestor e a Administradora (na qualidade de representante do Fundo).

Artigo 37 A Administradora poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções de gestão a ela atribuídas nos termos deste Capítulo, desde que simultaneamente renuncie à administração do Fundo, em conformidade com as disposições do Artigo 24 do Capítulo VIII. Nesse caso, a Administradora deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio aos Quotistas de comunicação por escrito, informando-os de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a(s) instituição(ões) substituta(s) assumam(m) efetivamente todos os seus deveres e obrigações na qualidade de administradora do Fundo e gestora da carteira do Fundo.

CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO

Artigo 38 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 39 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não exaustiva, os seguintes:

- (a) Riscos de liquidez das Quotas e inexistência de mercado secundário. Os fundos de investimentos em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os Investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (b) Liquidez dos Direitos Creditórios. Os principais ativos do Fundo são Direitos Creditórios originados pelo Cedente, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (c) Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo. Durante o Prazo de Duração do Fundo e observados os termos e condições deste Regulamento e do respectivo Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade do Cedente que atendam aos Critérios de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia de Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial,

com relação a qualquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (*i.e.*, não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

- (d) Risco de pagamento antecipado e descontinuidade do Fundo. A Constituição Federal prevê o pagamento dos Precatórios que preencham as condições do Artigo 78 do ADCT em até 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, sendo que, no caso de descontinuidade do Fundo, os Quotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- (e) Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Riscos associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Adicionalmente, os Ativos Financeiros poderão ser aplicados em CDBs ou CDIs emitidos pelo Cedente, caso em que o Fundo estaria exposto ao mesmo risco de crédito.
- (g) Inexistência de rendimento predeterminado. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas Quotas apurado na forma do Capítulo XVI, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas. Assim, caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas, a rentabilidade dos respectivos Quotistas será inferior a esse limite máximo. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Pagamento dos Encargos do Fundo. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo V, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) e outras despesas decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de

mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- (i) O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo e também cederá Direitos Creditórios ao Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de Cedente e atuando como Custodiante do Fundo, poderá privilegiar seus interesses em detrimento dos interesses do Fundo, o que poderá acarretar na redução da remuneração média da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (j) Contratação de operações para composição da carteira do Fundo nas quais a Administradora ou qualquer de suas Afiliadas figurem como contraparte. O Fundo poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas, estando, portanto, sujeita ao risco das pessoas acima referidas deixarem de efetuar os pagamentos eventualmente devidos ao Fundo em razão das contratações dos negócios acima referidos. A ocorrência deste evento poderá afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (k) Possibilidade de novos aportes de recursos. Caso (i) o Fundo não possua recursos suficientes para pagar os Encargos do Fundo dentro dos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (ii) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, deverá ser convocada Assembléia Geral a ser realizada pelos Quotistas Subordinados Mezanino com a finalidade de aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XXIV. Caso os Quotistas Subordinados Mezanino deliberem pela não aprovação do aporte adicional de recursos ao Fundo ou, mesmo deliberando pelo aporte adicional não tenham recursos suficientes para tanto, todos os Quotistas sofrerão as perdas respectivas, de forma proporcional a sua participação no Fundo, não sendo a Administradora, o Custodiante o Cedente ou qualquer de suas Afiliadas responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por essas perdas.
- (l) Risco da titularidade indireta. Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da carteira do Fundo de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.
- (m) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê a possibilidade de o Fundo ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, este pode não dispor de recursos para pagamento de todos os Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas e, ainda que recebam o

capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer Pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.

- (n) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político, nacional e internacional.
- (o) Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
- (p) Aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos Quotistas. Há hipóteses no presente Regulamento que prevêem a aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos titulares das Quotas em Circulação. Tendo em vista que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação deverão representar, durante todo o Prazo de Duração, pelo menos mais do que metade da totalidade das Quotas em Circulação, as deliberações a serem aprovadas pelos Quotistas por maioria simples poderão ter tomadas unicamente por titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme interesse desses titulares, o que poderá causar prejuízo aos titulares das demais Quotas.
- (q) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior em determinadas deliberações da Assembléia Geral. O Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembléia Geral devem ser tomadas com a participação da totalidade dos titulares das Quotas Seniores em Circulação e/ou das Quotas Subordinadas Junior em Circulação, independentemente do quorum de Quotistas presentes, como é o caso de eventuais alterações: (a) na substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, respectivamente; e (b) na cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento. Esta condição pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino.
- (r) O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, de forma a atender aos Critérios de Elegibilidade. Por esta razão o Fundo sempre dependerá do Cedente no que tange à aquisição de Direitos Creditórios, o que poderá resultar em perdas aos Quotistas.

Artigo 40 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- (a) Risco de crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de

que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- (b) Inexistência de coobrigação ou direito de regresso. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente somente é responsável pela origem, formalização e liquidez dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios, é possível que o Fundo e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.
- (c) Possibilidade de alteração na forma de pagamento dos Direitos Creditórios. Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios, bem como o pagamento antecipado de valores referentes aos Direitos Creditórios, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (d) Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30. A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o Artigo 78, *caput* e Parágrafos 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30. O Relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do Artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento Precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres, acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o Artigo 78 do ADCT, os Precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do Artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de Precatórios de outra forma.
- (e) Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os Precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos Precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma incluída anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu Artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos

Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- (f) Projeto de Emenda Constitucional nº 12. O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 do ADCT). Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de Precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de Precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos Precatórios, em ordem de valor, pagamento primeiro os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (g) Retenção de imposto de renda. Na forma do Artigo 27 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do Parágrafo 1º do mesmo Artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição do Cedente, pelo Fundo, no(s) pólo(s) ativo(s) de qualquer das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis.
- (h) Quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias. Nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento pelo Fundo ao Cedente pela cessão dos Direitos Creditórios, após a lavratura do Termo de Cessão, estará sujeita: (a) à efetiva comunicação da cessão ao juízo competente, responsável pelo correspondente Precatório que lastreia o Direito Creditório cedido; (b) à substituição do Cedente, pelo Fundo, na qualidade de beneficiário dos Ofícios Requisitórios de Pagamento, ou, alternativamente, ao deferimento judicial de inclusão do Fundo no(s) pólo(s) ativo(s) das correspondentes ações judiciais; e (c) à efetiva subscrição e integralização das Quotas em montante suficiente ao pagamento integral do respectivo Preço de Aquisição.

Na hipótese de ser indeferido o pedido a ser formulado em conjunto entre o Cedente e o Fundo para a substituição do beneficiário original dos Ofícios Requisitórios de Pagamento pelo Fundo, ou caso seja negado o pedido de inclusão do Fundo no(s) pólo(s) ativo(s) das respectivas ações judiciais no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação do primeiro pedido formulado, o Cedente se obriga a firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva

para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral, constando expressamente os poderes para transigir, firmar compromisso, receber, dar quitação, nomear advogados, representar perante órgãos públicos e Tribunais, ceder os créditos decorrentes do Precatório cedido, e adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento integral do crédito cedido. A procuração será válida até o efetivo recebimento, pelo Fundo, do crédito cedido, ou até que haja a substituição do Cedente, pelo Fundo, no respectivo Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da correspondente ação judicial que lhe deu origem.

Artigo 41 Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 42 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 43 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Artigo 44 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 20, alínea (h), deste Regulamento.

Artigo 45 O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2009. Caso tais datas não sejam Dias Úteis, para fins do aqui disposto serão considerados os respectivos Dias Úteis imediatamente subsequentes.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 46 Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do disponível do valor dos ativos integrantes da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo, bem como das respectivas provisões.

Artigo 47 Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

Artigo 48 As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, descritas abaixo, e não poderão ser resgatadas a não ser no término do Prazo de Duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, observado o disposto no Capítulo XVII.

Parágrafo 1º As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Parágrafo 2º O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única, a serem distribuídas de forma privada. O Fundo também poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá respeitar as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

Artigo 49 Cada Quota Sênior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Sênior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento, observado o disposto no Artigo 87 do Capítulo XVIII;
- (e) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (f) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Seniores, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 49, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (g) a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 50 Cada Quota Subordinada Mezanino tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;

- (c) quando findo o Prazo de Duração, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo XVII deste Regulamento;
- (d) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinada Mezanino, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (e) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento;
- (f) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (g) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar com relação a quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 50, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII;
- (h) a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (i) nos termos do Capítulo XXIV, os Quotistas Subordinados Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de quotas subordinadas específicas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Artigo 51 Cada Quota Subordinada Junior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) são subordinadas às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) não poderão ser amortizadas;
- (c) tem o valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na Data de Emissão;
- (d) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados as disposições deste Regulamento;
- (e) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 51, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (f) a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto nas Assembléias Gerais.

Artigo 52 Para fins do disposto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.689, e observadas as disposições do Capítulo XV e os demais normativos aplicáveis, as Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrador e operacionalizado pela CETIP, e no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, podendo ser adquiridas por Investidores residentes ou domiciliados fora do Brasil.

Artigo 53 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo Investidor no registro de Quotistas do Fundo.

Artigo 54 O Fundo não cobrará do Quotista taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas Subordinadas Mezanino serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do anúncio de início da Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior não serão objeto de distribuição pública, devendo ser subscritas e integralizadas de forma privada, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.

Parágrafo 1º As Quotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo deverão ser subscritas conforme previsto neste Regulamento, no anúncio de início de Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino e na legislação aplicável, conforme o caso.

Parágrafo 2º A integralização das Quotas será feita, exclusivamente, em moeda corrente nacional, quando se tratar de Quotas Seniores. A integralização das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá no ato de sua subscrição.

Artigo 56 O Fundo poderá manter em circulação no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes deste Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação (a) até 5 (cinco) Quotas Seniores; e (b) 1 Quota Subordinada Junior, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 58 Não há número mínimo de Quotas a serem emitidas pelo Fundo.

Artigo 59 Desde que observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios geridos pelo Cedente também poderão adquirir as Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 60 No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas Mezanino, objeto da primeira Distribuição pública de quotas do Fundo (cujas características estarão dispostas no respectivo Suplemento), o saldo das Quotas Subordinadas Mezanino não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas Subordinadas Mezanino efetivamente subscritas.

Artigo 61 No ato de subscrição das Quotas, cada subscritor assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão.

Parágrafo 1º Cada Quotista que ingressar no Fundo deverá informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

Parágrafo 2º A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

Artigo 62 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. Não haverá limite mínimo de aplicação inicial no Fundo com relação às Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 63 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência da liquidação do Fundo nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável em vigor.

Artigo 64 As Quotas Subordinadas Mezanino deverão ser registradas para negociação em uma ou mais bolsas de valores ou sistemas de balcão organizado, a critério da Administradora, o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas Subordinadas Mezanino sejam Investidores Qualificados.

Parágrafo 1º Na hipótese de negociação das Quotas Subordinadas Mezanino, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais serão negociadas.

Parágrafo 2º As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior não poderão ser distribuídas publicamente sem a aprovação prévia da CVM.

Artigo 65 Caso necessário, os titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão aprovar a emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de forma a captar os recursos necessários (a) à aquisição dos Direitos Creditórios e (b) ao reabastecimento da Reserva de Caixa, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Único Será dado direito de preferência aos Quotistas Subordinados Mezanino na emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de que trata este Artigo 65 deste Capítulo, observado o critério proporcional de quotas desses Quotistas.

Artigo 66 Durante o Prazo de Duração do Fundo, será admitida a detenção, por um mesmo Investidor, de todas as Quotas Subordinadas Mezanino emitidas.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

Artigo 67 Em cada Data de Cálculo, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores, determinado de acordo com a seguinte expressão:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); ou
 - (ii) em cada Data de Cálculo, após a primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

*Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores = (Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior – Amortização Sênior Anterior) * FatorCDI_{anterior}*

onde:

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior” significa o valor unitário de referência das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à referida Data de Cálculo (“Data de Cálculo Anterior”);

“Amortização Sênior Anterior” significa o montante efetivamente pago pelo Fundo na amortização de cada Quota Sênior realizada na Data de Cálculo Anterior; e

“FatorCDI_{anterior}” significa o Fator CDI correspondente ao período compreendido entre a Data de Cálculo Anterior (inclusive) e a Data de Cálculo (exclusive).

Artigo 68 Em cada Data de Cálculo posterior à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão (x) da diferença entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação pelo (y) número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino, determinado de acordo com a seguinte expressão:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); ou
 - (ii) em cada Data de Cálculo subsequente, o valor apurado de acordo com o disposto a seguir:
 - (ii.A) caso a Data de Cálculo seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será equivalente ao Valor Principal Atualizado (conforme definido abaixo); ou
 - (ii.B) caso a Data de Cálculo não seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou não seja uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo } 252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo Dias Úteis Período}}$$

onde:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior } 252}$$

$$- \text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}$$

onde:

“Valor Principal Anterior”: significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

“Variação IPCA-E”: número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{IPCA - E_{\text{atual}}}{IPCA - E_{\text{anterior}}} - 1$$

onde:

“IPCA- E_{atual} ”: significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

IPCA- E_{anterior} : o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Aquisição.

“Prazo Anterior”: significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

“Amortização Quota Subordinada Mezanino”: é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na referida Data de Amortização.

Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis Período: Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior, conforme o caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).

Proj_IPCA: significa a projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Cálculo o Proj IPCA será determinado como o Proj $IPCA_{i-1}$ (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Artigo 69 A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Junior, o valor unitário de cada Quota Subordinada Junior, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma deste Capítulo, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Junior em Circulação na respectiva data de apuração.

Artigo 70 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos nos Artigos 67 e 68 deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores e aos Quotistas Subordinados Mezanino na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

Artigo 71 Quando da determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos deste Capítulo, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo, porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.

Artigo 72 Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto neste Regulamento. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado um índice substitutivo pela maioria simples dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Artigo 73 As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Artigo 74 As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 75 No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas respectivas Datas de Amortização, em Regime de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII.

Artigo 76 Não é facultado a qualquer dos Quotistas solicitar a realização de amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 77 Não há limite mínimo para amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que as Quotas Seniores terão prioridade na amortização com relação às Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 78 Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 79 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Artigo 80 Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Artigo 81 Após a amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

Artigo 82 A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora: (a) por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (b) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

Artigo 83 Qualquer amortização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas Mezanino somente poderá ser realizada nas Datas de Amortização, conforme aqui previsto.

Artigo 84 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVIII.

Artigo 85 As Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

Artigo 86 Observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, haverá o resgate das Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses: (a) findo o Prazo de duração do Fundo; ou (b) deliberação dos Quotistas no sentido de liquidar antecipadamente o Fundo, por qualquer motivo.

CAPÍTULO XVIII – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 87 A partir do Início das Atividades do Fundo e durante o Prazo de Duração, a Administradora se obriga, por meio de débitos e créditos a serem realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, na ordem de preferência abaixo referida, observadas as demais disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo (inclusive Encargos Legais), devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) adequação da Reserva de Caixa, a não ser que o Fundo esteja sujeito à liquidação antecipada;
- (c) no pagamento do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na Data de Aquisição, em moeda corrente nacional;
- (d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada pró-forma a respectiva amortização, a Razão de Garantia seja inferior à Relação Mínima;
- (e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (f) na amortização, total ou parcial, das quotas subordinadas mezanino emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Subordinadas Mezanino, previsto no Artigo 68 do Capítulo XVI deste Regulamento; e
- (g) no resgate de Quotas Subordinadas Junior (mesmo que o resgate das Quotas Subordinadas Junior decorra da liquidação antecipada do Fundo), observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 89 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os valores ajustados nos termos dos artigos a seguir.

Artigo 90 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 91 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora, aceitos pelo Bacen e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 92 As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos

definidos no Plano Contábil e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 93 Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor.

Artigo 94 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 95 Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Avaliação”):

- (a) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e/ou no Termo de Cessão, conforme aplicável, e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
- (b) não cumprimento do disposto no *caput* e/ou no Parágrafo 1º do Artigo 7º do Capítulo III, a partir do Início das Atividades do Fundo;
- (c) amortização e/ou resgate de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (d) rescisão do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, ou renúncia do Custodiante ou da Agência de *Rating*, conforme o caso, a qualquer tempo e por qualquer motivo, com relação à prestação dos serviços objetos do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, respectivamente, sem que tenha havido a respectiva substituição por outra instituição, nos termos do(s) referido(s) contrato(s);
- (e) renúncia da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (f) caso os Quotistas Subordinados Mezanino não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 72 do Capítulo XVI;
- (g) não cumprimento, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de suas respectivas obrigações constantes deste Regulamento;
- (h) caso um ou mais pagamentos devidos em razão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deixe de ser efetuado e esse(s) pagamento(s) não realizado(s), individualmente ou no agregado, corresponda(m) ao equivalente à 40% (quarenta por cento) ou mais do resultado da somatória de todos os Direitos Creditórios então adquiridos pelo Fundo, com base nos respectivos Preços de Aquisição desses Direitos Creditórios cedidos (calculados conforme previsto no Capítulo XIX); e/ou

- (i) ocorrência do disposto no Parágrafo Único do Artigo 118 do Capítulo XXV.

Artigo 96 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (a) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes e ao Custodiante; (b) suspender, de imediato, a amortização e/ou resgate de Quotas; e (c) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) pela liquidação antecipada do Fundo, hipótese na qual deverão ser estabelecidos nessa Assembléia Geral os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, aplicando-se as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de Quotistas representando a maioria simples das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do *caput* deste Artigo 96, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo em virtude de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar, primeiramente e de forma compulsória, todas as Quotas Seniores, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI. Após o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar todas as Quotas Subordinadas Mezanino compulsoriamente, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 68 do Capítulo XVI. Em ambos os casos, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta Corrente do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos Creditórios, serão imediatamente destinados à Conta Corrente do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida neste Regulamento, a Administradora debitará a Conta Corrente do Fundo e procederá ao resgate antecipado, primeiramente, das Quotas Seniores em Circulação e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 3º Os procedimentos descritos no Parágrafo 2º deste Artigo somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto neste Artigo 96, caso, após o resgate integral das Quotas Seniores, não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Mezanino, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas Subordinados Mezanino, na proporção dos valores a eles devidos. O procedimento de rateio aqui descrito aplicar-se-á ao resgate das Quotas Subordinadas Junior, caso não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Junior. Após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão, ainda, deliberar por maioria simples a não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, observado o aqui disposto e o disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º Se a Administradora deixar de convocar a Assembléia Geral, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, a omissão da Administradora será considerada, automaticamente, como um Evento de Avaliação.

Artigo 97 A maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente

para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa (“Avaliador”) responsável pela preparação de um laudo de avaliação com as características mencionadas no Artigo 98 abaixo (“Laudo de Avaliação”). Caso os Quotistas presentes a essa Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Artigo 98 Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhido na forma do Artigo 97 deste Capítulo. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

Artigo 99 Caso, após 12 (doze) meses da data em que foi deliberada a liquidação antecipada do Fundo, conforme aqui estabelecido, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação (conforme aplicável) um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios existentes na data de constituição do referido condomínio.

Artigo 100 Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, nos termos do Artigo 96 deste Capítulo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos respectivos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do Capítulo XVI em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Artigo 98 deste Capítulo.

Artigo 101 Além das disposições acima e observado o disposto no Capítulo XXII, (i) titulares detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) do total de Quotas em Circulação ou (ii) os Quotistas Seniores (não obstante a quantidade de Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Seniores), podem, a qualquer momento, solicitar que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, convoque Assembléia Geral para deliberação de assuntos a serem indicados por esses Quotistas, inclusive a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 106 do Capítulo XXII, observados, para fins das deliberações a serem tomadas nas respectivas Assembléias Gerais, os quoruns previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 102 Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Operação, uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 7.000,00 (sete mil reais); ou (b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subseqüentes (a “Taxa de Administração”). A primeira parcela da Taxa de Administração será devida *pro rata* Dias Úteis dentro do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.

Parágrafo 1º Os valores em reais definidos neste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da primeira Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

Parágrafo 3º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia e os demais Encargos do Fundo.

Parágrafo 4º O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 206, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o Artigo 56, parágrafo 2º da ICVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste dispositivo será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

Artigo 103 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria e da Agência de Rating;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo (inclusive os custos e despesas devidos ao Escritório de Advocacia), em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido (“Encargos Legais”) até o Limite Máximo de Encargos Legais;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à alienação de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta Corrente do Fundo; e
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do Artigo 31 da ICVM 356, se for o caso.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 104 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive despesas com assessores jurídicos, a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto no Artigo 105 deste Regulamento;
- (g) aprovar a alienação de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 do Capítulo V;
- (h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora para liquidação antecipada do Fundo, por conta e ordem do Fundo; e
- (i) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver.

Artigo 105 O Regulamento e os Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 106 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, mencionado no Artigo 110 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada: (a) pela Administradora; ou (b) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, devendo ser observados, porém, os quoruns de deliberação previstos neste Regulamento. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá ao Diretor Designado ou ao seu representante.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o Diretor Designado e um representante do Custodiante deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 107 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 108 Ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e nas demais disposições deste Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, respectivamente; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.

Artigo 109 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 110 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente (o “Periódico”); e (ii) de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, conforme indicado pelos Quotistas por escrito à Administradora.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no Periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada em Assembléia Geral por Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação.

Artigo 111 A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Único Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de *Rating*, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 112 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 113 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 114 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXIV – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS

Artigo 115 Caso (a) o Fundo não tenha recursos suficientes para o pagamento dos Encargos do Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (b) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, neste último caso, já considerada a utilização da Reserva de Caixa até o Limite dos Encargos Legais, os titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de quotas específicas objeto de nova Distribuição (definindo, inclusive, o cronograma de integralização das quotas objeto da nova Distribuição) a ser realizada por todos os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, incluindo o reabastecimento da Reserva de Caixa.

Artigo 116 Todos os custos e despesas para efetivação das disposições constantes deste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento desses custos e despesas.

Artigo 117 Os pagamento relativos à integralização das quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, conforme previsto no Artigo 115 acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXV – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 118 A Agência de *Rating* será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Subordinadas Mezanino. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede, na página na rede mundial de computadores e nas agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino constituirá um fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas, sendo que a diminuição na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino caracterizará um Evento de Avaliação, nos termos do Artigo 95 do Capítulo XX.

CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 119 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 120 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 121 O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Artigo 122 As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo, para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação por parte do Fundo.

Artigo 123 Considerar-se-á o Fundo liquidado, e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo e o resgate da totalidade das Quotas.

Artigo 124 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2008.


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

ANEXO I – MODELO DE SUPLEMENTO

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS
CNPJ/MF nº [-]**

A primeira distribuição pública das Quotas Subordinadas Mezanino do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (a “Oferta” e o “Fundo”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, registrado no [-]º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, em [-], sob o nº [-] (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

- (a) Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino: [-];
- (b) Valor Nominal Unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na Data de Emissão: [-];
- (c) Valor Total da Oferta: [-];
- (d) Data de Emissão: [-];
- (e) Datas de Amortização: [-];
- (f) Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino: quando findo o Prazo de Duração do Fundo;
- (g) Meta de Rentabilidade aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino: fator anual de [-]% ([-] por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [-] de [-] de 2008.

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do
DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO II – MODELO DE TERMO DE ADESÃO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

4º CÍRCULO - F.J

ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Termo de Adesão ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, na qualidade de investidor do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais (o “Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, (a “Administradora”), declara:

I. Ter recebido cópia do regulamento do Fundo (o “Regulamento”), bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Ser investidor qualificado, nos termos da Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004 (conforme alterada). Nesse sentido, compromete-se a comunicar à Administradora, imediatamente, qualquer alteração em sua condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do Fundo.

III. Estar de acordo e ciente:

(a) dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira de investimento do Fundo, bem como da taxa de administração devida à Administradora;

(b) do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos III e XI (“Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

(c) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;

(d) o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;

(e) a Administradora, no exercício de suas atividades tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;

(f) de que a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsáveis por eventuais perdas que o Fundo venha a sofrer em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão.

(g) de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos;

(e) de que poderá ser chamado a aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Capítulo XXIV do Regulamento;

(h) de que terá que integralizar as quotas do Fundo subscritas por meio do respectivo boletim de subscrição, de acordo com o Regulamento do Fundo;

(i) de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;

(j) de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Monitor Mercantil"; e

(k) os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Termo de Adesão (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

IV. Responsabilizar-se pela veracidade das suas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexactidão ou imprecisão dessas informações.

Por fim, informa que as comunicações enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas ao(s) seguinte(s) e-mail(s): [--], aos cuidados de [nomes completos].

(Local e data)

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INVESTIDOR]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO III – LISTA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE PARECER

**AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS
ORIUNDOS DE DECISÕES JUDICIAIS**

(A) Documentos Referentes ao Processo


- (a) Cópia integral dos autos do processo que deu origem ao crédito, inclusive do processo de execução.
- (b) Cópia integral de todos os atos processuais referentes à ação rescisória, se houver.
- (c) Cópia do Ofício Requisitório de Pagamento.
- (d) Cópia de quaisquer contratos ou outros instrumentos firmados entre o Cedente e quaisquer advogados para a prestação de serviços em relação à ação.

(B) Documentos Referentes ao Cedente

I. Documentos Societários e Demonstrações Financeiras

- (a) Estatuto Social ou Contrato Social atualizado.
- (b) Cópia de todos os atos societários, procurações e outros instrumentos que nomeiem representantes do Cedente.
- (c) Acordo de Acionistas ou Quotistas, se houver.
- (d) Organograma societário atualizado.
- (e) Demonstrações Financeiras da Cedente dos 3 últimos exercícios.

II. Assuntos Contratuais

- (a) Relatório relativo a todos os contratos que representem obrigação financeira perante terceiros (com base em tal relatório poderão ser solicitadas cópias de documentos relevantes).
 - (b) Cópia de qualquer contrato que contenha previsão que limite de qualquer forma a capacidade do Cedente de alienar ou onerar bens ou direitos.
- 

III. Certidões

Certidões obtidas nas comarcas dos imóveis, sede e filiais da Cedente e na Capital do Estado relativamente ao endereço de cada estabelecimento, conforme o caso:

- (a) Certidões dos Cartórios de Protestos (5 anos);
- (b) Certidões quanto à existência de Dívida Ativa da União inscrita (5 anos);
- (c) Certidões atualizadas de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (CQTF) (5 anos);
- (d) Certidões negativa de tributos federais, estaduais, municipais;
- (e) Certidão negativa de débitos para com a Secretaria da Fazenda Estadual (5 anos) onde a Cedente possuir sede e filiais;
- (f) Certidão atualizada de regularidade para com o FGTS;
- (g) Certidão atualizada de regularidade para com a Seguridade Social (incluindo o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS);
- (h) Certidão atualizada de regularidade para com a Dívida Ativa da União;
- (i) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Estadual;
- (j) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Federal;
- (k) Certidão de Distribuição da Justiça do Trabalho;
- (l) Certidões de Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (m) Esclarecimentos sobre as ocorrências eventualmente apontadas pelos documentos acima.



4ª ETAPA - CAPITAL R.J.
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 04/12/2008
REGISTRADO EM CD-R Nº 770875

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO "DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS"**

Datado de

04 de dezembro de 2008

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO "DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS"**

4º RTD-CAPITAL-RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 04/12/2008
REGISTRADO EM OD-R Nº 770875

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora (a "Administradora") do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67 (o "Fundo"), **RESOLVE**, observadas as alterações solicitadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/SIN/Nº 17/2008, de 28 de novembro de 2008, aditar o regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 768546 (o "Regulamento"), de acordo com as cláusulas e condições abaixo.

Cláusula 1. Definições. Todos os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste aditamento, que não sejam de outra forma aqui definidos, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento, aplicáveis tanto no singular como no plural.

Cláusula 2. Alterações no Regulamento. A Administradora, neste ato e por este instrumento, altera as disposições do Regulamento, conforme descrito abaixo.

2.1. Alteração das definições de "Agência de Rating", "Meta de Rentabilidade", "Relação Mínima", "Sobretaxa" e de "Taxa de Desconto", constantes do Artigo 1º do Regulamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Agência de Rating": significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, agência de classificação de risco de crédito (rating) das Quotas Subordinadas Mezanino da primeira Distribuição do Fundo;"

"Meta de Rentabilidade": tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;"

"Relação Mínima": significa a relação mínima admitida entre a divisão, à época do cálculo: (i) do Patrimônio Líquido e (ii) do valor agregado das Quotas Seniores em Circulação;"

"Sobretaxa": tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;"

"Taxa de Desconto": tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;"

2.2. Exclusão da definição de "Razão de Garantia" do Artigo 1º do Regulamento.

2.3. Inclusão da definição de "Montante de Aquisição Indicativo" no Artigo 1º do Regulamento, conforme segue:

"Montante de Aquisição Indicativo": tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;"

2.4. Alteração da alínea "a" do Artigo 14 do Regulamento, conforme segue:

"[...]"

(a) Condição da Cessão: o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (i.e., União) em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em



julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e"

2.5. Inclusão de novas definições utilizadas no cálculo do Preço de Aquisição constante do Artigo 15 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Liquidação (o "Preço de Aquisição"), e será calculado, na Data de Aquisição, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI}_D$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Aquisição, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela "i" do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Liquidação, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela "i" é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior ("Data Projetada do Pagamento"); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Aquisição.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Aquisição até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = (1 + \text{Taxa de Desconto})^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Aquisição (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos



Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Aquisição, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = \sum Valores Descontados Indicativos, onde:

Valores Descontados Indicativos_j = valor descontado do "j"-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Aquisição, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_indicativo_i\}$, onde:

FD_indicativo_i = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao "i"-ésimo fluxo de caixa FC_i, calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Aquisição até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_indicativo_i = (1 + Meta_de_Rentabilidade)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

FatorCDI_D = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Desconto (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na data de pagamento do respectivo Preço de Aquisição."

2.6. Alteração dos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 16 do Regulamento, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"[...]"

Parágrafo 3º O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos relacionados neste Artigo 16, referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Parágrafo 4º Para fins de cumprimento das obrigações previstas no parágrafo 1º do artigo 7º da ICVM 444, e tendo em vista a aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo, a emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo ocorrerá concomitantemente à aquisição de um determinado Precatório pelo Fundo, observada a obrigação de envio, em cada Data de Liquidação, pela Administradora à CVM, desses pareceres conforme estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII, bem como de disponibilização dos referidos pareceres nos sites da Administradora e da CVM tão logo sejam emitidos. A Administradora desde já se compromete a fornecer ao advogado responsável pela emissão desses pareceres, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações a serem solicitados pelo advogado durante sua análise, os documentos e as informações listados no Anexo III deste Regulamento, para que esse advogado possa emitir os respectivos pareceres, considerando, para tanto, exclusivamente, as informações e os documentos fornecidos pelo Cedente."

2.7. Alteração da alínea "e" do Artigo 20 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"[...]"

(e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento, bem como calcular e divulgar em seu website, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa e da

Relação Mínima, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;"

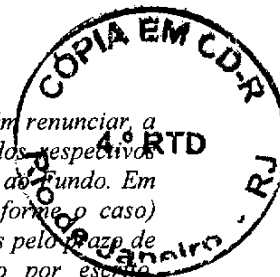
2.8. Alteração da alínea "i" do Artigo 28 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"[...]"

(i) *colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Relação Mínima;"*

2.9. Inclusão do Parágrafo Único no Artigo 31 do Regulamento, conforme segue:

"Parágrafo Único A Agência de Rating e/ou a Empresa de Auditoria poderão também renunciar, a qualquer tempo, às funções a elas atribuídas nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos firmados entre cada uma delas e o Fundo para prestação de serviços ao Fundo. Em qualquer desses casos, a Agência de Rating e/ou a Empresa de Auditoria (conforme o caso) deverão, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito informando-a da respectiva renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Parágrafo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Agência de Rating e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso). Ademais, na hipótese de substituição da Agência de Rating e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso) pelos Quotistas nos termos da alínea (b) do Artigo 104 do Capítulo XXII, deverão ser observados, mutatis mutandis, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora."



2.10. Inclusão das alíneas "s" e "t" no Artigo 39 do Regulamento, conforme segue:

"[...]"

(s) *Risco referente à Relação Mínima. A Relação Mínima é uma fração cujo numerador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador é equivalente ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação. É possível que o valor das Quotas Seniores em Circulação seja equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, hipótese na qual a Relação Mínima poderá ser equivalente a 1 (um), não havendo qualquer obrigação de reenquadramento, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV. Na hipótese de a Relação Mínima ser equivalente ou inferior a 1 (um), em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas Seniores será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia ou necessidade de aporte de recursos por parte dos titulares das Quotas Subordinadas ou quaisquer terceiros.*

(t) *Possibilidade de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente. O Cedente, na qualidade de instituição financeira, encontra-se sujeito à intervenção ou liquidação extrajudicial, em ambos os casos, efetuada e decretada pelo Bacen, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Caso o Cedente tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, e este se encontre, direta ou indiretamente, na posse de valores de titularidade do Fundo na data ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime similar, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos."*

2.11. Inclusão da alínea "i" no Artigo 40 do Regulamento, conforme segue:

"[...]"

(i) *Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros. Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de*



serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de "penhora on line" de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos."

2.12. Inclusão do Parágrafo 3º no Artigo 48 do Regulamento, conforme segue:

"Parágrafo 3º No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será calculada diariamente, sendo admitido o valor equivalente a 1 (um) e não havendo obrigatoriedade de reequadramento da Relação Mínima caso o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação seja igual ao valor do Patrimônio Líquido, observado que, nos termos da alínea (d) do Artigo 87 do Capítulo XVIII, as Quotas Seniores somente serão amortizadas caso, considerada pró-forma a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco)."

2.13. Alteração da alínea "g" do Artigo 50 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"[...]"

(g) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e com relação a quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 50, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII,"



2.14. Alteração da alínea "d" do Artigo 87 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"[...]"

(d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento, especialmente o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada pró-forma a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco);"

2.15. Inclusão do Parágrafo Único no Artigo 107 do Regulamento, conforme segue:

"Parágrafo Único Não obstante o disposto no caput deste Artigo 107, não terão direito a voto nas Assembléias Gerais a Administradora e seus empregados, nos termos do parágrafo 3º do artigo 29 da ICVM 356."

2.16. Alteração do Parágrafo Único no Artigo 108 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante, conforme disposto no Artigo 30 do Capítulo IX; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento."

Cláusula 3. Consolidação do Regulamento. Em razão das alterações aqui estabelecidas, e para maior conveniência, versão consolidada do Regulamento com as modificações realizadas por meio deste aditamento é apresentada abaixo.

“REGULAMENTO

DO

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÂ 2.º RTD PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS



CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES

Artigo 1º Para fins do disposto neste Regulamento, os termos iniciados em letra maiúscula e aqui utilizados, que não sejam de outra forma definidos ao longo deste Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos abaixo, aplicáveis tanto no singular quanto no plural:

“**ADCT**”: significa Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

“**Administradora**”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Capítulo VI;

“**Afiliada(s)**”: é(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

“**Agência de Rating**”: significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, agência de classificação de risco de crédito (*rating*) das Quotas Subordinadas Mezanino da primeira Distribuição do Fundo;

“**Agente**”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

“**Agente Escriturador**”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“**ANBID**”: é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

“**ANDIMA**”: é a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;

“**Anexo(s)**”: são os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;

“**Assembléia Geral**”: significa qualquer assembléia geral de Quotistas do Fundo;

“**Ativos Financeiros**”: são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima;

“Avaliador”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Bacen”: é o Banco Central do Brasil;

“BOVESPA”: é a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP;

“Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;

“Cedente”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, agindo na qualidade de cedente de Direitos Creditórios ao Fundo;

“CETIP”: é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

“Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;

“CMN”: é o Conselho Monetário Nacional;

“CNPJ”: é o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

“Condição da Cessão”: condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Constituição Federal”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

“Conta Corrente do Fundo”: é a conta corrente de titularidade do Fundo aberta junto ao Custodiante;

“Conta Judicial”: é cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional;

“Contrato de Cessão”: significa cada um dos instrumentos particulares firmados entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Cedente ao Fundo;

“Contrato de Colocação”: significa o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da primeira Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino;

“Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;

“COSIF”: significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

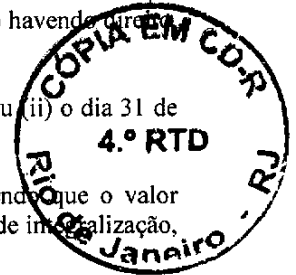
“Critérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Custodiante”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“CVM”: é a Comissão de Valores Mobiliários;



“Datas de Amortização”: significam as datas correspondentes ao 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da Data de Emissão, durante o Prazo de Duração, nas quais o Fundo deverá efetuar, em Regime de Caixa, a amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, observadas as disposições deste Regulamento. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior, não havendo dire



“Data de Aquisição”: significa (i) a Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino ou (ii) o dia 31 de dezembro de 2008, o que ocorrer primeiro;

“Data de Cálculo”: significa a data em que o valor unitário das Quotas é calculado, sendo que o valor unitário das Quotas será calculado em cada Dia Útil, durante o Prazo de Duração, para fins de integralização, amortização ou resgate;

“Data de Emissão”: significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

“Data de Liquidação”: é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão;

“Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou feriados de âmbito nacional;

“Direitos Creditórios”: significa qualquer direito de crédito contra a União de titularidade do Cedente, vinculado a Precatórios já emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujo pagamento poderá ou não ser realizado ao amparo do Artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30;

“Direito Creditório Elegível”: é todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Liquidação, aos Critérios de Elegibilidade;

“Diretor Designado”: é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pelas informações que deverão ser prestadas na forma da lei;

“Distribuição”: significa a distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e da regulamentação aplicável;

“Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais;

“Documentos da Operação”: são, conjunta ou isoladamente: (a) este Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o “Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” firmado com a Agência de Rating;

“Emenda Constitucional nº 30”: é a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;

“Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de

auditoria do Fundo;

“Empresas Selecionadas”: significa (i) qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional a ser selecionada de maneira comercialmente razoável pela Administradora, incluindo-se como Empresas Selecionadas o Cedente e suas Afiliadas; e/ou (ii) qualquer Quotista;

“Encargos do Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Encargos Legais”: tem o significado que lhe é atribuído no item (f) do Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Escritório de Advocacia”: significa o Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados;

“Estado”: significa qualquer Estado Federado integrante da República Federativa do Brasil;

“Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 95 do Capítulo XX;

“Evento de Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Fator CDI”: significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia (CDI Extra-Grupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas;

“Fazenda Nacional”: significa a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios;

“FGC”: é o Fundo Garantidor de Créditos;

“Fundo”: é o “DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907, pela ICVM 356, pela ICVM 444 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

“IBGE”: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

“ICVM 356”: é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;

“ICVM 400”: é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;

“ICVM 409”: é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores;

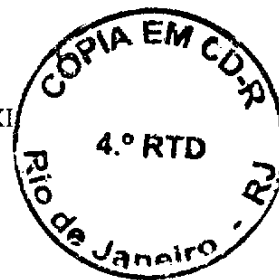
“ICVM 444”: é a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;

“Início das Atividades”: significa a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas por Investidores;

“Investidores”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 3º do Capítulo II;

“Investidores Qualificados”: são aqueles investidores caracterizados no Artigo 109 da ICVM 409;

“IPCA-15”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;



“IPCA-E”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“Laudo de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“LDO”: é a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

“Limite dos Encargos Legais”: significa o montante equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Limite Máximo de Honorários, a ser calculado na Data de Emissão;

“Limite Máximo de Honorários”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 13 do Capítulo III;

“Litígio”: tem o significado que lhe é atribuído no *caput* do Artigo 17 do Capítulo V;

“MDC”: é o MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“Meta de Rentabilidade”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Montante de Aquisição Indicativo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Município”: é qualquer município integrante da República Federativa do Brasil.

“Número Índice do IPCA-E”: significa o número índice com base 100 fixado a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$. Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.

“Ofícios Requisitórios de Pagamento”: significa qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios;

“Parecer Legal”: tem o significado que lhe é atribuído no *caput* do Artigo 17 do Capítulo V;

“Partes Relacionadas”: são: (a) as pessoas físicas e jurídicas controladas de determinada Pessoa; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Pessoa; (c) as sociedade coligadas com tal Pessoa; e (d) as sociedades sob controle comum com tal Pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“Patrimônio Líquido”: é o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XIII deste Regulamento;

“PEC”: significa a proposta de emenda constitucional, conforme definida na alínea (f) do Artigo 40 do Capítulo XI;

“Periódico”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 110 do Capítulo XXIII;

“Período de Aquisição”: é o intervalo entre a Data de Emissão e o 15º dia posterior à Data de Emissão;



“Período de Capitalização”: é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Amortização anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Amortização subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

“Pessoas”: são pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

“Plano Contábil”: significa o COSIF, criado pela Circular do Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1986, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

“Prazo de Duração” tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Capítulo II;

“Precatórios”: são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento expedidos pelos juizes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;

“Preço de Aquisição”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;

“Quotas”: são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente;

“Quotas Seniores”, “Quotas Subordinadas Mezanino” e “Quotas Subordinadas Junior”: são as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo, conforme o caso;

“Quotas Subordinadas”: são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, quando mencionadas conjuntamente;

“Quotistas”, “Quotistas Seniores”, “Quotistas Subordinados Mezanino” e “Quotistas Subordinados Junior”: são os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso;

“Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os montantes efetivamente disponíveis para o Fundo quando da realização das amortizações e resgates;

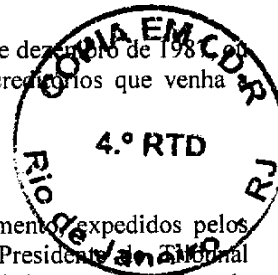
“Regulamento”: é o presente regulamento;

“Relação Mínima”: significa a relação mínima admitida entre a divisão, à época do cálculo: (i) do Patrimônio Líquido e (ii) do valor agregado das Quotas Seniores em Circulação;

“Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Capítulo III;

“Resolução CMN nº 2.682”: é a Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.689”: é a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada;



“Resolução CMN nº 2.907”: é a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada;

“SELIC”: é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

“SFF”: é o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“SIAFI”: é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

“Sobretaxa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“STF”: é o Supremo Tribunal Federal;

“Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo I deste Regulamento;

“Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 102 do Capítulo XXI;

“Taxa de Desconto”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“TED”: é a transferência eletrônica disponível;

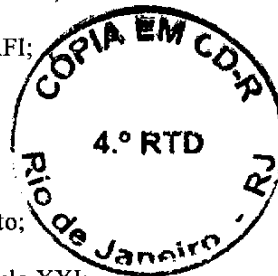
“Termo de Adesão”: é o documento preparado na forma do Anexo II, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;

“Termo de Cessão”: significa cada um dos termos de cessão, lavrados por instrumento público, entre o Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;

“União”: é a União Federal;

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Capítulo XVI; e

“Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 68 do Capítulo XVI.



CAPÍTULO II - O FUNDO E SUA VIGÊNCIA

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, durante o prazo de vigência do Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo III deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira, estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, bem como neste Regulamento.

Artigo 3º O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º As Quotas do Fundo somente poderão ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4º deste Capítulo II, ressalvados os casos de liquidação antecipada do Fundo conforme o previsto neste Regulamento e na regulamentação aplicável. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º Podem participar do Fundo, exclusivamente, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos

creditórios não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os "Investidores").

Parágrafo 3º No prazo de até 10 (dez) dias contados: (a) da data de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (b) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 4º O Fundo será vigente desde a Data de Emissão até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro (o "Prazo de Duração").

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII deste Regulamento.



CAPÍTULO III – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

Artigo 5º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único As aplicações no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do FGC.

Artigo 6º O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão decorrentes, exclusivamente, de obrigações devidas pela União, em observância ao disposto no Artigo 8º da ICVM 444 e no Artigo 40-A da ICVM 356.

Artigo 7º Observado o disposto no Artigo 40 da ICVM 356 e no Parágrafo 1º do Artigo 1º da ICVM 444, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso o Fundo não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo e conforme instruções dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum previsto no Artigo 108 do Capítulo XXII, poderá solicitar à CVM prorrogação desse prazo por mais 90 (noventa) dias, apresentando motivos que justifiquem tal prorrogação, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, aceitar o pedido de prorrogação da Administradora. Caso a CVM não aceite esse pedido da Administradora ou caso, após os 90 (noventa) dias adicionais, o Fundo ainda não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Administradora, por conta e ordem do Fundo e observadas as disposições aplicáveis constantes deste Regulamento, resgatar a totalidade das Quotas.

Parágrafo 2º Respeitadas as disposições constantes deste Capítulo, o Fundo poderá: (a) manter ou aplicar, até que findo o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, a totalidade dos recursos disponibilizados ao Fundo em Ativos Financeiros; ou (b) após o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput*

deste Artigo, manter ou aplicar o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros.

Parágrafo 3º Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º É facultado ao Fundo, por intermédio da Administradora, contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas, desde que respeitada a política de investimento descrita neste Capítulo III.

Parágrafo 5º No curso normal do Programa de Securitização, os recursos recebidos pelo Fundo, ao longo de cada exercício social, decorrentes de pagamentos relacionados aos Direitos Creditórios, serão reinvestidos em Ativos Financeiros e integrarão o valor a ser amortizado pelos Quotistas na próxima Data de Amortização.

Artigo 8º É vedado ao Fundo realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (d) aplicação em ativos que não os Ativos Financeiros.

Artigo 9º A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. O Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos neste Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Artigo 10 Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, e/ou o Custodiante não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 11 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Artigo 12 Os percentuais e limites de composição e diversificação de carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 13 No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo parcela de seu Patrimônio Líquido ("Reserva de Caixa") equivalente à soma (i) do montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira Data de Emissão; e (ii) do Limite dos Encargos Legais, baseado no número total de Precatórios cedidos ou a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, apurado pela Administradora, sendo certo que o valor da Reserva de Caixa determinado na primeira Data de Emissão não será inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Administradora deverá manter os recursos correspondentes à Reserva de Caixa aplicados em Ativos Financeiros.

Parágrafo Único Para fins de cálculo da Reserva de Caixa, os valores a serem pagos pelo Fundo ao Escritório de Advocacia para que este implemente medidas judiciais ou extrajudiciais necessária à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação a qualquer Litígio estão descritos na

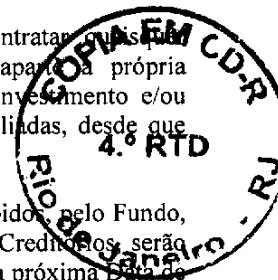
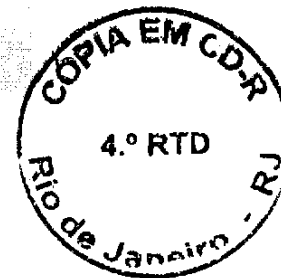


tabela abaixo e deverão ser calculados com base no número de Precatórios integrantes da carteira do Fundo quando do cálculo da Reserva de Caixa ("Limite Máximo de Honorários"):

Número de Precatórios na Carteira do Fundo ou a serem cedidos ao Fundo	Limite Máximo de Honorários
até 5 Precatórios:	R\$250.000,00 (global)
de 6 a 15 Precatórios:	R\$750.000,00 (global)
a partir de 16 Precatórios:	R\$50.000,00 (por precatório)



CAPÍTULO IV - CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 14 O Fundo poderá adquirir, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, total ou parcialmente, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, conforme descritos a seguir:

- (a) **Condição da Cessão:** o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (*i.e.*, União) em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e
- (b) **Critérios de Elegibilidade:** (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

Parágrafo 1º Uma vez atendida a Condição da Cessão e os Critérios de Elegibilidade, e desde que o Fundo tenha recursos suficientes para tanto, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá adquirir, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios elegíveis a ela ofertados pelo Cedente, observadas as disposições deste Regulamento, da regulamentação aplicável, bem como dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Parágrafo 2º O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cujos Precatórios a eles vinculados não apresentem nenhuma parcela paga, desde que atendidos todos os Critérios de Elegibilidade previstos no *caput* deste Artigo 14.

Parágrafo 3º A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade é de responsabilidade do Custodiante. A verificação do atendimento à Condição da Cessão é de responsabilidade do Cedente, mediante confirmação da Administradora, com base nas informações fornecidas pelo Cedente.

CAPÍTULO V – PREÇO DE AQUISIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS PELO FUNDO

Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Liquidação (o "Preço de Aquisição"), e será calculado, na Data de Aquisição, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI}_D$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Aquisição, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela "i" do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Aquisição, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela "i" é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior ("Data Projetada do Pagamento"); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Aquisição.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Aquisição até a Data Projetada do Pagamento; do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = (1 + \text{Taxa de Desconto})^{\left(-\frac{DU_i}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Aquisição (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento; do ano em que o FC_i é apurado (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), onde:

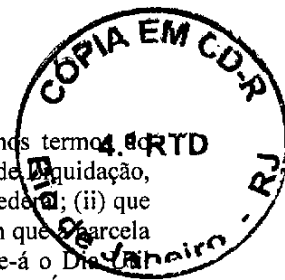
Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Aquisição, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = $\sum \text{Valores Descontados Indicativos}$, onde:

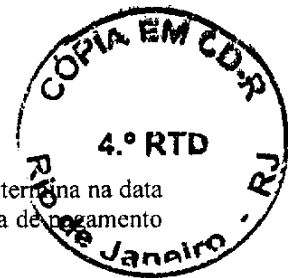
Valores Descontados Indicativos_j = valor descontado do "j"-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Aquisição, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_{\text{indicativo}_i}\}, \text{ onde:}$$

$FD_{\text{indicativo}_i}$ = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao "i"-ésimo fluxo de caixa FC_i , calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Aquisição até a Data Projetada do Pagamento; do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:



$$FD_indicativo_i = (1 + Meta_de_Rentabilidade)^{\left(\frac{-DU}{252}\right)}$$



$FatorCDI_D$ = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Desconto (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na data de pagamento do respectivo Preço de Aquisição.

Artigo 16 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, devendo ser observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, conforme o caso, independentemente de manifestação prévia dos Quotistas, sendo que a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, deverá observar as demais disposições deste Regulamento (inclusive com relação à política de investimento descrita no Capítulo III acima) e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser formalizada por meio de Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, estes últimos que deverão, necessariamente, ser lavrados por instrumento público, devidamente apresentados aos respectivos juízos.

Parágrafo 2º A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente, com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União seja intimada judicialmente da cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos relacionados neste Artigo 16, referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Parágrafo 4º Para fins de cumprimento das obrigações previstas no parágrafo 1º do artigo 7º da ICVM 444, e tendo em vista a aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo, a emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo ocorrerá concomitantemente à aquisição de um determinado Precatório pelo Fundo, observada a obrigação de envio, em cada Data de Liquidação, pela Administradora à CVM, desses pareceres conforme estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII, bem como de disponibilização dos referidos pareceres nos sites da Administradora e da CVM tão logo sejam emitidos. A Administradora desde já se compromete a fornecer ao advogado responsável pela emissão desses pareceres, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações a serem solicitados pelo advogado durante sua análise, os documentos e as informações listados no Anexo III deste Regulamento, para que esse advogado possa emitir os respectivos pareceres, considerando, para tanto, exclusivamente, as informações e os documentos fornecidos pelo Cedente.

Artigo 17 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso a União ou qualquer terceiro apresente qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida seja adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s) Precatório(s)) (o “Litígio”), a Administradora contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) a natureza do Litígio; (b) as ações a serem adotadas pelo Fundo para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo tendo em vista o Litígio proposto; (c) os custos estimados a serem incorridos para implementação das ações referidas no item (b) deste Artigo, incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo (inclusive com relação à eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente); e (d) a probabilidade de êxito do Fundo em reverter essa situação, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza (o “Parecer Legal”).

Parágrafo 1º Uma vez obtido o Parecer Legal, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Artigo 106 do Capítulo XXII, para que a maioria simples dos detentores das Quotas em Circulação presentes a essa Assembléia Geral decida, com base no Parecer Legal, pela: (a) adoção de ações para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio; (b) pela alienação e conseqüente transferência do correspondente Precatório inadimplido a terceiros e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.



Parágrafo 2º Caso os Quotistas optem pela defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas com relação ao Litígio, conforme previsto no item (a) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, mesmo que seja também deliberada a posterior alienação do correspondente Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, esses Quotistas deverão instruir a Administradora a contratar o Escritório de Advocacia para que este adote todas as medidas necessárias para realização dessa defesa com relação ao Litígio. Caso, por outro lado, os Quotistas optem pela alienação (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio) do Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, os Quotistas deverão instruir a Administradora a proceder conforme previsto no Artigo 18 deste Capítulo IV.

Parágrafo 3º Todos os custos e despesas a serem incorridos pelo Fundo com relação às ações a serem adotadas para defesa dos interesses dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio (inclusive despesas com o Escritório de Advocacia e custas judiciais (inclusive com relação a eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente)), serão pagos utilizando-se os recursos disponíveis na Reserva de Caixa, até o custo total acumulado equivalente ao Limite de Encargos Legais, ou, caso necessário e conforme previsto no Capítulo XXIV, com recursos provenientes de aporte de capital por parte dos Quotistas Subordinados Mezanino, a ser realizado por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As perdas incorridas pelo Fundo em razão de qualquer Litígio, do não pagamento de recursos devidos ao Fundo em decorrência dos Ativos Financeiros adquiridos pelo Fundo e/ou dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, bem como em virtude da alienação a terceiros de Direitos Creditórios inadimplidos que então faziam parte da carteira do Fundo, serão refletidas no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no Capítulo XIII.

Artigo 18 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso: (a) os Quotistas decidam pela alienação do Precatório inadimplido (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio), conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º do Artigo 17 acima; (b) a Fazenda Nacional deixe de depositar na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, o(s) valor(es) devido(s) ao Fundo em razão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou (c) os valores depositados, pela Fazenda Nacional, na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano (conforme mencionado no item (b) deste Artigo 18) não sejam liberados da Conta Judicial e depositados na Conta Corrente do Fundo até 31 de março do ano subsequente (cada um desses eventos um “Evento de Aviso Obrigatório”), a Administradora, prontamente, enviará aviso aos Quotistas e ao Custodiante informando sobre a ocorrência do Evento de Aviso Obrigatório (o “Aviso Obrigatório”).

Parágrafo 1º Uma vez enviado o Aviso Obrigatório, a Administradora deverá enviar seus melhores esforços visando à obtenção de propostas de pelo menos 3 (três) Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição do respectivo Precatório inadimplido. Transcorrido 1 (um) mês contado da data de envio do Aviso Obrigatório, a Administradora verificará quantas propostas das Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição (parcial ou integral) do Precatório foram apresentadas. Na hipótese de existir somente uma proposta para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório), o Precatório (ou a parcela correspondente) deverá ser alienado à única Empresa Seleccionada interessada em adquiri-lo, pelo preço por ele oferecido. Caso duas ou mais propostas para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório) sejam apresentadas, a Administradora alienará o Precatório à Empresa Seleccionada que oferecer o maior valor e as melhores condições de pagamento para aquisição do Precatório (ou a parcela correspondente); sendo certo que é possível a aquisição, por mais de uma Empresa Seleccionada, de parcelas diversas de um mesmo Precatório. A aquisição de qualquer Precatório (ou parcela deste) deverá ser aprovada por Quotistas detentores da maioria das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral a ser realizada para este fim.

Parágrafo 2º Caso a Administradora não consiga obter ao menos uma proposta para aquisição de determinado Precatório inadimplido no prazo de 1 (um) mês contado da data de recebimento do Aviso Obrigatório, o Fundo manterá o Precatório em sua carteira até o vencimento do Precatório ou até que este seja alienado, conforme o caso, observadas as disposições constantes deste Regulamento. Os valores recebidos em decorrência da venda do Precatório, a qualquer momento, durante o Prazo de Duração, serão somados ao Patrimônio Líquido do Fundo, e serão investidos em Ativos Financeiros até as Datas de Amortização subseqüentes.

CAPÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 19 O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de **4.º RTO** Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 20, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembléia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

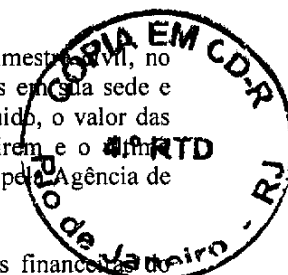
Parágrafo 2º Tendo em vista a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, a Administradora tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que integrem sua carteira, sendo a Administradora responsável pelas atividades de administração da carteira do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da ICVM 356.

CAPÍTULO VII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a alínea (h) deste Artigo 20;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;

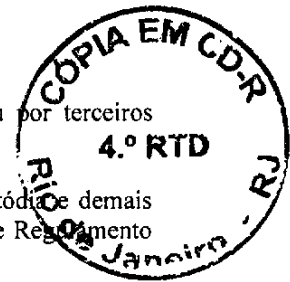
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los: (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre, no jornal referido no Artigo 110 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o relatório sobre o Fundo e suas Quotas Subordinadas Mezanino disponibilizado pela Agência de Rating;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento, bem como calcular e divulgar em seu *website*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa e da Relação Mínima, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) assegurar que o Diretor Designado elabore demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados;
- (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo III;
- (j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de Rating;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de Rating, do Escritório de Advocacia e à celebração dos respectivos contratos, inclusive o Contrato de Custódia e os demais Documentos da Operação;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, os Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, bem como seus eventuais aditamentos;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;



- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
- (i) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (ii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo.
- (o) informar imediatamente à Agência de *Rating*:
- (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos aos Contratos de Cessão ou Termos de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 3º do Capítulo II deste Regulamento, e (ii) dos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e seus eventuais aditamentos;
- (q) observar, e fazer com que sejam cumpridas, as disposições constantes deste Regulamento; e
- (r) acompanhar, periodicamente, os relatórios elaborados pelo Escritório de Advocacia contratado pelo Fundo, nos termos do Artigo 16 deste Regulamento, referentes à movimentação de qualquer Conta Judicial relativa à Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, com a finalidade principal de constatar se foram realizados novos depósitos em decorrência de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional em razão desses Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo 1º Observados os termos e condições deste Regulamento e da legislação aplicável, bem como os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora pode:

- (a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Direitos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento, do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, conforme o caso;
- (b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (c) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Quotistas e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
- (e) constituir procuradores, desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.



Parágrafo 2º A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades decorrentes neste Regulamento e na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e ao seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º A Administradora deverá encaminhar à CVM, em cada Data de Liquidação, parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Artigo 21 É vedado à Administradora, em nome próprio:

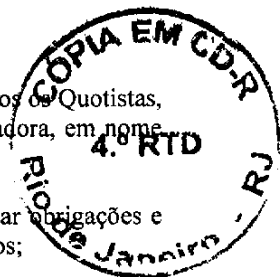
- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 22 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira prevista no Capítulo III deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por todos os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral conforme disposto no Capítulo XXII, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:



- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia ou qualquer outro Documento da Operação, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou que tenham sido determinadas pela CVM, ANBID ou BOVESPA; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 23 A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, na forma do Capítulo XXII deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo. Caso seja deliberada a substituição da Administradora, conforme aqui previsto, os Quotistas deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 2 (duas) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Administração então em vigor.

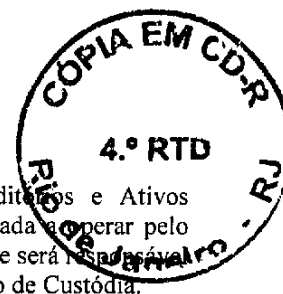
Artigo 24 A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 25 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 26 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 24 acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO IX – DA CUSTÓDIA E CONTROLADORIA



Artigo 27 As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada e operando pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da ICVM 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Artigo 28 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na ICVM 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- (c) movimentar a(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Operação;
- (d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, na qualidade de depositário nos termos do inciso IV do artigo 38 da Instrução 356 e dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro (conforme aplicável), dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes ou terceiro contratado, conforme previsto no Parágrafo 2º abaixo: (i) extrato(s) da(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo; (ii) cópias dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo; (iii) Documentos Comprobatórios; e (iv) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
- (e) acolher em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, a partir da sua liberação da Conta Judicial;
- (f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- (g) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (h) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo;
- (i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Relação Mínima;
- (j) informar à Agência de *Rating*, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou nos demais Documentos da Operação;
- (k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (l) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima estabelecida pela legislação em vigor, o

lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo Primeiro O Custodiante poderá, por sua conta e ordem, contratar terceiro habilitado para a verificação de que trata a alínea "1" acima.

Parágrafo Segundo Sem prejuízo da responsabilidade direta e solidária da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante poderá contratar terceiros para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, conforme indicado no Contrato de Cessão.

Artigo 29 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a(s) conta(s) corrente(s), a(s) conta(s) de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções fornecidas pela Administradora e as disposições deste Regulamento; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

Artigo 30 Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

Artigo 31 O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Operação. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

Parágrafo Único A Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria poderão também renunciar, a qualquer tempo, às funções a elas atribuídas nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos firmados entre cada uma delas e o Fundo para prestação de serviços ao Fundo. Em qualquer desses casos, a Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria (conforme o caso) deverão, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a da respectiva renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Parágrafo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso). Ademais, na hipótese de substituição da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso) pelos Quotistas nos termos da alínea (b) do Artigo 104 do Capítulo XXII, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

CAPÍTULO X – DA GESTÃO DO FUNDO

Artigo 32 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão também realizados pela Administradora, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da ICVM 356, que é entidade regularmente credenciada perante a CVM para essa atividade, e que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 33 deste Capítulo.

Artigo 33 Adicionalmente a suas obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento, são obrigações da Administradora:

- (a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- (b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- (c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXIII deste Regulamento;
- (d) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- (e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 34 Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, na qualidade de gestora da carteira do Fundo, pode:

- (a) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, operação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- (d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Artigo 35 Tendo em vista que existe a possibilidade de serem questionados pelo Fundo em face da União: (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela do Precatório, a Administradora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido nas correspondentes sentenças transitadas em julgado.

Parágrafo Único A Administradora, por conta e ordem do Fundo, de forma a decidir sobre a possibilidade de ajuizar uma ação judicial, em face da União, conforme previsto no *caput* deste Artigo 35, contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) as medidas a serem adotadas pelo Fundo para ajuizar uma ação judicial em face da União; (b) os custos estimados a serem incorridos para implementação das medidas referidas no item (a), incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo e (d) a probabilidade de êxito do Fundo com relação à referida ação judicial, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza. As condições previstas no Artigo 17 do Capítulo IV serão aplicadas, *mutatis mutandis*, à ação judicial aqui prevista.

Artigo 36 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e desde que aprovado por todos os Quotistas reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, contratar terceiro para atuar como gestor da carteira do Fundo, devendo este terceiro, como condição para tanto, enviar notificação à Administradora aceitando expressamente todas as obrigações e responsabilidades a ele inerentes em razão da gestão da carteira do Fundo, previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, sem prejuízo da assinatura de contrato de gestão entre o novo gestor e a Administradora (na qualidade de representante do Fundo).

Artigo 37 A Administradora poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções de gestão a ela atribuídas nos termos deste Capítulo, desde que simultaneamente renuncie à administração do Fundo, em conformidade com as disposições do Artigo 24 do Capítulo VIII. Nesse caso, a Administradora deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio aos Quotistas de comunicação por escrito, informando-os de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a(s) instituição(ões) substituta(s) assumam(m) efetivamente todos os seus deveres e obrigações na qualidade de administradora do Fundo e gestora da carteira do Fundo.

CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO

Artigo 38 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

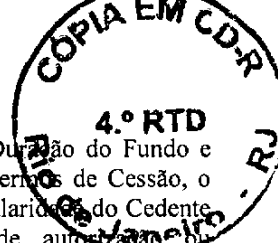
Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 39 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não exaustiva, os seguintes:

- (a) Riscos de liquidez das Quotas e inexistência de mercado secundário. Os fundos de investimentos em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os Investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

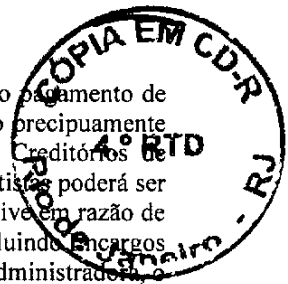
Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (b) Liquidez dos Direitos Creditórios. Os principais ativos do Fundo são Direitos Creditórios originados pelo Cedente, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.



- (c) Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo. Durante o Prazo de Duração do Fundo e observados os termos e condições deste Regulamento e do respectivo Termo de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade do Cedente que atendam aos Critérios de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia de Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (*i.e.*, não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- (d) Risco de pagamento antecipado e descontinuidade do Fundo. A Constituição Federal prevê o pagamento dos Precatórios que preencham as condições do Artigo 78 do ADCT em até 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, sendo que, no caso de descontinuidade do Fundo, os Quotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- (e) Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Riscos associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Adicionalmente, os Ativos Financeiros poderão ser aplicados em CDBs ou CDIs emitidos pelo Cedente, caso em que o Fundo estaria exposto ao mesmo risco de crédito.
- (g) Inexistência de rendimento predeterminado. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas Quotas apurado na forma do Capítulo XVI, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas. Assim, caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas, a rentabilidade dos respectivos Quotistas será inferior a esse limite máximo. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Pagamento dos Encargos do Fundo. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo V, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do

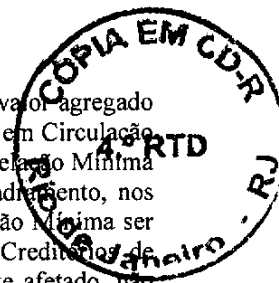
resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) e outras despesas decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.



- (i) O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo e também cederá Direitos Creditórios ao Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de Cedente e atuando como Custodiante do Fundo, poderá privilegiar seus interesses em detrimento dos interesses do Fundo, o que poderá acarretar na redução da remuneração média da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (j) Contratação de operações para composição da carteira do Fundo nas quais a Administradora ou qualquer de suas Afiliadas figurem como contraparte. O Fundo poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas, estando, portanto, sujeita ao risco das pessoas acima referidas deixarem de efetuar os pagamentos eventualmente devidos ao Fundo em razão das contratações dos negócios acima referidos. A ocorrência deste evento poderá afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (k) Possibilidade de novos aportes de recursos. Caso (i) o Fundo não possua recursos suficientes para pagar os Encargos do Fundo dentro dos 60 (sessenta) dias imediatamente subseqüentes; ou (ii) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, deverá ser convocada Assembléia Geral a ser realizada pelos Quotistas Subordinados Mezanino com a finalidade de aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XXIV. Caso os Quotistas Subordinados Mezanino deliberem pela não aprovação do aporte adicional de recursos ao Fundo ou, mesmo deliberando pelo aporte adicional não tenham recursos suficientes para tanto, todos os Quotistas sofrerão as perdas respectivas, de forma proporcional a sua participação no Fundo, não sendo a Administradora, o Custodiante o Cedente ou qualquer de suas Afiliadas responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por essas perdas.
- (l) Risco da titularidade indireta. Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da carteira do Fundo de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.

- (m) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê a possibilidade de o Fundo ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, este pode não dispor de recursos para pagamento de todos os Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer Pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.
- (n) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político, nacional e internacional.
- (o) Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
- (p) Aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos Quotistas. Há hipóteses no presente Regulamento que prevêem a aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos titulares das Quotas em Circulação. Tendo em vista que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação deverão representar, durante todo o Prazo de Duração, pelo menos mais do que metade da totalidade das Quotas em Circulação, as deliberações a serem aprovadas pelos Quotistas por maioria simples poderão ter tomadas unicamente por titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme interesse desses titulares, o que poderá causar prejuízo aos titulares das demais Quotas.
- (q) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior em determinadas deliberações da Assembléia Geral. O Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembléia Geral devem ser tomadas com a participação da totalidade dos titulares das Quotas Seniores em Circulação e/ou das Quotas Subordinadas Junior em Circulação, independentemente do quorum de Quotistas presentes, como é o caso de eventuais alterações: (a) na substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, respectivamente; e (b) na cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento. Esta condição pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino.
- (r) O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, de forma a atender aos Critérios de Elegibilidade. Por esta razão o Fundo sempre dependerá do Cedente no que tange à aquisição de Direitos Creditórios, o que poderá resultar em perdas aos Quotistas.
- (s) Risco referente à Relação Mínima. A Relação Mínima é uma fração cujo numerador é

equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador é equivalente ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação. É possível que o valor das Quotas Seniores em Circulação seja equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, hipótese na qual a Relação Mínima poderá ser equivalente a 1 (um), não havendo qualquer obrigação de reenquadramento, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV. Na hipótese de a Relação Mínima ser equivalente ou inferior a 1 (um), em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas Seniores será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia ou necessidade de aporte de recursos por parte dos titulares das Quotas Subordinadas ou quaisquer terceiros.

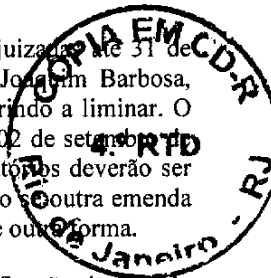


- (t) Possibilidade de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente. O Cedente, na qualidade de instituição financeira, encontra-se sujeito à intervenção ou liquidação extrajudicial, em ambos os casos, efetuada e decretada pelo Bacen, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Caso o Cedente tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, e este se encontre, direta ou indiretamente, na posse de valores de titularidade do Fundo na data ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime similar, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 40 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

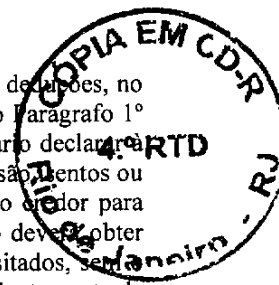
- (a) Risco de crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (b) Inexistência de coobrigação ou direito de regresso. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente somente é responsável pela originação, formalização e liquidez dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios, é possível que o Fundo e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.
- (c) Possibilidade de alteração na forma de pagamento dos Direitos Creditórios. Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios, bem como o pagamento antecipado de valores referentes aos Direitos Creditórios, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (d) Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30. A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o Artigo 78, *caput* e Parágrafos 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30. O Relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do Artigo 78 do ADCT

que inclui no parcelamento Precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres, acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o Artigo 78 do ADCT, os Precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do Artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de Precatórios de outra forma.



- (e) Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os Precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos Precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de "juros legais" previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma incluída anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu Artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Projeto de Emenda Constitucional nº 12. O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 do ADCT). Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de Precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de Precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos Precatórios, em ordem de valor, pagamento primeiro os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (g) Retenção de imposto de renda. Na forma do Artigo 27 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e

incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do Parágrafo 1º do mesmo Artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar a instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são rendimentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do cedente para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deve obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição do Cedente, pelo Fundo, no(s) pólo(s) ativo(s) de qualquer das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis.



- (h) Quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias. Nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento pelo Fundo ao Cedente pela cessão dos Direitos Creditórios, após a lavratura do Termo de Cessão, estará sujeita: (a) à efetiva comunicação da cessão ao juízo competente, responsável pelo correspondente Precatório que lastreia o Direito Creditório cedido; (b) à substituição do Cedente, pelo Fundo, na qualidade de beneficiário dos Ofícios Requisitórios de Pagamento, ou, alternativamente, ao deferimento judicial de inclusão do Fundo no(s) pólo(s) ativo(s) das correspondentes ações judiciais; e (c) à efetiva subscrição e integralização das Quotas em montante suficiente ao pagamento integral do respectivo Preço de Aquisição.

Na hipótese de ser indeferido o pedido a ser formulado em conjunto entre o Cedente e o Fundo para a substituição do beneficiário original dos Ofícios Requisitórios de Pagamento pelo Fundo, ou caso seja negado o pedido de inclusão do Fundo no(s) pólo(s) ativo(s) das respectivas ações judiciais no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação do primeiro pedido formulado, o Cedente se obriga a firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral, constando expressamente os poderes para transigir, firmar compromisso, receber, dar quitação, nomear advogados, representar perante órgãos públicos e Tribunais, ceder os créditos decorrentes do Precatório cedido, e adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisatório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento integral do crédito cedido. A procuração será válida até o efetivo recebimento, pelo Fundo, do crédito cedido, ou até que haja a substituição do Cedente, pelo Fundo, no respectivo Ofício Requisatório de Pagamento e/ou no pólo ativo da correspondente ação judicial que lhe deu origem.

- (i) Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros. Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora on line” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 41 Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 42 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 43 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Artigo 44 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 20, alínea (h), deste Regulamento.

Artigo 45 O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2009. Caso tais datas não sejam Dias Úteis, para fins do aqui disposto serão considerados os respectivos Dias Úteis imediatamente subseqüentes.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 46 Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do disponível do valor dos ativos integrantes da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo, bem como das respectivas provisões.

Artigo 47 Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

Artigo 48 As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, descritas abaixo, e não poderão ser resgatadas a não ser no término do Prazo de Duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, observado o disposto no Capítulo XVII.

Parágrafo 1º As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Parágrafo 2º O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única, a serem distribuídas de forma privada. O Fundo também poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá respeitar as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.



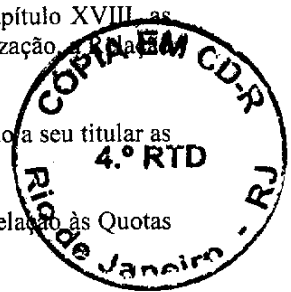
Parágrafo 3º No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será calculada diariamente, sendo admitido o valor equivalente a 1 (um) e não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação seja igual ao valor do Patrimônio Líquido, observado que, nos termos da alínea (d) do Artigo 87 do Capítulo XVIII, as Quotas Seniores somente serão amortizadas caso, considerada *pro-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco).

Artigo 49 Cada Quota Sênior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

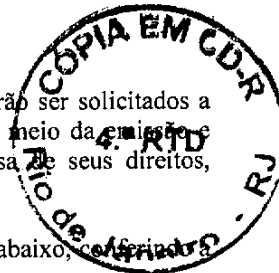
- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Sênior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento, observado o disposto no Artigo 87 do Capítulo XVIII;
- (e) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (f) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Seniores, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 49, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (g) a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 50 Cada Quota Subordinada Mezanino tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) quando findo o Prazo de Duração, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo XVII deste Regulamento;
- (d) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinada Mezanino, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (e) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento;



- (f) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (g) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 50, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII;
- (h) a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (i) nos termos do Capítulo XXIV, os Quotistas Subordinados Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de quotas subordinadas específicas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.



Artigo 51 Cada Quota Subordinada Junior tem as características descritas abaixo, e seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

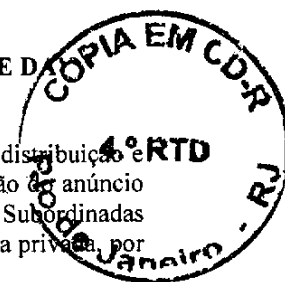
- (a) são subordinadas às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) não poderão ser amortizadas;
- (c) tem o valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na Data de Emissão;
- (d) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados as disposições deste Regulamento;
- (e) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 51, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (f) a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.

Artigo 52 Para fins do disposto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.689, e observadas as disposições do Capítulo XV e os demais normativos aplicáveis, as Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrado e operacionalizado pela CETIP, e no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, podendo ser adquiridas por Investidores residentes ou domiciliados fora do Brasil.

Artigo 53 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo Investidor no registro de Quotistas do Fundo.

Artigo 54 O Fundo não cobrará do Quotista taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS



Artigo 55 As Quotas Subordinadas Mezanino serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do anúncio de início da Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior não serão objeto de distribuição pública, devendo ser subscritas e integralizadas de forma privada, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.

Parágrafo 1º As Quotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo deverão ser subscritas conforme previsto neste Regulamento, no anúncio de início de Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino e na legislação aplicável, conforme o caso.

Parágrafo 2º A integralização das Quotas será feita, exclusivamente, em moeda corrente nacional, quando se tratar de Quotas Seniores. A integralização das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá no ato de sua subscrição.

Artigo 56 O Fundo poderá manter em circulação no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes deste Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação (a) até 5 (cinco) Quotas Seniores; e (b) 1 Quota Subordinada Junior, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 58 Não há número mínimo de Quotas a serem emitidas pelo Fundo.

Artigo 59 Desde que observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios geridos pelo Cedente também poderão adquirir as Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 60 No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas Mezanino, objeto da primeira Distribuição pública de quotas do Fundo (cuja características estarão dispostas no respectivo Suplemento), o saldo das Quotas Subordinadas Mezanino não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas Subordinadas Mezanino efetivamente subscritas.

Artigo 61 No ato de subscrição das Quotas, cada subscritor assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão.

Parágrafo 1º Cada Quotista que ingressar no Fundo deverá informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

Parágrafo 2º A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

Artigo 62 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. Não haverá limite mínimo de aplicação inicial no Fundo com relação às Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 63 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência da liquidação do Fundo nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável em vigor.

Artigo 64 As Quotas Subordinadas Mezanino deverão ser registradas para negociação em uma ou mais bolsas de valores ou sistemas de balcão organizado, a critério da Administradora, o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da

negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas Subordinadas Mezanino sejam Investidores Qualificados.

Parágrafo 1º Na hipótese de negociação das Quotas Subordinadas Mezanino, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais serão negociadas.

Parágrafo 2º As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior não poderão ser distribuídas publicamente sem a aprovação prévia da CVM.

Artigo 65 Caso necessário, os titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão aprovar a emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de forma a captar os recursos necessários (a) à aquisição dos Direitos Creditórios e (b) ao reabastecimento da Reserva de Caixa, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Único Será dado direito de preferência aos Quotistas Subordinados Mezanino na emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de que trata este Artigo 65 deste Capítulo, observado o critério proporcional de quotas desses Quotistas.

Artigo 66 Durante o Prazo de Duração do Fundo, será admitida a detenção, por um mesmo Investidor, de todas as Quotas Subordinadas Mezanino emitidas.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

Artigo 67 Em cada Data de Cálculo, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo, após a primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores} = (\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior} - \text{Amortização Sênior Anterior}) * \text{FatorCDI}_{\text{anterior}}$$

onde:

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior” significa o valor unitário de referência das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à referida Data de Cálculo (“Data de Cálculo Anterior”);

“Amortização Sênior Anterior” significa o montante efetivamente pago pelo Fundo na amortização de cada Quota Sênior realizada na Data de Cálculo Anterior; e

“Fator $CDI_{anterior}$ ” significa o Fator CDI correspondente ao período compreendido entre a Data de Cálculo Anterior (inclusive) e a Data de Cálculo (exclusive).

Artigo 68 Em cada Data de Cálculo posterior à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão (x) da diferença entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação pelo (y) número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo subsequente, o valor apurado de acordo com o disposto a seguir:
 - (ii.A) caso a Data de Cálculo seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será equivalente ao Valor Principal Atualizado (conforme definido abaixo); ou
 - (ii.B) caso a Data de Cálculo não seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou não seja uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo}/\text{Dias Úteis Período}}$$

onde:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior}/252}}{\text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}}$$

onde:

“Valor Principal Anterior”: significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

“Variação IPCA-E”: número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{IPCA - E_{atual}}{IPCA - E_{anterior}} - 1$$

onde:

“IPCA-E_{atual}”: significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

IPCA-E_{anterior}: o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Aquisição.



“Prazo Anterior”: significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

“Amortização Quota Subordinada Mezanino”: é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na referida Data de Amortização.

Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis Período: Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior, conforme o caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).

Proj_IPCA: significa a projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Cálculo o Proj IPCA será determinado como o Proj IPCA_{i-1} (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Artigo 69 A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Junior, o valor unitário de cada Quota Subordinada Junior, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma deste Capítulo, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Junior em Circulação na respectiva data de apuração.

Artigo 70 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos nos Artigos 67 e 68 deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores e aos Quotistas Subordinados Mezanino na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

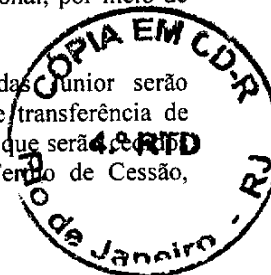
Artigo 71 Quando da determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos deste Capítulo, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo, porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.

Artigo 72 Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto neste Regulamento. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora

deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado um índice substitutivo pela maioria simples dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Artigo 73 As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Artigo 74 As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão ~~4.8 RPD~~ e precificados conforme disposto neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.



CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 75 No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas respectivas Datas de Amortização, em Regime de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII.

Artigo 76 Não é facultado a qualquer dos Quotistas solicitar a realização de amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 77 Não há limite mínimo para amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que as Quotas Seniores terão prioridade na amortização com relação às Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 78 Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 79 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Artigo 80 Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Artigo 81 Após a amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

Artigo 82 A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora: (a) por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (b) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

Artigo 83 Qualquer amortização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas Mezanino somente poderá ser realizada nas Datas de Amortização, conforme aqui previsto.

Artigo 84 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVIII.

Artigo 85 As Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.



Artigo 86 Observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, haverá o resgate das Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses: (a) findo o Prazo de duração do Fundo; ou (b) deliberação dos Quotistas no sentido de liquidar antecipadamente o Fundo, por qualquer motivo.

CAPÍTULO XVIII – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 87 A partir do Início das Atividades do Fundo e durante o Prazo de Duração, a Administradora se obriga, por meio de débitos e créditos a serem realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, na ordem de preferência abaixo referida observadas as demais disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo (inclusive Encargos Legais), devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) adequação da Reserva de Caixa, a não ser que o Fundo esteja sujeito à liquidação antecipada;
- (c) no pagamento do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na Data de Aquisição, em moeda corrente nacional;
- (d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento, especialmente o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
- (e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (f) na amortização, total ou parcial, das quotas subordinadas mezanino emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Subordinadas Mezanino, previsto no Artigo 68 do Capítulo XVI deste Regulamento; e
- (g) no resgate de Quotas Subordinadas Junior (mesmo que o resgate das Quotas Subordinadas Junior decorra da liquidação antecipada do Fundo), observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

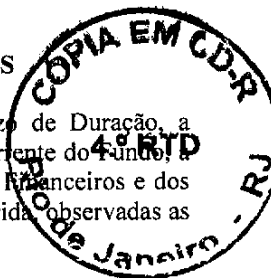
CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 89 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os valores ajustados nos termos dos artigos a seguir.

Artigo 90 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 91 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora, aceitos pelo Bacen e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 92 As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento

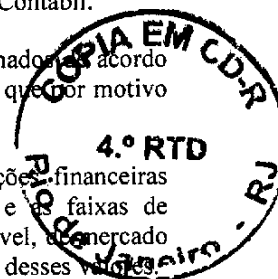


[Handwritten signature]

das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 93 Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor.

Artigo 94 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.



CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 95 Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Avaliação”):

- (a) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e/ou no Termo de Cessão, conforme aplicável, e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
- (b) não cumprimento do disposto no *caput* e/ou no Parágrafo 1º do Artigo 7º do Capítulo III, a partir do Início das Atividades do Fundo;
- (c) amortização e/ou resgate de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (d) resilição do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, ou renúncia do Custodiante ou da Agência de *Rating*, conforme o caso, a qualquer tempo e por qualquer motivo, com relação à prestação dos serviços objetos do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, respectivamente, sem que tenha havido a respectiva substituição por outra instituição, nos termos do(s) referido(s) contrato(s);
- (e) renúncia da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (f) caso os Quotistas Subordinados Mezanino não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 72 do Capítulo XVI;
- (g) não cumprimento, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de suas respectivas obrigações constantes deste Regulamento;
- (h) caso um ou mais pagamentos devidos em razão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deixe de ser efetuado e esse(s) pagamento(s) não realizado(s), individualmente ou no agregado, corresponda(m) ao equivalente à 40% (quarenta por cento) ou mais do resultado da somatória de todos os Direitos Creditórios então adquiridos pelo Fundo, com base nos respectivos Preços de Aquisição desses Direitos Creditórios cedidos (calculados conforme previsto no Capítulo XIX); e/ou

- (i) ocorrência do disposto no Parágrafo Único do Artigo 118 do Capítulo XXV.

Artigo 96 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (a) da ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes e ao Custodiante; (b) suspender, de imediato, a amortização e/ou resgate de Quotas; e (c) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) pela liquidação antecipada do Fundo, hipótese na qual deverão ser estabelecidos nessa Assembléia Geral os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, aplicando-se as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de Quotistas representando a maioria simples das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do *caput* deste Artigo 96, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo em virtude de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar, primeiramente e de forma compulsória, todas as Quotas Seniores, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI. Após o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar todas as Quotas Subordinadas Mezanino compulsoriamente, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 68 do Capítulo XVI. Em ambos os casos, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta Corrente do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos Creditórios, serão imediatamente destinados à Conta Corrente do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida neste Regulamento, a Administradora debitará a Conta Corrente do Fundo e procederá ao resgate antecipado, primeiramente, das Quotas Seniores em Circulação e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 3º Os procedimentos descritos no Parágrafo 2º deste Artigo somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto neste Artigo 96, caso, após o resgate integral das Quotas Seniores, não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Mezanino, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas Subordinados Mezanino, na proporção dos valores a eles devidos. O procedimento de rateio aqui descrito aplicar-se-á ao resgate das Quotas Subordinadas Junior, caso não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Junior. Após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão, ainda, deliberar por maioria simples a não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, observado o aqui disposto e o disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º Se a Administradora deixar de convocar a Assembléia Geral, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, a omissão da Administradora será considerada, automaticamente, como um Evento de Avaliação.

Artigo 97 A maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa ("Avaliador") responsável pela preparação de um laudo de avaliação com as características mencionadas no Artigo 98 abaixo ("Laudo de Avaliação"). Caso os Quotistas presentes a essa Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Artigo 98 Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhido na forma do Artigo 97 deste Capítulo. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

Artigo 99 Caso, após 12 (doze) meses da data em que foi deliberada a liquidação antecipada do Fundo, conforme aqui estabelecido, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação (conforme aplicável) um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios existentes na data de constituição do referido condomínio.

Artigo 100 Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, nos termos do Artigo 96 deste Capítulo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos respectivos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do Capítulo XVI em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Artigo 98 deste Capítulo.

Artigo 101 Além das disposições acima e observado o disposto no Capítulo XXII, (i) titulares detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) do total de Quotas em Circulação ou (ii) os Quotistas Seniores (não obstante a quantidade de Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Seniores), podem, a qualquer momento, solicitar que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, convoque Assembléia Geral para deliberação de assuntos a serem indicados por esses Quotistas, inclusive a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 106 do Capítulo XXII, observados, para fins das deliberações a serem tomadas nas respectivas Assembléias Gerais, os quoruns previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 102 Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Operação, uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 7.000,00 (sete mil reais); ou (b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subsequentes (a "Taxa de Administração"). A primeira parcela da Taxa de Administração será devida *pro rata* Dias Úteis dentro do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.

Parágrafo 1º Os valores em reais definidos neste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da primeira Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

Parágrafo 3º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia e os demais Encargos do Fundo.

Parágrafo 4º O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 206, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o Artigo 56, parágrafo 2º da ICVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste dispositivo será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

Artigo 103 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria e da Agência de Rating;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo (inclusive os custos e despesas devidos ao Escritório de Advocacia), em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido ("Encargos Legais") até o Limite Máximo de Encargos Legais;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à alienação de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta Corrente do Fundo; e
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do Artigo 31 da ICVM 356, se for o caso.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 104 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

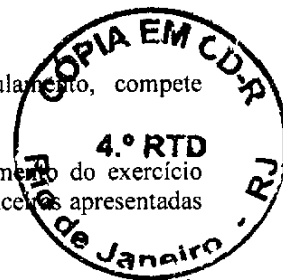
- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Agência de Rating e/ou da Empresa de Auditoria, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive despesas com assessores jurídicos, a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto no Artigo 105 deste Regulamento;
- (g) aprovar a alienação de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 do Capítulo V;
- (h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora para liquidação antecipada do Fundo, por conta e ordem do Fundo; e
- (i) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver.

Artigo 105 O Regulamento e os Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 106 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, mencionado no Artigo 110 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada: (a) pela Administradora; ou (b) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação, e, em



segunda convocação, com qualquer quorum, devendo ser observados, porém, os quoruns de deliberação previstos neste Regulamento. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá ao Diretor Designado representante.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o Diretor Designado e um representante do Custodiante deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 107 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 107, não terão direito a voto nas Assembléias Gerais a Administradora e seus empregados, nos termos do parágrafo 3º do artigo 29 da ICVM 356.

Artigo 108 Ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e nas demais disposições deste Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante, conforme disposto no Artigo 30 do Capítulo IX; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.

Artigo 109 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 110 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de

aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente (o "Periódico"); e (ii) de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, conforme indicado pelos Quotistas por escrito à Administradora.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas disponíveis nos escritórios dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no Periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada em Assembléia Geral por Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação.

Artigo 111 A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Único Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de *Rating*, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 112 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 113 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

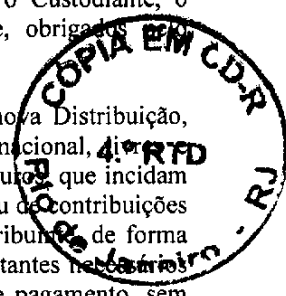
Artigo 114 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXIV – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS

Artigo 115 Caso (a) o Fundo não tenha recursos suficientes para o pagamento dos Encargos do Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente subseqüentes; ou (b) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, neste último caso, já considerada a utilização da Reserva de Caixa até o Limite dos Encargos Legais, os titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de quotas específicas objeto de nova Distribuição (definindo, inclusive, o cronograma de integralização das quotas objeto da nova Distribuição) a ser realizada por todos os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, incluindo o reabastecimento da Reserva de Caixa.

Artigo 116 Todos os custos e despesas para efetivação das disposições constantes deste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados ao adiantamento ou pagamento desses custos e despesas.

Artigo 117 Os pagamentos relativos à integralização das quotas objeto da nova Distribuição, conforme previsto no Artigo 115 acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.



CAPÍTULO XXV – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 118 A Agência de Rating será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Subordinadas Mezanino. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede, na página na rede mundial de computadores e nas agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino constituirá um fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas, sendo que a diminuição na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino caracterizará um Evento de Avaliação, nos termos do Artigo 95 do Capítulo XX.

CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 119 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 120 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 121 O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Artigo 122 As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo, para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação por parte do Fundo.

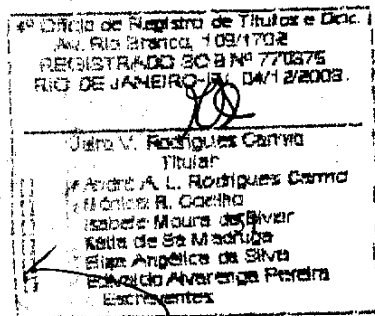
Artigo 123 Considerar-se-á o Fundo liquidado, e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo e o resgate da totalidade das Quotas.

Artigo 124 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 26.864.6 do LMO B-68.
O QUE CERTIFICO. RJ. 01 DEZ. 2009

4º OFÍCIO REG. TÍT. E DOCS. RJ.
Elisa Angélica da Silva
Escrevente Autorizada



ANEXO I – MODELO DE SUPLEMENTO

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS
CNPJ/MF nº [-]**

A primeira distribuição pública das Quotas Subordinadas Mezanino do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (a “Oferta” e o “Fundo”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, registrado no [-]º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, em [-], sob o nº [-] (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

- (a) Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino: [-];
- (b) Valor Nominal Unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na Data de Emissão: [-];
- (c) Valor Total da Oferta: [-];
- (d) Data de Emissão: [-];
- (e) Datas de Amortização: [-];
- (f) Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino: quando findo o Prazo de Duração do Fundo;
- (g) Meta de Rentabilidade aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino: fator anual de [-]% ([-] por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [-] de [-] de 2008.

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do
DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE ADESÃO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - FJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Termo de Adesão ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, na qualidade de investidor do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais (o “Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, (a “Administradora”), declara:

I. Ter recebido cópia do regulamento do Fundo (o “Regulamento”), bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Ser investidor qualificado, nos termos da Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004 (conforme alterada). Nesse sentido, compromete-se a comunicar à Administradora, imediatamente, qualquer alteração em sua condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do Fundo.

III. Estar de acordo e ciente:

(a) dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira de investimento do Fundo, bem como da taxa de administração devida à Administradora;

(b) do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos III e XI (“Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

(c) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;

(d) o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;

(e) a Administradora, no exercício de suas atividades tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;

(f) de que a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsáveis por eventuais perdas que o Fundo venha a sofrer em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão.

(g) de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos;

(e) de que poderá ser chamado a aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Capítulo XXIV do Regulamento;

(h) de que terá que integralizar as quotas do Fundo subscritas por meio do respectivo boletim de subscrição, de acordo com o Regulamento do Fundo;

(i) de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;

(j) de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Monitor Mercantil"; e

(k) os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Termo de Adesão (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

IV. Responsabilizar-se pela veracidade das suas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão dessas informações.

Por fim, informa que as comunicações enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas ao(s) seguinte(s) e-mail(s): [--], aos cuidados de [nomes completos].

(Local e data)

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INVESTIDOR]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO III – LISTA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE PARECER

AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE DECISÕES JUDICIAIS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

(A) Documentos Referentes ao Processo

- (a) Cópia integral dos autos do processo que deu origem ao crédito, inclusive do processo de execução.
- (b) Cópia integral de todos os atos processuais referentes à ação rescisória, se houver.
- (c) Cópia do Ofício Requisitório de Pagamento.
- (d) Cópia de quaisquer contratos ou outros instrumentos firmados entre o Cedente e quaisquer advogados para a prestação de serviços em relação à ação.

(B) Documentos Referentes ao Cedente

I. Documentos Societários e Demonstrações Financeiras

- (a) Estatuto Social ou Contrato Social atualizado.
- (b) Cópia de todos os atos societários, procurações e outros instrumentos que nomeiem representantes do Cedente.
- (c) Acordo de Acionistas ou Quotistas, se houver.
- (d) Organograma societário atualizado.
- (e) Demonstrações Financeiras da Cedente dos 3 últimos exercícios.

II. Assuntos Contratuais

- (a) Relatório relativo a todos os contratos que representem obrigação financeira perante terceiros (com base em tal relatório poderão ser solicitadas cópias de documentos relevantes).
- (b) Cópia de qualquer contrato que contenha previsão que limite de qualquer forma a capacidade do Cedente de alienar ou onerar bens ou direitos.

III. Certidões

Certidões obtidas nas comarcas dos imóveis, sede e filiais da Cedente e na Capital do Estado relativamente ao endereço de cada estabelecimento, conforme o caso:

- (a) Certidões dos Cartórios de Protestos (5 anos);
- (b) Certidões quanto à existência de Dívida Ativa da União inscrita (5 anos);
- (c) Certidões atualizadas de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (CQTF) (5 anos);
- (d) Certidões negativa de tributos federais, estaduais, municipais;
- (e) Certidão negativa de débitos para com a Secretaria da Fazenda Estadual (5 anos) onde a Cedente possuir sede e filiais;
- (f) Certidão atualizada de regularidade para com o FGTS;
- (g) Certidão atualizada de regularidade para com a Seguridade Social (incluindo o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS);
- (h) Certidão atualizada de regularidade para com a Dívida Ativa da União;
- (i) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Estadual;
- (j) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Federal;
- (k) Certidão de Distribuição da Justiça do Trabalho;
- (l) Certidões de Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (m) Esclarecimentos sobre as ocorrências eventualmente apontadas pelos documentos acima.”

Cláusula 4 *Demais Disposições.* Todas as demais disposições do Regulamento que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento, são neste ato ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2008.



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

4ºRTD-RJ - 770995

Emol 18 / 4º Distrib 10,75 / Lei 11/06 p. 5º
Módulo/ACOTERJ 8 / 15 - FETJ 38,21
Le 4.664/05 3.55 / Tit Emol (R\$) 250,00
PARAM Vias 2 / Nomais 1 / Faps 50
Proc Esq. N: Averb S: Dilig



RECEBIMENTO DE PROTOCOLADO EM 05/12/2008
RECEBIMENTO EM CD-R Nº 770995

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO "DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS"**

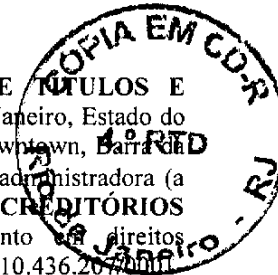
Datado de

05 de dezembro de 2008

0.05

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO “DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora (a “Administradora”) do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67 (o “Fundo”), **RESOLVE**, observadas as alterações solicitadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/SIN/Nº 17/2008, de 28 de novembro de 2008, aditar, pela segunda vez, o regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 768546 (o “Regulamento”), conforme aditado, em 04 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770875, de acordo com as cláusulas e condições abaixo.



Cláusula 1. Definições. Todos os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste aditamento, que não sejam de outra forma aqui definidos, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento, aplicáveis tanto no singular como no plural.

Cláusula 2. Alterações no Regulamento. A Administradora, neste ato e por este instrumento, altera as disposições do Regulamento, conforme descrito abaixo.

2.1. Alteração das definições constantes do Artigo 1º do Regulamento referente à “Data de Aquisição”, que passa a ser denominada “Data de Referência”, e à “Data de Liquidação”, que passa a ser denominada “Data de Aquisição”, bem como alterar os respectivos significados destas definições, , conforme segue:

““Data de Aquisição”: é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do respectivo Termo de Cessão;”

““Data de Referência”: significa (i) a primeira Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino ou (ii) o dia 31 de dezembro de 2008, o que ocorrer primeiro;”

2.1.1. As Partes concordam que as novas nomenclaturas dos termos definidos acima modificadas substituirão automaticamente, ao longo do Regulamento consolidado anexo a este segundo aditamento, as antigas nomenclaturas, sem a necessidade de alteração de cada termo definido especificamente por esta razão.

2.2. Inclusão dos seguintes fatores de risco elencados nas alíneas (f), (i), (k) e (l) do Artigo 40, conforme segue:

“[...]”

- (f) Remuneração da conta individualizada. O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente

envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.

[...]

- (i) Riscos relacionados ao recebimento de valores. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.

[...]

- (k) Risco de concentração da carteira de Fundo. Nos termos do Artigo 6º do Capítulo III deste Regulamento, o Fundo pode alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório. Caso isso ocorra, haverá a concentração da carteira do Fundo em um único Precatório. Na hipótese de a carteira do Fundo estar concentrada em um único Precatório (ou em um número restrito de Precatórios), o risco de não pagamento ou atrasos nos pagamentos dos valores devidos ao Fundo fica restrito a esse(s) Precatório(s), o que é menos favorável aos Quotistas se comparado a uma carteira com diversos direitos creditórios, na qual o risco de inadimplemento seria diluído entre os diversos créditos dela integrantes.
- (l) Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios no orçamento Federal. A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento de direitos creditórios, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito. Caso isso ocorra com relação a um Direito Creditório integrante da carteira do Fundo, poderá afetar negativamente e de forma relevante o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas."

2.3. Alteração do fator de risco disposto na alínea (j) do Artigo 40, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- (j) "Risco quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias. Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do Cedente, a inclusão do Fundo no pólo

ativo da respectiva ação judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no Artigo 78 do ADCT.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a: (i) firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral e para adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento integral do crédito cedido; e (ii) imediatamente notificar o Cessionário, por escrito e nos termos previstos no Contrato de Cessão, acerca de qualquer intimação, notificação ou comunicação recebida pelo Cedente em conexão com qualquer Direito Creditório componente da carteira do Fundo.

Mesmo com essas obrigações e a possibilidade de o Fundo, tendo em vista a procuração que será outorgada à Administradora, poder diretamente solicitar a substituição do Cedente no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, é possível que esses pedidos sejam indeferidos pelas autoridades competentes ou que essas autoridades demorem muito tempo para se manifestar a respeito. Caso isso ocorra, o Fundo dependerá do Cedente para ter conhecimento de qualquer intimação, notificação ou comunicação relacionada ao respectivo Direito Creditório e, portanto, poderá sofrer dificuldades e/ou enfrentar atrasos com relação a pagamentos dele decorrentes, impactando o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas."

2.4. Alteração do Artigo 15 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição (o "Preço de Aquisição"), de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI}_D$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela "i" do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela "i" é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior ("Data Projetada do Pagamento"); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento_i do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = (1 + \text{Taxa de Desconto})^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = \sum Valores Descontados Indicativos, onde:

Valores Descontados Indicativos, = valor descontado do "j"-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_indicativo_i\}$, onde:

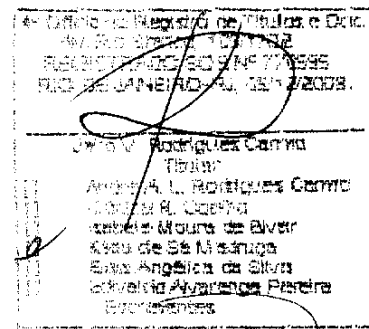
$FD_indicativo_i$ = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao "i"-ésimo fluxo de caixa FC_i , calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_indicativo_i = (1 + \text{Meta_de_Rentabilidade})^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

Fator CDI_D = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Referência (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na Data de Aquisição."

Cláusula 3. Consolidação do Regulamento. Em razão das alterações aqui estabelecidas, e para maior conveniência, versão consolidada do Regulamento com as modificações realizadas por meio deste aditamento é apresentada abaixo.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 770.815 do Livro 1355
O QUE CERTIFICO. RJ, 05 DEZ. 2008
4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ
KATIA DE SA MADRUGA
Escrivente Autorizada



“REGULAMENTO

DO

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES

Artigo 1º Para fins do disposto neste Regulamento, os termos iniciados em letra maiúscula e aqui utilizados, que não sejam de outra forma definidos ao longo deste Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos abaixo, aplicáveis tanto no singular quanto no plural:

“ADCT”: significa Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

“Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Capítulo VI;

“Afiliada(s)”: é(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

“Agência de Rating”: significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, agência de classificação de risco de crédito (*rating*) das Quotas Subordinadas Mezanino da primeira Distribuição do Fundo;

“Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

“Agente Escriturador”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“ANBID”: é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

“ANDIMA”: é a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;

“Anexo(s)”: são os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;

“Assembléia Geral”: significa qualquer assembléia geral de Quotistas do Fundo;

“Ativos Financeiros”: são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima;

“Avaliador”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Bacen”: é o Banco Central do Brasil;

“BOVESPA”: é a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

“Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;

“Cedente”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, agindo na qualidade de cedente de Direitos Creditórios ao Fundo;

“CETIP”: é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

“Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;

“CMN”: é o Conselho Monetário Nacional;

“CNPJ”: é o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

“Condição da Cessão”: condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Constituição Federal”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

“Conta Corrente do Fundo”: é a conta corrente de titularidade do Fundo aberta junto ao Custodiante;

“Conta Judicial”: é cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional;

“Contrato de Cessão”: significa cada um dos instrumentos particulares firmados entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Cedente ao Fundo;

“Contrato de Colocação”: significa o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da primeira Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino;

“Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;

“COSIF”: significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

“Crítérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Custodiante”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“CVM”: é a Comissão de Valores Mobiliários;

“Datas de Amortização”: significam as datas correspondentes ao 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da Data de Emissão, durante o Prazo de Duração, nas quais o Fundo deverá efetuar, em Regime de Caixa, a amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, observadas as disposições deste Regulamento. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que

não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo;

“Data de Aquisição”: é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do respectivo Termo de Cessão;

“Data de Cálculo”: significa a data em que o valor unitário das Quotas é calculado, sendo que o valor unitário das Quotas será calculado em cada Dia Útil, durante o Prazo de Duração, para fins de integralização, amortização ou resgate;

“Data de Emissão”: significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

“Data de Referência”: significa (i) a primeira Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino ou (ii) o dia 31 de dezembro de 2008, o que ocorrer primeiro;

“Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou feriados de âmbito nacional;

“Direitos Creditórios”: significa qualquer direito de crédito contra a União de titularidade do Cedente, vinculado a Precatórios já emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujo pagamento poderá ou não ser realizado ao amparo do Artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30;

“Direito Creditório Elegível”: é todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade;

“Diretor Designado”: é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pelas informações que deverão ser prestadas na forma da lei;

“Distribuição”: significa a distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e da regulamentação aplicável;

“Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais;

“Documentos da Operação”: são, conjunta ou isoladamente: (a) este Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o “Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” firmado com a Agência de Rating;

“Emenda Constitucional nº 30”: é a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;

“Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria do Fundo;

“Empresas Selecionadas”: significa (i) qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro

Nacional a ser selecionada de maneira comercialmente razoável pela Administradora, incluindo-se como Empresas Selecionadas o Cedente e suas Afiliadas; e/ou (ii) qualquer Quotista;

“Encargos do Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Encargos Legais”: tem o significado que lhe é atribuído no item (f) do Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Escritório de Advocacia”: significa o Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados;

“Estado”: significa qualquer Estado Federado integrante da República Federativa do Brasil;

“Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 95 do Capítulo XX;

“Evento de Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Fator CDI”: significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia (CDI Extra-Grupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas;

“Fazenda Nacional”: significa a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios;

“FGC”: é o Fundo Garantidor de Créditos;

“Fundo”: é o “DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907, pela ICVM 356, pela ICVM 444 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

“IBGE”: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

“ICVM 356”: é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;

“ICVM 400”: é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;

“ICVM 409”: é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores;

“ICVM 444”: é a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;

“Início das Atividades”: significa a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas por Investidores;

“Investidores”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 3º do Capítulo II;

“Investidores Qualificados”: são aqueles investidores caracterizados no Artigo 109 da ICVM 409;

“IPCA-15”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“IPCA-E”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“Laudo de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“LDO”: é a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

“Limite dos Encargos Legais”: significa o montante equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Limite Máximo de Honorários, a ser calculado na Data de Emissão;

“Limite Máximo de Honorários”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 13 do Capítulo III;

“Litígio”: tem o significado que lhe é atribuído no *caput* do Artigo 17 do Capítulo V;

“MDC”: é o MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“Meta de Rentabilidade”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Montante de Aquisição Indicativo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Município”: é qualquer município integrante da República Federativa do Brasil.

“Número Índice do IPCA-E”: significa o número índice com base 100 fixado a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$. Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.

“Ofícios Requisitórios de Pagamento”: significa qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios;

“Parecer Legal”: tem o significado que lhe é atribuído no *caput* do Artigo 17 do Capítulo V;

“Partes Relacionadas”: são: (a) as pessoas físicas e jurídicas controladas de determinada Pessoa; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Pessoa; (c) as sociedade coligadas com tal Pessoa; e (d) as sociedades sob controle comum com tal Pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“Patrimônio Líquido”: é o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XIII deste Regulamento;

“PEC”: significa a proposta de emenda constitucional, conforme definida na alínea (f) do Artigo 40 do Capítulo XI;

“Periódico”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 110 do Capítulo XXIII;

“Período de Aquisição”: é o intervalo entre a Data de Emissão e o 15º dia posterior à Data de Emissão;

“Período de Capitalização”: é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Amortização anterior, no caso dos demais Períodos de

Capitalização, e termina na Data de Amortização subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

“Pessoas”: são pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

“Plano Contábil”: significa o COSIF, criado pela Circular do Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

“Prazo de Duração” tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Capítulo II;

“Precatórios”: são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;

“Preço de Aquisição”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;

“Quotas”: são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente;

“Quotas Seniores”, “Quotas Subordinadas Mezanino” e “Quotas Subordinadas Junior”: são as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo, conforme o caso;

“Quotas Subordinadas”: são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, quando mencionadas conjuntamente;

“Quotistas”, “Quotistas Seniores”, “Quotistas Subordinados Mezanino” e “Quotistas Subordinados Junior”: são os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso;

“Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os montantes efetivamente disponíveis para o Fundo quando da realização das amortizações e resgates;

“Regulamento”: é o presente regulamento;

“Relação Mínima”: significa a relação mínima admitida entre a divisão, à época do cálculo: (i) do Patrimônio Líquido e (ii) do valor agregado das Quotas Seniores em Circulação;

“Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Capítulo III;

“Resolução CMN nº 2.682”: é a Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.689”: é a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.907”: é a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada;

“SELIC”: é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

“SFF”: é o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“SIAFI”: é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

“Sobretaxa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“STF”: é o Supremo Tribunal Federal;

“Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo I deste Regulamento;

“Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 102 do Capítulo XXI;

“Taxa de Desconto”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“TED”: é a transferência eletrônica disponível;

“Termo de Adesão”: é o documento preparado na forma do Anexo II, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;

“Termo de Cessão”: significa cada um dos termos de cessão, lavrados por instrumento público, entre o Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;

“União”: é a União Federal;

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Capítulo XVI; e

“Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 68 do Capítulo XVI.

CAPÍTULO II - O FUNDO E SUA VIGÊNCIA

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, durante o prazo de vigência do Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo III deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira, estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, bem como neste Regulamento.

Artigo 3º O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º As Quotas do Fundo somente poderão ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4º deste Capítulo II, ressalvados os casos de liquidação antecipada do Fundo conforme o previsto neste Regulamento e na regulamentação aplicável. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º Podem participar do Fundo, exclusivamente, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os “Investidores”).

Parágrafo 3º No prazo de até 10 (dez) dias contados: (a) da data de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (b) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 4º O Fundo será vigente desde a Data de Emissão até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro (o “Prazo de Duração”).

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII deste Regulamento.

CAPÍTULO III – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

Artigo 5º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único As aplicações no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do FGC.

Artigo 6º O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão decorrentes, exclusivamente, de obrigações devidas pela União, em observância ao disposto no Artigo 8º da ICVM 444 e no Artigo 40-A da ICVM 356.

Artigo 7º Observado o disposto no Artigo 40 da ICVM 356 e no Parágrafo 1º do Artigo 1º da ICVM 444, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso o Fundo não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo e conforme instruções dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum previsto no Artigo 108 do Capítulo XXII, poderá solicitar à CVM prorrogação desse prazo por mais 90 (noventa) dias, apresentando motivos que justifiquem tal prorrogação, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, aceitar o pedido de prorrogação da Administradora. Caso a CVM não aceite esse pedido da Administradora ou caso, após os 90 (noventa) dias adicionais, o Fundo ainda não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Administradora, por conta e ordem do Fundo e observadas as disposições aplicáveis constantes deste Regulamento, resgatar a totalidade das Quotas.

Parágrafo 2º Respeitadas as disposições constantes deste Capítulo, o Fundo poderá: (a) manter ou aplicar, até que findo o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, a totalidade dos recursos disponibilizados ao Fundo em Ativos Financeiros; ou (b) após o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, manter ou aplicar o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros.

Parágrafo 3º Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º É facultado ao Fundo, por intermédio da Administradora, contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas, desde que respeitada a política de investimento descrita neste Capítulo III.

Parágrafo 5º No curso normal do Programa de Securitização, os recursos recebidos, pelo Fundo, ao longo de cada exercício social, decorrentes de pagamentos relacionados aos Direitos Creditórios, serão reinvestidos em Ativos Financeiros e integrarão o valor a ser amortizado pelos Quotistas na próxima Data de Amortização.

Artigo 8º É vedado ao Fundo realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (d) aplicação em ativos que não os Ativos Financeiros.

Artigo 9º A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. O Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos neste Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Artigo 10 Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, e/ou o Custodiante não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 11 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Artigo 12 Os percentuais e limites de composição e diversificação de carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 13 No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo parcela de seu Patrimônio Líquido ("Reserva de Caixa") equivalente à soma (i) do montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira Data de Emissão; e (ii) do Limite dos Encargos Legais, baseado no número total de Precatórios cedidos ou a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, apurado pela Administradora, sendo certo que o valor da Reserva de Caixa determinado na primeira Data de Emissão não será inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Administradora deverá manter os recursos correspondentes à Reserva de Caixa aplicados em Ativos Financeiros.

Parágrafo Único Para fins de cálculo da Reserva de Caixa, os valores a serem pagos pelo Fundo ao Escritório de Advocacia para que este implemente medidas judiciais ou extrajudiciais necessária à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação a qualquer Litígio estão descritos na tabela abaixo e deverão ser calculados com base no número de Precatórios integrantes da carteira do Fundo quando do cálculo da Reserva de Caixa ("Limite Máximo de Honorários"):

**Número de Precatórios
na Carteira do Fundo
ou a serem cedidos ao
Fundo**

Limite Máximo de Honorários

até 5 Precatórios:	R\$250.000,00 (global)
de 6 a 15 Precatórios:	R\$750.000,00 (global)
a partir de 16 Precatórios:	R\$50.000,00 (por precatório)

CAPÍTULO IV - CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 14 O Fundo poderá adquirir, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, total ou parcialmente, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, conforme descritos a seguir:

- (a) **Condição da Cessão:** o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (*i.e.*, União), em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e
- (b) **Critérios de Elegibilidade:** (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

Parágrafo 1º Uma vez atendida a Condição da Cessão e os Critérios de Elegibilidade, e desde que o Fundo tenha recursos suficientes para tanto, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá adquirir, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios elegíveis a ela ofertados pelo Cedente, observadas as disposições deste Regulamento, da regulamentação aplicável, bem como dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Parágrafo 2º O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cujos Precatórios a eles vinculados não apresentem nenhuma parcela paga, desde que atendidos todos os Critérios de Elegibilidade previstos no *caput* deste Artigo 14.

Parágrafo 3º A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade é de responsabilidade do Custodiante. A verificação do atendimento à Condição da Cessão é de responsabilidade do Cedente, mediante confirmação da Administradora, com base nas informações fornecidas pelo Cedente.

CAPÍTULO V – PREÇO DE AQUISIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS PELO FUNDO

Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição (o “Preço de Aquisição”), de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI}_D$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela “i” do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela “i” é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior (“Data Projetada do Pagamento”); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = \left(1 + \text{Taxa de Desconto}\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = $\sum \text{Valores Descontados Indicativos}_j$ onde:

$\text{Valores Descontados Indicativos}_j$ = valor descontado do “j”-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_{\text{indicativo}_i}\}, \text{ onde:}$$

$FD_{\text{indicativo}_i}$ = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao “j”-ésimo fluxo de caixa FC_i , calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_{\text{indicativo}_i} = \left(1 + \text{Meta_de_Rentabilidade}\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

$FatorCDI_D$ = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Referência (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na Data de Aquisição.

Artigo 16 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, devendo ser observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, conforme o caso, independentemente de manifestação prévia dos Quotistas, sendo que a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, deverá observar as demais disposições deste Regulamento (inclusive com relação à política de investimento descrita no Capítulo III acima) e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser formalizada por meio de Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, estes últimos que deverão, necessariamente, ser lavrados por instrumento público, devidamente apresentados aos respectivos juízos.

Parágrafo 2º A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente, com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União seja intimada judicialmente da cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos relacionados neste Artigo 16, referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Parágrafo 4º Para fins de cumprimento das obrigações previstas no parágrafo 1º do artigo 7º da ICVM 444, e tendo em vista a aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo, a emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo ocorrerá concomitantemente à aquisição de um determinado Precatório pelo Fundo, observada a obrigação de envio, em cada Data de Aquisição, pela Administradora à CVM, desses pareceres conforme estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII, bem como de disponibilização dos referidos pareceres nos sites da Administradora e da CVM tão logo sejam emitidos. A Administradora desde já se compromete a fornecer ao advogado responsável pela emissão desses pareceres, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações a serem solicitados pelo advogado durante sua análise, os documentos e as informações listados no Anexo III deste Regulamento, para que esse advogado possa emitir os respectivos pareceres, considerando, para tanto, exclusivamente, as informações e os documentos fornecidos pelo Cedente.

Artigo 17 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso a União ou qualquer terceiro apresente qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida seja adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s) Precatório(s)) (o “Litígio”), a Administradora contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) a natureza do Litígio; (b) as ações a serem adotadas pelo Fundo para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo tendo em vista o Litígio proposto; (c) os custos estimados a serem incorridos para implementação das ações referidas no item (b) deste Artigo, incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo (inclusive com relação à eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente); e (d) a probabilidade de êxito do Fundo em reverter essa situação, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza (o “Parecer Legal”).

Parágrafo 1º Uma vez obtido o Parecer Legal, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Artigo 106 do Capítulo XXII, para que a maioria simples dos detentores das Quotas em

Circulação presentes a essa Assembléia Geral decida, com base no Parecer Legal, pela: (a) adoção de ações para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio; (b) pela alienação e conseqüente transferência do correspondente Precatório inadimplido a terceiros e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 2º Caso os Quotistas optem pela defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas com relação ao Litígio, conforme previsto no item (a) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, mesmo que seja também deliberada a posterior alienação do correspondente Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, esses Quotistas deverão instruir a Administradora a contratar o Escritório de Advocacia para que este adote todas as medidas necessárias para realização dessa defesa com relação ao Litígio. Caso, por outro lado, os Quotistas optem pela alienação (imediate ou precedida de defesa com relação ao Litígio) do Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, os Quotistas deverão instruir a Administradora a proceder conforme previsto no Artigo 18 deste Capítulo IV.

Parágrafo 3º Todos os custos e despesas a serem incorridos pelo Fundo com relação às ações a serem adotadas para defesa dos interesses dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio (inclusive despesas com o Escritório de Advocacia e custas judiciais (inclusive com relação a eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente)), serão pagos utilizando-se os recursos disponíveis na Reserva de Caixa, até o custo total acumulado equivalente ao Limite de Encargos Legais, ou, caso necessário e conforme previsto no Capítulo XXIV, com recursos provenientes de aporte de capital por parte dos Quotistas Subordinados Mezanino, a ser realizado por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As perdas incorridas pelo Fundo em razão de qualquer Litígio, do não pagamento de recursos devidos ao Fundo em decorrência dos Ativos Financeiros adquiridos pelo Fundo e/ou dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, bem como em virtude da alienação a terceiros de Direitos Creditórios inadimplidos que então faziam parte da carteira do Fundo, serão refletidas no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no Capítulo XIII.

Artigo 18 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso: (a) os Quotistas decidam pela alienação do Precatório inadimplido (imediate ou precedida de defesa com relação ao Litígio), conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º do Artigo 17 acima; (b) a Fazenda Nacional deixe de depositar na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, o(s) valor(es) devido(s) ao Fundo em razão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou (c) os valores depositados, pela Fazenda Nacional, na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano (conforme mencionado no item (b) deste Artigo 18) não sejam liberados da Conta Judicial e depositados na Conta Corrente do Fundo até 31 de março do ano subsequente (cada um desses eventos um “Evento de Aviso Obrigatório”), a Administradora, prontamente, enviará aviso aos Quotistas e ao Custodiante informando sobre a ocorrência do Evento de Aviso Obrigatório (o “Aviso Obrigatório”).

Parágrafo 1º Uma vez enviado o Aviso Obrigatório, a Administradora deverá enviar seus melhores esforços visando à obtenção de propostas de pelo menos 3 (três) Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição do respectivo Precatório inadimplido. Transcorrido 1 (um) mês contado da data de envio do Aviso Obrigatório, a Administradora verificará quantas propostas das Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição (parcial ou integral) do Precatório foram apresentadas. Na hipótese de existir somente uma proposta para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório), o Precatório (ou a parcela correspondente) deverá ser alienado à única Empresa Seleccionada interessada em adquiri-lo, pelo preço por ele oferecido. Caso duas ou mais propostas para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório) sejam apresentadas, a Administradora alienará o Precatório à Empresa Seleccionada que oferecer o maior valor e as melhores condições de pagamento para aquisição do Precatório (ou a parcela correspondente); sendo certo que é possível a aquisição, por mais de uma Empresa Seleccionada, de parcelas diversas de um mesmo Precatório. A aquisição de qualquer Precatório (ou parcela deste) deverá ser aprovada por Quotistas detentores da maioria das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral a ser realizada para este fim.

Parágrafo 2º Caso a Administradora não consiga obter ao menos uma proposta para aquisição de determinado Precatório inadimplido no prazo de 1 (um) mês contado da data de recebimento do Aviso

Obrigatório, o Fundo manterá o Precatório em sua carteira até o vencimento do Precatório ou até que este seja alienado, conforme o caso, observadas as disposições constantes deste Regulamento. Os valores recebidos em decorrência da venda do Precatório, a qualquer momento, durante o Prazo de Duração, serão somados ao Patrimônio Líquido do Fundo, e serão investidos em Ativos Financeiros até as Datas de Amortização subseqüentes.

CAPÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 19 O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembléia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Tendo em vista a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, a Administradora tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que integrem sua carteira, sendo a Administradora responsável pelas atividades de administração da carteira do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da ICVM 356.

CAPÍTULO VII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a alínea (h) deste Artigo 20;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los: (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;

- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 110 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas Subordinadas Mezanino disponibilizado pela Agência de *Rating*;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento, bem como calcular e divulgar em seu *website*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa e da Relação Mínima, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) assegurar que o Diretor Designado elabore demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados;
- (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo III;
- (j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de *Rating*;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de *Rating*, do Escritório de Advocacia e à celebração dos respectivos contratos, inclusive o Contrato de Custódia e os demais Documentos da Operação;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, os Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, bem como seus eventuais aditamentos;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;

- (ii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo.
- (o) informar imediatamente à Agência de Rating:
- (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos aos Contratos de Cessão ou Termos de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 3º do Capítulo II deste Regulamento, e (ii) dos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e seus eventuais aditamentos;
- (q) observar, e fazer com que sejam cumpridas, as disposições constantes deste Regulamento; e
- (r) acompanhar, periodicamente, os relatórios elaborados pelo Escritório de Advocacia contratado pelo Fundo, nos termos do Artigo 16 deste Regulamento, referentes à movimentação de qualquer Conta Judicial relativa à Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, com a finalidade principal de constatar se foram realizados novos depósitos em decorrência de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional em razão desses Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo 1º Observados os termos e condições deste Regulamento e da legislação aplicável, bem como os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora pode:

- (a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Diretos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento, do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, conforme o caso;
- (b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (c) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Quotistas e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
- (e) constituir procuradores, desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Parágrafo 2º A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º A Administradora deverá encaminhar à CVM, em cada Data de Aquisição, parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Artigo 21 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 22 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira prevista no Capítulo III deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por todos os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral conforme disposto no Capítulo XXII, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;

- (b) distratar, rescindir ou aditar os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia ou qualquer outro Documento da Operação, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou que tenham sido determinadas pela CVM, ANBID ou BOVESPA; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 23 A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, na forma do Capítulo XXII deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo. Caso seja deliberada a substituição da Administradora, conforme aqui previsto, os Quotistas deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 2 (duas) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Administração então em vigor.

Artigo 24 A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 25 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 26 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 24 acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO IX – DA CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Artigo 27 As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da ICVM 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Artigo 28 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na ICVM 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- (c) movimentar a(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Operação;
- (d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, na qualidade de depositário nos termos do inciso IV do artigo 38 da Instrução 356 e dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro (conforme aplicável), dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes ou terceiro contratado, conforme previsto no Parágrafo 2º abaixo: (i) extrato(s) da(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo; (ii) cópias dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo; (iii) Documentos Comprobatórios; e (iv) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
- (e) acolher em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, a partir da sua liberação da Conta Judicial;
- (f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- (g) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (h) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo;
- (i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Relação Mínima;
- (j) informar à Agência de *Rating*, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou nos demais Documentos da Operação;
- (k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (l) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima estabelecida pela legislação em vigor, o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo Primeiro O Custodiante poderá, por sua conta e ordem, contratar terceiro habilitado para a verificação de que trata a alínea “l” acima.

Parágrafo Segundo Sem prejuízo da responsabilidade direta e solidária da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante

poderá contratar terceiros para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, conforme indicado no Contrato de Cessão.

Artigo 29 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a(s) conta(s) corrente(s), a(s) conta(s) de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções fornecidas pela Administradora e as disposições deste Regulamento; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

Artigo 30 Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

Artigo 31 O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Operação. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

Parágrafo Único A Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria poderão também renunciar, a qualquer tempo, às funções a elas atribuídas nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos firmados entre cada uma delas e o Fundo para prestação de serviços ao Fundo. Em qualquer desses casos, a Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria (conforme o caso) deverão, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a da respectiva renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Parágrafo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso). Ademais, na hipótese de substituição da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso) pelos Quotistas nos termos da alínea (b) do Artigo 104 do Capítulo XXII, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

CAPÍTULO X – DA GESTÃO DO FUNDO

Artigo 32 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão também realizados pela Administradora, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da ICVM 356, que é entidade regularmente credenciada perante a CVM para essa atividade, e que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 33 deste Capítulo.

Artigo 33 Adicionalmente a suas obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento, são obrigações da Administradora:

- (a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- (b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- (c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXIII deste Regulamento;
- (d) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- (e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 34 Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, na qualidade de gestora da carteira do Fundo, pode:

- (a) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, operação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- (d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Artigo 35 Tendo em vista que existe a possibilidade de serem questionados pelo Fundo em face da União: (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela do Precatório, a Administradora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido nas correspondentes sentenças transitadas em julgado.

Parágrafo Único A Administradora, por conta e ordem do Fundo, de forma a decidir sobre a possibilidade de ajuizar uma ação judicial, em face da União, conforme previsto no *caput* deste Artigo 35, contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) as medidas a serem adotadas pelo Fundo para ajuizar uma ação judicial em face da União; (b) os custos estimados a serem incorridos para implementação das medidas referidas no item (a), incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo e (d) a probabilidade de êxito do Fundo com relação à referida ação judicial, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza. As condições previstas no Artigo 17 do Capítulo IV serão aplicadas, *mutatis mutandis*, à ação judicial aqui prevista.

Artigo 36 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e desde que aprovado por todos os Quotistas reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, contratar terceiro para atuar como gestor da carteira do Fundo, devendo este terceiro, como condição para tanto, enviar notificação à Administradora aceitando expressamente todas as obrigações e responsabilidades a ele inerentes em razão da gestão da carteira do Fundo, previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, sem prejuízo da assinatura de contrato de gestão entre o novo gestor e a Administradora (na qualidade de representante do Fundo).

Artigo 37 A Administradora poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções de gestão a ela atribuídas nos termos deste Capítulo, desde que simultaneamente renuncie à administração do Fundo, em conformidade com as disposições do Artigo 24 do Capítulo VIII. Nesse caso, a Administradora deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio aos Quotistas de comunicação por escrito, informando-os de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a(s) instituição(ões) substituta(s) assumam(m) efetivamente todos os seus deveres e obrigações na qualidade de administradora do Fundo e gestora da carteira do Fundo.

CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO

Artigo 38 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 39 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não exaustiva, os seguintes:

- (a) Riscos de liquidez das Quotas e inexistência de mercado secundário. Os fundos de investimentos em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os Investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (b) Liquidez dos Direitos Creditórios. Os principais ativos do Fundo são Direitos Creditórios originados pelo Cedente, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (c) Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo. Durante o Prazo de Duração do Fundo e observados os termos e condições deste Regulamento e do respectivo Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade do Cedente que atendam aos Critérios de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia de Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (i.e., não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

- (d) Risco de pagamento antecipado e descontinuidade do Fundo. A Constituição Federal prevê o pagamento dos Precatórios que preenchem as condições do Artigo 78 do ADCT em até 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, sendo que, no caso de descontinuidade do Fundo, os Quotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- (e) Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Riscos associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Adicionalmente, os Ativos Financeiros poderão ser aplicados em CDBs ou CDIs emitidos pelo Cedente, caso em que o Fundo estaria exposto ao mesmo risco de crédito.
- (g) Inexistência de rendimento predeterminado. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas Quotas apurado na forma do Capítulo XVI, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas. Assim, caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas, a rentabilidade dos respectivos Quotistas será inferior a esse limite máximo. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Pagamento dos Encargos do Fundo. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo V, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) e outras despesas decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e Encargos do Fundo (incluindo

Encargos Legais) venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- (i) O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo e também cederá Direitos Creditórios ao Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de Cedente e atuando como Custodiante do Fundo, poderá privilegiar seus interesses em detrimento dos interesses do Fundo, o que poderá acarretar na redução da remuneração média da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (j) Contratação de operações para composição da carteira do Fundo nas quais a Administradora ou qualquer de suas Afiliadas figurem como contraparte. O Fundo poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas, estando, portanto, sujeita ao risco das pessoas acima referidas deixarem de efetuar os pagamentos eventualmente devidos ao Fundo em razão das contratações dos negócios acima referidos. A ocorrência deste evento poderá afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (k) Possibilidade de novos aportes de recursos. Caso (i) o Fundo não possua recursos suficientes para pagar os Encargos do Fundo dentro dos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (ii) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, deverá ser convocada Assembléia Geral a ser realizada pelos Quotistas Subordinados Mezanino com a finalidade de aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XXIV. Caso os Quotistas Subordinados Mezanino deliberem pela não aprovação do aporte adicional de recursos ao Fundo ou, mesmo deliberando pelo aporte adicional não tenham recursos suficientes para tanto, todos os Quotistas sofrerão as perdas respectivas, de forma proporcional a sua participação no Fundo, não sendo a Administradora, o Custodiante o Cedente ou qualquer de suas Afiliadas responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por essas perdas.
- (l) Risco da titularidade indireta. Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da carteira do Fundo de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.
- (m) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê a possibilidade de o Fundo ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, este pode não dispor de recursos para pagamento de todos os Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer Pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.

- (n) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político, nacional e internacional.
- (o) Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
- (p) Aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos Quotistas. Há hipóteses no presente Regulamento que prevêem a aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos titulares das Quotas em Circulação. Tendo em vista que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação deverão representar, durante todo o Prazo de Duração, pelo menos mais do que metade da totalidade das Quotas em Circulação, as deliberações a serem aprovadas pelos Quotistas por maioria simples poderão ter tomadas unicamente por titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme interesse desses titulares, o que poderá causar prejuízo aos titulares das demais Quotas.
- (q) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior em determinadas deliberações da Assembléia Geral. O Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembléia Geral devem ser tomadas com a participação da totalidade dos titulares das Quotas Seniores em Circulação e/ou das Quotas Subordinadas Junior em Circulação, independentemente do quorum de Quotistas presentes, como é o caso de eventuais alterações: (a) na substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, respectivamente; e (b) na cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento. Esta condição pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino.
- (r) O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, de forma a atender aos Critérios de Elegibilidade. Por esta razão o Fundo sempre dependerá do Cedente no que tange à aquisição de Direitos Creditórios, o que poderá resultar em perdas aos Quotistas.
- (s) Risco referente à Relação Mínima. A Relação Mínima é uma fração cujo numerador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador é equivalente ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação. É possível que o valor das Quotas Seniores em Circulação seja equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, hipótese na qual a Relação Mínima poderá ser equivalente a 1 (um), não havendo qualquer obrigação de reenquadramento, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV. Na hipótese de a Relação Mínima ser equivalente ou inferior a 1 (um), em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas Seniores será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia ou necessidade de aporte de recursos por parte dos titulares das Quotas Subordinadas ou quaisquer terceiros.

- (t) Possibilidade de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente. O Cedente, na qualidade de instituição financeira, encontra-se sujeito à intervenção ou liquidação extrajudicial, em ambos os casos, efetuada e decretada pelo Bacen, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Caso o Cedente tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, e este se encontre, direta ou indiretamente, na posse de valores de titularidade do Fundo na data ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime similar, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 40 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- (a) Risco de crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (b) Inexistência de coobrigação ou direito de regresso. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente somente é responsável pela originação, formalização e liquidez dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios, é possível que o Fundo e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.
- (c) Possibilidade de alteração na forma de pagamento dos Direitos Creditórios. Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios, bem como o pagamento antecipado de valores referentes aos Direitos Creditórios, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (d) Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30. A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o Artigo 78, *caput* e Parágrafos 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30. O Relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do Artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento Precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres, acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o Artigo 78 do ADCT, os Precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do Artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de Precatórios de outra forma.
- (e) Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, conforme alterado

pela Emenda Constitucional nº 30, os Precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos Precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu Artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- (f) Remuneração da conta individualizada. O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.
- (g) Projeto de Emenda Constitucional nº 12. O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 do ADCT). Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de Precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de Precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos Precatórios, em ordem de valor, pagamento primeiro os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- (h) Retenção de imposto de renda. Na forma do Artigo 27 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do Parágrafo 1º do mesmo Artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição do Cedente, pelo Fundo, no(s) pólo(s) ativo(s) de qualquer das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis.
- (i) Riscos relacionados ao recebimento de valores. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.
- (j) Risco quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias. Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do Cedente, a inclusão do Fundo no pólo ativo da respectiva ação judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no Artigo 78 do ADCT.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a: (i) firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral e para adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento integral do crédito cedido; e (ii) imediatamente notificar o Cessionário, por escrito e nos termos previstos no Contrato de Cessão, acerca de qualquer intimação, notificação ou comunicação recebida pelo Cedente em conexão com qualquer Direito Creditório componente da carteira do Fundo.

Mesmo com essas obrigações e a possibilidade de o Fundo, tendo em vista a procuração que será outorgada à Administradora, poder diretamente solicitar a substituição do Cedente no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, é possível que esses pedidos sejam indeferidos pelas autoridades competentes ou que essas autoridades demorem muito tempo para se manifestar a respeito. Caso isso ocorra, o Fundo dependerá do Cedente para ter conhecimento de qualquer intimação,

notificação ou comunicação relacionada ao respectivo Direito Creditório e, portanto, poderá sofrer dificuldades e/ou enfrentar atrasos com relação a pagamentos dele decorrentes, impactando o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.

- (k) Risco de concentração da carteira de Fundo. Nos termos do Artigo 6º do Capítulo III deste Regulamento, o Fundo pode alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório. Caso isso ocorra, haverá a concentração da carteira do Fundo em um único Precatório. Na hipótese de a carteira do Fundo estar concentrada em um único Precatório (ou em um número restrito de Precatórios), o risco de não pagamento ou atrasos nos pagamentos dos valores devidos ao Fundo fica restrito a esse(s) Precatório(s), o que é menos favorável aos Quotistas se comparado a uma carteira com diversos direitos creditórios, na qual o risco de inadimplimento seria diluído entre os diversos créditos dela integrantes.
- (l) Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios no orçamento Federal. A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento de direitos creditórios, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito. Caso isso ocorra com relação a um Direito Creditório integrante da carteira do Fundo, poderá afetar negativamente e de forma relevante o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.
- (m) Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros. Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora *on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 41 Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 42 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 43 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (f) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;

- (g) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (h) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Artigo 44 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 20, alínea (h), deste Regulamento.

Artigo 45 O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2009. Caso tais datas não sejam Dias Úteis, para fins do aqui disposto serão considerados os respectivos Dias Úteis imediatamente subseqüentes.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 46 Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do disponível do valor dos ativos integrantes da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo, bem como das respectivas provisões.

Artigo 47 Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

Artigo 48 As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, descritas abaixo, e não poderão ser resgatadas a não ser no término do Prazo de Duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, observado o disposto no Capítulo XVII.

Parágrafo 1º As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriurador. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Parágrafo 2º O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única, a serem distribuídas de forma privada. O Fundo também poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá respeitar as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será calculada diariamente, sendo admitido o valor equivalente a 1 (um) e não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação seja igual ao valor do Patrimônio Líquido, observado que, nos termos da alínea (d) do Artigo 87 do Capítulo XVIII, as Quotas Seniores somente serão amortizadas caso, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco).

Artigo 49 Cada Quota Sênior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;

- (j) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (k) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Sênior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (l) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento, observado o disposto no Artigo 87 do Capítulo XVIII;
- (m) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (n) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Seniores, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 49, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (o) a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 50 Cada Quota Subordinada Mezanino tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (p) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (q) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (r) quando findo o Prazo de Duração, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo XVII deste Regulamento;
- (s) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinada Mezanino, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (t) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento;
- (u) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (v) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 50, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII;
- (w) a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e



- (x) nos termos do Capítulo XXIV, os Quotistas Subordinados Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de quotas subordinadas específicas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Artigo 51 Cada Quota Subordinada Junior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) são subordinadas às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) não poderão ser amortizadas;
- (c) tem o valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na Data de Emissão;
- (d) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados as disposições deste Regulamento;
- (e) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 51, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (f) a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto nas Assembléias Gerais.

Artigo 52 Para fins do disposto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.689, e observadas as disposições do Capítulo XV e os demais normativos aplicáveis, as Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrado e operacionalizado pela CETIP, e no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, podendo ser adquiridas por Investidores residentes ou domiciliados fora do Brasil.

Artigo 53 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo Investidor no registro de Quotistas do Fundo.

Artigo 54 O Fundo não cobrará do Quotista taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas Subordinadas Mezanino serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do anúncio de início da Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior não serão objeto de distribuição pública, devendo ser subscritas e integralizadas de forma privada, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.

Parágrafo 1º As Quotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo deverão ser subscritas conforme previsto neste Regulamento, no anúncio de início de Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino e na legislação aplicável, conforme o caso.

Parágrafo 2º A integralização das Quotas será feita, exclusivamente, em moeda corrente nacional, quando se tratar de Quotas Seniores. A integralização das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá no ato de sua subscrição.

Artigo 56 O Fundo poderá manter em circulação no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes deste Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação (a) até 5 (cinco) Quotas Seniores; e (b) 1 Quota Subordinada Junior, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 58 Não há número mínimo de Quotas a serem emitidas pelo Fundo.

Artigo 59 Desde que observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios geridos pelo Cedente também poderão adquirir as Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 60 No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas Mezanino, objeto da primeira Distribuição pública de quotas do Fundo (cuja características estarão dispostas no respectivo Suplemento), o saldo das Quotas Subordinadas Mezanino não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas Subordinadas Mezanino efetivamente subscritas.

Artigo 61 No ato de subscrição das Quotas, cada subscritor assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão.

Parágrafo 1º Cada Quotista que ingressar no Fundo deverá informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

Parágrafo 2º A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

Artigo 62 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. Não haverá limite mínimo de aplicação inicial no Fundo com relação às Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 63 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência da liquidação do Fundo nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável em vigor.

Artigo 64 As Quotas Subordinadas Mezanino deverão ser registradas para negociação em uma ou mais bolsas de valores ou sistemas de balcão organizado, a critério da Administradora, o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas Subordinadas Mezanino sejam Investidores Qualificados.

Parágrafo 1º Na hipótese de negociação das Quotas Subordinadas Mezanino, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais serão negociadas.

Parágrafo 2º As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Junior não poderão ser distribuídas publicamente sem a aprovação prévia da CVM.

Artigo 65 Caso necessário, os titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão aprovar a emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de forma a captar os recursos necessários (a) à aquisição

dos Direitos Creditórios e (b) ao reabastecimento da Reserva de Caixa, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Único Será dado direito de preferência aos Quotistas Subordinados Mezanino na emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de que trata este Artigo 65 deste Capítulo, observado o critério proporcional de quotas desses Quotistas.

Artigo 66 Durante o Prazo de Duração do Fundo, será admitida a detenção, por um mesmo Investidor, de todas as Quotas Subordinadas Mezanino emitidas.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

Artigo 67 Em cada Data de Cálculo, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo, após a primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores} = (\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior} - \text{Amortização Sênior Anterior}) * \text{FatorCDI}_{\text{anterior}}$$

onde:

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior” significa o valor unitário de referência das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à referida Data de Cálculo (“Data de Cálculo Anterior”);

“Amortização Sênior Anterior” significa o montante efetivamente pago pelo Fundo na amortização de cada Quota Sênior realizada na Data de Cálculo Anterior; e

“FatorCDI_{anterior}” significa o Fator CDI correspondente ao período compreendido entre a Data de Cálculo Anterior (inclusive) e a Data de Cálculo (exclusive).

Artigo 68 Em cada Data de Cálculo posterior à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão (x) da diferença entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação pelo (y) número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e

(ii) em cada Data de Cálculo subsequente, o valor apurado de acordo com o disposto a seguir:

(ii.A) caso a Data de Cálculo seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será equivalente ao Valor Principal Atualizado (conforme definido abaixo); ou

(ii.B) caso a Data de Cálculo não seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou não seja uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo Dias Úteis}/\text{Periodo}}$$

onde:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior}/252}}{\text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}}$$

onde:

“Valor Principal Anterior”: significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

“Variação IPCA-E”: número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{IPCA} - E_{\text{atual}}}{\text{IPCA} - E_{\text{anterior}}} - 1$$

onde:

“IPCA-E_{atual}”: significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

IPCA-E_{anterior}: o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Referência.

“Prazo Anterior”: significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

“Amortização Quota Subordinada Mezanino”: é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na referida Data de Amortização.

Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas

Mezanino ou a Data de Amortização anterior conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis
Período: Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior, conforme o caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).

Proj_IPCA: significa a projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Cálculo o Proj IPCA será determinado como o Proj IPCA_{j-1} (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Artigo 69 A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Junior, o valor unitário de cada Quota Subordinada Junior, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma deste Capítulo, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Junior em Circulação na respectiva data de apuração.

Artigo 70 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos nos Artigos 67 e 68 deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores e aos Quotistas Subordinados Mezanino na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

Artigo 71 Quando da determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos deste Capítulo, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo, porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.

Artigo 72 Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto neste Regulamento. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado um índice substitutivo pela maioria simples dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Artigo 73 As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Artigo 74 As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 75 No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas respectivas Datas de Amortização, em Regime de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII.

Artigo 76 Não é facultado a qualquer dos Quotistas solicitar a realização de amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 77 Não há limite mínimo para amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que as Quotas Seniores terão prioridade na amortização com relação às Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 78 Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 79 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Artigo 80 Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Artigo 81 Após a amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

Artigo 82 A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora: (a) por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (b) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

Artigo 83 Qualquer amortização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas Mezanino somente poderá ser realizada nas Datas de Amortização, conforme aqui previsto.

Artigo 84 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVIII.

Artigo 85 As Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

Artigo 86 Observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, haverá o resgate das Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses: (a) findo o Prazo de duração do Fundo; ou (b) deliberação dos Quotistas no sentido de liquidar antecipadamente o Fundo, por qualquer motivo.

CAPÍTULO XVIII – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 87 A partir do Início das Atividades do Fundo e durante o Prazo de Duração, a Administradora se obriga, por meio de débitos e créditos a serem realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, na ordem de preferência abaixo referida, observadas as demais disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo (inclusive Encargos Legais), devidos nos termos deste

Regulamento e da legislação aplicável;

- (b) adequação da Reserva de Caixa, a não ser que o Fundo esteja sujeito à liquidação antecipada;
- (c) no pagamento do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na Data de Referência, em moeda corrente nacional;
- (d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento, especialmente o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
- (e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (f) na amortização, total ou parcial, das quotas subordinadas mezanino emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Subordinadas Mezanino, previsto no Artigo 68 do Capítulo XVI deste Regulamento; e
- (g) no resgate de Quotas Subordinadas Junior (mesmo que o resgate das Quotas Subordinadas Junior decorra da liquidação antecipada do Fundo), observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 89 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os valores ajustados nos termos dos artigos a seguir.

Artigo 90 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 91 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora, aceitos pelo Bacen e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 92 As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 93 Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor.

Artigo 94 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 95 Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências ("Eventos de Avaliação");

- (y) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e/ou no Termo de Cessão, conforme aplicável, e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
- (z) não cumprimento do disposto no *caput* e/ou no Parágrafo 1º do Artigo 7º do Capítulo III, a partir do Início das Atividades do Fundo;
- (aa) amortização e/ou resgate de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (bb) rescisão do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, ou renúncia do Custodiante ou da Agência de *Rating*, conforme o caso, a qualquer tempo e por qualquer motivo, com relação à prestação dos serviços objetos do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, respectivamente, sem que tenha havido a respectiva substituição por outra instituição, nos termos do(s) referido(s) contrato(s);
- (cc) renúncia da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (dd) caso os Quotistas Subordinados Mezanino não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 72 do Capítulo XVI;
- (ee) não cumprimento, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de suas respectivas obrigações constantes deste Regulamento;
- (ff) caso um ou mais pagamentos devidos em razão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deixe de ser efetuado e esse(s) pagamento(s) não realizado(s), individualmente ou no agregado, corresponda(m) ao equivalente à 40% (quarenta por cento) ou mais do resultado da somatória de todos os Direitos Creditórios então adquiridos pelo Fundo, com base nos respectivos Preços de Aquisição desses Direitos Creditórios cedidos (calculados conforme previsto no Capítulo XIX); e/ou
- (gg) ocorrência do disposto no Parágrafo Único do Artigo 118 do Capítulo XXV.

Artigo 96 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (a) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes e ao Custodiante; (b) suspender, de imediato, a amortização e/ou resgate de Quotas; e (c) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) pela liquidação antecipada do Fundo, hipótese na qual deverão ser estabelecidos nessa Assembléia Geral os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, aplicando-se as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de Quotistas representando a maioria simples das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do *caput* deste Artigo 96, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo em virtude de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar, primeiramente e de forma compulsória, todas as Quotas Seniores, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI. Após o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar todas as Quotas Subordinadas Mezanino compulsoriamente, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 68 do Capítulo XVI. Em ambos os casos, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

- (hh) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta Corrente do Fundo;
- (ii) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos Creditórios, serão imediatamente destinados à Conta Corrente do Fundo; e
- (jj) observada a ordem de alocação dos recursos definida neste Regulamento, a Administradora debitará a Conta Corrente do Fundo e procederá ao resgate antecipado, primeiramente, das Quotas Seniores em Circulação e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 3º Os procedimentos descritos no Parágrafo 2º deste Artigo somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto neste Artigo 96, caso, após o resgate integral das Quotas Seniores, não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Mezanino, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas Subordinados Mezanino, na proporção dos valores a eles devidos. O procedimento de rateio aqui descrito aplicar-se-á ao resgate das Quotas Subordinadas Junior, caso não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Junior. Após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão, ainda, deliberar por maioria simples a não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, observado o aqui disposto e o disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º Se a Administradora deixar de convocar a Assembléia Geral, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, a omissão da Administradora será considerada, automaticamente, como um Evento de Avaliação.

Artigo 97 A maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa ("Avaliador") responsável pela preparação de um laudo de avaliação com as características mencionadas no Artigo 98 abaixo ("Laudo de Avaliação"). Caso os Quotistas presentes a essa Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Artigo 98 Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhido na forma do Artigo 97 deste Capítulo. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

Artigo 99 Caso, após 12 (doze) meses da data em que foi deliberada a liquidação antecipada do Fundo, conforme aqui estabelecido, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação (conforme aplicável) um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios existentes na data de constituição do referido condomínio.

Artigo 100 Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, nos termos do Artigo 96 deste Capítulo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos respectivos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do Capítulo XVI em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Artigo 98 deste Capítulo.

Artigo 101 Além das disposições acima e observado o disposto no Capítulo XXII, (i) titulares detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) do total de Quotas em Circulação ou (ii) os Quotistas Seniores (não obstante a quantidade de Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Seniores), podem, a qualquer momento, solicitar que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, convoque Assembléia Geral para deliberação de assuntos a serem indicados por esses Quotistas, inclusive a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 106 do Capítulo XXII, observados, para fins das deliberações a serem tomadas nas respectivas Assembléias Gerais, os quoruns previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 102 Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Operação, uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 7.000,00 (sete mil reais); ou (b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subseqüentes (a “Taxa de Administração”). A primeira parcela da Taxa de Administração será devida *pro rata* Dias Úteis dentro do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.

Parágrafo 1º Os valores em reais definidos neste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da primeira Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

Parágrafo 3º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia e os demais Encargos do Fundo.

Parágrafo 4º O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 206, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o Artigo 56, parágrafo 2º da ICVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para



o Fundo. O valor pago nos termos deste dispositivo será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

Artigo 103 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- (kk) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ll) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (mm) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (nn) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria e da Agência de Rating;
- (oo) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (pp) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo (inclusive os custos e despesas devidos ao Escritório de Advocacia), em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido (“Encargos Legais”) até o Limite Máximo de Encargos Legais;
- (qq) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à alienação de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, ou à realização de Assembléia Geral;
- (rr) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (ss) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (tt) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta Corrente do Fundo; e
- (uu) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do Artigo 31 da ICVM 356, se for o caso.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 104 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Agência de Rating e/ou da Empresa de Auditoria, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive despesas com assessores jurídicos, a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto no Artigo 105 deste Regulamento;
- (g) aprovar a alienação de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 do Capítulo V;
- (h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora para liquidação antecipada do Fundo, por conta e ordem do Fundo; e
- (i) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver.

Artigo 105 O Regulamento e os Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 106 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, mencionado no Artigo 110 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada: (a) pela Administradora; ou (b) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, devendo ser observados, porém, os quoruns de deliberação previstos neste Regulamento. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá ao Diretor Designado ou ao seu representante.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o Diretor Designado e um representante do Custodiante deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos

condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 107 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 107, não terão direito a voto nas Assembléias Gerais a Administradora e seus empregados, nos termos do parágrafo 3º do artigo 29 da ICVM 356.

Artigo 108 Ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e nas demais disposições deste Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante, conforme disposto no Artigo 30 do Capítulo IX; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.

Artigo 109 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 110 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente (o “Periódico”); e (ii) de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, conforme indicado pelos Quotistas por escrito à Administradora.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no Periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada em Assembléia Geral por Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação.

Artigo 111 A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Único Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de *Rating*, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 112 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (vv) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (ww) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (xx) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 113 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (yy) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (zz) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 114 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXIV – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS

Artigo 115 Caso (a) o Fundo não tenha recursos suficientes para o pagamento dos Encargos do Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (b) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, neste último caso, já considerada a utilização da Reserva de Caixa até o Limite dos Encargos Legais, os titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de quotas específicas objeto de nova Distribuição (definindo, inclusive, o cronograma de integralização das quotas objeto da nova Distribuição) a ser realizada por todos os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, incluindo o reabastecimento da Reserva de Caixa.

Artigo 116 Todos os custos e despesas para efetivação das disposições constantes deste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento desses custos e despesas.

Artigo 117 Os pagamento relativos à integralização das quotas objeto da nova Distribuição, conforme previsto no Artigo 115 acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXV – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 118 A Agência de *Rating* será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Subordinadas Mezanino. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede, na página na rede mundial de computadores e nas agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino constituirá um fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas, sendo que a diminuição na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino caracterizará um Evento de Avaliação, nos termos do Artigo 95 do Capítulo XX.

CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 119 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

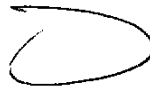
Artigo 120 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 121 O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Artigo 122 As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo, para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação por parte do Fundo.

Artigo 123 Considerar-se-á o Fundo liquidado, e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo e o resgate da totalidade das Quotas.

Artigo 124 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ANEXO I – MODELO DE SUPLEMENTO

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS
CNPJ/MF nº [-]**

A primeira distribuição pública das Quotas Subordinadas Mezanino do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (a “Oferta” e o “Fundo”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, registrado no [-]º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, em [-], sob o nº [-] (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

- (a) Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino: [-];
- (b) Valor Nominal Unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na Data de Emissão: [-];
- (c) Valor Total da Oferta: [-];
- (d) Data de Emissão: [-];
- (e) Datas de Amortização: [-];
- (f) Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino: quando findo o Prazo de Duração do Fundo;
- (g) Meta de Rentabilidade aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino: fator anual de [-]% ([-] por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [-] de [-] de 2008.

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do
DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO II – MODELO DE TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, na qualidade de investidor do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais (o “Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, (a “Administradora”), declara:

I. Ter recebido cópia do regulamento do Fundo (o “Regulamento”), bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Ser investidor qualificado, nos termos da Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004 (conforme alterada). Nesse sentido, compromete-se a comunicar à Administradora, imediatamente, qualquer alteração em sua condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do Fundo.

III. Estar de acordo e ciente:

(a) dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira de investimento do Fundo, bem como da taxa de administração devida à Administradora;

(b) do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos III e XI (“Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

(c) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;

(d) o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;

(e) a Administradora, no exercício de suas atividades tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mereado;

(f) de que a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsáveis por eventuais perdas que o Fundo venha a sofrer em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão.

(g) de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos;

(e) de que poderá ser chamado a aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Capítulo XXIV do Regulamento;

(h) de que terá que integralizar as quotas do Fundo subscritas por meio do respectivo boletim de subscrição, de acordo com o Regulamento do Fundo;

(i) de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;

(j) de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Monitor Mercantil"; e

(k) os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Termo de Adesão (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

IV. Responsabilizar-se pela veracidade das suas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão dessas informações.

Por fim, informa que as comunicações enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas ao(s) seguinte(s) e-mail(s): [--], aos cuidados de [nomes completos].

(Local e data)

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INVESTIDOR]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO III – LISTA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE PARECER

**AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS
ORIUNDOS DE DECISÕES JUDICIAIS**

(A) Documentos Referentes ao Processo

- (a) Cópia integral dos autos do processo que deu origem ao crédito, inclusive do processo de execução.
- (b) Cópia integral de todos os atos processuais referentes à ação rescisória, se houver.
- (c) Cópia do Ofício Requisitório de Pagamento.
- (d) Cópia de quaisquer contratos ou outros instrumentos firmados entre o Cedente e quaisquer advogados para a prestação de serviços em relação à ação.

(B) Documentos Referentes ao Cedente

I. Documentos Societários e Demonstrações Financeiras

- (a) Estatuto Social ou Contrato Social atualizado.
- (b) Cópia de todos os atos societários, procurações e outros instrumentos que nomeiem representantes do Cedente.
- (c) Acordo de Acionistas ou Quotistas, se houver.
- (d) Organograma societário atualizado.
- (e) Demonstrações Financeiras da Cedente dos 3 últimos exercícios.

II. Assuntos Contratuais

- (a) Relatório relativo a todos os contratos que representem obrigação financeira perante terceiros (com base em tal relatório poderão ser solicitadas cópias de documentos relevantes).
- (b) Cópia de qualquer contrato que contenha previsão que limite de qualquer forma a capacidade do Cedente de alienar ou onerar bens ou direitos.

III. Certidões

Certidões obtidas nas comarcas dos imóveis, sede e filiais da Cedente e na Capital do Estado relativamente ao endereço de cada estabelecimento, conforme o caso:

- (a) Certidões dos Cartórios de Protestos (5 anos);
- (b) Certidões quanto à existência de Dívida Ativa da União inscrita (5 anos);
- (c) Certidões atualizadas de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (CQTF) (5 anos);
- (d) Certidões negativa de tributos federais, estaduais, municipais;
- (e) Certidão negativa de débitos para com a Secretaria da Fazenda Estadual (5 anos) onde a Cedente possuir sede e filiais;
- (f) Certidão atualizada de regularidade para com o FGTS;
- (g) Certidão atualizada de regularidade para com a Seguridade Social (incluindo o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS);
- (h) Certidão atualizada de regularidade para com a Dívida Ativa da União;
- (i) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Estadual;
- (j) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Federal;
- (k) Certidão de Distribuição da Justiça do Trabalho;
- (l) Certidões de Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (m) Esclarecimentos sobre as ocorrências eventualmente apontadas pelos documentos acima.”

Cláusula 4 *Demais Disposições.* Todas as demais disposições do Regulamento que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento, são neste ato ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2008.


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO "DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS"**

Datado de

16 de março de 2009

24/03/09

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora (a “Administradora”) do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67 (o “Fundo”),

100-443887-1000

(iii) não havendo titulares das quotas de emissão do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições do Artigo 26, II, da Instrução CVM 356, bem como da alínea (f) do Artigo 104 do presente Regulamento;

“Contrato de Colocação”: significam (i) o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Precatórios Federais”, firmado em 05 de dezembro de



4ºRTD-RJ - 776624
 Emol 197,15/Distro 11,41/Let11/06 10,43
 Mútua/ACOTERJ 8,72 / FETJ 41,71
 e. 4.664/05 10,43 / Tot Emol (R\$) 279,85
 PARAFM Vias 2 / Nome(S) / Págs 59
 Proc Estr N / Averb S / Dilig

2008 entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da primeira Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino; e (ii) o "Primeiro Aditamento ao Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Precatórios Federais", a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da Distribuição de Quotas do Fundo;"

“Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;”

“Data de Referência”: significa (i) a primeira Data de Emissão ou (ii) o dia 30 de junho de 2009, o que ocorrer primeiro;”

“Documentos da Operação”: são, conjunta ou isoladamente: (a) este Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o “Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” firmado com a Agência de Rating;”

2.2. Alteração do Artigo 4º do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 4º O Fundo será vigente desde o Início das Atividades até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro (o “Prazo de Duração”).”

2.3. Alteração da definição de “Valor Descontado”, constante do Artigo 15 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela “i” do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela “i” é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior (“Data Projetada do Pagamento”); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i , utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = \left(1 + \text{Taxa de Desconto}\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); ou (iii) 3,00% (três por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = \sum Valores Descontados Indicativos, onde:

Valores Descontados Indicativos_j = valor descontado do "j"-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_indicativo_i\}$, onde:

FD_indicativo_i = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao "i"-ésimo fluxo de caixa FC_i, calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i, utilizando-se para fins de cálculo do FD, a seguinte fórmula:

$$FD_indicativo_i = \left(1 + Meta_de_Rentabilidade\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

2.4. Alteração nas alíneas (d) e (j) do Artigo 20, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"(d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 110 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Rating;"

"(j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas pela Agência de Rating;"

2.5. Alteração do Parágrafo 2º do Artigo 48 do Regulamento, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 2º O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única. O Fundo também poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá ocorrer publicamente, mediante registro prévio obtido junto à CVM, e deverá respeitar as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável."

2.6. Alteração da alínea (c) do Artigo 51 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Subordinadas Junior para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinadas Junior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;"

- 2.7. Alteração do Artigo 52 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 52 Para fins do disposto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.689, e observadas as disposições do Capítulo XV e os demais normativos aplicáveis, as Quotas serão registradas para distribuição no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrado e operacionalizado pela CETIP, e no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, podendo ser adquiridas por Investidores residentes ou domiciliados fora do Brasil."

- 2.8. Alteração do Artigo 55, caput e Parágrafo 1º, do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 55 As Quotas serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do anúncio de início da Distribuição das Quotas."

Parágrafo 1º As Quotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo deverão ser subscritas conforme previsto neste Regulamento, no anúncio de início de Distribuição das Quotas e na legislação aplicável, conforme o caso."

- 2.9. Alteração do Artigo 56 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 56 O Fundo poderá manter em circulação: (a) no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino; e (b) no máximo 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes deste Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444."

- 2.10. Alteração do Artigo 57 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação até 5 (cinco) Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444."

- 2.11. Alteração do Artigo 57 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação até 5 (cinco) Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444."

- 2.12. Alteração do Artigo 59 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 59 Desde que observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios geridos pelo Cedente também poderão adquirir as Quotas."

- 2.13. Alteração do Artigo 60 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 60 No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) de Quotas objeto de qualquer Distribuição realizada pelo Fundo (cuja(s) características estarão dispostas no(s) respectivo(s) Suplemento(s)), o saldo das Quotas não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas efetivamente subscritas."

- 2.14. Alteração do Artigo 62 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 62 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), independentemente da classe de Quotas na qual o investimento está sendo realizado (i.e., Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior)."

2.15. Alteração do Artigo 64, caput e Parágrafo 2º, do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 64 As Quotas deverão ser registradas para negociação em uma ou mais bolsas de valores ou sistemas de balcão organizado, a critério da Administradora, tais como o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

(...)

Parágrafo 2º Nenhuma das classes de Quotas a serem emitidas pelo Fundo poderá ser distribuída publicamente sem a aprovação prévia da CVM."

2.16. Alteração das definições de "Valor Principal Atualizado", "Prazo" e "Dias Úteis Período", constantes do Artigo 68 do Regulamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Atualizado} = \text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior}/252} - \text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}$$

onde:

"Valor Principal Anterior": significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

"Variação IPCA-E": número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{IPCA} - E_{\text{atual}}}{\text{IPCA} - E_{\text{anterior}}} - 1$$

onde:

"IPCA-E_{atual}": significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

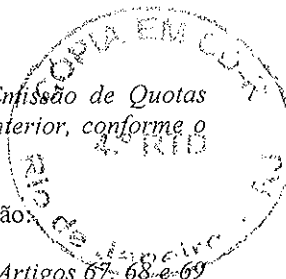
IPCA-E_{anterior}: o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Referência.

"Prazo Anterior": significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

"Amortização Quota Subordinada Mezanino": é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na respectiva Data de Amortização.

Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas
Período: Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o
caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).



2.17. Alteração do Artigo 70 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 70 Os critérios de determinação do valor das Quotas, definidos nos Artigos 67, 68 e 69 deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização (no caso das duas primeiras, uma vez que não haverá amortização de Quotas Subordinadas Junior) ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.”

2.18. Alteração do Artigo 108, caput e Parágrafo Único, do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 108 Ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e nas demais disposições deste Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante, conforme disposto no Artigo 30 do Capítulo IX; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.”

Cláusula 3. *Consolidação do Regulamento.* Em razão das alterações aqui estabelecidas, e para maior conveniência, versão consolidada do Regulamento com as modificações realizadas por meio deste aditamento, a qual passará a vigorar a partir do registro do presente instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, é apresentada abaixo.

“REGULAMENTO

DO

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES

Artigo 1º Para fins do disposto neste Regulamento, os termos iniciados em letra maiúscula e aqui utilizados, que não sejam de outra forma definidos ao longo deste Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos abaixo, aplicáveis tanto no singular quanto no plural:

“ADCT”: significa Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

“Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Capítulo VI;

“Afiliada(s)”: é(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

“Agência de Rating”: significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, agência de classificação de risco de crédito (*rating*) das Quotas do Fundo;

“Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

“Agente Escriturador”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“ANBID”: é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

“ANDIMA”: é a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;

“Anexo(s)”: são os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;

“Assembleia Geral”: significa qualquer assembleia geral de Quotistas do Fundo;

“Ativos Financeiros”: são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima;

“Avaliador”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Bacen”: é o Banco Central do Brasil;

“BOVESPA”: é a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP;

“Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;

“Cedente”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, agindo na qualidade de cedente de Direitos Creditórios ao Fundo;

“CETIP”: é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

“Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;

“CMN”: é o Conselho Monetário Nacional;

“CNPJ/MF”: é o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

“Condição da Cessão”: condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Constituição Federal”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

“Conta Corrente do Fundo”: é a conta corrente de titularidade do Fundo aberta junto ao Custodiante;

“Conta Judicial”: é cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional;

“Contrato de Cessão”: significa cada um dos instrumentos particulares firmados entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Cedente ao Fundo;

“Contrato de Colocação”: significam (i) o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, firmado em 05 de dezembro de 2008 entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da primeira Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino; e (ii) o “Primeiro Aditamento ao Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da Distribuição de Quotas do Fundo;

“Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;

“COSIF”: significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

“Critérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Artigo 14 do Capítulo IV;

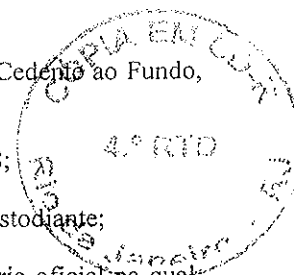
“Custodiante”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“CVM”: é a Comissão de Valores Mobiliários;

“Datas de Amortização”: significam as datas correspondentes ao 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da primeira Data de Emissão, durante o Prazo de Duração, nas quais o Fundo deverá efetuar, em Regime de Caixa, a amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, observadas as disposições deste Regulamento. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo;

“Data de Aquisição”: é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do respectivo Termo de Cessão;

“Data de Cálculo”: significa a data em que o valor unitário das Quotas é calculado, sendo que o valor unitário das Quotas será calculado em cada Dia Útil, durante o Prazo de Duração, para fins de integralização, amortização ou resgate;



9

“Data de Emissão”: significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

“Data de Referência”: significa (i) a primeira Data de Emissão ou (ii) o dia 30 de junho de 2009, o que ocorrer primeiro;

“Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou feriados de âmbito nacional;

“Direitos Creditórios”: significa qualquer direito de crédito contra a União de titularidade do Cedente, vinculado a Precatórios já emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujo pagamento poderá ou não ser realizado ao amparo do Artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30;

“Direito Creditório Elegível”: é todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade;

“Diretor Designado”: é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pelas informações que deverão ser prestadas na forma da lei;

“Distribuição”: significa a distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada(s) por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e da regulamentação aplicável;

“Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais;

“Documentos da Operação”: são, conjunta ou isoladamente: (a) este Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o “Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” firmado com a Agência de Rating;

“Emenda Constitucional nº 30”: é a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;

“Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria do Fundo;

“Empresas Selecionadas”: significa (i) qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional a ser selecionada de maneira comercialmente razoável pela Administradora, incluindo-se como Empresas Selecionadas o Cedente e suas Afiliadas; e/ou (ii) qualquer Quotista;

“Encargos do Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Encargos Legais”: tem o significado que lhe é atribuído no item (f) do Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Escritório de Advocacia”: significa o Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados;

“Estado”: significa qualquer Estado Federado integrante da República Federativa do Brasil;

“Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 95 do Capítulo XX;

“Evento de Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Fator CDI”: significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia (CDI Extra-Grupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas;

“Fazenda Nacional”: significa a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios;

“FGC”: é o Fundo Garantidor de Créditos;

“Fundo”: é o “DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907, pela ICVM 356, pela ICVM 444 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

“IBGE”: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

“ICVM 356”: é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;

“ICVM 400”: é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;

“ICVM 409”: é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores;

“ICVM 444”: é a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;

“Início das Atividades”: significa a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas por Investidores;

“Investidores”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 3º do Capítulo II;

“Investidores Qualificados”: são aqueles investidores caracterizados no Artigo 109 da ICVM 409;

“IPCA-15”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“IPCA-E”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“Laudo de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“LDO”: é a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

“Limite dos Encargos Legais”: significa o montante equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Limite Máximo de Honorários, a ser calculado na Data de Emissão;

“Limite Máximo de Honorários”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 13 do Capítulo III;

“Litígio”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 do Capítulo V;

“MDC”: é o MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“Meta de Rentabilidade”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Montante de Aquisição Indicativo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Município”: é qualquer município integrante da República Federativa do Brasil.

“Número Índice do IPCA-E”: significa o número índice com base 100 fixado a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$. Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.

“Ofícios Requisitórios de Pagamento”: significa qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios;

“Parecer Legal”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 do Capítulo V;

“Partes Relacionadas”: são: (a) as pessoas físicas e jurídicas controladas de determinada Pessoa; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Pessoa; (c) as sociedade coligadas com tal Pessoa; e (d) as sociedades sob controle comum com tal Pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“Patrimônio Líquido”: é o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XIII deste Regulamento;

“PEC”: significa a proposta de emenda constitucional, conforme definida na alínea (f) do Artigo 40 do Capítulo XI;

“Periódico”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 110 do Capítulo XXIII;

“Período de Aquisição”: é o intervalo entre a Data de Emissão e o 15º (décimo-quinto) dia posterior à Data de Emissão;

“Período de Capitalização”: é o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Amortização anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Amortização subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

“Pessoas”: são pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

“Plano Contábil”: significa o COSIF, criado pela Circular do Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

“Prazo de Duração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Capítulo II;

“Precatórios”: são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;

“Preço de Aquisição”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;

“Quotas”: são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente;

“Quotas Seniores”, “Quotas Subordinadas Mezanino” e “Quotas Subordinadas Junior”: são as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo, conforme o caso;

“Quotas Subordinadas”: são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, quando mencionadas conjuntamente;

“Quotistas”, “Quotistas Seniores”, “Quotistas Subordinados Mezanino” e “Quotistas Subordinados Junior”: são os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso;

“Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os montantes efetivamente disponíveis para o Fundo quando da realização das amortizações e resgates;

“Regulamento”: é o presente regulamento;

“Relação Mínima”: significa a relação mínima admitida entre a divisão, à época do cálculo: (i) do Patrimônio Líquido e (ii) do valor agregado das Quotas Seniores em Circulação;

“Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Capítulo III;

“Resolução CMN nº 2.682”: é a Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.689”: é a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.907”: é a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada;

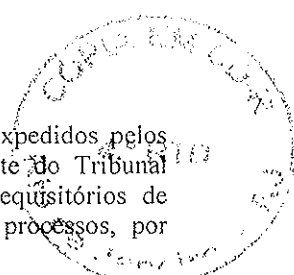
“SELIC”: é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

“SFF”: é o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“SIAFI”: é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

“Sobretaxa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“STF”: é o Supremo Tribunal Federal;



“Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo I deste Regulamento;

“Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 102 do Capítulo XXI;

“Taxa de Desconto”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“TED”: é a transferência eletrônica disponível;

“Termo de Adesão”: é o documento preparado na forma do Anexo II, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;

“Termo de Cessão”: significa cada um dos termos de cessão, lavrados por instrumento público, entre o Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;

“União”: é a União Federal;

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Capítulo XVI; e

“Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 68 do Capítulo XVI.

CAPÍTULO II - O FUNDO E SUA VIGÊNCIA

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, durante o prazo de vigência do Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo III deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira, estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, bem como neste Regulamento.

Artigo 3º O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º As Quotas do Fundo somente poderão ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4º deste Capítulo II, ressalvados os casos de liquidação antecipada do Fundo conforme o previsto neste Regulamento e na regulamentação aplicável. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º Podem participar do Fundo, exclusivamente, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os “Investidores”).

Parágrafo 3º No prazo de até 10 (dez) dias contados: (a) da data de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (b) de sua aprovação pela Assembléia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 4º O Fundo será vigente desde o Início das Atividades até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro (o “Prazo de Duração”).



Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII deste Regulamento.

CAPÍTULO III – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

Artigo 5º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único As aplicações no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do FGC.

Artigo 6º O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão decorrentes, exclusivamente, de obrigações devidas pela União, em observância ao disposto no Artigo 8º da ICVM 444 e no Artigo 40-A da ICVM 356.

Artigo 7º Observado o disposto no Artigo 40 da ICVM 356 e no Parágrafo 1º do Artigo 1º da ICVM 444, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso o Fundo não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo e conforme instruções dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum previsto no Artigo 108 do Capítulo XXII, poderá solicitar à CVM prorrogação desse prazo por mais 90 (noventa) dias, apresentando motivos que justifiquem tal prorrogação, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, aceitar o pedido de prorrogação da Administradora. Caso a CVM não aceite esse pedido da Administradora ou caso, após os 90 (noventa) dias adicionais, o Fundo ainda não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Administradora, por conta e ordem do Fundo e observadas as disposições aplicáveis constantes deste Regulamento, resgatar a totalidade das Quotas.

Parágrafo 2º Respeitadas as disposições constantes deste Capítulo, o Fundo poderá: (a) manter ou aplicar, até que findo o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, a totalidade dos recursos disponibilizados ao Fundo em Ativos Financeiros; ou (b) após o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, manter ou aplicar o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros.

Parágrafo 3º Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º É facultado ao Fundo, por intermédio da Administradora, contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas, desde que respeitada a política de investimento descrita neste Capítulo III.

Parágrafo 5º No curso normal do Programa de Securitização, os recursos recebidos, pelo Fundo, ao longo de cada Período de Capitalização, decorrentes de pagamentos relacionados aos Direitos Creditórios,

serão reinvestidos em Ativos Financeiros e integrarão o valor a ser amortizado pelos Quotistas na próxima Data de Amortização.

Artigo 8º É vedado ao Fundo realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (d) aplicação em ativos que não os Ativos Financeiros.

Artigo 9º A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. O Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos neste Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Artigo 10 Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, e/ou o Custodiante não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 11 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Artigo 12 Os percentuais e limites de composição e diversificação de carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 13 No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo parcela de seu Patrimônio Líquido ("Reserva de Caixa") equivalente à soma (i) do montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira Data de Emissão; e (ii) do Limite dos Encargos Legais, baseado no número total de Precatórios cedidos ou a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, apurado pela Administradora, sendo certo que o valor da Reserva de Caixa determinado na primeira Data de Emissão não será inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Administradora deverá manter os recursos correspondentes à Reserva de Caixa aplicados em Ativos Financeiros.

Parágrafo Único Para fins de cálculo da Reserva de Caixa, os valores a serem pagos pelo Fundo ao Escritório de Advocacia para que este implemente medidas judiciais ou extrajudiciais necessária à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação a qualquer Litígio estão descritos na tabela abaixo e deverão ser calculados com base no número de Precatórios integrantes da carteira do Fundo quando do cálculo da Reserva de Caixa ("Limite Máximo de Honorários"):

Número de Precatórios na Carteira do Fundo ou a serem cedidos ao Fundo	Limite Máximo de Honorários
até 5 Precatórios:	R\$250.000,00 (global)
de 6 a 15 Precatórios:	R\$750.000,00 (global)
a partir de 16 Precatórios:	R\$50.000,00 (por precatório)

CAPÍTULO IV - CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 14 O Fundo poderá adquirir, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, total ou parcialmente, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, conforme descritos a seguir:

- (a) Condição da Cessão: o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (i.e., União), em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e
- (b) Critérios de Elegibilidade: (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

Parágrafo 1º Uma vez atendida a Condição da Cessão e os Critérios de Elegibilidade, e desde que o Fundo tenha recursos suficientes para tanto, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá adquirir, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios elegíveis a ela ofertados pelo Cedente, observadas as disposições deste Regulamento, da regulamentação aplicável, bem como dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Parágrafo 2º O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cujos Precatórios a eles vinculados não apresentem nenhuma parcela paga, desde que atendidos todos os Critérios de Elegibilidade previstos no *caput* deste Artigo 14.

Parágrafo 3º A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade é de responsabilidade do Custodiante. A verificação do atendimento à Condição da Cessão é de responsabilidade do Cedente, mediante confirmação da Administradora, com base nas informações fornecidas pelo Cedente.

CAPÍTULO V – PREÇO DE AQUISIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS PELO FUNDO

Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição (o “Preço de Aquisição”), de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator } CDI_D$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela “i” do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela “i” é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior (“Data Projetada do Pagamento”); e (iii) a correção do Número Índice do

IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i , utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = (1 + Taxa\ de\ Desconto)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); ou (ii) 3,00% (três por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = \sum *Valores Descontados Indicativos*, onde:

Valores Descontados Indicativos_j = valor descontado do “j”-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_indicativo_i\}$, onde:

$FD_indicativo_i$ = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao “i”-ésimo fluxo de caixa FC_i , calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i , utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_indicativo_i = (1 + Meta_de_Rentabilidade)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

$FatorCDI_D$ = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Referência (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na Data de Aquisição.

Artigo 16 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, devendo ser observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, conforme o caso, independentemente de manifestação prévia dos Quotistas, sendo que a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, deverá observar as demais disposições deste

Regulamento (inclusive com relação à política de investimento descrita no Capítulo III acima) e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser formalizada por meio de Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, estes últimos que deverão, necessariamente, ser lavrados por instrumento público, devidamente apresentados aos respectivos juízos.

Parágrafo 2º A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente, com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União seja intimada judicialmente da cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos relacionados neste Artigo 16, referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Parágrafo 4º Para fins de cumprimento das obrigações previstas no Parágrafo 1º do Artigo 7º da ICVM 444, e tendo em vista a aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo, a emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo ocorrerá concomitantemente à aquisição de um determinado Precatório pelo Fundo, observada a obrigação de envio, em cada Data de Aquisição, pela Administradora à CVM, desses pareceres conforme estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII, bem como de disponibilização dos referidos pareceres nos sites da Administradora e da CVM tão logo sejam emitidos. A Administradora desde já se compromete a fornecer ao advogado responsável pela emissão desses pareceres, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações a serem solicitados pelo advogado durante sua análise, os documentos e as informações listados no Anexo III deste Regulamento, para que esse advogado possa emitir os respectivos pareceres, considerando, para tanto, exclusivamente, as informações e os documentos fornecidos pelo Cedente.

Artigo 17 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso a União ou qualquer terceiro apresente qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida seja adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s) Precatório(s)) (o “Litígio”), a Administradora contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) a natureza do Litígio; (b) as ações a serem adotadas pelo Fundo para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo tendo em vista o Litígio proposto; (c) os custos estimados a serem incorridos para implementação das ações referidas no item (b) deste Artigo, incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo (inclusive com relação à eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente); e (d) a probabilidade de êxito do Fundo em reverter essa situação, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza (o “Parecer Legal”).

Parágrafo 1º Uma vez obtido o Parecer Legal, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Artigo 106 do Capítulo XXII, para que a maioria simples dos detentores das Quotas em Circulação presentes a essa Assembléia Geral decida, com base no Parecer Legal, pela: (a) adoção de ações para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio; (b) pela alienação e conseqüente transferência do correspondente Precatório inadimplido a terceiros e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 2º Caso os Quotistas optem pela defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas com relação ao Litígio, conforme previsto no item (a) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, mesmo que seja também deliberada a posterior alienação do correspondente Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, esses Quotistas deverão instruir a Administradora a contratar o Escritório de

Advocacia para que este adote todas as medidas necessárias para realização dessa defesa com relação ao Litígio. Caso, por outro lado, os Quotistas optem pela alienação (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio) do Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, os Quotistas deverão instruir a Administradora a proceder conforme previsto no Artigo 18 deste Capítulo IV.

Parágrafo 3º Todos os custos e despesas a serem incorridos pelo Fundo com relação às ações a serem adotadas para defesa dos interesses dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio (inclusive despesas com o Escritório de Advocacia e custas judiciais (inclusive com relação a eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente)), serão pagos utilizando-se os recursos disponíveis na Reserva de Caixa, até o custo total acumulado equivalente ao Limite de Encargos Legais, ou, caso necessário e conforme previsto no Capítulo XXIV, com recursos provenientes de aporte de capital por parte dos Quotistas Subordinados Mezanino, a ser realizado por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As perdas incorridas pelo Fundo em razão de qualquer Litígio, do não pagamento de recursos devidos ao Fundo em decorrência dos Ativos Financeiros adquiridos pelo Fundo e/ou dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, bem como em virtude da alienação a terceiros de Direitos Creditórios inadimplidos que então faziam parte da carteira do Fundo, serão refletidas no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no Capítulo XIII.

Artigo 18 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso: (a) os Quotistas decidam pela alienação do Precatório inadimplido (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio), conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º do Artigo 17 acima; (b) a Fazenda Nacional deixe de depositar na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, o(s) valor(es) devido(s) ao Fundo em razão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou (c) os valores depositados, pela Fazenda Nacional, na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano (conforme mencionado no item (b) deste Artigo 18) não sejam liberados da Conta Judicial e depositados na Conta Corrente do Fundo até 31 de março do ano subsequente (cada um desses eventos um “Evento de Aviso Obrigatório”), a Administradora, prontamente, enviará aviso aos Quotistas e ao Custodiante informando sobre a ocorrência do Evento de Aviso Obrigatório (o “Aviso Obrigatório”).

Parágrafo 1º Uma vez enviado o Aviso Obrigatório, a Administradora deverá emendar seus melhores esforços visando à obtenção de propostas de pelo menos 3 (três) Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição do respectivo Precatório inadimplido. Transcorrido 1 (um) mês contado da data de envio do Aviso Obrigatório, a Administradora verificará quantas propostas das Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição (parcial ou integral) do Precatório foram apresentadas. Na hipótese de existir somente uma proposta para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório), o Precatório (ou a parcela correspondente) deverá ser alienado à única Empresa Seleccionada interessada em adquiri-lo, pelo preço por ele oferecido. Caso duas ou mais propostas para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório) sejam apresentadas, a Administradora alienará o Precatório à Empresa Seleccionada que oferecer o maior valor e as melhores condições de pagamento para aquisição do Precatório (ou a parcela correspondente); sendo certo que é possível a aquisição, por mais de uma Empresa Seleccionada, de parcelas diversas de um mesmo Precatório. A aquisição de qualquer Precatório (ou parcela deste) deverá ser aprovada por Quotistas detentores da maioria das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral a ser realizada para este fim.

Parágrafo 2º Caso a Administradora não consiga obter ao menos uma proposta para aquisição de determinado Precatório inadimplido no prazo de 1 (um) mês contado da data de recebimento do Aviso Obrigatório, o Fundo manterá o Precatório em sua carteira até o vencimento do Precatório ou até que este seja alienado, conforme o caso, observadas as disposições constantes deste Regulamento. Os valores recebidos em decorrência da venda do Precatório, a qualquer momento, durante o Prazo de Duração, serão somados ao Patrimônio Líquido do Fundo, e serão investidos em Ativos Financeiros até as Datas de Amortização subsequentes.

CAPÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 19 O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembléia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Tendo em vista a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, a Administradora tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que integrem sua carteira, sendo a Administradora responsável pelas atividades de administração da carteira do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da ICVM 356.

CAPÍTULO VII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a alínea (h) deste Artigo 20;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los: (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 110 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de *Rating*;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Capítulo

XII deste Regulamento, bem como calcular e divulgar em seu *website*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa e da Relação Mínima, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;

- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) assegurar que o Diretor Designado elabore demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados;
- (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo III;
- (j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas pela Agência de *Rating*;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de *Rating*, do Escritório de Advocacia e à celebração dos respectivos contratos, inclusive o Contrato de Custódia e os demais Documentos da Operação;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, os Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, bem como seus eventuais aditamentos;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (ii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo.
- (o) informar imediatamente à Agência de *Rating*:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;

- (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
- (iii) a celebração de aditamentos aos Contratos de Cessão ou Termos de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 3º do Capítulo II deste Regulamento, e (ii) dos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e seus eventuais aditamentos;
- (q) observar, e fazer com que sejam cumpridas, as disposições constantes deste Regulamento; e
- (r) acompanhar, periodicamente, os relatórios elaborados pelo Escritório de Advocacia contratado pelo Fundo, nos termos do Artigo 16 deste Regulamento, referentes à movimentação de qualquer Conta Judicial relativa à Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, com a finalidade principal de constatar se foram realizados novos depósitos em decorrência de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional em razão desses Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo 1º Observados os termos e condições deste Regulamento e da legislação aplicável, bem como os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora pode:

- (a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Diretos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento, do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, conforme o caso;
- (b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (c) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Quotistas e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
- (e) constituir procuradores, desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Parágrafo 2º A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º A Administradora deverá encaminhar à CVM, em cada Data de Aquisição, parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Artigo 21 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;

- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

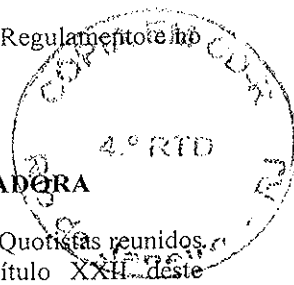
Artigo 22 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira prevista no Capítulo III deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por todos os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral conforme disposto no Capítulo XXII, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia ou qualquer outro Documento da Operação, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou que tenham sido determinadas pela CVM, ANBID ou BOVESPA; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de

forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.



CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 23 A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, na forma do Capítulo XXII deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo. Caso seja deliberada a substituição da Administradora, conforme aqui previsto, os Quotistas deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 2 (duas) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Administração então em vigor.

Artigo 24 A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 25 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 26 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 24 acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO IX – DA CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Artigo 27 As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da ICVM 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Artigo 28 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na ICVM 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que

sejam de sua exclusiva responsabilidade;

- (c) movimentar a(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Operação;
- (d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, na qualidade de depositário nos termos do inciso IV do artigo 38 da Instrução 356 e dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro (conforme aplicável), dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes ou terceiro contratado, conforme previsto no Parágrafo 2º abaixo: (i) extrato(s) da(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo; (ii) cópias dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo; (iii) Documentos Comprobatórios; e (iv) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
- (e) acolher em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, a partir da sua liberação da Conta Judicial;
- (f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- (g) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (h) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo;
- (i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Relação Mínima;
- (j) informar à Agência de *Rating*, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou nos demais Documentos da Operação;
- (k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (l) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima estabelecida pela legislação em vigor, o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 1º O Custodiante poderá, por sua conta e ordem, contratar terceiro habilitado para a verificação de que trata a alínea “l” acima.

Parágrafo 2º Sem prejuízo da responsabilidade direta e solidária da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante poderá contratar terceiros para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, conforme indicado no Contrato de Cessão.

Artigo 29 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a(s) conta(s) corrente(s), a(s) conta(s) de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em

instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;

- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções fornecidas pela Administradora e as disposições deste Regulamento; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

Artigo 30 Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

Artigo 31 O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Operação. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

Parágrafo Único A Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria poderão também renunciar, a qualquer tempo, às funções a elas atribuídas nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos firmados entre cada uma delas e o Fundo para prestação de serviços ao Fundo. Em qualquer desses casos, a Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria (conforme o caso) deverão, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a da respectiva renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Parágrafo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso). Ademais, na hipótese de substituição da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso) pelos Quotistas nos termos da alínea (b) do Artigo 104 do Capítulo XXII, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

CAPÍTULO X – DA GESTÃO DO FUNDO

Artigo 32 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão também realizados pela Administradora, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da ICVM 356, que é entidade regularmente credenciada perante a CVM para essa atividade, e que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 33 deste Capítulo.

Artigo 33 Adicionalmente a suas obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento, são obrigações da Administradora:

- (a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- (b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- (c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXIII deste Regulamento;

- (d) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- (e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 34 Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, na qualidade de gestora da carteira do Fundo, pode:

- (a) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu ~~vencimento~~ antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, operação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- (d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Artigo 35 Tendo em vista que existe a possibilidade de serem questionados pelo Fundo em face da União: (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela do Precatório, a Administradora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido nas correspondentes sentenças transitadas em julgado.

Parágrafo Único A Administradora, por conta e ordem do Fundo, de forma a decidir sobre a possibilidade de ajuizar uma ação judicial, em face da União, conforme previsto no *caput* deste Artigo 35, contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) as medidas a serem adotadas pelo Fundo para ajuizar uma ação judicial em face da União; (b) os custos estimados a serem incorridos para implementação das medidas referidas no item (a), incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo e (d) a probabilidade de êxito do Fundo com relação à referida ação judicial, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza. As condições previstas no Artigo 17 do Capítulo IV serão aplicadas, *mutatis mutandis*, à ação judicial aqui prevista.

Artigo 36 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e desde que aprovado por todos os Quotistas reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, contratar terceiro para atuar como gestor da carteira do Fundo, devendo este terceiro, como condição para tanto, enviar notificação à Administradora aceitando expressamente todas as obrigações e responsabilidades a ele inerentes em razão da gestão da carteira do Fundo, previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, sem prejuízo da assinatura de contrato de gestão entre o novo gestor e a Administradora (na qualidade de representante do Fundo).

Artigo 37 A Administradora poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções de gestão a ela atribuídas nos termos deste Capítulo, desde que simultaneamente renuncie à administração do Fundo, em conformidade com as disposições do Artigo 24 do Capítulo VIII. Nesse caso, a Administradora deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio aos Quotistas de comunicação por escrito, informando-os de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a(s) instituição(ões) substituta(s) assumam(m) efetivamente todos os seus deveres e obrigações na qualidade de administradora do Fundo e gestora da carteira do Fundo.

CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO

Artigo 38 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

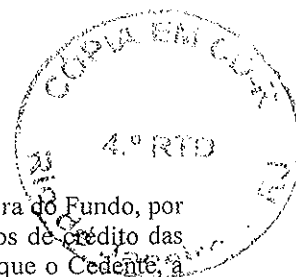
Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 39 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não exaustiva, os seguintes:

- (a) Riscos de liquidez das Quotas e inexistência de mercado secundário. Os fundos de investimentos em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os Investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (b) Liquidez dos Direitos Creditórios. Os principais ativos do Fundo são Direitos Creditórios originados pelo Cedente, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (c) Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo. Durante o Prazo de Duração do Fundo e observados os termos e condições deste Regulamento e do respectivo Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade do Cedente que atendam aos Critérios de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia de Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (*i.e.*, não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- (d) Risco de pagamento antecipado e descontinuidade do Fundo. A Constituição Federal prevê o pagamento dos Precatórios que preencham as condições do Artigo 78 do ADCT em até 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, sendo que, no caso de descontinuidade do Fundo, os Quotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.



- (e) Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Riscos associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Adicionalmente, os Ativos Financeiros poderão ser aplicados em CDBs ou CDIs emitidos pelo Cedente, caso em que o Fundo estaria exposto ao mesmo risco de crédito.
- (g) Inexistência de rendimento predeterminado. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas Quotas apurado na forma do Capítulo XVI, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas. Assim, caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas, a rentabilidade dos respectivos Quotistas será inferior a esse limite máximo. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Pagamento dos Encargos do Fundo. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo V, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) e outras despesas decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- (i) O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo e também cederá Direitos Creditórios ao Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank

S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de Cedente e atuando como Custodiante do Fundo, poderá privilegiar seus interesses em detrimento dos interesses do Fundo, o que poderá acarretar na redução da remuneração média da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.

- (j) Contratação de operações para composição da carteira do Fundo nas quais a Administradora ou qualquer de suas Afiliadas figurem como contraparte. O Fundo poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas, estando, portanto, sujeita ao risco das pessoas acima referidas deixarem de efetuar os pagamentos eventualmente devidos ao Fundo em razão das contratações dos negócios acima referidos. A ocorrência deste evento poderá afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (k) Possibilidade de novos aportes de recursos. Caso (i) o Fundo não possua recursos suficientes para pagar os Encargos do Fundo dentro dos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (ii) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, deverá ser convocada Assembleia Geral a ser realizada pelos Quotistas Subordinados Mezanino com a finalidade de aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XXIV. Caso os Quotistas Subordinados Mezanino deliberem pela não aprovação do aporte adicional de recursos ao Fundo ou, mesmo deliberando pelo aporte adicional não tenham recursos suficientes para tanto, todos os Quotistas sofrerão as perdas respectivas, de forma proporcional a sua participação no Fundo, não sendo a Administradora, o Custodiante o Cedente ou qualquer de suas Afiliadas responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por essas perdas.
- (l) Risco da titularidade indireta. Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da carteira do Fundo de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.
- (m) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê a possibilidade de o Fundo ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, este pode não dispor de recursos para pagamento de todos os Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer Pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.
- (n) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político, nacional e internacional.

- (o) Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
- (p) Aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos Quotistas. Há hipóteses no presente Regulamento que prevêem a aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos titulares das Quotas em Circulação. Tendo em vista que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação deverão representar, durante todo o Prazo de Duração, pelo menos mais do que metade da totalidade das Quotas em Circulação, as deliberações a serem aprovadas pelos Quotistas por maioria simples poderão ter tomadas unicamente por titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme interesse desses titulares, o que poderá causar prejuízo aos titulares das demais Quotas.
- (q) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior em determinadas deliberações da Assembléia Geral. O Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembléia Geral devem ser tomadas com a participação da totalidade dos titulares das Quotas Seniores em Circulação e/ou das Quotas Subordinadas Junior em Circulação, independentemente do quorum de Quotistas presentes, como é o caso de eventuais alterações: (a) na substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, respectivamente; e (b) na cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento. Esta condição pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino.
- (r) O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, de forma a atender aos Critérios de Elegibilidade. Por esta razão o Fundo sempre dependerá do Cedente no que tange à aquisição de Direitos Creditórios, o que poderá resultar em perdas aos Quotistas.
- (s) Risco referente à Relação Mínima. A Relação Mínima é uma fração cujo numerador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador é equivalente ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação. É possível que o valor das Quotas Seniores em Circulação seja equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, hipótese na qual a Relação Mínima poderá ser equivalente a 1 (um), não havendo qualquer obrigação de reenquadramento, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV. Na hipótese de a Relação Mínima ser equivalente ou inferior a 1 (um), em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas Seniores será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia ou necessidade de aporte de recursos por parte dos titulares das Quotas Subordinadas ou quaisquer terceiros.
- (t) Possibilidade de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente. O Cedente, na qualidade de instituição financeira, encontra-se sujeito à intervenção ou liquidação extrajudicial, em ambos os casos, efetuada e decretada pelo Bacen, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Caso o Cedente tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, e este se encontre, direta ou indiretamente, na posse de valores de titularidade do Fundo na data ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime similar, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima

referidos não podem ser objetivamente definidos.

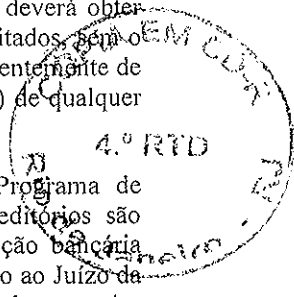
Artigo 40 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- (a) Risco de crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (b) Inexistência de coobrigação ou direito de regresso. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente somente é responsável pela originação, formalização e liquidez dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios, é possível que o Fundo e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.
- (c) Possibilidade de alteração na forma de pagamento dos Direitos Creditórios. Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios, bem como o pagamento antecipado de valores referentes aos Direitos Creditórios, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (d) Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30. A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o Artigo 78, *caput* e Parágrafos 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30. O Relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do Artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento Precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres, acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o Artigo 78 do ADCT, os Precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do Artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de Precatórios de outra forma.
- (e) Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os Precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos Precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o

equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu Artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- (f) Remuneração da conta individualizada. O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízes de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.
- (g) Projeto de Emenda Constitucional nº 12. O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 do ADCT). Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de Precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de Precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos Precatórios, em ordem de valor, pagamento primeiro os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (h) Retenção de imposto de renda. Na forma do Artigo 27 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do Parágrafo 1º do mesmo Artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para

expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, bem como o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição do Cedente, pelo Fundo, no(s) pólo(s) ativo(s) de qualquer das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis.



- (i) Riscos relacionados ao recebimento de valores. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.
- (j) Risco quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias. Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do Cedente, a inclusão do Fundo no pólo ativo da respectiva ação judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no Artigo 78 do ADCT.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a: (i) firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral e para adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento integral do crédito cedido; e (ii) imediatamente notificar o Cessionário, por escrito e nos termos previstos no Contrato de Cessão, acerca de qualquer intimação, notificação ou comunicação recebida pelo Cedente em conexão com qualquer Direito Creditório componente da carteira do Fundo.

Mesmo com essas obrigações e a possibilidade de o Fundo, tendo em vista a procuração que será outorgada à Administradora, poder diretamente solicitar a substituição do Cedente no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, é possível que esses pedidos sejam indeferidos pelas autoridades competentes ou que essas autoridades demorem muito tempo para se manifestar a respeito. Caso isso ocorra, o Fundo dependerá do Cedente para ter conhecimento de qualquer intimação, notificação ou comunicação relacionada ao respectivo Direito Creditório e, portanto, poderá sofrer dificuldades e/ou enfrentar atrasos com relação a pagamentos dele decorrentes, impactando o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.

- (k) Risco de concentração da carteira de Fundo. Nos termos do Artigo 6º do Capítulo III deste Regulamento, o Fundo pode alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório. Caso isso ocorra, haverá a concentração da carteira do Fundo em um único Precatório. Na hipótese de a carteira do Fundo estar concentrada em um único

Precatório (ou em um número restrito de Precatórios), o risco de não pagamento ou atrasos nos pagamentos dos valores devidos ao Fundo fica restrito a esse(s) Precatório(s), o que é menos favorável aos Quotistas se comparado a uma carteira com diversos direitos creditórios, na qual o risco de inadimplemento seria diluído entre os diversos créditos dela integrantes.

- (l) Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios no orçamento Federal. A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento de direitos creditórios, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito. Caso isso ocorra com relação a um Direito Creditório integrante da carteira do Fundo, poderá afetar negativamente e de forma relevante o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.
- (m) Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros. Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora on line” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 41 Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

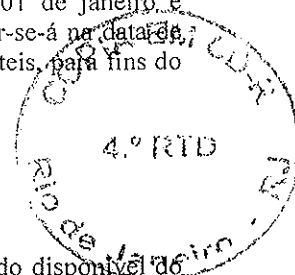
Artigo 42 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 43 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Artigo 44 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 20, alínea (h), deste Regulamento.

Artigo 45 O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2009. Caso tais datas não sejam Dias Úteis, para fins do aqui disposto serão considerados os respectivos Dias Úteis imediatamente subseqüentes.



CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 46 Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do disponível do valor dos ativos integrantes da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo, bem como das respectivas provisões.

Artigo 47 Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

Artigo 48 As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, descritas abaixo, e não poderão ser resgatadas a não ser no término do Prazo de Duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, observado o disposto no Capítulo XVII.

Parágrafo 1º As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

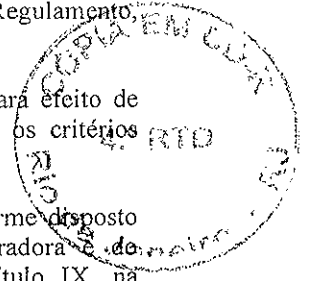
Parágrafo 2º O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única. O Fundo também poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá ocorrer publicamente, mediante registro prévio obtido junto à CVM, e deverá respeitar as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será calculada diariamente, sendo admitido o valor equivalente a 1 (um) e não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação seja igual ao valor do Patrimônio Líquido, observado que, nos termos da alínea (d) do Artigo 87 do Capítulo XVIII, as Quotas Seniores somente serão amortizadas caso, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco).

Artigo 49 Cada Quota Sênior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Sênior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;

- (d) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento, observado o disposto no Artigo 87 do Capítulo XVIII;
- (e) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (f) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Seniores, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 49, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (g) a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.



Artigo 50 Cada Quota Subordinada Mezanino tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) quando findo o Prazo de Duração, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo XVII deste Regulamento;
- (d) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinada Mezanino, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (e) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento;
- (f) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (g) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 50, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII;
- (h) a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (i) nos termos do Capítulo XXIV, os Quotistas Subordinados Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de quotas subordinadas específicas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Artigo 51 Cada Quota Subordinada Junior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) são subordinadas às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, para efeitos de resgate, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) não poderão ser amortizadas;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Subordinadas Junior para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinadas Junior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados as disposições deste Regulamento;
- (e) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 51, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (f) a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto nas Assembléias Gerais.

Artigo 52 Para fins do disposto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.689, e observadas as disposições do Capítulo XV e os demais normativos aplicáveis, as Quotas serão registradas para distribuição no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrado e operacionalizado pela CETIP, e no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, podendo ser adquiridas por Investidores residentes ou domiciliados fora do Brasil.

Artigo 53 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo Investidor no registro de Quotistas do Fundo.

Artigo 54 O Fundo não cobrará do Quotista taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do anúncio de início da Distribuição das Quotas.

Parágrafo 1º As Quotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo deverão ser subscritas conforme previsto neste Regulamento, no anúncio de início de Distribuição das Quotas e na legislação aplicável, conforme o caso.

Parágrafo 2º A integralização das Quotas será feita, exclusivamente, em moeda corrente nacional, quando se tratar de Quotas Seniores. A integralização das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá no ato de sua subscrição.

Artigo 56 O Fundo poderá manter em circulação: (a) no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino; e (b) no máximo 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes deste Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação até 5 (cinco) Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 58 Não há número mínimo de Quotas a serem emitidas pelo Fundo.

Artigo 59 Desde que observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios geridos pelo Cedente também poderão adquirir as Quotas.

Artigo 60 No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) das Quotas objeto de qualquer Distribuição realizada pelo Fundo (cujas características estarão dispostas no(s) respectivo(s) Suplemento(s)), o saldo das Quotas não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas efetivamente subscritas.

Artigo 61 No ato de subscrição das Quotas, cada subscritor assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão.

Parágrafo 1º Cada Quotista que ingressar no Fundo deverá informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

Parágrafo 2º A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

Artigo 62 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), independentemente da classe de Quotas na qual o investimento está sendo realizado (*i.e.*, Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior).

Artigo 63 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência da liquidação do Fundo nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável em vigor.

Artigo 64 As Quotas deverão ser registradas para negociação em uma ou mais bolsas de valores ou sistemas de balcão organizado, a critério da Administradora, tais como o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Parágrafo 1º Na hipótese de negociação das Quotas, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais serão negociadas.

Parágrafo 2º Nenhuma das classes de Quotas a serem emitidas pelo Fundo poderá ser distribuída publicamente sem a aprovação prévia da CVM.

Artigo 65 Caso necessário, os titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, deverão aprovar a emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de forma a captar os recursos necessários: (a) à aquisição dos Direitos Creditórios e (b) ao reabastecimento da Reserva de Caixa, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Único Será dado direito de preferência aos Quotistas Subordinados Mezanino na emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de que trata este Artigo 65 deste Capítulo, observado o critério proporcional de quotas desses Quotistas.

Artigo 66 Durante o Prazo de Duração do Fundo, será admitida a detenção, por um mesmo Investidor, de todas as Quotas Subordinadas Mezanino emitidas.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS



Artigo 67 Em cada Data de Cálculo, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo, após a primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores} = (\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior} - \text{Amortização Sênior Anterior}) * \text{FatorCDI}_{\text{anterior}}$$

onde:

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior” significa o valor unitário de referência das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à referida Data de Cálculo (“Data de Cálculo Anterior”);

“Amortização Sênior Anterior” significa o montante efetivamente pago pelo Fundo na amortização de cada Quota Sênior realizada na Data de Cálculo Anterior; e

“FatorCDI_{anterior}” significa o Fator CDI correspondente ao período compreendido entre a Data de Cálculo Anterior (inclusive) e a Data de Cálculo (exclusive).

Artigo 68 Em cada Data de Cálculo posterior à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão (x) da diferença entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação pelo (y) número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo subsequente, o valor apurado de acordo com o disposto a seguir:
 - (ii.A) caso a Data de Cálculo seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será equivalente ao Valor Principal Atualizado (conforme definido abaixo); ou
 - (ii.B) caso a Data de Cálculo não seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou não seja uma Data de Amortização, o Valor Unitário de

Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo}/\text{DiasÚteisPeríodo}}$$

onde:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Atualizado} = \text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior}/252} - \text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}$$

onde:

“Valor Principal Anterior”: significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

“Variação IPCA-E”: número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{IPCA} - E_{\text{atual}}}{\text{IPCA} - E_{\text{anterior}}} - 1$$

onde:

“IPCA-E_{atual}”: significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

IPCA-E_{anterior}: o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Referência.

“Prazo Anterior”: significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

“Amortização Quota Subordinada Mezanino”: é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na respectiva Data de Amortização.

Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis Período: Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).

Proj_IPCA: significa a projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Cálculo o Proj IPCA será determinado como o Proj IPCA_{t-1} (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Artigo 69 A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Junior, o valor unitário de cada Quota Subordinada Junior, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma deste Capítulo, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Junior em Circulação na respectiva data de apuração.

Artigo 70 Os critérios de determinação do valor das Quotas, definidos nos Artigos 67, 68 e 69 deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização (no caso das duas primeiras, uma vez que não haverá amortização de Quotas Subordinadas Junior) ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

Artigo 71 Quando da determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos deste Capítulo, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo, porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.

Artigo 72 Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto neste Regulamento. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado um índice substitutivo pela maioria simples dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Artigo 73 As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Artigo 74 As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 75 No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas respectivas Datas de Amortização, em Regime de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII.

Artigo 76 Não é facultado a qualquer dos Quotistas solicitar a realização de amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 77 Não há limite mínimo para amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que as Quotas Seniores terão prioridade na amortização com relação às Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 78 Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 79 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Artigo 80 Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Artigo 81 Após a amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

Artigo 82 A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora: (a) por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (b) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

Artigo 83 Qualquer amortização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas Mezanino somente poderá ser realizada nas Datas de Amortização, conforme aqui previsto.

Artigo 84 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVIII.

Artigo 85 As Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

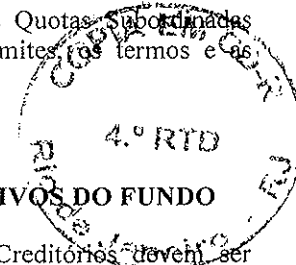
Artigo 86 Observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, haverá o resgate das Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses: (a) findo o Prazo de duração do Fundo; ou (b) deliberação dos Quotistas no sentido de liquidar antecipadamente o Fundo, por qualquer motivo.

CAPÍTULO XVIII – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 87 A partir do Início das Atividades do Fundo e durante o Prazo de Duração, a Administradora se obriga, por meio de débitos e créditos a serem realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, na ordem de preferência abaixo referida, observadas as demais disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo (inclusive Encargos Legais), devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) adequação da Reserva de Caixa, a não ser que o Fundo esteja sujeito à liquidação antecipada;
- (c) no pagamento do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na Data de Referência, em moeda corrente nacional;
- (d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento, especialmente o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
- (e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições deste Regulamento;

- (f) na amortização, total ou parcial, das quotas subordinadas mezanino emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Subordinadas Mezanino, previsto no Artigo 68 do Capítulo XVI deste Regulamento; e
- (g) no resgate de Quotas Subordinadas Junior (mesmo que o resgate das Quotas Subordinadas Junior decorra da liquidação antecipada do Fundo), observados os limites e as condições deste Regulamento.



CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 89 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os valores ajustados nos termos dos artigos a seguir.

Artigo 90 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 91 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora, aceitos pelo Bacen e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 92 As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 93 Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor.

Artigo 94 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 95 Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Avaliação”):

- (a) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e/ou no Termo de Cessão, conforme aplicável, e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
- (b) não cumprimento do disposto no *caput* e/ou no Parágrafo 1º do Artigo 7º do Capítulo III, a partir do Início das Atividades do Fundo;

- (c) amortização e/ou resgate de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (d) rescisão do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, ou renúncia do Custodiante ou da Agência de *Rating*, conforme o caso, a qualquer tempo e por qualquer motivo, com relação à prestação dos serviços objetos do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, respectivamente, sem que tenha havido a respectiva substituição por outra instituição, nos termos do(s) referido(s) contrato(s);
- (e) renúncia da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (f) caso os Quotistas Subordinados Mezanino não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 72 do Capítulo XVI;
- (g) não cumprimento, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de suas respectivas obrigações constantes deste Regulamento;
- (h) caso um ou mais pagamentos devidos em razão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deixe de ser efetuado e esse(s) pagamento(s) não realizado(s), individualmente ou no agregado, corresponda(m) ao equivalente à 40% (quarenta por cento) ou mais do resultado da somatória de todos os Direitos Creditórios então adquiridos pelo Fundo, com base nos respectivos Preços de Aquisição desses Direitos Creditórios cedidos (calculados conforme previsto no Capítulo XIX); e/ou
- (i) ocorrência do disposto no Parágrafo Único do Artigo 118 do Capítulo XXV.

Artigo 96 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (a) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes e ao Custodiante; (b) suspender, de imediato, a amortização e/ou resgate de Quotas; e (c) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) pela liquidação antecipada do Fundo, hipótese na qual deverão ser estabelecidos nessa Assembléia Geral os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, aplicando-se as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de Quotistas representando a maioria simples das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do *caput* deste Artigo 96, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo em virtude de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar, primeiramente e de forma compulsória, todas as Quotas Seniores, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI. Após o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar todas as Quotas Subordinadas Mezanino compulsoriamente, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 68 do Capítulo XVI. Em ambos os casos, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta Corrente do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos Creditórios,



serão imediatamente destinados à Conta Corrente do Fundo; e

- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida neste Regulamento, a Administradora debitará a Conta Corrente do Fundo e procederá ao resgate antecipado, primeiramente, das Quotas Seniores em Circulação e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 3º Os procedimentos descritos no Parágrafo 2º deste Artigo somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto neste Artigo 96, caso, após o resgate integral das Quotas Seniores, não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Mezanino, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas Subordinados Mezanino, na proporção dos valores a eles devidos. O procedimento de rateio aqui descrito aplicar-se-á ao resgate das Quotas Subordinadas Junior, caso não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Junior. Após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão, ainda, deliberar por maioria simples a não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, observado o aqui disposto e o disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º Se a Administradora deixar de convocar a Assembléia Geral, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, a omissão da Administradora será considerada, automaticamente, como um Evento de Avaliação.

Artigo 97 A maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa ("Avaliador") responsável pela preparação de um laudo de avaliação com as características mencionadas no Artigo 98 abaixo ("Laudo de Avaliação"). Caso os Quotistas presentes a essa Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Artigo 98 Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhido na forma do Artigo 97 deste Capítulo. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

Artigo 99 Caso, após 12 (doze) meses da data em que foi deliberada a liquidação antecipada do Fundo, conforme aqui estabelecido, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação (conforme aplicável) um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios existentes na data de constituição do referido condomínio.

Artigo 100 Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, nos termos do Artigo 96 deste Capítulo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos respectivos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na

forma do Capítulo XVI em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Artigo 98 deste Capítulo.

Artigo 101 Além das disposições acima e observado o disposto no Capítulo XXII, (i) titulares detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) do total de Quotas em Circulação ou (ii) os Quotistas Seniores (não obstante a quantidade de Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Seniores), podem, a qualquer momento, solicitar que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, convoque Assembléia Geral para deliberação de assuntos a serem indicados por esses Quotistas, inclusive a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 106 do Capítulo XXII, observados, para fins das deliberações a serem tomadas nas respectivas Assembléias Gerais, os quoruns previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 102 Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Operação, uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 7.000,00 (sete mil reais); ou (b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subsequentes (a “Taxa de Administração”). A primeira parcela da Taxa de Administração será devida *pro rata* Dias Úteis dentro do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.

Parágrafo 1º Os valores em reais definidos neste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da primeira Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

Parágrafo 3º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia e os demais Encargos do Fundo.

Parágrafo 4º O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 206, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o Artigo 56, Parágrafo 2º da ICVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste dispositivo será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

Artigo 103 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria e da Agência

de *Rating*;

- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo (inclusive os custos e despesas devidos ao Escritório de Advocacia), em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido (“Encargos Legais”) até o Limite Máximo de Encargos Legais;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à alienação de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta Corrente do Fundo; e
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do Artigo 31 da ICVM 356, se for o caso.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 104 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive despesas com assessores jurídicos, a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto no Artigo 105 deste Regulamento;
- (g) aprovar a alienação de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 do Capítulo V;
- (h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora para liquidação

antecipada do Fundo, por conta e ordem do Fundo; e

- (i) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver.

Artigo 105 O Regulamento e os Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 106 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, mencionado no Artigo 110 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada: (a) pela Administradora; ou (b) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, devendo ser observados, porém, os quoruns de deliberação previstos neste Regulamento. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá ao Diretor Designado ou ao seu representante.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o Diretor Designado e um representante do Custodiante deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 107 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 107, não terão direito a voto nas Assembléias Gerais a Administradora e seus empregados, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 29 da ICVM 356.

Artigo 108 Ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e nas demais disposições deste Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à



deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante, conforme disposto no Artigo 30 do Capítulo IX; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.

Artigo 109 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 110 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente (o “Periódico”); e (ii) de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, conforme indicado pelos Quotistas por escrito à Administradora.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no Periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada em Assembléia Geral por Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação.

Artigo 111 A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Único Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de *Rating*, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 112 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 113 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de

demonstrações financeiras mensais; e

- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 114 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXIV – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS

Artigo 115 Caso (a) o Fundo não tenha recursos suficientes para o pagamento dos encargos do Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (b) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, neste último caso, já considerada a utilização da Reserva de Caixa até o Limite dos Encargos Legais, os titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de quotas específicas objeto de nova Distribuição (definindo, inclusive, o cronograma de integralização das quotas objeto da nova Distribuição) a ser realizada por todos os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, incluindo o reabastecimento da Reserva de Caixa.

Artigo 116 Todos os custos e despesas para efetivação das disposições constantes deste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento desses custos e despesas.

Artigo 117 Os pagamento relativos à integralização das quotas objeto da nova Distribuição, conforme previsto no Artigo 115 acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXV – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 118 A Agência de *Rating* será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede, na página na rede mundial de computadores e nas agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constituirá um fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas, sendo que a diminuição na classificação de risco das Quotas caracterizará um Evento de Avaliação, nos termos do Artigo 95 do Capítulo XX.



CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 119 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

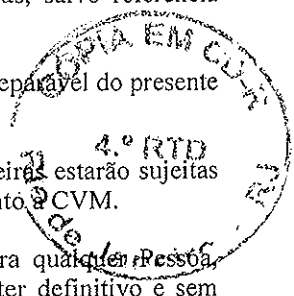
Artigo 120 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 121 O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Artigo 122 As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo, para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos da dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação por parte do Fundo.

Artigo 123 Considerar-se-á o Fundo liquidado, e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo e o resgate da totalidade das Quotas.

Artigo 124 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ANEXO I – MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

CNPJ/MF nº 10.436.207/0001-67

A [primeira] distribuição pública das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior] do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (a “Oferta” e o “Fundo”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 768546, conforme aditado, em 04 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770995, e em 16 de março de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº [--] (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

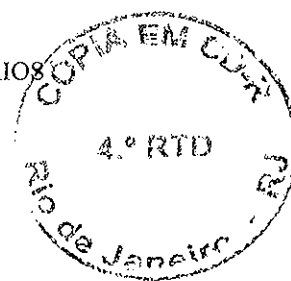
- (a) Quantidade de [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior]: [-];
- (b) Valor Nominal Unitário das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior] na Data de Emissão: [-];
- (c) Valor Total da Oferta: [-];
- (d) Data de Emissão: é a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
- (e) Datas de Amortização das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino]: [-];
- (f) Data de Resgate das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior]: quando findo o Prazo de Duração do Fundo;
- (g) [Meta de Rentabilidade aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino: fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.



Rio de Janeiro, [-] de [-] de [-].

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS
Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,
na qualidade de administradora do Fundo



Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais



Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, na qualidade de investidor do DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS (o “Fundo”), administrado pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, (a “Administradora”), declara:

I. Ter recebido cópia do regulamento do Fundo (o “Regulamento”), bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Ser investidor qualificado, nos termos da Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004 (conforme alterada). Nesse sentido, compromete-se a comunicar à Administradora, imediatamente, qualquer alteração em sua condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do Fundo.

III. Estar de acordo e ciente:

(a) dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira de investimento do Fundo, bem como da taxa de administração devida à Administradora;

(b) do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos III e XI (“Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

(c) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;

(d) o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;

(e) a Administradora, no exercício de suas atividades tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;

(f) de que a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsáveis por eventuais perdas que o Fundo venha a sofrer em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão.

(g) de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos;

(e) [de que poderá ser chamado a aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Capítulo XXIV

do Regulamento] [A SER UTILIZADO APENAS PARA OS TITULARES DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO];

(h) de que terá que integralizar as quotas do Fundo subscritas por meio do respectivo boletim de subscrição, de acordo com o Regulamento do Fundo;

(i) de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;

(j) de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Monitor Mercantil"; e

(k) os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Termo de Adesão (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

IV. Responsabilizar-se pela veracidade das suas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas informações.

Por fim, informa que as comunicações enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas ao(s) seguinte(s) e-mail(s): [--], aos cuidados de [nomes completos].

(Local e data)

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INVESTIDOR]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO III – LISTA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE PARECER

AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS
ORIUNDOS DE DECISÕES JUDICIAIS



(A) Documentos Referentes ao Processo

- (a) Cópia integral dos autos do processo que deu origem ao crédito, inclusive do processo de execução.
- (b) Cópia integral de todos os atos processuais referentes à ação rescisória, se houver.
- (c) Cópia do Ofício Requisitório de Pagamento.
- (d) Cópia de quaisquer contratos ou outros instrumentos firmados entre o Cedente e quaisquer advogados para a prestação de serviços em relação à ação.

(B) Documentos Referentes ao Cedente

I. Documentos Societários e Demonstrações Financeiras

- (a) Estatuto Social ou Contrato Social atualizado.
- (b) Cópia de todos os atos societários, procurações e outros instrumentos que nomeiem representantes do Cedente.
- (c) Acordo de Acionistas ou Quotistas, se houver.
- (d) Organograma societário atualizado.
- (e) Demonstrações Financeiras da Cedente dos 3 últimos exercícios.

II. Assuntos Contratuais

- (a) Relatório relativo a todos os contratos que representem obrigação financeira perante terceiros (com base em tal relatório poderão ser solicitadas cópias de documentos relevantes).
- (b) Cópia de qualquer contrato que contenha previsão que limite de qualquer forma a capacidade do Cedente de alienar ou onerar bens ou direitos.

III. Certidões

Certidões obtidas nas comarcas dos imóveis, sede e filiais da Cedente e na Capital do Estado relativamente ao endereço de cada estabelecimento, conforme o caso:

- (a) Certidões dos Cartórios de Protestos (5 anos);
- (b) Certidões quanto à existência de Dívida Ativa da União inscrita (5 anos);
- (c) Certidões atualizadas de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (CQTF) (5 anos);
- (d) Certidões negativa de tributos federais, estaduais, municipais;
- (e) Certidão negativa de débitos para com a Secretaria da Fazenda Estadual (5 anos) onde a Cedente possuir sede e filiais;
- (f) Certidão atualizada de regularidade para com o FGTS;
- (g) Certidão atualizada de regularidade para com a Seguridade Social (incluindo o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS);
- (h) Certidão atualizada de regularidade para com a Dívida Ativa da União;
- (i) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Estadual;
- (j) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Federal;
- (k) Certidão de Distribuição da Justiça do Trabalho;
- (l) Certidões de Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (m) Esclarecimentos sobre as ocorrências eventualmente apontadas pelos documentos acima.”


Cláusula 4 *Demais Disposições.* Todas as demais disposições do Regulamento que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento, são neste ato ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito.


Rio de Janeiro, 16 de março de 2009.


**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 770.995 do Livro B-99
em 18 MAR 2009


Elsa Angélica da Silva
Escrivente Autorizada





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO “DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”**

15 de maio de 2009



INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO "DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS"

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora (a "Administradora") do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67 (o "Fundo"),

RECEBIDO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 15/05/2009
Nº 781456

CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data não foi iniciada a distribuição das quotas de emissão do Fundo, não tendo sido, portanto, objeto de aquisição por qualquer investidor;
- (ii) em 1 de abril de 2009, a Proposta de Emenda Constitucional nº 12, que pretende modificar o sistema de pagamento de Precatórios, foi aprovada no Senado Federal e encaminhada à Câmara dos Deputados;
- (iii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento (conforme abaixo definido) de forma a refletir tal aprovação; e
- (iv) não havendo titulares das quotas de emissão do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições do Artigo 26, II, da Instrução CVM 356, bem como da alínea (f) do Artigo 104 do presente Regulamento;

RESOLVE aditar, pela quarta vez, o regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 768546 (o "Regulamento"), conforme aditado, em 04 de dezembro de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770995, e em 18 de março de 2009, por meio do "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 776624, de acordo com as cláusulas e condições abaixo.

Cláusula 1. Alteração da letra "g" do Artigo 40 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- "(g) *Projeto de Emenda Constitucional nº 12. O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de*

emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 da ADCT). Pela proposta atual (i) os Precatórios cedidos a terceiros ficam passíveis de compensação de débitos de dívida ativa do credor original, mesmo que estes débitos sejam constituídos após a cessão; (ii) a correção de valores dos Precatórios passará a ser realizada de acordo com o índice oficial de correção de juros da caderneta de poupança; e (iii) em relação a Precatórios devidos pela Fazenda Nacional, poderá ser promulgada lei complementar que altere o regime de pagamento de Precatórios. A PEC foi aprovada no dia 1 de abril de 2009 pelo Senado Federal e encaminhada à Câmara dos Deputados. Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada pela Câmara dos Deputados, ou se haverá novas modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas."

Cláusula 2. Consolidação do Regulamento. Em razão das alterações aqui estabelecidas, e para maior conveniência, versão consolidada do Regulamento com as modificações realizadas por meio deste aditamento, a qual passará a vigorar a partir do registro do presente instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, é apresentada abaixo.

"REGULAMENTO

DO

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES

Artigo 1º Para fins do disposto neste Regulamento, os termos iniciados em letra maiúscula e aqui utilizados, que não sejam de outra forma definidos ao longo deste Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos abaixo, aplicáveis tanto no singular quanto no plural:

"ADCT": significa Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

"Administradora": tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Capítulo VI;

"Afilhada(s)": é(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

"Agência de Rating": significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, agência de classificação de risco de crédito (*rating*) das Quotas do Fundo;

"Agente": qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

"Agente Escriturador": significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“ANBID”: é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

“ANDIMA”: é a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;

“Anexo(s)”: são os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;

“Assembléia Geral”: significa qualquer assembléia geral de Quotistas do Fundo;

“Ativos Financeiros”: são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima;

“Avaliador”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Bacen”: é o Banco Central do Brasil;

“BOVESPA”: é a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP;

“Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;

“Cedente”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, agindo na qualidade de cedente de Direitos Creditórios ao Fundo;

“CETIP”: é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

“Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;

“CMN”: é o Conselho Monetário Nacional;

“CNPJ/MF”: é o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

“Condição da Cessão”: condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Constituição Federal”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

“Conta Corrente do Fundo”: é a conta corrente de titularidade do Fundo aberta junto ao Custodiante;

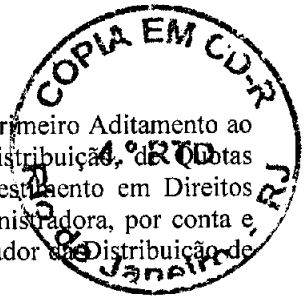
“Conta Judicial”: é cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional;

“Contrato de Cessão”: significa cada um dos instrumentos particulares firmados entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Cedente ao Fundo;

“Contrato de Colocação”: significam (i) o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, firmado em 05 de dezembro de 2008 entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de



coordenador da primeira Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino; e (ii) o “Primeiro Aditamento ao Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da Distribuição de Quotas do Fundo;



“Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;

“COSIF”: significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

“Crítérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Custodiante”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“CVM”: é a Comissão de Valores Mobiliários;

“Datas de Amortização”: significam as datas correspondentes ao 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da primeira Data de Emissão, durante o Prazo de Duração, nas quais o Fundo deverá efetuar, em Regime de Caixa, a amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, observadas as disposições deste Regulamento. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo;

“Data de Aquisição”: é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do respectivo Termo de Cessão;

“Data de Cálculo”: significa a data em que o valor unitário das Quotas é calculado, sendo que o valor unitário das Quotas será calculado em cada Dia Útil, durante o Prazo de Duração, para fins de integralização, amortização ou resgate;

“Data de Emissão”: significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

“Data de Referência”: significa (i) a primeira Data de Emissão ou (ii) o dia 30 de junho de 2009, o que ocorrer primeiro;

“Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou feriados de âmbito nacional;

“Direitos Creditórios”: significa qualquer direito de crédito contra a União de titularidade do Cedente, vinculado a Precatórios já emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujo pagamento poderá ou não ser realizado ao amparo do Artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30;

“Direito Creditório Elegível”: é todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data

de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade;

“Diretor Designado”: é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pelas informações que deverão ser prestadas na forma da lei;

“Distribuição”: significa a distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada(s) por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e da regulamentação aplicável;

“Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais;

“Documentos da Operação”: são, conjunta ou isoladamente: (a) este Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o “Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” firmado com a Agência de *Rating*;

“Emenda Constitucional nº 30”: é a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;

“Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria do Fundo;

“Empresas Selecionadas”: significa (i) qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional a ser selecionada de maneira comercialmente razoável pela Administradora, incluindo-se como Empresas Selecionadas o Cedente e suas Afiliadas; e/ou (ii) qualquer Quotista;

“Encargos do Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Encargos Legais”: tem o significado que lhe é atribuído no item (f) do Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Escritório de Advocacia”: significa o Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados;

“Estado”: significa qualquer Estado Federado integrante da República Federativa do Brasil;

“Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 95 do Capítulo XX;

“Evento de Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Fator CDI”: significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia (CDI Extra-Grupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas;

“Fazenda Nacional”: significa a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios;

“FGC”: é o Fundo Garantidor de Créditos;

“Fundo”: é o “DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907, pela ICVM 356, pela ICVM 444 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

“IBGE”: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;



“ICVM 356”: é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;

“ICVM 400”: é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;

“ICVM 409”: é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores;

“ICVM 444”: é a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;

“Início das Atividades”: significa a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas por Investidores;

“Investidores”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 3º do Capítulo II;

“Investidores Qualificados”: são aqueles investidores caracterizados no Artigo 109 da ICVM 409;

“IPCA-15”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“IPCA-E”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“Laudo de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“LDO”: é a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

“Limite dos Encargos Legais”: significa o montante equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Limite Máximo de Honorários, a ser calculado na Data de Emissão;

“Limite Máximo de Honorários”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 13 do Capítulo III;

“Litígio”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 do Capítulo V;

“MDC”: é o MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“Meta de Rentabilidade”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Montante de Aquisição Indicativo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Município”: é qualquer município integrante da República Federativa do Brasil.

“Número Índice do IPCA-E”: significa o número índice com base 100 fixado a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$. Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados



pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.

“Ofícios Requisitórios de Pagamento”: significa qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios;

“Parecer Legal”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 do Capítulo V;

“Partes Relacionadas”: são: (a) as pessoas físicas e jurídicas controladas de determinada Pessoa; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Pessoa; (c) as sociedade coligadas com tal Pessoa; e (d) as sociedades sob controle comum com tal Pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e conforme alterada;

“Patrimônio Líquido”: é o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XIII deste Regulamento;

“PEC”: significa a proposta de emenda constitucional, conforme definida na alínea (f) do Artigo 40 do Capítulo XI;

“Periódico”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 110 do Capítulo XXIII;

“Período de Aquisição”: é o intervalo entre a Data de Emissão e o 15º (décimo-quinto) dia posterior à Data de Emissão;

“Período de Capitalização”: é o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Amortização anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Amortização subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

“Pessoas”: são pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

“Plano Contábil”: significa o COSIF, criado pela Circular do Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

“Prazo de Duração” tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Capítulo II;

“Precatórios”: são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;

“Preço de Aquisição”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;

“Quotas”: são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente;

“Quotas Seniores”, “Quotas Subordinadas Mezanino” e “Quotas Subordinadas Junior”: são as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo, conforme o caso;



“Quotas Subordinadas”: são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, quando mencionadas conjuntamente;

“Quotistas”, “Quotistas Seniores”, “Quotistas Subordinados Mezanino” e “Quotistas Subordinados Junior”: são os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso;

“Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os montantes efetivamente disponíveis para o Fundo quando da realização das amortizações e resgates;

“Regulamento”: é o presente regulamento;

“Relação Mínima”: significa a relação mínima admitida entre a divisão, à época do cálculo: (i) do Patrimônio Líquido e (ii) do valor agregado das Quotas Seniores em Circulação;

“Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Capítulo III;

“Resolução CMN nº 2.682”: é a Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.689”: é a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.907”: é a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada;

“SELIC”: é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

“SFF”: é o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“SIAFI”: é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

“Sobretaxa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“STF”: é o Supremo Tribunal Federal;

“Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo I deste Regulamento;

“Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 102 do Capítulo XXI;

“Taxa de Desconto”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“TED”: é a transferência eletrônica disponível;

“Termo de Adesão”: é o documento preparado na forma do Anexo II, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;

“Termo de Cessão”: significa cada um dos termos de cessão, lavrados por instrumento público, entre o Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;

“União”: é a União Federal;

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Capítulo XVI; e

“Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino”: tem o significado que lhe é atribuído no



CAPÍTULO II - O FUNDO E SUA VIGÊNCIA

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, durante o prazo de vigência do Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo III deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira, estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, bem como neste Regulamento.

Artigo 3º O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º As Quotas do Fundo somente poderão ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4º deste Capítulo II, ressalvados os casos de liquidação antecipada do Fundo conforme o previsto neste Regulamento e na regulamentação aplicável. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º Podem participar do Fundo, exclusivamente, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os "Investidores").

Parágrafo 3º No prazo de até 10 (dez) dias contados: (a) da data de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (b) de sua aprovação pela Assembléia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 4º O Fundo será vigente desde o Início das Atividades até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro (o "Prazo de Duração").

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII deste Regulamento.

CAPÍTULO III – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

Artigo 5º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único As aplicações no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do FGC.

Artigo 6º O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma



vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão decorrentes, exclusivamente, das obrigações devidas pela União, em observância ao disposto no Artigo 8º da ICVM 444 e no Artigo 40 da ICVM 356.

Artigo 7º Observado o disposto no Artigo 40 da ICVM 356 e no Parágrafo 1º do Artigo 40 da ICVM 444, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso o Fundo não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo e conforme instruções dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum previsto no Artigo 108 do Capítulo XXII, poderá solicitar à CVM prorrogação desse prazo por mais 90 (noventa) dias, apresentando motivos que justifiquem tal prorrogação, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, aceitar o pedido de prorrogação da Administradora. Caso a CVM não aceite esse pedido da Administradora ou caso, após os 90 (noventa) dias adicionais, o Fundo ainda não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Administradora, por conta e ordem do Fundo e observadas as disposições aplicáveis constantes deste Regulamento, resgatar a totalidade das Quotas.

Parágrafo 2º Respeitadas as disposições constantes deste Capítulo, o Fundo poderá: (a) manter ou aplicar, até que findo o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, a totalidade dos recursos disponibilizados ao Fundo em Ativos Financeiros; ou (b) após o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, manter ou aplicar o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros.

Parágrafo 3º Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º É facultado ao Fundo, por intermédio da Administradora, contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas, desde que respeitada a política de investimento descrita neste Capítulo III.

Parágrafo 5º No curso normal do Programa de Securitização, os recursos recebidos, pelo Fundo, ao longo de cada Período de Capitalização, decorrentes de pagamentos relacionados aos Direitos Creditórios, serão reinvestidos em Ativos Financeiros e integrarão o valor a ser amortizado pelos Quotistas na próxima Data de Amortização.

Artigo 8º É vedado ao Fundo realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (d) aplicação em ativos que não os Ativos Financeiros.

Artigo 9º A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. O Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos neste Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Artigo 10 Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, e/ou o Custodiante não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 11 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Artigo 12 Os percentuais e limites de composição e diversificação de carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 13 No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo parcela de seu Patrimônio Líquido ("Reserva de Caixa") equivalente à soma (i) do montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira Data de Emissão; e (ii) do Limite dos Encargos Legais, baseado no número total de Precatórios cedidos ou a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, apurado pela Administradora, sendo certo que o valor da Reserva de Caixa determinado na primeira Data de Emissão não será inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Administradora deverá manter os recursos correspondentes à Reserva de Caixa aplicados em Ativos Financeiros.

Parágrafo Único Para fins de cálculo da Reserva de Caixa, os valores a serem pagos pelo Fundo ao Escritório de Advocacia para que este implemente medidas judiciais ou extrajudiciais necessária à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação a qualquer Litígio estão descritos na tabela abaixo e deverão ser calculados com base no número de Precatórios integrantes da carteira do Fundo quando do cálculo da Reserva de Caixa ("Limite Máximo de Honorários"):

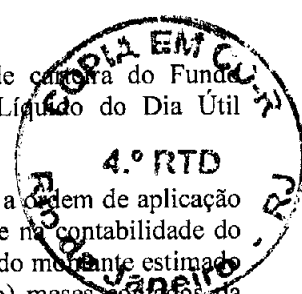
Número de Precatórios na Carteira do Fundo ou a serem cedidos ao Fundo	Limite Máximo de Honorários
até 5 Precatórios:	R\$250.000,00 (global)
de 6 a 15 Precatórios:	R\$750.000,00 (global)
a partir de 16 Precatórios:	R\$50.000,00 (por precatório)

CAPÍTULO IV - CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 14 O Fundo poderá adquirir, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, total ou parcialmente, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, conforme descritos a seguir:

- (a) Condição da Cessão: o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (i.e., União), em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e
- (b) Critérios de Elegibilidade: (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

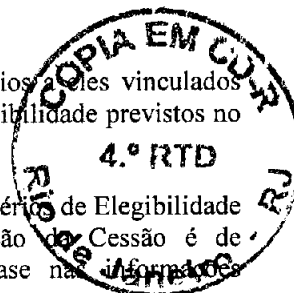
Parágrafo 1º Uma vez atendida a Condição da Cessão e os Critérios de Elegibilidade, e desde que o Fundo tenha recursos suficientes para tanto, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá adquirir, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios elegíveis a ela ofertados pelo Cedente, observadas as



disposições deste Regulamento, da regulamentação aplicável, bem como dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Parágrafo 2º O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cujos Precatórios não apresentem nenhuma parcela paga, desde que atendidos todos os Critérios de Elegibilidade previstos no *caput* deste Artigo 14.

Parágrafo 3º A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade é de responsabilidade do Custodiante. A verificação do atendimento à Condição de Cessão é de responsabilidade do Cedente, mediante confirmação da Administradora, com base nas informações fornecidas pelo Cedente.



CAPÍTULO V – PREÇO DE AQUISIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS PELO FUNDO

Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição (o “Preço de Aquisição”), de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI}_n$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela “i” do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela “i” é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior (“Data Projetada do Pagamento”); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i , utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = \left(1 + \text{Taxa de Desconto}\right)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); ou (iii) 3,00% (três por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = $\sum \text{Valores Descontados Indicativos}_j$ onde:

Valores Descontados Indicativos_j = valor descontado do “j”-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_indicativo_i\}$, onde:

FD_indicativo_i = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao “i”-ésimo fluxo de caixa *FC_i*, calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento_i da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo *FC_i*, utilizando-se para fins de cálculo do *FD_i* a seguinte fórmula:

$$FD_indicativo_i = (1 + \text{Meta_de_Rentabilidade})^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

FatorCDI_D = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Referência (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na Data de Aquisição.

Artigo 16 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, devendo ser observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, conforme o caso, independentemente de manifestação prévia dos Quotistas, sendo que a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, deverá observar as demais disposições deste Regulamento (inclusive com relação à política de investimento descrita no Capítulo III acima) e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser formalizada por meio de Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, estes últimos que deverão, necessariamente, ser lavrados por instrumento público, devidamente apresentados aos respectivos juízos.

Parágrafo 2º A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente, com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União seja intimada judicialmente da cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos relacionados neste Artigo 16, referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Parágrafo 4º Para fins de cumprimento das obrigações previstas no Parágrafo 1º do Artigo 7º da ICVM 444, e tendo em vista a aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo, a emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a obrigação de envio, concomitantemente à aquisição de um determinado Precatório pelo Fundo, observada a obrigação de envio, em cada Data de Aquisição, pela Administradora à CVM, desses pareceres conforme estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII, bem como de disponibilização dos referidos pareceres nos sites da Administradora e da CVM tão logo sejam emitidos. A Administradora desde já se compromete a fornecer ao advogado responsável pela emissão desses pareceres, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações a serem solicitados pelo advogado durante sua análise, os documentos e as informações listados no Anexo III deste Regulamento, para que esse advogado possa emitir os respectivos pareceres, considerando, para tanto, exclusivamente, as informações e os documentos fornecidos pelo Cedente.

Artigo 17 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso a União ou qualquer terceiro apresente qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida seja adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s) Precatório(s)) (o "Litígio"), a Administradora contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) a natureza do Litígio; (b) as ações a serem adotadas pelo Fundo para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo tendo em vista o Litígio proposto; (c) os custos estimados a serem incorridos para implementação das ações referidas no item (b) deste Artigo, incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo (inclusive com relação à eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente); e (d) a probabilidade de êxito do Fundo em reverter essa situação, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso "provável", "possível" ou "remoto" para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza (o "Parecer Legal").

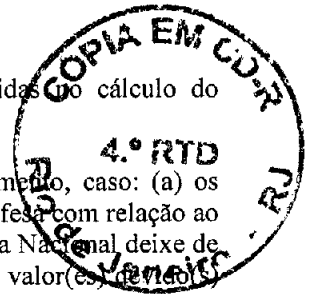
Parágrafo 1º Uma vez obtido o Parecer Legal, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Artigo 106 do Capítulo XXII, para que a maioria simples dos detentores das Quotas em Circulação presentes a essa Assembléia Geral decida, com base no Parecer Legal, pela: (a) adoção de ações para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio; (b) pela alienação e conseqüente transferência do correspondente Precatório inadimplido a terceiros e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 2º Caso os Quotistas optem pela defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas com relação ao Litígio, conforme previsto no item (a) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, mesmo que seja também deliberada a posterior alienação do correspondente Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, esses Quotistas deverão instruir a Administradora a contratar o Escritório de Advocacia para que este adote todas as medidas necessárias para realização dessa defesa com relação ao Litígio. Caso, por outro lado, os Quotistas optem pela alienação (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio) do Precatório inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, os Quotistas deverão instruir a Administradora a proceder conforme previsto no Artigo 18 deste Capítulo IV.

Parágrafo 3º Todos os custos e despesas a serem incorridos pelo Fundo com relação às ações a serem adotadas para defesa dos interesses dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio (inclusive despesas com o Escritório de Advocacia e custas judiciais (inclusive com relação a eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente)), serão pagos utilizando-se os recursos disponíveis na Reserva de Caixa, até o custo total acumulado equivalente ao Limite de Encargos Legais, ou, caso necessário e conforme previsto no Capítulo XXIV, com recursos provenientes de aporte de capital por parte dos Quotistas Subordinados Mezanino, a ser realizado por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As perdas incorridas pelo Fundo em razão de qualquer Litígio, do não pagamento de recursos devidos ao Fundo em decorrência dos Ativos Financeiros adquiridos pelo Fundo e/ou dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, bem como em virtude da alienação a terceiros de Direitos

Creditórios inadimplidos que então faziam parte da carteira do Fundo, serão refletidas no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no Capítulo XIII.



Artigo 18 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso: (a) os Quotistas decidam pela alienação do Precatório inadimplido (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio), conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º do Artigo 17 acima; (b) a Fazenda Nacional deixe de depositar na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, o(s) valor(es) devido(s) ao Fundo em razão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou (c) os valores depositados, pela Fazenda Nacional, na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano (conforme mencionado no item (b) deste Artigo 18) não sejam liberados da Conta Judicial e depositados na Conta Corrente do Fundo até 31 de março do ano subsequente (cada um desses eventos um “Evento de Aviso Obrigatório”), a Administradora, prontamente, enviará aviso aos Quotistas e ao Custodiante informando sobre a ocorrência do Evento de Aviso Obrigatório (o “Aviso Obrigatório”).

Parágrafo 1º Uma vez enviado o Aviso Obrigatório, a Administradora deverá enviar seus melhores esforços visando à obtenção de propostas de pelo menos 3 (três) Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição do respectivo Precatório inadimplido. Transcorrido 1 (um) mês contado da data de envio do Aviso Obrigatório, a Administradora verificará quantas propostas das Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição (parcial ou integral) do Precatório foram apresentadas. Na hipótese de existir somente uma proposta para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório), o Precatório (ou a parcela correspondente) deverá ser alienado à única Empresa Seleccionada interessada em adquiri-lo, pelo preço por ele oferecido. Caso duas ou mais propostas para aquisição do respectivo Precatório (ou somente parcela deste Precatório) sejam apresentadas, a Administradora alienará o Precatório à Empresa Seleccionada que oferecer o maior valor e as melhores condições de pagamento para aquisição do Precatório (ou a parcela correspondente); sendo certo que é possível a aquisição, por mais de uma Empresa Seleccionada, de parcelas diversas de um mesmo Precatório. A aquisição de qualquer Precatório (ou parcela deste) deverá ser aprovada por Quotistas detentores da maioria das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral a ser realizada para este fim.

Parágrafo 2º Caso a Administradora não consiga obter ao menos uma proposta para aquisição de determinado Precatório inadimplido no prazo de 1 (um) mês contado da data de recebimento do Aviso Obrigatório, o Fundo manterá o Precatório em sua carteira até o vencimento do Precatório ou até que este seja alienado, conforme o caso, observadas as disposições constantes deste Regulamento. Os valores recebidos em decorrência da venda do Precatório, a qualquer momento, durante o Prazo de Duração, serão somados ao Patrimônio Líquido do Fundo, e serão investidos em Ativos Financeiros até as Datas de Amortização subseqüentes.

CAPÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 19 O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembléia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Tendo em vista a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, a Administradora tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que

integrem sua carteira, sendo a Administradora responsável pelas atividades de administração da carteira do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da ICVM 356.

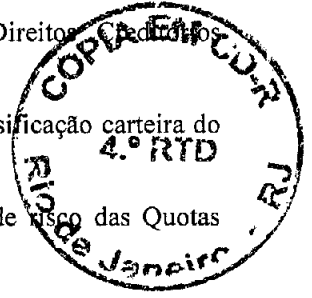
CAPÍTULO VII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação



- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a alínea (h) deste Artigo 20;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los: (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 110 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de *Rating*;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento, bem como calcular e divulgar em seu *website*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa e da Relação Mínima, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) assegurar que o Diretor Designado elabore demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo

Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados;



- (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo III;
- (j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas pela Agência de *Rating*;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de *Rating*, do Escritório de Advocacia e à celebração dos respectivos contratos, inclusive o Contrato de Custódia e os demais Documentos da Operação;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, os Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, bem como seus eventuais aditamentos;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (ii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo.
- (o) informar imediatamente à Agência de *Rating*:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos aos Contratos de Cessão ou Termos de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 3º do Capítulo II deste Regulamento, e (ii) dos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e seus eventuais aditamentos;
- (q) observar, e fazer com que sejam cumpridas, as disposições constantes deste Regulamento; e
- (r) acompanhar, periodicamente, os relatórios elaborados pelo Escritório de Advocacia contratado pelo Fundo, nos termos do Artigo 16 deste Regulamento, referentes à movimentação de qualquer Conta Judicial relativa à Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, com a finalidade principal de constatar se foram realizados novos depósitos em decorrência de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional em razão desses Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo 1º Observados os termos e condições deste Regulamento e da legislação aplicável, bem como os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora pode:

- (a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Diretos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento, do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, conforme o caso;
- (b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (c) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Quotistas e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
- (e) constituir procuradores, desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Parágrafo 2º A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º A Administradora deverá encaminhar à CVM, em cada Data de Aquisição, parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

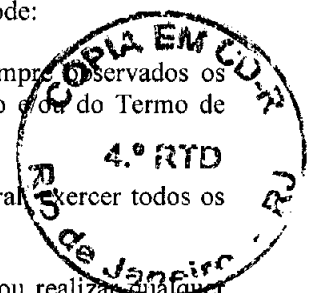
Artigo 21 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 22 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira prevista no Capítulo III deste Regulamento;



- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.



Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por todos os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral conforme disposto no Capítulo XXII, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia ou qualquer outro Documento da Operação, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou que tenham sido determinadas pela CVM, ANBID ou BOVESPA; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 23 A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, na forma do Capítulo XXII deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo. Caso seja deliberada a substituição da Administradora, conforme aqui previsto, os Quotistas deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 2 (duas) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Administração então em vigor.

Artigo 24 A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação da nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

Artigo 25 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

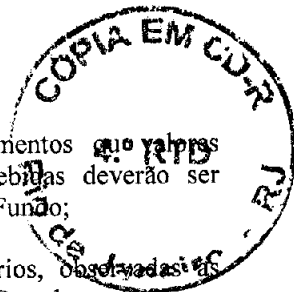
Artigo 26 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 24 acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO IX – DA CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Artigo 27 As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da ICVM 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Artigo 28 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na ICVM 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- (c) movimentar a(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Operação;
- (d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, na qualidade de depositário nos termos do inciso IV do artigo 38 da Instrução 356 e dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro (conforme aplicável), dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes ou terceiro contratado, conforme previsto no Parágrafo 2º abaixo: (i) extrato(s) da(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo; (ii) cópias dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo; (iii) Documentos Comprobatórios; e (iv) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
- (e) acolher em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, a partir da sua liberação da Conta Judicial;



- (f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ^{que sejam} relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- (g) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, ^{observadas as} instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (h) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo;
- (i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Relação Mínima;
- (j) informar à Agência de *Rating*, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou nos demais Documentos da Operação;
- (k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (l) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima estabelecida pela legislação em vigor, o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 1º O Custodiante poderá, por sua conta e ordem, contratar terceiro habilitado para a verificação de que trata a alínea "l" acima.

Parágrafo 2º Sem prejuízo da responsabilidade direta e solidária da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante poderá contratar terceiros para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, conforme indicado no Contrato de Cessão.

Artigo 29 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a(s) conta(s) corrente(s), a(s) conta(s) de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções fornecidas pela Administradora e as disposições deste Regulamento; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

Artigo 30 Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

Artigo 31 O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Operação. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

Parágrafo Único A Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria poderão também renunciar, a qualquer tempo, às funções a elas atribuídas nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos firmados entre cada uma delas e o Fundo para prestação de serviços ao Fundo. Em qualquer desses casos, a Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria (conforme o caso) deverão, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a da respectiva renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Parágrafo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso). Ademais, na hipótese de substituição da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso) pelos Quotistas nos termos da alínea (b) do Artigo 104 do Capítulo XXII, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

CAPÍTULO X – DA GESTÃO DO FUNDO

Artigo 32 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão também realizados pela Administradora, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da ICVM 356, que é entidade regularmente credenciada perante a CVM para essa atividade, e que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 33 deste Capítulo.

Artigo 33 Adicionalmente a suas obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento, são obrigações da Administradora:

- (a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- (b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- (c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXIII deste Regulamento;
- (d) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- (e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 34 Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, na qualidade de gestora da carteira do Fundo, pode:

- (a) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, operação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e

- (d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Artigo 35 Tendo em vista que existe a possibilidade de serem questionados pelo Fundo em face da União: (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela do Precatório, a Administradora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido nas correspondentes sentenças transitadas em julgado.

Parágrafo Único A Administradora, por conta e ordem do Fundo, de forma a decidir sobre a possibilidade de ajuizar uma ação judicial, em face da União, conforme previsto no *caput* deste Artigo 35, contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) as medidas a serem adotadas pelo Fundo para ajuizar uma ação judicial em face da União; (b) os custos estimados a serem incorridos para implementação das medidas referidas no item (a), incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo e (d) a probabilidade de êxito do Fundo com relação à referida ação judicial, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza. As condições previstas no Artigo 17 do Capítulo IV serão aplicadas, *mutatis mutandis*, à ação judicial aqui prevista.

Artigo 36 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e desde que aprovado por todos os Quotistas reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, contratar terceiro para atuar como gestor da carteira do Fundo, devendo este terceiro, como condição para tanto, enviar notificação à Administradora aceitando expressamente todas as obrigações e responsabilidades a ele inerentes em razão da gestão da carteira do Fundo, previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, sem prejuízo da assinatura de contrato de gestão entre o novo gestor e a Administradora (na qualidade de representante do Fundo).

Artigo 37 A Administradora poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções de gestão a ela atribuídas nos termos deste Capítulo, desde que simultaneamente renuncie à administração do Fundo, em conformidade com as disposições do Artigo 24 do Capítulo VIII. Nesse caso, a Administradora deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio aos Quotistas de comunicação por escrito, informando-os de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a(s) instituição(ões) substituta(s) assumam(m) efetivamente todos os seus deveres e obrigações na qualidade de administradora do Fundo e gestora da carteira do Fundo.

CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO

Artigo 38 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

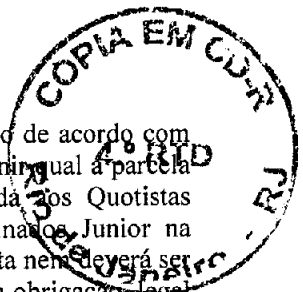
Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 39 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não exaustiva, os seguintes:

- (a) Riscos de liquidez das Quotas e inexistência de mercado secundário. Os fundos de investimentos em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os Investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

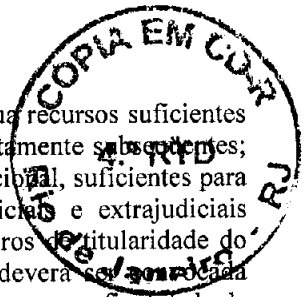
Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (b) Liquidez dos Direitos Creditórios. Os principais ativos do Fundo são Direitos Creditórios originados pelo Cedente, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (c) Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo. Durante o Prazo de Duração do Fundo e observados os termos e condições deste Regulamento e do respectivo Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade do Cedente que atendam aos Critérios de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia de Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (i.e., não pagamento pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- (d) Risco de pagamento antecipado e descontinuidade do Fundo. A Constituição Federal prevê o pagamento dos Precatórios que preencham as condições do Artigo 78 do ADCT em até 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, sendo que, no caso de descontinuidade do Fundo, os Quotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- (e) Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Riscos associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Adicionalmente, os Ativos Financeiros poderão ser aplicados em CDBs ou CDIs emitidos pelo Cedente, caso em que o Fundo estaria exposto ao mesmo risco de crédito.

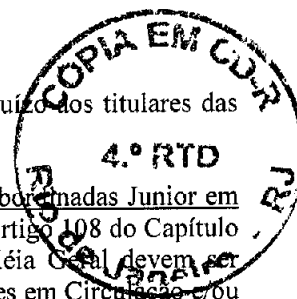


- (g) Inexistência de rendimento predeterminado. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a partilha do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nenhuma consideração, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas Quotas apurado na forma do Capítulo XVI, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas. Assim, caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas, a rentabilidade dos respectivos Quotistas será inferior a esse limite máximo. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Pagamento dos Encargos do Fundo. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo V, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) e outras despesas decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- (i) O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo e também cederá Direitos Creditórios ao Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de Cedente e atuando como Custodiante do Fundo, poderá privilegiar seus interesses em detrimento dos interesses do Fundo, o que poderá acarretar na redução da remuneração média da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (j) Contratação de operações para composição da carteira do Fundo nas quais a Administradora ou qualquer de suas Afiliadas figurem como contraparte. O Fundo poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas, estando, portanto, sujeita ao risco das pessoas acima referidas deixarem de efetuar os pagamentos eventualmente devidos ao Fundo em razão das contratações dos negócios acima referidos. A ocorrência deste evento poderá afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.

- (k) Possibilidade de novos aportes de recursos. Caso (i) o Fundo não possua recursos suficientes para pagar os Encargos do Fundo dentro dos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (ii) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, deverá ser convocada Assembleia Geral a ser realizada pelos Quotistas Subordinados Mezanino com a finalidade de aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XXIV. Caso os Quotistas Subordinados Mezanino deliberem pela não aprovação do aporte adicional de recursos ao Fundo ou, mesmo deliberando pelo aporte adicional não tenham recursos suficientes para tanto, todos os Quotistas sofrerão as perdas respectivas, de forma proporcional a sua participação no Fundo, não sendo a Administradora, o Custodiante o Cedente ou qualquer de suas Afiliadas responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por essas perdas.
- (l) Risco da titularidade indireta. Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da carteira do Fundo de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.
- (m) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê a possibilidade de o Fundo ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, este pode não dispor de recursos para pagamento de todos os Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer Pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.
- (n) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político, nacional e internacional.
- (o) Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
- (p) Aprovação de determinadas deliberações em Assembleia Geral por maioria simples dos Quotistas. Há hipóteses no presente Regulamento que prevêem a aprovação de determinadas deliberações em Assembleia Geral por maioria simples dos titulares das Quotas em Circulação. Tendo em vista que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação deverão representar, durante todo o Prazo de Duração, pelo menos mais do que metade da totalidade das Quotas em Circulação, as deliberações a serem aprovadas pelos Quotistas por maioria simples poderão ter tomadas unicamente por titulares de Quotas Subordinadas



Mezanino, conforme interesse desses titulares, o que poderá causar prejuízo aos titulares das demais Quotas.



- (q) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior em determinadas deliberações da Assembléia Geral. O Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembléia Geral devem ser tomadas com a participação da totalidade dos titulares das Quotas Seniores em Circulação ou das Quotas Subordinadas Junior em Circulação, independentemente do quorum de Quotistas presentes, como é o caso de eventuais alterações: (a) na substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, respectivamente; e (b) na cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento. Esta condição pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino.
- (r) O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, de forma a atender aos Critérios de Elegibilidade. Por esta razão o Fundo sempre dependerá do Cedente no que tange à aquisição de Direitos Creditórios, o que poderá resultar em perdas aos Quotistas.
- (s) Risco referente à Relação Mínima. A Relação Mínima é uma fração cujo numerador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador é equivalente ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação. É possível que o valor das Quotas Seniores em Circulação seja equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, hipótese na qual a Relação Mínima poderá ser equivalente a 1 (um), não havendo qualquer obrigação de reenquadramento, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV. Na hipótese de a Relação Mínima ser equivalente ou inferior a 1 (um), em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas Seniores será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia ou necessidade de aporte de recursos por parte dos titulares das Quotas Subordinadas ou quaisquer terceiros.
- (t) Possibilidade de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente. O Cedente, na qualidade de instituição financeira, encontra-se sujeito à intervenção ou liquidação extrajudicial, em ambos os casos, efetuada e decretada pelo Bacen, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Caso o Cedente tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, e este se encontre, direta ou indiretamente, na posse de valores de titularidade do Fundo na data ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime similar, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 40 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

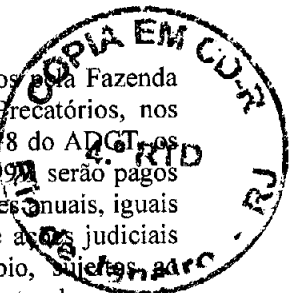
- (a) Risco de crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (b) Inexistência de coobrigação ou direito de regresso. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa.

O Cedente somente é responsável pela originação, formalização e liquidez dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios, é possível que o Fundo e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.

- (c) Possibilidade de alteração na forma de pagamento dos Direitos Creditórios. Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios, bem como o pagamento antecipado de valores referentes aos Direitos Creditórios, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (d) Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30. A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o Artigo 78, *caput* e Parágrafos 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30. O Relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do Artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento Precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres, acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o Artigo 78 do ADCT, os Precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do Artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de Precatórios de outra forma.
- (e) Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os Precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos Precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu Artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Remuneração da conta individualizada. O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores

destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.

- (g) Projeto de Emenda Constitucional nº 12. O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao atual sistema de parcelamento acima descrito. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 do ADCT). Pela proposta atual (i) os Precatórios cedidos a terceiros ficam passíveis de compensação de débitos de dívida ativa do credor original, mesmo que estes débitos sejam constituídos após a cessão; (ii) a correção de valores dos Precatórios passará a ser realizada de acordo com o índice oficial de correção de juros da caderneta de poupança; e (iii) em relação a Precatórios devidos pela Fazenda Nacional, poderá ser promulgada lei complementar que altere o regime de pagamento de Precatórios. A PEC foi aprovada no dia 1 de abril de 2009 pelo Senado Federal e encaminhada à Câmara dos Deputados. Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada pela Câmara dos Deputados, ou se haverá novas modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (h) Retenção de imposto de renda. Na forma do Artigo 27 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do Parágrafo 1º do mesmo Artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição do Cedente, pelo Fundo, no(s) pólo(s) ativo(s) de qualquer das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis.
- (i) Riscos relacionados ao recebimento de valores. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da



correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.

- (j) Risco quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias. Se solicitada ao juiz competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do Cedente, a inclusão do Fundo no pólo ativo da respectiva ação judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. No entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no Artigo 78 do ADCT.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a: (i) firmar, por instrumento público, em caráter irrevogável e irretroatável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral e para adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisatório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento integral do crédito cedido; e (ii) imediatamente notificar o Cessionário, por escrito e nos termos previstos no Contrato de Cessão, acerca de qualquer intimação, notificação ou comunicação recebida pelo Cedente em conexão com qualquer Direito Creditório componente da carteira do Fundo.

Mesmo com essas obrigações e a possibilidade de o Fundo, tendo em vista a procuração que será outorgada à Administradora, poder diretamente solicitar a substituição do Cedente no referido Ofício Requisatório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, é possível que esses pedidos sejam indeferidos pelas autoridades competentes ou que essas autoridades demorem muito tempo para se manifestar a respeito. Caso isso ocorra, o Fundo dependerá do Cedente para ter conhecimento de qualquer intimação, notificação ou comunicação relacionada ao respectivo Direito Creditório e, portanto, poderá sofrer dificuldades e/ou enfrentar atrasos com relação a pagamentos dele decorrentes, impactando o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.

- (k) Risco de concentração da carteira de Fundo. Nos termos do Artigo 6º do Capítulo III deste Regulamento, o Fundo pode alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório. Caso isso ocorra, haverá a concentração da carteira do Fundo em um único Precatório. Na hipótese de a carteira do Fundo estar concentrada em um único Precatório (ou em um número restrito de Precatórios), o risco de não pagamento ou atrasos nos pagamentos dos valores devidos ao Fundo fica restrito a esse(s) Precatório(s), o que é menos favorável aos Quotistas se comparado a uma carteira com diversos direitos creditórios, na qual o risco de inadimplemento seria diluído entre os diversos créditos dela integrantes.
- (l) Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios no orçamento Federal. A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento de direitos creditórios, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito. Caso isso ocorra com relação a

um Direito Creditório integrante da carteira do Fundo, poderá afetar negativamente e de forma relevante o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.

- (m) Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros. Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora on line” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 41 Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 42 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 43 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Artigo 44 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 20, alínea (h), deste Regulamento.

Artigo 45 O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2009. Caso tais datas não sejam Dias Úteis, para fins do aqui disposto serão considerados os respectivos Dias Úteis imediatamente subseqüentes.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 46 Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do disponível do valor dos ativos integrantes da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo, bem como das respectivas provisões.

Artigo 47 Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

Artigo 48 As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, descritas abaixo, e não poderão ser resgatadas a não ser no término do Prazo de Duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, observado o disposto no Capítulo XVII.

Parágrafo 1º As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Parágrafo 2º O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única. O Fundo também poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá ocorrer publicamente, mediante registro prévio obtido junto à CVM, e deverá respeitar as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será calculada diariamente, sendo admitido o valor equivalente a 1 (um) e não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação seja igual ao valor do Patrimônio Líquido, observado que, nos termos da alínea (d) do Artigo 87 do Capítulo XVIII, as Quotas Seniores somente serão amortizadas caso, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco).

Artigo 49 Cada Quota Sênior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

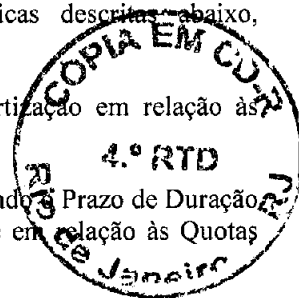
- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Sênior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento, observado o disposto no Artigo 87 do Capítulo XVIII;
- (e) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (f) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Seniores, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 49, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (g) a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 50 Cada Quota Subordinada Mezanino tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) quando findo o Prazo de Duração, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo XVII deste Regulamento;
- (d) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinada Mezanino, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (e) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento;
- (f) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (g) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 50, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII;
- (h) a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (i) nos termos do Capítulo XXIV, os Quotistas Subordinados Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de quotas subordinadas específicas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Artigo 51 Cada Quota Subordinada Junior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) são subordinadas às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) não poderão ser amortizadas;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Subordinadas Junior para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinadas Junior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados as disposições deste Regulamento;
- (e) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante,



conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 51, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e

- (f) a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto nas Assembleias Gerais

Artigo 52 Para fins do disposto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.689, e observadas as disposições do Capítulo XV e os demais normativos aplicáveis, as Quotas serão registradas para distribuição no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrado e operacionalizado pela CETIP, e no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, podendo ser adquiridas por Investidores residentes ou domiciliados fora do Brasil.

Artigo 53 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo Investidor no registro de Quotistas do Fundo.

Artigo 54 O Fundo não cobrará do Quotista taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do anúncio de início da Distribuição das Quotas.

Parágrafo 1º As Quotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo deverão ser subscritas conforme previsto neste Regulamento, no anúncio de início de Distribuição das Quotas e na legislação aplicável, conforme o caso.

Parágrafo 2º A integralização das Quotas será feita, exclusivamente, em moeda corrente nacional, quando se tratar de Quotas Seniores. A integralização das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá no ato de sua subscrição.

Artigo 56 O Fundo poderá manter em circulação: (a) no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino; e (b) no máximo 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes deste Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

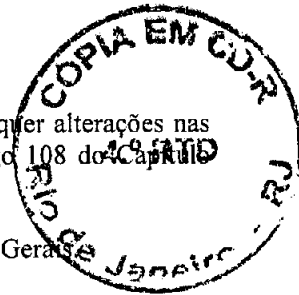
Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação até 5 (cinco) Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 58 Não há número mínimo de Quotas a serem emitidas pelo Fundo.

Artigo 59 Desde que observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios geridos pelo Cedente também poderão adquirir as Quotas.

Artigo 60 No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) das Quotas objeto de qualquer Distribuição realizada pelo Fundo (cuja característica estarão dispostas no(s) respectivo(s) Suplemento(s)), o saldo das Quotas não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas efetivamente subscritas.

Artigo 61 No ato de subscrição das Quotas, cada subscritor assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão.



Parágrafo 1º Cada Quotista que ingressar no Fundo deverá informar à Administradora os dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.

Parágrafo 2º A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo, ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

Artigo 62 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), independentemente da classe de Quotas na qual o investimento está sendo realizado (Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior).

Artigo 63 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência da liquidação do Fundo nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável em vigor.

Artigo 64 As Quotas deverão ser registradas para negociação em uma ou mais bolsas de valores ou sistemas de balcão organizado, a critério da Administradora, tais como o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Parágrafo 1º Na hipótese de negociação das Quotas, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais serão negociadas.

Parágrafo 2º Nenhuma das classes de Quotas a serem emitidas pelo Fundo poderá ser distribuída publicamente sem a aprovação prévia da CVM.

Artigo 65 Caso necessário, os titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, deverão aprovar a emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de forma a captar os recursos necessários: (a) à aquisição dos Direitos Creditórios e (b) ao reabastecimento da Reserva de Caixa, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Único Será dado direito de preferência aos Quotistas Subordinados Mezanino na emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de que trata este Artigo 65 deste Capítulo, observado o critério proporcional de quotas desses Quotistas.

Artigo 66 Durante o Prazo de Duração do Fundo, será admitida a detenção, por um mesmo Investidor, de todas as Quotas Subordinadas Mezanino emitidas.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

Artigo 67 Em cada Data de Cálculo, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e

- (ii) em cada Data de Cálculo, após a primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores} = (\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior} - \text{Amortização Sênior Anterior}) * \text{FatorCDI}_{\text{anterior}}$$

onde:

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior” significa o valor unitário de referência das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à referida Data de Cálculo (“Data de Cálculo Anterior”);

“Amortização Sênior Anterior” significa o montante efetivamente pago pelo Fundo na amortização de cada Quota Sênior realizada na Data de Cálculo Anterior; e

“FatorCDI_{anterior}” significa o Fator CDI correspondente ao período compreendido entre a Data de Cálculo Anterior (inclusive) e a Data de Cálculo (exclusive).

Artigo 68 Em cada Data de Cálculo posterior à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão (x) da diferença entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação pelo (y) número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo subsequente, o valor apurado de acordo com o disposto a seguir:
 - (ii.A) caso a Data de Cálculo seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será equivalente ao Valor Principal Atualizado (conforme definido abaixo); ou
 - (ii.B) caso a Data de Cálculo não seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou não seja uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo}/\text{DiasÚteisPeríodo}}$$

onde:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Atualizado} = \text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior}/252} - \text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}$$

onde:

“Valor Principal Anterior”: significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

“Variação IPCA-E”: número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{IPCA - E_{\text{atual}}}{IPCA - E_{\text{anterior}}} - 1$$

onde:

“IPCA-E_{atual}”: significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

IPCA-E_{anterior}: o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Referência.

“Prazo Anterior”: significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

“Amortização Quota Subordinada Mezanino”: é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na respectiva Data de Amortização.

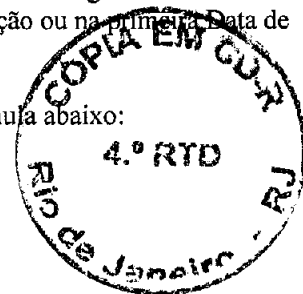
Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis Período: Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).

Proj_IPCA: significa a projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Cálculo o Proj IPCA será determinado como o Proj IPCA_{i-1} (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Artigo 69 A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Junior, o valor unitário de cada Quota Subordinada Junior, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma deste Capítulo, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Junior em Circulação na respectiva data de apuração.

Artigo 70 Os critérios de determinação do valor das Quotas, definidos nos Artigos 67, 68 e 69 deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização (no caso das duas primeiras, uma vez que não haverá amortização de Quotas Subordinadas Junior) ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.



Artigo 71 Quando da determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos deste Capítulo, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo, porém, quando da divulgação do índice devido, qualquer compensação financeira por parte do Fundo ou de seus Quotistas.

Artigo 72 Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto neste Regulamento. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado um índice substitutivo pela maioria simples dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Artigo 73 As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Artigo 74 As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 75 No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas respectivas Datas de Amortização, em Regime de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII.

Artigo 76 Não é facultado a qualquer dos Quotistas solicitar a realização de amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 77 Não há limite mínimo para amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que as Quotas Seniores terão prioridade na amortização com relação às Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 78 Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 79 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Artigo 80 Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Artigo 81 Após a amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

Artigo 82 A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora: (a) por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (b) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

Artigo 83 Qualquer amortização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas Mezanino somente poderá ser realizada nas Datas de Amortização, conforme aqui previsto.

Artigo 84 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de preferência de recursos prevista no Capítulo XVIII.

Artigo 85 As Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

Artigo 86 Observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, haverá o resgate das Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses: (a) findo o Prazo de duração do Fundo; ou (b) deliberação dos Quotistas no sentido de liquidar antecipadamente o Fundo, por qualquer motivo.

CAPÍTULO XVIII – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 87 A partir do Início das Atividades do Fundo e durante o Prazo de Duração, a Administradora se obriga, por meio de débitos e créditos a serem realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, na ordem de preferência abaixo referida, observadas as demais disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo (inclusive Encargos Legais), devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) adequação da Reserva de Caixa, a não ser que o Fundo esteja sujeito à liquidação antecipada;
- (c) no pagamento do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na Data de Referência, em moeda corrente nacional;
- (d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento, especialmente o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
- (e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (f) na amortização, total ou parcial, das quotas subordinadas mezanino emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Subordinadas Mezanino, previsto no Artigo 68 do Capítulo XVI deste Regulamento; e
- (g) no resgate de Quotas Subordinadas Junior (mesmo que o resgate das Quotas Subordinadas Junior decorra da liquidação antecipada do Fundo), observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 89 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os valores ajustados nos termos dos artigos a seguir.

Artigo 90 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 91 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora, aceitos pelo Bacen e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 92 As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 93 Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor.

Artigo 94 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 95 Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Avaliação”):

- (a) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e/ou no Termo de Cessão, conforme aplicável, e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
- (b) não cumprimento do disposto no *caput* e/ou no Parágrafo 1º do Artigo 7º do Capítulo III, a partir do Início das Atividades do Fundo;
- (c) amortização e/ou resgate de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (d) resilição do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, ou renúncia do Custodiante ou da Agência de *Rating*, conforme o caso, a qualquer tempo e por qualquer motivo, com relação à prestação dos serviços objetos do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, respectivamente, sem que tenha havido a respectiva substituição por outra instituição, nos termos do(s) referido(s) contrato(s);
- (e) renúncia da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (f) caso os Quotistas Subordinados Mezanino não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor das Quotas

Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 72 do Capítulo XVI;

- (g) não cumprimento, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de suas respectivas obrigações constantes deste Regulamento;
- (h) caso um ou mais pagamentos devidos em razão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deixe de ser efetuado e esse(s) pagamento(s) não realizado(s), individualmente ou no agregado, corresponda(m) ao equivalente à 40% (quarenta por cento) ou mais do resultado da somatória de todos os Direitos Creditórios então adquiridos pelo Fundo, com base nos respectivos Preços de Aquisição desses Direitos Creditórios cedidos (calculados conforme previsto no Capítulo XIX); e/ou
- (i) ocorrência do disposto no Parágrafo Único do Artigo 118 do Capítulo XXV

Artigo 96 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes e ao Custodiante; (b) suspender, imediatamente, a amortização e/ou resgate de Quotas; e (c) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) pela liquidação antecipada do Fundo, hipótese na qual deverão ser estabelecidos nessa Assembléia Geral os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, aplicando-se as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de Quotistas representando a maioria simples das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do *caput* deste Artigo 96, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo em virtude de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar, primeiramente e de forma compulsória, todas as Quotas Seniores, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI. Após o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar todas as Quotas Subordinadas Mezanino compulsoriamente, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 68 do Capítulo XVI. Em ambos os casos, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta Corrente do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos Creditórios, serão imediatamente destinados à Conta Corrente do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida neste Regulamento, a Administradora debitará a Conta Corrente do Fundo e procederá ao resgate antecipado, primeiramente, das Quotas Seniores em Circulação e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 3º Os procedimentos descritos no Parágrafo 2º deste Artigo somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto neste Artigo 96, caso, após o resgate integral das Quotas Seniores, não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Mezanino, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas Subordinados Mezanino, na proporção dos valores a eles devidos. O procedimento de rateio aqui descrito aplicar-se-á ao resgate das Quotas Subordinadas Junior, caso não haja recursos suficientes para o pagamento

de todos os Quotistas Subordinados Junior. Após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão, ainda, deliberar por maioria simples a não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, observado o aqui disposto e o disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º Se a Administradora deixar de convocar a Assembléia Geral, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, a omissão da Administradora será considerada, automaticamente, como um Evento de Avaliação.

Artigo 97 A maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa ("Avaliador") responsável pela preparação de um laudo de avaliação com as características mencionadas no Artigo 98 abaixo ("Laudo de Avaliação"). Caso os Quotistas presentes a essa Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos semelhantes aos Direitos Creditórios.

Artigo 98 Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhido na forma do Artigo 97 deste Capítulo. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

Artigo 99 Caso, após 12 (doze) meses da data em que foi deliberada a liquidação antecipada do Fundo, conforme aqui estabelecido, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação (conforme aplicável) um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios existentes na data de constituição do referido condomínio.

Artigo 100 Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, nos termos do Artigo 96 deste Capítulo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos respectivos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do Capítulo XVI em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Artigo 98 deste Capítulo.

Artigo 101 Além das disposições acima e observado o disposto no Capítulo XXII, (i) titulares detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) do total de Quotas em Circulação ou (ii) os Quotistas Seniores (não obstante a quantidade de Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Seniores), podem, a qualquer momento, solicitar que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, convoque Assembléia Geral para deliberação de assuntos a serem indicados por esses Quotistas, inclusive a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 106 do Capítulo XXII, observados, para fins das deliberações a serem tomadas nas respectivas Assembléias Gerais, os quoruns previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 102 Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Operação, uma remuneração mensal

equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 7.000,00 (sete mil reais); ou (b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subsequentes (a “Taxa de Administração”). A primeira parcela da Taxa de Administração será devida *pro rata* Dias Úteis dentro do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.

Parágrafo 1º Os valores em reais definidos neste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da primeira Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

Parágrafo 3º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia e os demais Encargos do Fundo.

Parágrafo 4º O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 206, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o Artigo 56, Parágrafo 2º da ICVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste dispositivo será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

Artigo 103 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria e da Agência de Rating;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo (inclusive os custos e despesas devidos ao Escritório de Advocacia), em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido (“Encargos Legais”) até o Limite Máximo de Encargos Legais;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à alienação de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;

- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta Corrente do Fundo; e
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do Artigo 31 da ICVM 356, se for o caso.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 104 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive despesas com assessores jurídicos, a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto no Artigo 105 deste Regulamento;
- (g) aprovar a alienação de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 do Capítulo V;
- (h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora para liquidação antecipada do Fundo, por conta e ordem do Fundo; e
- (i) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver.

Artigo 105 O Regulamento e os Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 106 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, mencionado no Artigo 110 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada: (a) pela Administradora; ou (b) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, devendo ser observados, porém, os quoruns de deliberação previstos neste Regulamento. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá ao Diretor Designado ou ao seu representante.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o Diretor Designado e um representante do Custodiante deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 107 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 107, não terão direito a voto nas Assembléias Gerais a Administradora e seus empregados, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 29 da ICVM 356.

Artigo 108 Ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e nas demais disposições deste Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante, conforme disposto no Artigo 30 do Capítulo IX; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.

Artigo 109 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 110 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente (o “Periódico”); e (ii) de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, conforme indicado pelos Quotistas por escrito à Administradora.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no Periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada em Assembléia Geral por Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação.

Artigo 111 A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Único Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de *Rating*, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 112 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 113 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 114 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXIV – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS

Artigo 115 Caso (a) o Fundo não tenha recursos suficientes para o pagamento dos Encargos do Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (b) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, neste último caso, já

considerada a utilização da Reserva de Caixa até o Limite dos Encargos Legais, os titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de quotas específicas objeto de nova Distribuição (definindo, inclusive, o cronograma de integralização das quotas objeto da nova Distribuição) a ser realizada por todos os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, incluindo o reabastecimento da Reserva de Caixa.

Artigo 116 Todos os custos e despesas para efetivação das disposições constantes deste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento desses custos e despesas.

Artigo 117 Os pagamento relativos à integralização das quotas objeto da nova Distribuição, conforme previsto no Artigo 115 acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXV – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 118 A Agência de *Rating* será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede, na página na rede mundial de computadores e nas agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constituirá um fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas, sendo que a diminuição na classificação de risco das Quotas caracterizará um Evento de Avaliação, nos termos do Artigo 95 do Capítulo XX.

CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 119 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 120 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 121 O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Artigo 122 As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo, para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação por parte do Fundo.

Artigo 123 Considerar-se-á o Fundo liquidado, e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo e o resgate da totalidade das Quotas.

Artigo 124 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

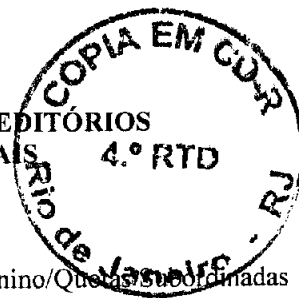


ANEXO I – MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

CNPJ/MF nº 10.436.207/0001-67



A [primeira] distribuição pública das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior] do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (a “Oferta” e o “Fundo”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 768546, conforme aditado, em 04 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770995, e em 13 de março de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº [--] (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

- (a) Quantidade de [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior]: [-];
- (b) Valor Nominal Unitário das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior] na Data de Emissão: [-];
- (c) Valor Total da Oferta: [-];
- (d) Data de Emissão: é a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
- (e) Datas de Amortização das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino]: [-];
- (f) Data de Resgate das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior]: quando findo o Prazo de Duração do Fundo;
- (g) [Meta de Rentabilidade aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino: fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [-] de [-] de [-].

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS
Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,
na qualidade de administradora do Fundo

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO II – MODELO DE TERMO DE ADESÃO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Termo de Adesão ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, na qualidade de investidor do DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS (o “Fundo”), administrado pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, (a “Administradora”), declara:

I. Ter recebido cópia do regulamento do Fundo (o “Regulamento”), bem como conhecer e aceitar como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Ser investidor qualificado, nos termos da Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (a, “CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004 (conforme alterada). Nesse sentido, compromete-se a comunicar à Administradora, imediatamente, qualquer alteração em sua condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do Fundo.

III. Estar de acordo e ciente:

(a) dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira de investimento do Fundo, bem como da taxa de administração devida à Administradora;

(b) do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos III e XI (“Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

(c) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;

(d) o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;

(e) a Administradora, no exercício de suas atividades tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;

(f) de que a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsáveis por eventuais perdas que o Fundo venha a sofrer em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão.

(g) de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos;

(e) [de que poderá ser chamado a aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Capítulo XXIV

do Regulamento] [A SER UTILIZADO APENAS PARA OS TITULARES DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO];

REDAÇÃO DE QUOTAS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

(h) de que terá que integralizar as quotas do Fundo subscritas por meio do respectivo boletim de subscrição, de acordo com o Regulamento do Fundo;

(i) de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;

(j) de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Folha Mercantil"; e

(k) os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Termo de Adesão (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

IV. Responsabilizar-se pela veracidade das suas declarações aqui prestadas, bem como ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, imprecisão dessas informações.

Por fim, informa que as comunicações enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas ao(s) seguinte(s) e-mail(s): [--], aos cuidados de [nomes completos].

(Local e data)

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INVESTIDOR]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO III – LISTA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE PARECER

AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE DECISÕES JUDICIAIS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

(A) Documentos Referentes ao Processo

- (a) Cópia integral dos autos do processo que deu origem ao crédito, inclusive do processo de execução.
- (b) Cópia integral de todos os atos processuais referentes à ação rescisória, se houver.
- (c) Cópia do Ofício Requisitório de Pagamento.
- (d) Cópia de quaisquer contratos ou outros instrumentos firmados entre o Cedente e quaisquer advogados para a prestação de serviços em relação à ação.



(B) Documentos Referentes ao Cedente

I. Documentos Societários e Demonstrações Financeiras

- (a) Estatuto Social ou Contrato Social atualizado.
- (b) Cópia de todos os atos societários, procurações e outros instrumentos que nomeiem representantes do Cedente.
- (c) Acordo de Acionistas ou Quotistas, se houver.
- (d) Organograma societário atualizado.
- (e) Demonstrações Financeiras da Cedente dos 3 últimos exercícios.

II. Assuntos Contratuais

- (a) Relatório relativo a todos os contratos que representem obrigação financeira perante terceiros (com base em tal relatório poderão ser solicitadas cópias de documentos relevantes).
- (b) Cópia de qualquer contrato que contenha previsão que limite de qualquer forma a capacidade do Cedente de alienar ou onerar bens ou direitos.

III. Certidões

Certidões obtidas nas comarcas dos imóveis, sede e filiais da Cedente e na Capital do Estado relativamente ao endereço de cada estabelecimento, conforme o caso:

- (a) Certidões dos Cartórios de Protestos (5 anos);
- (b) Certidões quanto à existência de Dívida Ativa da União inscrita (5 anos);
- (c) Certidões atualizadas de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (CQTF) (5 anos);
- (d) Certidões negativa de tributos federais, estaduais, municipais;
- (e) Certidão negativa de débitos para com a Secretaria da Fazenda Estadual (5 anos) onde a cedente possuir sede e filiais;
- (f) Certidão atualizada de regularidade para com o FGTS;
- (g) Certidão atualizada de regularidade para com a Seguridade Social (incluindo o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS);
- (h) Certidão atualizada de regularidade para com a Dívida Ativa da União;
- (i) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Estadual;
- (j) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Federal;
- (k) Certidão de Distribuição da Justiça do Trabalho;
- (l) Certidões de Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (m) Esclarecimentos sobre as ocorrências eventualmente apontadas pelos documentos acima.”



Cláusula 3. Demais Disposições. Todas as demais disposições do Regulamento que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento, são neste ato ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2009.

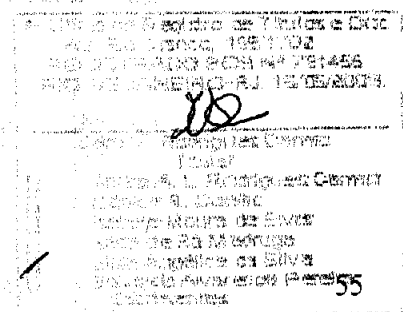
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Aveibado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 776624 do Livro B-100
O QUE CERTIFICO. RJ. 15 MAI 2009

4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ
Elisa Angélica da Silva
Escritorante Autorizada



**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS
CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

entre

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO,
na qualidade de Cedente,

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS,**
na qualidade de Cessionário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
na qualidade de Administradora,

e, como interveniente anuente

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO,
na qualidade de Custodiante

Data
05 de dezembro de 2008



Handwritten initials in blue ink.

Handwritten initials in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS
CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular:

(a) **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, neste ato representada na forma de seu estatuto social (o “Cedente”);

(b) **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.436.207/0001-67, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.907, na ICVM 356 e na ICVM 444 (o “Cessionário”), neste ato representado por sua administradora **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a “Administradora”);

e, como interveniente anuente,

(c) **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, acima qualificado, na qualidade de custodiante (o “Custodiante”);

(o Cedente, o Cessionário e a Administradora doravante denominados, conjuntamente, “Partes” e, individualmente, “Parte”).

CONSIDERANDO QUE:

1. O objetivo do Cessionário é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aquisição de Direitos Creditórios de titularidade do Cedente e de Ativos Financeiros, observados os termos e as condições deste Contrato e do Regulamento (conforme abaixo definido);
2. O Cedente é legítimo e único credor dos Direitos Creditórios;
3. O Cedente pretende ceder e transferir, e o Cessionário, por meio da Administradora, pretende adquirir, mediante cessão, os Direitos Creditórios, na forma e nas condições estabelecidas neste Contrato e observado o disposto nos artigos 286 e seguintes do Código Civil brasileiro; e
4. As disposições estabelecidas no presente Contrato se encontram em consonância com o regulamento do Cessionário, registrado em 24 de outubro de 2008, sob o nº 768546, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, conforme alterado por meio do “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 04 de dezembro de 2008 sob o nº 770875, e do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 05 de dezembro de 2008 sob o nº 770995, ambos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”), sendo que as Partes declaram ter pleno conhecimento do seu teor.



Handwritten initials 'W' and 'no'.

Handwritten signature 'D'.

Handwritten signature 'A'.

Handwritten signature 'J' and 'A'.

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o "Contrato"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste Contrato e seus Anexos, os termos e as expressões abaixo terão os seguintes significados (aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural), exceto se escritos apenas em letras minúsculas:

- (a) "Administradora": possui a definição indicada no preâmbulo deste Contrato;
- (b) "Afilhada(s)": é(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
- (c) "Agente": qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
- (d) "Anexos": são todos os anexos deste Contrato, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Contrato;
- (e) "Ativos Financeiros": são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima;
- (f) "Cedente": possui a definição indicada no preâmbulo deste Contrato;
- (g) "Cessionário": possui a definição indicada no preâmbulo deste Contrato;
- (h) "Circulação": é o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento;
- (i) "CMN": é o Conselho Monetário Nacional;
- (j) "CNPJ": é o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- (k) "Condição da Cessão": condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no item 3.1 da Cláusula Terceira deste Contrato;
- (l) "Conta Corrente do Fundo": é a conta-corrente a ser aberta e mantida na agência no Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, sob a titularidade do Cessionário, cujo número será informado por escrito pela Administradora ao Cedente em até 2 (dois) Dias Úteis antes da data prevista para ocorrência do primeiro depósito ou retirada de valores dessa conta;
- (m) "Conta Judicial": é cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional;



W. M.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- (n) "Contrato de Colocação": significa o "Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Cessionário, e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de coordenador da primeira distribuição de Quotas Subordinadas Mezanino;
- (o) "Crítérios de Elegibilidade": são os critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Cessionário, definidos no item 3.1. da Cláusula Terceira deste Contrato;
- (p) "Custodiante": possui a definição indicada no preâmbulo deste Contrato;
- (q) "CVM": é a Comissão de Valores Mobiliários;
- (r) "Data de Aquisição": é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos deste Contrato e dos respectivos Termos de Cessão;
- (s) "Data de Referência": significa (i) a primeira Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino ou (ii) o dia 31 de dezembro de 2008, o que ocorrer primeiro;
- (t) "Dia Útil": significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, ou feriados de âmbito nacional;
- (u) "Direitos Creditórios": possui a definição indicada no item 2.1 da Cláusula Segunda deste Contrato;
- (v) "Direitos Creditórios Elegíveis": são todos os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, definido no Capítulo IV do Regulamento;
- (w) "Distribuição": é a distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos do Regulamento e da regulamentação aplicável;
- (x) "Documentos Comprobatórios": são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Cessionário, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais;
- (y) "Documentos da Operação": são, conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) este Contrato; (iii) os Termos de Cessão; (iv) o Contrato de Colocação; (v) o Contrato de Custódia; e (vi) o Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco firmado com a Agência de Rating;
- (z) "Emenda Constitucional nº 30": é a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;
- (aa) "Fator CDP": significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

(CDI Extra-Grupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas;

- (bb) "Fazenda Nacional": significa a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios;
- (v) "ICVM 356": é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;
- (w) "ICVM 444": é a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;
- (x) "IPCA-E": é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- (y) "Meta de Rentabilidade": possui a definição indicada no item 5.2 da Cláusula Quinta do presente Contrato;
- (z) "Montante de Aquisição Indicativo": possui a definição indicada no item 5.2 da Cláusula Quinta do presente Contrato;
- (aa) "Número Índice do IPCA-E": significa o número índice com base 100 fixado a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE;
- (bb) "Oferta": significa a primeira distribuição pública de Quotas Subordinadas Mezanino;
- (cc) "Ofícios Requisitórios de Pagamento": qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios;
- (dd) "Período de Aquisição": é o intervalo entre a Data de Emissão e o 15º dia posterior à Data de Emissão;
- (ee) "Pessoas": são as pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
- (ff) "Precatórios": são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;
- (gg) "Preço de Aquisição": possui a definição indicada no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Contrato;
- (hh) "Programa de Securitização": são mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Cessionário adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and several other stylized marks.

- (ii) "Prospectos": significa o prospecto preliminar e o prospecto definitivo referente à Oferta;
- (jj) "Quotas": são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente;
- (kk) "Quotas Seniores", "Quotas Subordinadas Mezanino" e "Quotas Subordinadas Junior": são as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo, conforme o caso;
- (ll) "Quotas Subordinadas": são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, quando mencionadas conjuntamente;
- (mm) "Quotistas", "Quotistas Seniores", "Quotistas Subordinados Mezanino" e "Quotistas Subordinados Junior": são os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso;
- (nn) "Regulamento": possui a definição indicada no preâmbulo deste Contrato;
- (oo) "Resolução CMN nº 2.907": é a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada;
- (pp) "Sobretaxa": possui a definição indicada no item 5.2 da Cláusula Quinta do presente Contrato;
- (qq) "Taxa de Desconto": é a taxa a ser utilizada para fins de cálculo do desconto empregado para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, que é equivalente à Meta de Rentabilidade acrescida da Sobretaxa, conforme indicada no item 5.2 da Cláusula Quinta do presente Contrato; e
- (rr) "União": é a União Federal.

1.2. Os termos iniciados com letras maiúsculas e não expressamente definidos neste Contrato têm os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1. O Cedente detém ou deterá, contra a União, direitos de crédito vinculados a Precatórios já expedidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujos pagamentos poderão ou não ser realizados no amparo do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30 (os "Direitos Creditórios").

2.2. O Cedente compromete-se, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder e transferir Direitos Creditórios de sua titularidade, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, ao Cessionário, que, por sua vez, concorda em adquirir do Cedente, em caráter irrevogável e irretratável, referidos Direitos Creditórios, de acordo com os termos e as condições estabelecidos neste Contrato e no Regulamento. A cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Cessionário poderá ser total ou parcial, observado o que vier a ser pactuado no Termo de Cessão.

2.3. De acordo com o artigo 287 do Código Civil, cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo deverá compreender não apenas o direito do Fundo de receber o valor dos Direitos Creditórios, mas



5

também os direitos acessórios deles decorrentes, incluindo, mas não limitado a, quaisquer direitos reais e pessoais de garantia, correção monetária e juros, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionadas, bem como todos e quaisquer direitos derivados dos Direitos Creditórios, podendo o Fundo praticar todos os atos necessários e adequados para a defesa de seus interesses, podendo, inclusive, requerer o desmembramento do referido Precatório. Fica desde já estabelecido entre as Partes que a cessão pode não abranger direitos a precatórios complementares decorrentes das respectivas ações judiciais que deram origem ao respectivo Precatório.

2.4. A cessão definitiva dos Direitos Creditórios será efetuada de forma irrevogável e irretroatável, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, mediante o pagamento do Preço de Aquisição, conforme definido no presente Contrato.

2.5. O Cedente não responde pela solvência da União e pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Cessionário nos termos deste Contrato. O Cedente somente responde pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios que ceder ao Cessionário, na data da cessão, nos termos dos artigos 295 e 296 do Código Civil brasileiro.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

3.1. O Fundo poderá adquirir, total ou parcialmente, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, conforme descritos a seguir:

- (a) Condição da Cessão: o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (i.e., União) em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e
- (b) Critérios de Elegibilidade: (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

3.2. Caberá ao Custodiante a verificação quanto ao cumprimento, pelos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Cessionário, nos termos deste Contrato, aos Critérios de Elegibilidade.

3.3. Caberá ao Cedente, mediante confirmação da Administradora, a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Cessionário, nos termos deste Contrato, à Condição da Cessão.

CLÁUSULA QUARTA – FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

4.1. A cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio da celebração de Termo de Cessão específico, lavrado por instrumento público, preparado substancialmente na forma do Anexo I (o “Termo de Cessão”). Serão identificados no Termo de Cessão os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos, se a cessão será total ou parcial, bem como o Preço de Aquisição e a Data de Aquisição.



6

4.2. A cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Cessionário será considerada perfeita e acabada somente após a lavratura, por instrumento público, do Termo de Cessão, observado o disposto nas Cláusulas Quinta e Sexta deste Contrato.

4.3. A cessão dos Direitos Creditórios e o pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios estarão sujeitos à efetiva subscrição e integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, de emissão do Cessionário, nos termos do Regulamento e do Contrato de Colocação, em montante suficiente ao pagamento integral do Preço de Aquisição.

4.4. A cessão formalizada na forma desta Cláusula, transferirá ao Cessionário, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente e de suas Afiliadas, a plena titularidade dos Direitos Creditórios e de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados.

4.5. A transferência mencionada no item 4.4 acima e o pagamento do Preço de Aquisição ocorrerão conforme determinado no respectivo Termo de Cessão.

4.6. Efetuado o pagamento do Preço de Aquisição, o Cedente outorgará ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DE AQUISIÇÃO

5.1. Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, será pago pelo Cessionário ao Cedente, em cada Data de Aquisição, à vista, em moeda corrente nacional e/ou por meio do lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização pelo Cedente, o correspondente preço de aquisição definido no Termo de Cessão (o “Preço de Aquisição”), observado o item 5.2 da presente Cláusula.

5.2. O Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI},$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela “i” do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela “i” é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior (“Data Projetada do



7

Pagamento,"); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = (1 + Taxa de Desconto)^{\frac{DU_i}{252}}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Montante de Aquisição Indicativo = \sum *Valores Descontados Indicativos*, onde:

Valores Descontados Indicativos = valor descontado do "j"-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_{indicativo,i}\}$, onde:

FD indicativo = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao "j"-ésimo fluxo de caixa FC_i , calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento, do ano em que o FC_i é apurado, utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_{indicativo,i} = (1 + Meta_de_Rentabilidade)^{\frac{DU_i}{252}}$$

FatorCDI_i = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Referência (inclusive) e termina na data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na Data de Aquisição.



Handwritten initials 'W' and 'W'.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

5.3. O Preço de Aquisição deverá ser pago sem qualquer dedução, retenção, desconto ou compensação de qualquer natureza, devendo o Cedente arcar com todos os tributos incidentes em decorrência da cessão dos Direitos Creditórios. As obrigações tributárias geradas ao Cedente, portanto, serão cumpridas exclusivamente por este.

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Todos os pagamentos, em moeda corrente nacional, a serem efetuados pelo Cedente ao Cessionário, em razão das obrigações previstas neste Contrato e no Regulamento, deverão ser feitos por meio de créditos na Conta Corrente do Fundo, valendo o comprovante de depósito na Conta Corrente do Fundo como prova de pagamento e recibo de quitação.

6.2. Todos os pagamentos, em moeda corrente nacional, a serem efetuados pelo Cessionário ao Cedente, em razão das obrigações previstas neste Contrato e no Regulamento, deverão ser feitos por meio de débitos na Conta Corrente do Fundo, valendo o comprovante de débito na Conta Corrente do Fundo como prova de pagamento e recibo de quitação, sendo que o Custodiante realizará quaisquer débitos na Conta Corrente do Fundo mediante instruções da Administradora, na qualidade de representante do Fundo. Para fins do disposto neste item 6.2, o Fundo desde já expressamente autoriza o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira na qual a Conta Corrente do Fundo será mantida, a realizar quaisquer débitos necessários na Conta Corrente do Fundo, conforme as instruções da Administradora.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGISTRO DO CONTRATO E DO TERMO DE CESSÃO

7.1. O presente Contrato e seus aditamentos serão levados a registro pela Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, em cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cessionário e do Cedente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contado de sua respectiva assinatura, em conformidade com o estabelecido nos artigos 221 do Código Civil brasileiro e artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

7.2. Cada Termo de Cessão será necessariamente lavrado por instrumento público perante o 18º (décimo oitavo) Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

7.3. Os emolumentos, as taxas, e todos os demais custos relacionados à lavratura de escrituras e registro de contratos, serão suportados pelo Cedente, mediante apresentação de cópia do comprovante das despesas e/ou solicitação de reembolso por parte da Administradora.

CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÕES DAS PARTES

8.1. O Cedente, devidamente autorizado na forma de seu estatuto social, declara e assegura ao Cessionário, à Administradora e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição, que:

(a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;

(b) a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão, a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios, estão de



acordo com seu estatuto social e foram devidamente autorizados por seus órgãos deliberativos e executivos;

(c) as Pessoas que assinam este Contrato e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em nome do Cedente, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar, de maneira adversa, sua solvência, desde a data de preparação de suas últimas informações financeiras entregues à Administradora;

(e) não há quaisquer títulos de emissão do Cedente ou sacados contra ele que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou suspensão do protesto;

(f) não é devedor da Fazenda Pública, municipal, estadual ou federal, por créditos tributários ou previdenciários inscritos em dívida ativa, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(g) a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais o Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas; (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (iii) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete o Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas;

(h) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Cessionário, de todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a ele cedidos, nos termos deste Contrato;

(i) todas as aprovações societárias e regulamentares que sejam consideradas necessárias à celebração, validade, eficácia e exigibilidade dos Documentos da Operação foram obtidos em forma e substância satisfatória à Administradora;

(j) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do Cedente foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis e societários estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados;

(k) não é de seu conhecimento qualquer pedido de falência, reorganização judicial ou reorganização extrajudicial, ajuizado contra si ou qualquer ação ou procedimento que possa resultar em sua intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial ou evento equivalente, nem tampouco requisitou voluntariamente sua falência, reorganização judicial ou reorganização extrajudicial;

(l) não tem conhecimento, até a presente data, de qualquer ato ou fato que possa



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

implicar na nulidade das ações judiciais que originaram os Precatórios, ou da cessão dos Direitos Creditórios a ser efetuada nos termos do presente Contrato e dos Termos de Cessão, ou que afete a existência dos Direitos Creditórios cedidos ao Cessionário;

(m) os Prospectos contêm informações relevantes em relação ao Cedente no contexto da Oferta, sendo essas informações verdadeiras e precisas;

(n) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão satisfazem integralmente a Condição da Cessão; e

(o) os Direitos Creditórios cedidos nos termos deste Contrato e do Termo de Cessão não foram e não serão objeto de qualquer outra alienação, cessão ou transferência, compromisso de alienação e/ou de oneração, não havendo qualquer direito de terceiros contra o Cedente que possa dar lugar à arguição de compensação ou outra forma de extinção ou redução dos Direitos Creditórios.

8.2. A Administradora, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Cedente e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato em cada na Data de Aquisição que:

(a) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Resolução CMN nº 2.907, da ICVM 356 e da ICVM 444, estando em situação regular perante a CVM;

(b) a Administradora é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;

(c) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;

(d) as Pessoas que assinam este Contrato e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em nome da Administradora, ou, conforme o caso, por conta e ordem do Cessionário, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos aqui definidos;

(e) a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas, (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (iii) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas; e

(f) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços para os quais foi contratada, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais Documentos da Operação e da legislação aplicável.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'W.', 'D', and a large signature on the right.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS PARTES

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, o Cedente obriga-se, conforme aplicável, expressamente a:

(a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula Oitava, mantendo a Administradora imediatamente informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou a incorreção da declaração;

(b) efetuar, de acordo com as regras contábeis e a legislação aplicável, os respectivos lançamentos contábeis necessários ao registro da cessão dos Direitos Creditórios ao Cessionário;

(c) caso, porventura, venha a receber diretamente da União quaisquer valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Cessionário, fazê-lo para os fins dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, na qualidade de depositário, desde já se comprometendo a comunicar o fato imediatamente à Administradora e a transferir tais verbas ao Cessionário, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contado de seu recebimento, sem qualquer dedução, retenção ou desconto;

(d) não praticar qualquer ato que possa: (i) impedir ou dificultar o pagamento pela União dos Direitos Creditórios cedidos ao Cessionário; e/ou (ii) limitar o exercício, pelo Cessionário, de qualquer direito, prerrogativa e garantia vinculados aos Direitos Creditórios por este adquirido;

(e) praticar todos os atos que lhes sejam possíveis e cabíveis a fim de evitar que a União pratique atos que possam acarretar o não pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Cessionário;

(f) indenizar o Cessionário por qualquer dano ou prejuízo por este sofrido em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações de que tratam esta Cláusula e as constantes da Cláusula Oitava deste Contrato;

(g) comunicar imediatamente à Administradora o descumprimento de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais Documentos da Operação;

(h) praticar, tempestivamente, todo e qualquer ato que lhe venha a ser solicitado, de forma razoável, pelo Cessionário, por intermédio da Administradora, e que seja necessário ao exercício e à manutenção dos direitos, garantias e prerrogativas do Cessionário decorrentes da cessão ora avençada;

(i) fornecer à Administradora, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações solicitados por esta, todos os documentos e informações listados no Anexo III do Regulamento, os quais serão encaminhados ao advogado responsável pela emissão dos pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Cessionário;

(j) imediatamente notificar a Administradora, por escrito e nos termos previstos neste Contrato, acerca de qualquer intimação, notificação ou comunicação recebida pelo Cedente em conexão com qualquer Direito Creditório cedido ao Cessionário, sendo que caso alguma medida tenha que vir a ser adotada pelo Cedente em decorrência dessa intimação, notificação ou comunicação, os custos dessa medida serão arcados pelo Cessionário, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento; e

(k) imediatamente notificar a Administradora, por escrito e nos termos previstos neste



Handwritten signatures in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Contrato, acerca de qualquer pedido de falência, intervenção, recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer procedimento similar envolvendo o Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas.

9.1.1. Na hipótese da alínea "c" do item 9.1 da presente Cláusula, o Cessionário fica obrigado a recolher todos os tributos incidentes nas devidas datas de vencimento, após o que deverá apresentar cópia ao Cedente dos respectivos recolhimentos.

9.2. As obrigações previstas nas alíneas "a" e "c" do item 9.1 da presente Cláusula aplicam-se, igualmente, ao Cessionário. Além disso, o Cedente compromete-se, ainda, a não ceder os Direitos Creditórios ao Cessionário (e imediatamente informar ao Cessionário a respeito) se tal fato:

- (a) caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil brasileiro;
- (b) for passível de revogação, nos termos dos artigos 129 e seguintes da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005;
- (c) caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil brasileiro; ou
- (d) caracterizar a hipótese do artigo 185, *caput*, do Código Tributário Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA NOTIFICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE E À UNIÃO

10.1. Além das obrigações constantes da Cláusula Nona acima, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da lavratura de cada Termo de Cessão, o Cedente e o Cessionário comprometem-se a informar, em petição conjunta nos moldes do Anexo II deste Contrato, ao competente juízo da execução, a cessão ocorrida, bem como requerer a intimação da União acerca da cessão, e o pedido de substituição processual do Cedente pelo Cessionário, com a nova identificação do credor junto ao Tribunal Regional Federal competente e/ou junto ao SIAFI, para controle dos pagamentos que serão efetuados, ou ainda alternativamente a inclusão do Cessionário no pólo ativo das ações judiciais que deram origem aos Precatórios, em substituição ao Cedente.

10.2. A fim de obter a substituição do Cedente pelo Cessionário nos referidos Offícios Requisitórios de Pagamento junto aos órgãos de controle do Tribunal Regional Federal competente ou junto ao SIAFI, e/ou nas respectivas ações judiciais que originaram os respectivos créditos, bem como tomar todas as providências necessárias para a defesa dos interesses do Cessionário relacionados ao respectivo Precatório e assegurar ao Cessionário o recebimento integral dos créditos cedidos, o Cedente obriga-se a:

- (a) em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da presente data, firmar, por instrumento público, em caráter irrevogável e irretroatável, a procuração cujo modelo é parte integrante deste Contrato como Anexo III; e
- (b) não praticar qualquer ato que afete de maneira adversa a substituição do Cedente na qualidade de beneficiário nos Offícios Requisitórios de Pagamento ou a inclusão do Cessionário no pólo ativo das ações judiciais que lhes deram origem, inclusive, sem limitação, o não fornecimento de quaisquer documentos que venham a ser exigidos para que possam ser feitos os levantamentos das quantias depositadas pela União em pagamento dos Precatórios cedidos, sob pena de aplicação de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do débito que deixar de ser levantado pelo Cessionário no prazo previsto, por falta de apresentação do referido documento.



W.

W.

W.

W.

10.3. Caso alguma medida tenha que vir a ser adotada pelo Cedente em decorrência do disposto nesta Cláusula Décima, os custos dessa medida serão arcados pelo Cedente, observado, ainda, o disposto no Capítulo XXI do Regulamento (conforme aplicável).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora de tal Parte, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; (b) correção monetária, com base na variação do IPCA-E ou, na sua falta, o índice que vier a substituí-lo, calculada *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; e (c) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

11.2. A multa a que se refere a alínea “c” do item 11.1 da presente Cláusula deverá ser paga no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento, pela Parte inadimplente, de comunicação a respeito do descumprimento da respectiva obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TUTELA ESPECÍFICA

12.1. As obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da respectiva comunicação enviada pela Parte prejudicada, à qual será facultada ainda a adoção das medidas judiciais necessárias: (a) à tutela específica; ou (b) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil brasileiro.

12.2. Caso qualquer das Partes descumpra qualquer de suas obrigações previstas neste Contrato e, comunicadas para sanar tal inadimplemento, deixem de fazê-lo no prazo constante da referida notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil brasileiro, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira acima ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil brasileiro.

12.3. Para os fins do disposto nesta Cláusula, as Partes expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da comunicação aqui mencionada, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, constituirá documentação suficiente para instruir pedido de tutela específica.

12.4. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas pelas Partes neste Contrato, as Partes reconhecem, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano iminente para a Parte inocente na hipótese do descumprimento, por qualquer das Partes, de suas respectivas obrigações avençadas neste Contrato.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DEPÓSITO DE DOCUMENTOS

13.1. Sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante com relação à custódia e guarda física dos Documentos Comprobatórios e demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis, conforme previsto na alínea (d) do artigo 28 do Regulamento, o Custodiante, neste ato e por este instrumento, contrata o Cedente para efetuar a guarda física dos Documentos Comprobatórios, que assume, neste ato e por este instrumento, a condição de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis, conforme previsto na alínea (d) do artigo 28 do Regulamento, para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro.

13.2. O Cedente providenciará, às suas expensas, a aquisição e manutenção de todos os meios físicos necessários à guarda, preservação e organização dos Documentos Comprobatórios, nos termos deste Contrato, do Regulamento e da regulamentação aplicável.

13.3. O Custodiante, a Administradora ou terceiros por eles contratados, e expressamente indicados por escrito para tanto, terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios, podendo, a qualquer tempo, mas desde que nos horários normais de funcionamento do Cedente, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios com o objetivo de verificar o cumprimento, pelo Cedente, de suas respectivas obrigações, nos termos deste Contrato, ficando, desde já, certo e ajustado, que a eventual verificação ora mencionada, não eximirá, de forma alguma, o Custodiante e o Cedente de quaisquer de suas atribuições no pleno exercício regular de suas obrigações.

13.4. A perda, o extravio, a inexistência ou a indisponibilidade, por qualquer motivo, dos Documentos Comprobatórios, deverá ser imediatamente comunicada ao Custodiante, responsabilizando-se o Cedente por indenizar o Custodiante e o Fundo por quaisquer perdas, danos, multas ou prejuízos a que comprovadamente der causa, respondendo, ainda, o Cedente pela integral liquidação dos valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo relativos a tais Documentos Comprobatórios perdidos, extraviados, inexistentes ou indisponíveis.

13.5. A indisponibilidade temporária de quaisquer dos Documentos Comprobatórios, decorrente de seu trânsito, não ensejará para o Cedente a responsabilidade referida no item 13.4 acima, desde que, cumulativamente, o Cedente: (a) apresente, por escrito, justificativa ao Custodiante, com cópia para a Administradora, sobre a impossibilidade de disponibilização de quaisquer dos Documentos Comprobatórios; e (b) providencie a disponibilização dos Documentos Comprobatórios ao Custodiante e/ou à Administradora ou terceiros por eles contratados, no prazo máximo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da solicitação dos Documentos Comprobatórios pelo Custodiante e/ou pela Administradora e/ou por terceiros por eles contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – COMUNICAÇÕES

14.1 Todas as comunicações entre as Partes, inclusive com relação a consentimentos e solicitações, deverão ser sempre feitas por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de informações em formato magnético ou digital e deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Handwritten initials 'W.' and 'no' in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

- (i) Se para o Cedente:

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar
São Paulo, SP
At.: Marcelo Coelho Ferraz
Telefone: (55 11) 2113-5698
Fax: (55 11) 2113-5110
E-mail: marcelo.ferraz@db.com

- (ii) Se para o Cessionário e/ou a Administradora:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205
Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ
At.: José Alexandre Costa de Freitas
Telefone: (55 21) 2493-7003
Fax: (55 21) 2943-4746
E-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

- (iii) Se para o Custodiante:

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. Renato Cury
Telefone: (55 11) 2113-5819
Fax: 55 11) 2113-5312
E-mail: clientservices.sao@list.db.com

14.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Cessionário, nos termos deste Contrato, devem ser encaminhadas à Administradora que é a responsável pela representação legal do Cessionário, ressaltando-se, ainda, que tais comunicações devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Cessionário.

14.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via *fac-símile* (*answer back*), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via *fac-símile* ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que dele constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

14.4 As comunicações ou notificações entre as Partes remetidas nos termos desta Cláusula serão tidas como entregues: (a) no momento de sua entrega, se entregues pessoalmente; (b) no momento em que forem recebidas, se postadas, conforme especificado no recibo de devolução, nos casos de carta registrada ou com aviso de recebimento; ou (c) 2 (dois) Dias Úteis após a devida entrega pelo serviço de *courier*, se remetidas por serviço de *courier* expresso.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and a signature that appears to be 'G'.

Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A'.

14.5. Qualquer das Partes poderá alterar o endereço para o qual as comunicações devem ser remetidas por meio de comunicação por escrito às outras Partes em conformidade com o aqui disposto, sendo certo, contudo, que em relação a essa disposição a comunicação só será tida como entregue quando seu recebimento for acusado por cada uma das outras Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 O presente Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e enquanto existirem Quotas em Circulação.

15.2 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado por todas as Partes.

15.3 Exceto pelas relações obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre as Partes.

15.4 O presente Contrato tem caráter irrevogável e irretratável, beneficiando e obrigando as Partes contratantes, seus eventuais sucessores ou cessionários a qualquer título.

15.5 Em caso de dúvida ou discrepância entre o Contrato e quaisquer de seus Anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato. Não obstante, no caso de conflito entre as disposições do presente Contrato e as disposições dos Termos de Cessão assinado pelas Partes, o disposto nos Termos de Cessão deverá prevalecer.

15.6 Nenhuma tolerância ou renúncia das Partes em relação a qualquer termo ou disposição do presente Contrato ou a qualquer inadimplemento de obrigação ora estabelecida configurará, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, nem afetará os direitos subsequentes das Partes no sentido de exigir o cumprimento de tal termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou tomar qualquer medida em caso de outros inadimplementos, sejam similares ou não.

15.7 Caso qualquer das disposições do presente Contrato seja tida como nula, ilegal, inválida ou ineficaz, nenhuma outra disposição do presente Contrato será afetada e, assim sendo, as disposições remanescentes do presente Contrato permanecerão em pleno vigor como se tal disposição nula, ilegal, inválida ou ineficaz não fizesse parte deste Contrato.

15.8 O presente Contrato contém o acordo e entendimentos integrais relativos ao objeto ora contemplado entre as Partes e, especificadamente, prevalece sobre quaisquer entendimentos prévios mantidos pelas Partes em relação ao objeto do presente Contrato.

15.9 Todas as disposições contidas no presente Contrato que impliquem qualquer obrigação de dar, fazer ou não fazer a serem realizadas pelo Cessionário ou pelo Cedente deverão ser interpretadas, salvo referência expressa em contrário neste Contrato, como de única e exclusiva responsabilidade do Cessionário ou do Cedente, conforme aplicável.

15.10 O Cedente não poderá, sem a autorização prévia, expressa e por escrito do Cessionário, ceder ou transferir qualquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes do presente Contrato ou sua posição jurídica nele ocupada. O Cessionário poderá ceder ou transferir quaisquer dos seus direitos ou obrigações ou posição jurídica ocupada nos termos deste Contrato a terceiro(s), sendo que tal cessão e transferência somente poderá ocorrer após a quitação dos valores devidos ao Cedente em decorrência da cessão pactuada e observado que o Cessionário continuará responsável, juntamente



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

com o(s) respectivo(s) terceiro(s), pelo cumprimento de suas respectivas obrigações constantes deste Contrato.

15.11 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil brasileiro.

15.12 As Partes concordam em tomar ou fazer com que sejam tomadas as medidas e ações razoavelmente necessárias ou recomendáveis segundo a legislação aplicável visando a consumação e a efetivação do disposto no presente Contrato.

15.13 O presente Contrato é celebrado na mais absoluta boa-fé das Partes, considerando a legislação vigente e a sistemática atual para pagamento de Precatórios.

15.14 A Administradora deverá notificar previamente ao Custodiante sobre a celebração dos Termos de Cessão.

15.15 O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

15.16 Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem juntos e contratados, as Partes assinam o presente Contrato em 5 (cinco) vias, cada qual com o mesmo teor e forma para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2008.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W.' and several other marks.


Página de assinaturas do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, firmado em 05 de dezembro de 2008.

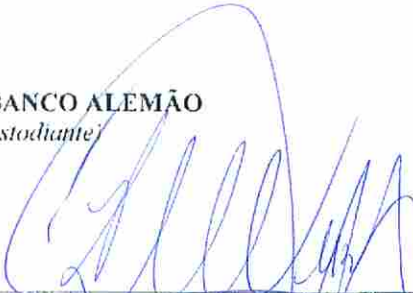
DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO
(na qualidade de Cedente)

Por: 
Cargo: **Luis Flávio Mendes**
CPF: 014.669.357-40

Por: 
Cargo: **Marcelo Ferraz**

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO
(na qualidade de Custodiante)

Por: 
Cargo: **Valquiria Batagioti Matsui**
Domestic Custody Services

Por: 
Cargo: **REGINALDO OLIVEIRA**
VICE PRESIDENT



Continuação da página de assinaturas do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, firmado em 05 de dezembro de 2008.

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

Jose Alexandre Costa de Freitas *(na qualidade de Cessionário)*
Diretor

Representado por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na
qualidade de Administradora do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Não-Padronizados de Precatórios Federais

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(na qualidade de Administradora)

Silvia Cristina de Oliveira
Procuradora

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFRJ
CPF: 095.449.027-40

Nome:
CPF:

Renato Cury
RG 24.779.681-5
CPF 247.162.678-57



ANEXO I

MODELO DE TERMO DE CESSÃO

Por meio deste Termo de Cessão ("Termo de Cessão") toma-se conhecimento que aos [--] dias do mês de [-] de [-], nesta cidade e Capital do Estado [-], perante mim, Escrevente, compareceram as partes entre si justas e convencionadas a saber: de um lado, como OUTORGANTE CEDENTE, doravante denominada simplesmente "CEDENTE": DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.331.228/0001-11, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social [e da Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária datada de [--], devidamente registrada pela JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º [--], em [--], por seus diretores, [nome e qualificação completos], ambos com endereço comercial nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares; e, de outro lado, como OUTORGADO CESSIONÁRIO, doravante denominado simplesmente "CESSIONÁRIO": DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 10.436.207/0001-67, neste ato representado por sua administradora OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu diretor, [nome e qualificação completos], com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca; CEDENTE e CESSIONÁRIO doravante denominados individualmente como "Parte" e juntamente como "Partes". Os presentes identificados por mim, pelos documentos apresentados, dou fé. Então pelas Partes me foi dito o seguinte:

(1) [CONSIDERANDO EXPLICANDO A EMISSÃO DO PRECATÓRIO].

(2) Que o CEDENTE neste ato deseja ceder, como de fato cedido tem, e que o CESSIONÁRIO deseja receber em cessão, como de fato recebe neste ato, a totalidade dos direitos creditórios do CEDENTE objeto do Precatório, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, juntamente com todos os direitos acessórios dele decorrentes, excluindo-se desta cessão tão somente [--] (doravante denominados os "Direitos Creditórios"). De acordo com o artigo 287 do Código Civil, a cessão de Direitos Creditórios compreende não apenas o direito do CESSIONÁRIO de receber o valor dos Direitos Creditórios, mas também os direitos acessórios deles decorrentes, incluindo, mas não limitado a, quaisquer direitos reais e pessoais de garantia, correção monetária e juros, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionadas, bem como todos e quaisquer direitos derivados dos Direitos Creditórios, podendo o CESSIONÁRIO praticar todos os atos necessários e adequados para a defesa de seus interesses, podendo, inclusive, requerer o desmembramento do referido Precatório.

(3) Que, CEDENTE e CESSIONÁRIO acordaram em um preço pela cessão dos Direitos Creditórios no valor de R\$ [--] (o "Preço de Aquisição").

(4) Que o Preço de Aquisição é, neste ato, integralmente pago pelo CESSIONÁRIO à CEDENTE,



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

[em moeda corrente nacional, por meio de débito(s) na conta corrente de titularidade do CESSIONÁRIO mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na agência [--], sob o número [--], valendo o(s) comprovante(s) de débito(s) nessa conta corrente do CESSIONÁRIO como prova de pagamento e recibo de quitação, outorgando-se, portanto, CESSIONÁRIO e CEDENTE a mais ampla, rasa, geral, irrevogável, irretroatável, mútua e recíproca quitação quanto ao pagamento do Preço da Cessão. Para fins do aqui disposto o CESSIONÁRIO expressamente autoriza o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão a realizar o(s) débito(s) necessário(s) na conta corrente do CESSIONÁRIO aqui especificada.] / [por meio do lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização pelo Cedente.

(5) Que, a partir desta data, o CESSIONÁRIO assumirá a responsabilidade e arcará com todas as despesas decorrentes do levantamento dos valores a serem pagos pela União Federal em seu favor, cabendo-lhe nomear advogado para representá-lo no Processo de Execução respectivo, requerer a expedição de alvarás de levantamento e tomar as providências necessárias para o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios.

(6) Que são de responsabilidade exclusiva do CESSIONÁRIO quaisquer despesas por este incorridas na análise da cessão, incluindo a remuneração de seus assessores legais, seus intermediários e seus consultores e as despesas com elaboração de estudos e pareceres.

(7) Que cada Parte obriga-se a indenizar a outra Parte, e seus respectivos acionistas, administradores, empregados e consultores, por quaisquer perdas e danos (morais e materiais), de qualquer natureza, desde que devidamente evidenciados, que decorram de atos ou omissões cometidos com dolo, má-fé ou culpa, bem como quaisquer custos ou despesas incorridas na defesa dos direitos e interesses da Parte afetada, inclusive despesas legais, excetuadas as perdas, danos, reclamações e responsabilidades incorridas por qualquer das Partes em decorrência de sua própria culpa, dolo ou má-fé. Ademais, o CEDENTE responde individualmente (e obriga-se a indenizar o CESSIONÁRIO) pela existência dos Direitos Creditórios na presente data, nos termos dos artigos 295 e 296 do Código Civil, e pelas declarações prestadas nas Cláusulas 11 e 12 deste Termo de Cessão. Não obstante, o CEDENTE não se responsabiliza (i) pela solvência da União Federal; (ii) pela liquidez dos Direitos Creditórios; ou (iii) por eventual edição de Emenda Constitucional que altere a forma de pagamento de Precatórios. As Partes concordam que os fatos descritos nestes itens (i), (ii) ou (iii) não poderão ser invocados pelo CESSIONÁRIO como pretexto para redução e/ou devolução parcial ou total do Preço de Aquisição, nem tampouco para exigir o pagamento de indenização pelo CEDENTE.

(8) Que caso exista cobrança dos valores já recebidos a título de parcelas do Precatório, as Partes serão responsáveis, individualmente, por restituir as parcelas que já tiverem respectivamente recebido da União Federal.

(9) Que caso, porventura, o CEDENTE venha a receber diretamente da União Federal quaisquer valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do CESSIONÁRIO, o CEDENTE deverá fazê-lo para os fins dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, na qualidade de depositário, desde já se comprometendo a comunicar o fato imediatamente ao CESSIONÁRIO, e a transferir tais verbas ao CESSIONÁRIO, no prazo de 1 (um) dia útil, contado de seu recebimento, sem qualquer dedução, retenção ou desconto.

(10) Que, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Cessão, o CEDENTE obriga-se a: (i) na data de execução da presente Termo de Cessão, firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretroatável, nomeando o CESSIONÁRIO (ou



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several initials and smaller signatures below it.

quaisquer terceiros para os quais o CESSIONÁRIO venha a ceder os Direitos Creditórios) como seu procurador exclusivo com poderes, agindo sozinho ou em conjunto, para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses com relação aos Direitos Creditórios e para sua respectiva representação no Processo de Execução respectivo, inclusive com poderes para o foro em geral. Adicionalmente, o CESSIONÁRIO poderá, a seu critério e sob as condições que entender apropriadas, substabelecer total ou parcialmente os poderes que lhe forem conferidos nos termos da presente disposição. A procuração será outorgada na forma do artigo 684 do Código Civil e deverá permanecer válida e, se for necessário, renovada, até o efetivo recebimento, pelo CESSIONÁRIO (ou quaisquer terceiros para os quais o CESSIONÁRIO venha a ceder os Direitos Creditórios), dos Direitos Creditórios; e (ii) não praticar qualquer ato que afete de maneira adversa a substituição do CEDENTE pelo CESSIONÁRIO (ou quaisquer terceiros para os quais o CESSIONÁRIO venha a ceder os Direitos Creditórios) na qualidade de beneficiário dos Direitos Creditórios.

(11) Que o CESSIONÁRIO e o CEDENTE declaram e garantem reciprocamente que: (i) são sociedades validamente constituídas de acordo com a legislação brasileira em vigor, possuindo plenos poderes, autoridade e direito para firmar e cumprir o presente Termo de Cessão e para consumir os negócios jurídicos aqui contemplados, constituindo as avenças do presente Termo de Cessão obrigações vinculantes, válidas e exequíveis; (ii) a celebração e cumprimento deste Termo de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas não violam nem violarão, conforme aplicável (a) qualquer cláusula de seus estatutos, atos constitutivos ou semelhantes; (b) quaisquer contratos ou instrumentos dos quais sejam parte ou aos quais estejam vinculados; ou (c) qualquer lei, regra, regulamento, decreto, decisão ou acordo a que estejam submetidos; (iii) para a celebração, cumprimento ou exequibilidade deste Termo de Cessão ou para a assunção e o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, não é necessária a obtenção de qualquer consentimento, aprovação, autorização, exoneração, dispensa, registro ou licença; (iv) não estão agindo em desacordo com qualquer lei, regra, regulamento, decisão, sentença contrato ou instrumento que possa, a qualquer tempo, causar efeito adverso que comprometa sua capacidade de firmar este Termo de Cessão ou de cumprir as obrigações aqui estabelecidas; e (v) não estão sujeitos a quaisquer processos, ações ou demandas que possam causar efeito adverso que comprometa sua capacidade de firmar este Termo de Cessão ou de cumprir as obrigações aqui estabelecidas.

(12) Sem prejuízo das declarações e garantias prestadas na Cláusula 11 acima, o CEDENTE declara e garante ao CESSIONÁRIO, sendo cada uma das declarações verdadeira, correta e completa nesta data, que:

(i) os Direitos Creditórios neste ato cedidos são de sua legítima e exclusiva titularidade, tendo direito e autoridade plena para ceder e transferi-los, sendo a celebração e cumprimento do Termo de Cessão suficiente para a cessão e transferência dos Direitos Creditórios ao CESSIONÁRIO;

(ii) a titularidade, bem como todos os direitos e interesses do CEDENTE em relação aos Direitos Creditórios encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, a cessões anteriores, quaisquer contratos de cessão, venda ou transferência ou promessas de venda ou de garantia; ações ou litígios ajuizados por terceiros em face do CEDENTE ou quaisquer outros contratos ou compromissos que possam resultar em compensação, redução ou término dos Direitos Creditórios ou que possam implicar restrições ou impedimentos à cessão e transferência de tais Direitos Creditórios pelo CEDENTE;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller initials and marks below it.

(iii) os Direitos Creditórios não foram obtidos pelo CEDENTE por meio fraudulento ou por qualquer meio ou sob qualquer circunstância que, de acordo com as leis brasileiras, possa afetar sua existência, validade ou recebimento;

(iv) a cessão dos Direitos Creditórios não implicará a insolvência do CEDENTE para fins do artigo 593 do Código de Processo Civil e a situação econômica, financeira e patrimonial do CEDENTE, após a cessão dos Direitos Creditórios, não implicará a frustração de qualquer execução decorrente de qualquer litígio nesta data existente e que possa resultar em condenação do CEDENTE; (v) não existem quaisquer notificações, medidas ou outros procedimentos judiciais, extrajudiciais ou administrativos em trâmite perante qualquer autoridade governamental, bem como não existem quaisquer fatos, circunstâncias, documentos ou obrigações referentes aos Direitos Creditórios que possam obstar ou restringir o cumprimento da presente cessão ou que pudessem afetar o Preço de Aquisição ou o interesse do CESSIONÁRIO em adquirir os Direitos Creditórios;

(vi) o pagamento dos Direitos Creditórios ora cedidos não foi objeto de qualquer adiantamento por parte do ente devedor, não tendo sido, tampouco, objeto de eventual compensação com débitos fiscais, devidos pelo CEDENTE e/ou quaisquer empresas a ela ligadas ou quaisquer terceiros;

(vii) o CEDENTE não foi submetido a qualquer procedimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, não se encontrando em estado de insolvência;

(viii) não existem ações ou demandas judiciais ou administrativas que estejam relacionadas aos Direitos Creditórios ora cedidos que possam, de alguma forma, prejudicar a validade e eficácia da cessão objeto do presente Termo de Cessão, bem como a qualidade e o valor dos direitos creditórios ora cedidos;

(ix) não existem quaisquer honorários de advogados ou verbas de sucumbência pendentes de pagamento relativas a contratos e à condução de todas as ações judiciais e/ou administrativas relativas aos Direitos Creditórios ora cedidos, sendo certo que eventuais cobranças de verbas dessa natureza serão de exclusiva responsabilidade do CEDENTE;

(x) todas as informações e documentos disponibilizados ao CESSIONÁRIO são válidos, verdadeiros e autênticos, não tendo o CEDENTE omitido qualquer outro documento ou informação de que tenha conhecimento e que poderia impactar o interesse do CESSIONÁRIO em adquirir os Direitos Creditórios, de forma que o CEDENTE assegura que todas as informações e documentos necessários para a execução e gozo de quaisquer direitos, remédios e poderes inerentes aos Direitos Creditórios foram devidamente fornecidos ao CESSIONÁRIO; e

(xi) forneceu ao CESSIONÁRIO toda a documentação e informações relevante necessárias para a análise da sua situação financeira e societária e verificação de eventuais contingências, nos termos em que exigido pelo CESSIONÁRIO.

(13) Que o CEDENTE não praticará qualquer ato que possa acarretar, ou não deixará de praticar qualquer ato cuja omissão o CEDENTE saiba que pode acarretar, ou que se possa prever que acarrete a não veracidade, invalidação ou violação das declarações e garantias prestadas nas Cláusulas 11 e 12 acima bem como não se recusará a colaborar e/ou a providenciar quaisquer documentos razoavelmente solicitados pelo CESSIONÁRIO para que este possa atuar no Processo de Execução respectivo e prevenir litígios e/ou danos a quaisquer das Partes.

(14) Que o CEDENTE deverá informar o CESSIONÁRIO, por escrito, assim que possível, mas em



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

não mais que 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer (i) documento ou informação relativa aos Direitos Creditórios que não tenha sido previamente fornecido ao CESSIONÁRIO, e (ii) informação a respeito de qualquer fato que possa alterar as declarações e garantias prestadas pelo CEDENTE com relação aos Direitos Creditórios e à execução deste Termo de Cessão. Nenhuma investigação feita pelo CESSIONÁRIO ou por seus representantes, ou o recebimento de informações ou documentos pelo CESSIONÁRIO, nos termos deste Termo de Cessão, constituirá uma renúncia de direitos decorrentes da violação de qualquer declaração ou garantia do CEDENTE ou de qualquer forma diminuirá os direitos do CESSIONÁRIO em relação a tal violação.

(15) Que são de responsabilidade exclusiva do CESSIONÁRIO quaisquer despesas por este incorridas na transferência dos Direitos Creditórios.

(16) Que o descumprimento, por qualquer das Partes, das obrigações e pagamentos estabelecidos neste Termo de Cessão, na data em que for devida, acarretará a mora da parte devedora independentemente de qualquer notificação, ficando o devedor sujeito às seguintes penalidades: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até a data do seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa contratual não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

(17) Que o não-exercício ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos, poderes ou privilégios nos termos estabelecidos na presente Termo de Cessão, não acarretará renúncia, novação ou precedente, nem o exercício parcial ou singular de tais direitos, poderes ou privilégios não obstará seu exercício integral ou o exercício de quaisquer outros direitos, poderes ou privilégios previstos neste Termo de Cessão.

(18) Que a nulidade, invalidade ou inexecutibilidade de uma ou mais cláusulas deste Termo de Cessão não afetará ou prejudicará a validade, a legalidade e a exigibilidade das demais cláusulas remanescentes, desde que as disposições remanescentes não alterem fundamentalmente as relações entre as Partes. As Partes deverão acordar, de boa-fé, pela substituição de quaisquer cláusulas inválidas, ilegais ou inexecutíveis por cláusulas válidas que tenham efeitos operacionais e econômicos similares aos da cláusula inválida, ilegal ou inexecutível.

(19) Que os direitos e obrigações decorrentes deste Termo de Cessão poderão ser cedidos a terceiros pelo CESSIONÁRIO, sem necessidade de prévia autorização ou anuência do CEDENTE.

(20) Que fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas com relação ao presente Termo de Cessão, renunciando as Partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim disseram e me pediram, lavrei o presente Termo de Cessão que feito e lhes sendo lido acharam em tudo conforme, aceitaram, outorgaram e assinam sem a presença de qualquer testemunha. Eu,



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below.

ANEXO III

MODELO DE PETIÇÃO

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA [--] VARA FEDERAL DE [--]

Processo nº [--]

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.436.207/0001-67, neste ato representado por sua administradora, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Fundo” ou o “Requerente” e a “Administradora”, respectivamente) e **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, representado na forma de seu Estatuto Social (o “Cedente”) (Docs. 1), vêm, por seus advogados, respeitosamente, perante V. Exa., expor e requerer o quanto segue.

Em [--], mediante “Termo de Cessão de Direitos Creditórios” (Doc. 2) (“Termo de Cessão”), o Cedente cedeu a parcela relativa ao direito ao crédito, reconhecido na presente demanda, e que é objeto do Precatório nº [--] (o “Precatório”), para o Fundo, sendo, portanto, o atual titular do montante do Precatório expedido a favor do DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO.

Ressalte-se que a cessão firmada por meio do Termo de Cessão está de acordo com o art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹, que autoriza a cessão dos créditos decorrentes de precatórios.

O art. 567 do Código de Processo Civil, por seu turno, autoriza “o *cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos*” a prosseguir na execução, motivo pelo qual deverá ser deferida a inclusão do ora Requerente no pólo ativo da presente execução.

¹ Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos”



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

Registre-se que não há necessidade da prévia anuência do devedor para a substituição do pólo ativo da execução pelo cessionário, conforme a reiterada jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

(i) "PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - CESSÃO DE CRÉDITO - Precatório - PEDIDO DE HABILITAÇÃO DO NOVO CREDOR - DESNECESSIDADE DA ANUÊNCIA DO DEVEDOR.

1. Os arts. 41 e 42 do CPC, que dizem respeito ao processo de conhecimento, impuseram como regra a estabilidade da relação processual e, havendo cessão da coisa ou do direito litigioso, o adquirente ou o cessionário somente poderão ingressar em juízo com a anuência da parte contrária.

2. No processo de execução, diferentemente, o direito material já está certificado e o cessionário pode dar início à execução ou nela prosseguir sem que tenha que consentir o devedor.

3. Os dispositivos do Código Civil (art. 290 do CC/2002 e 1069 do CC/1916), que regulam genericamente a cessão de crédito como modalidade de transmissão das obrigações, não se aplicam à espécie, mas o Código de Processo Civil, que é norma especial e dispôs diversamente quando se trata de cessão de crédito sub judice.

4. Recurso especial provido." (REsp 687.761/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19.12.2005) (grifos adotados)

(ii) "PROCESSUAL CIVIL - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - CESSÃO - LITISCONORTE - LEGITIMIDADE E INTERESSE - CPC, ART. 567, II - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA - AFASTAMENTO - SUMULA 98 STJ.

- Encerrado o processo de conhecimento e obtido o título judicial, o cessionário tem interesse e legitimidade para iniciar o processo de liquidação e, posteriormente, o de execução, mesmo sem anuência do réu, uma vez que não se trata de substituição de parte na relação processual no curso do processo, mas de instauração de nova relação, na qual o cedente não figura.

- Impõe-se o afastamento da multa imposta em razão da manifestação de embargos declaratórios, com notório propósito de prequestionamento, a teor da jurisprudência sumulada nesta Corte.

- Recurso parcialmente provido." (Resp 27.174-9/PR, Rel. Ministro Peçanha Martins, DJ 14.08.95) (grifos adotados)

Especificamente quanto à presente hipótese de cessão de créditos objeto de precatório, há precedente dispensando a aludida anuência da União Federal para a realização da substituição processual, bastando a sua posterior notificação, nos seguintes termos:

"Em se tratando de créditos provenientes de condenações judiciais, existe permissão constitucional expressa, assegurando a cessão dos créditos traduzidos em precatórios (ADCT, Art. 78). Se assim acontece, não faz sentido condicionar a



Handwritten signatures and initials in blue ink.

cessão ao consentimento do devedor – tanto mais, quando o devedor é o Estado, vinculado constitucionalmente ao princípio da impessoalidade.”²

Diante o exposto, requer-se:

- (i) a notificação da União Federal, informando acerca da cessão do crédito realizada por meio do termo de Cessão;
- (ii) a homologação em favor do DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS, da cessão de direitos creditórios, relativos ao montante do Precatório expedido a favor do DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO; e
- (iii) a expedição de ofício ao E.g. Tribunal Regional Federal da [--]ª Região solicitando a retificação do Precatório nº [--] para que conste como titular do crédito, referente ao montante do Precatório expedido a favor do DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, o DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS, ou, alternativamente, a inclusão do DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, o DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS no pólo ativo do Processo nº [--], que deu origem ao Precatório.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

[--], [--] de [--] de 2008.

[Advogado da Oliveira Trust]

[OAB]

[Advogado do DBSA]

[OAB]

² CE. STJ, ROME nº 12735/RD, Primeira Turma. Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 15/08/2002, publicado em 23/09/2002.



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Aos [--] dias do mês de [--], do ano de [--], nesta Capital do Estado de São Paulo, no Cartório, perante mim, compareceu como outorgante: **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, instituição financeira com sede nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.331.228/0001-11, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social por seus diretores [nome e qualificação completos], ambos com endereço comercial nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares; a seguir pelos representantes da Outorgante me foi dito que por este instrumento público e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu diretor [nome e qualificação completos], com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, na qualidade de instituição administradora do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, a quem confere os mais amplos poderes da cláusula “*ad judicium et extra*”, para atuar no foro em geral, representar seus interesses em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, judicial ou administrativo, usando os recursos legais e acompanhando-os, com a finalidade específica de tomar todas as providências necessárias para a substituição processual do Outorgante pelo **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS** no respectivo ofício requisitório de pagamento junto aos órgãos de controle do Tribunal Regional Federal competente ou junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e/ou no pólo ativo da Ação de Execução nº [--], que tramita perante a [--] Vara Federal de [--] (a “*Ação de Execução*”), bem como tomar todas as providências necessárias para a defesa dos interesses da Outorgante em relação aos créditos de sua titularidade decorrentes do Precatório nº [--] (o “*Precatório*”), expedido em favor da Outorgante nos autos da referida Ação de Execução, conferindo ao Outorgado, ainda, poderes especiais para transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, nomear advogados, representar o Outorgante perante órgãos públicos e Tribunais, requerer expedição de alvarás de levantamento, efetuar levantamento de valores e ceder os créditos decorrentes do Precatório e adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Outorgante pelo Outorgado no respectivo ofício requisitório de pagamento e/ou no pólo ativo da Ação de Execução, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer e constituir advogados, com ou sem reservas de iguais, os poderes que ora lhes são conferidos, dando tudo por firme e valioso. A Outorgante se responsabiliza pelos dados fornecidos, sobretudo pela qualificação dos mandatários. Esta procuração é válida até o efetivo recebimento, pelo Outorgado, dos valores decorrentes do Precatório ou até que haja a efetiva substituição do Outorgante pelo Outorgado no respectivo ofício requisitório de pagamento e/ou no pólo ativo da Ação de Execução. Assim disse, dou fé, pedi-me que lhes lavrasse a presente que, sendo feita e lida em voz alta e pausadamente, aceitou, outorgou e



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

assina. Nada mais. Eu, [--], escrevente habilitado, a lavrei. Eu, [--], Tabelião, a subscrevo, à [--].
Trasladada em seguida, por [--]. Eu, [--] Tabelião, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testemunho, [--] da verdade.

Tabelião



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature at the top right and several smaller ones below it.

4ºRTD-RJ - 783962

Emol 187,50/Distrib 11,41/Lex 111/08 9,95
Mútua/ACOTERJ 8,72 / FETJ 39,78
Le 4.664/05 9,95 / Tot Emol (R\$) 267,31
PARÁM.Vias:2 / Nome(s) 1 / Pág: 54
Proc Estr. N / Averb: S / Dilig



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO "DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS"**

4ºRTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 29/06/2009
REGISTRADO EM CD-R Nº 783962

Datado de

29 de junho de 2009

962

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO "DB
MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
DE PRECATÓRIOS FEDERAIS"**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora (a "Administradora") do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67 (o "Fundo"),

CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data não foi iniciada a distribuição das quotas de emissão do Fundo, não tendo sido, portanto, objeto de aquisição por qualquer investidor;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento (conforme abaixo definido);
- (iii) não havendo titulares das quotas de emissão do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições do Artigo 26, II, da Instrução CVM 356, bem como da alínea (f) do Artigo 104 do presente Regulamento;

RESOLVE aditar, pela quinta vez, o regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 768546 (o "Regulamento"), conforme aditado, em 04 de dezembro de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770995, em 18 de março de 2009, por meio do "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 776624, e em 15 de maio de 2009, por meio do "Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 781456, de acordo com as cláusulas e condições abaixo.

Cláusula 1. *Alterações no Regulamento.* A Administradora, neste ato e por este instrumento, altera a definição de "Data de Referência", constante do Artigo 1º do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"Data de Referência": significa (i) a primeira Data de Emissão ou (ii) o dia 30 de dezembro de 2009, o que ocorrer primeiro;"

Cláusula 2. *Consolidação do Regulamento.* Em razão das alterações aqui estabelecidas, e para maior conveniência, versão consolidada do Regulamento com as modificações realizadas por meio deste aditamento, a qual passará a vigorar a partir do registro do presente instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, é apresentada abaixo.

“REGULAMENTO

DO

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS



CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES

Artigo 1º Para fins do disposto neste Regulamento, os termos iniciados em letra maiúscula e aqui utilizados, que não sejam de outra forma definidos ao longo deste Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos abaixo, aplicáveis tanto no singular quanto no plural:

“**ADCT**”: significa Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

“**Administradora**”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Capítulo VI;

“**Afilhada(s)**”: é(são) a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa e sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

“**Agência de Rating**”: significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, agência de classificação de risco de crédito (*rating*) das Quotas do Fundo;

“**Agente**”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

“**Agente Escriturador**”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“**ANBID**”: é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

“**ANDIMA**”: é a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;

“**Anexo(s)**”: são os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;

“**Assembléia Geral**”: significa qualquer assembléia geral de Quotistas do Fundo;

“**Ativos Financeiros**”: são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, quais sejam: (i) certificados de depósito bancário (CDBs) ou certificados de depósito interbancário (CDIs) (incluindo os CDBs e CDIs emitidos pelo Cedente); (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento que tenham como política de investimento investir unicamente nos títulos e/ou valores mobiliários referidos nos itens (i) e (ii) acima;

“**Avaliador**”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“**Aviso Obrigatório**”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“**Bacen**”: é o Banco Central do Brasil;

“**BOVESPA**”: é a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP;



“Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;

“Cedente”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, agindo na qualidade de ^{4º} RTD cedente de Direitos Creditórios ao Fundo;

“CETIP”: é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

“Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;

“CMN”: é o Conselho Monetário Nacional;

“CNPJ/MF”: é o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

“Condição da Cessão”: condição a ser observada na cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, definida no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Constituição Federal”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

“Conta Corrente do Fundo”: é a conta corrente de titularidade do Fundo aberta junto ao Custodiante;

“Conta Judicial”: é cada conta remunerada individualizada mantida em instituição bancária oficial na qual, durante o curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela Fazenda Nacional;

“Contrato de Cessão”: significa cada um dos instrumentos particulares firmados entre o Cedente e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão de Direito(s) Creditório(s) de titularidade do Cedente ao Fundo;

“Contrato de Colocação”: significam (i) o “Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, firmado em 05 de dezembro de 2008 entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da primeira Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino; e (ii) o “Primeiro Aditamento ao Contrato de Coordenação e Colocação, em Regime de Melhores Esforços de Distribuição, de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior de Emissão do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, a ser firmado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de coordenador da Distribuição de Quotas do Fundo;

“Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;

“COSIF”: significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

“Crítérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Artigo 14 do Capítulo IV;

“Custodiante”: significa o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, acima qualificado, ou seu sucessor escolhido nos termos deste Regulamento;

“CVM”: é a Comissão de Valores Mobiliários;

“Datas de Amortização”: significam as datas correspondentes ao 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da primeira Data de Emissão, durante o Prazo de Duração, nas quais o Fundo deverá

efetuar, em Regime de Caixa, a amortização das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, observadas as disposições deste Regulamento. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser uma data que não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo;

“Data de Aquisição”: é a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e/ou do respectivo Termo de Cessão;

“Data de Cálculo”: significa a data em que o valor unitário das Quotas é calculado, sendo que o valor unitário das Quotas será calculado em cada Dia Útil, durante o Prazo de Duração, para fins de integralização, amortização ou resgate;

“Data de Emissão”: significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

“Data de Referência”: significa (i) a primeira Data de Emissão ou (ii) o dia 30 de dezembro de 2009, o que ocorrer primeiro;

“Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e outros dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou feriados de âmbito nacional;

“Direitos Creditórios”: significa qualquer direito de crédito contra a União de titularidade do Cedente, vinculado a Precatórios já emitidos, decorrentes de ações judiciais já transitadas em julgado, cujo pagamento poderá ou não ser realizado ao amparo do Artigo 78 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 30;

“Direito Creditório Elegível”: é todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade;

“Diretor Designado”: é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pelas informações que deverão ser prestadas na forma da lei;

“Distribuição”: significa a distribuição de Quotas do Fundo, a ser realizada pela Administradora, agindo por conta e ordem do Fundo ou, no caso de oferta(s) pública(s) de Quotas do Fundo, realizada(s) por instituição(ões) intermediária(s) autorizada(s) pela CVM a distribuir valores mobiliários no Brasil, observados os termos deste Regulamento, do respectivo Suplemento e da regulamentação aplicável;

“Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos das respectivas ações judiciais;

“Documentos da Operação”: são, conjunta ou isoladamente: (a) este Regulamento; (b) os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão; (c) o Contrato de Colocação; (d) o Contrato de Custódia; e (e) o “Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” firmado com a Agência de *Rating*;

“Emenda Constitucional nº 30”: é a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;

“Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua Dr. Renato Paes Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria do Fundo;

“Empresas Selecionadas”: significa (i) qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional a ser selecionada de maneira comercialmente razoável pela Administradora, incluindo-se como Empresas Selecionadas o Cedente e suas Afiliadas; e/ou (ii) qualquer Quotista;

“Encargos do Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Encargos Legais”: tem o significado que lhe é atribuído no item (f) do Artigo 103 do Capítulo XXI;

“Escritório de Advocacia”: significa o Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados;

“Estado”: significa qualquer Estado Federado integrante da República Federativa do Brasil;

“Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 95 do Capítulo XX;

“Evento de Aviso Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Capítulo V;

“Fator CDI”: significa a taxa média referencial dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia (CDI Extra-Grupo), apurada pela CETIP e capitalizada em base anual, divulgada pela resenha diária da ANDIMA, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis. No caso de indisponibilidade temporária do Fator CDI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último Fator CDI conhecido até a referida Data de Cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas;

“Fazenda Nacional”: significa a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão da União responsável pelo pagamento dos valores devidos em razão dos Precatórios;

“FGC”: é o Fundo Garantidor de Créditos;

“Fundo”: é o “DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907, pela ICVM 356, pela ICVM 444 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

“IBGE”: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

“ICVM 356”: é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;

“ICVM 400”: é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, e pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;

“ICVM 409”: é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores;

“ICVM 444”: é a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;

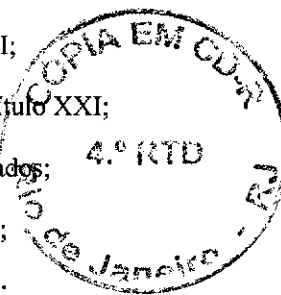
“Início das Atividades”: significa a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas por Investidores;

“Investidores”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 3º do Capítulo II;

“Investidores Qualificados”: são aqueles investidores caracterizados no Artigo 109 da ICVM 409;

“IPCA-15”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;

“IPCA-E”: é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e





divulgado pelo IBGE;

“Laudos de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 97 do Capítulo XX;

“LDO”: é a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

“Limite dos Encargos Legais”: significa o montante equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Limite Máximo de Honorários, a ser calculado na Data de Emissão;

“Limite Máximo de Honorários”: tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 13 do Capítulo III;

“Litígio”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 do Capítulo V;

“MDC”: é o MDC - Módulo de Distribuição de Cotas, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“Meta de Rentabilidade”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Montante de Aquisição Indicativo”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Município”: é qualquer município integrante da República Federativa do Brasil.

“Número Índice do IPCA-E”: significa o número índice com base 100 fixado a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$. Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.

“Ofícios Requisitórios de Pagamento”: significa qualquer ofício expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas em qualquer dos Precatórios;

“Parecer Legal”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 do Capítulo V;

“Partes Relacionadas”: são: (a) as pessoas físicas e jurídicas controladas de determinada Pessoa; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal Pessoa; (c) as sociedades coligadas com tal Pessoa; e (d) as sociedades sob controle comum com tal Pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“Patrimônio Líquido”: é o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XIII deste Regulamento;

“PEC”: significa a proposta de emenda constitucional, conforme definida na alínea (f) do Artigo 40 do Capítulo XI;

“Periódico”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 110 do Capítulo XXIII;

“Período de Aquisição”: é o intervalo entre a Data de Emissão e o 15º (décimo quinto) dia posterior à Data de Emissão;

“Período de Capitalização”: é o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Amortização anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Amortização subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

“Pessoas”: são pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

“Plano Contábil”: significa o COSIF, criado pela Circular do Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

“Prazo de Duração” tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Capítulo II;

“Precatórios”: são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções, sobre as quais se originaram os Direitos Creditórios, ao Presidente do Tribunal Regional Federal competente, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, determinando o pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;

“Preço de Aquisição”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;

“Quotas”: são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, conjuntamente;

“Quotas Seniores”, “Quotas Subordinadas Mezanino” e “Quotas Subordinadas Junior”: são as quotas seniores, as quotas subordinadas mezanino e as quotas subordinadas junior de emissão do Fundo, conforme o caso;

“Quotas Subordinadas”: são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, quando mencionadas conjuntamente;

“Quotistas”, “Quotistas Seniores”, “Quotistas Subordinados Mezanino” e “Quotistas Subordinados Junior”: são os titulares das Quotas, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Junior, conforme o caso;

“Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta os montantes efetivamente disponíveis para o Fundo quando da realização das amortizações e resgates;

“Regulamento”: é o presente regulamento;

“Relação Mínima”: significa a relação mínima admitida entre a divisão, à época do cálculo: (i) do Patrimônio Líquido e (ii) do valor agregado das Quotas Seniores em Circulação;

“Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Capítulo III;

“Resolução CMN nº 2.682”: é a Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.689”: é a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN, conforme alterada;

“Resolução CMN nº 2.907”: é a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN, conforme alterada;

“SELIC”: é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

“SFF”: é o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP;

“SIAFI”: é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;

“Sobretaxa”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“STF”: é o Supremo Tribunal Federal;

“Suplemento”: significa o documento preparado na forma do Anexo I deste Regulamento;

“Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 102 do Capítulo XXI;

“Taxa de Desconto”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 15 do Capítulo V;

“TED”: é a transferência eletrônica disponível;

“Termo de Adesão”: é o documento preparado na forma do Anexo II, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;

“Termo de Cessão”: significa cada um dos termos de cessão, lavrados por instrumento público, entre o Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;

“União”: é a União Federal;

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Capítulo XVI; e

“Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino”: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 68 do Capítulo XVI.

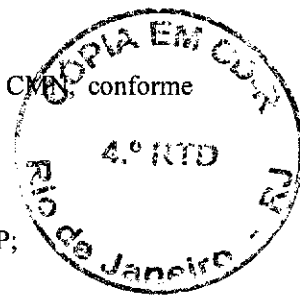
CAPÍTULO II - O FUNDO E SUA VIGÊNCIA

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, durante o prazo de vigência do Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo III deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira, estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, bem como neste Regulamento.

Artigo 3º O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º As Quotas do Fundo somente poderão ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração do Fundo, conforme estabelecido no Artigo 4º deste Capítulo II, ressalvados os casos de liquidação antecipada do Fundo conforme o previsto neste Regulamento e na regulamentação aplicável. É admitida, ainda, a amortização de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º Podem participar do Fundo, exclusivamente, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos



creditórios não-padronizados, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os "Investidores").

Parágrafo 3º No prazo de até 10 (dez) dias contados: (a) da data de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (b) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 4º O Fundo será vigente desde o Início das Atividades até 18 de março de 2020, prazo este que poderá ser reduzido na hipótese da amortização integral e/ou liquidação antecipada do Fundo, caso isso ocorra primeiro (o "Prazo de Duração").

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII deste Regulamento.

CAPÍTULO III – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CARTEIRA

Artigo 5º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo: (a) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo em conformidade com as condições dos respectivos Termos de Cessão e dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único As aplicações no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do FGC.

Artigo 6º O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de um mesmo devedor, uma vez que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão decorrentes, exclusivamente, de obrigações devidas pela União, em observância ao disposto no Artigo 8º da ICVM 444 e no Artigo 40-A da ICVM 356.

Artigo 7º Observado o disposto no Artigo 40 da ICVM 356 e no Parágrafo 1º do Artigo 1º da ICVM 444, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso o Fundo não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios em até 90 (noventa) dias contados do Início das Atividades do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo e conforme instruções dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum previsto no Artigo 108 do Capítulo XXII, poderá solicitar à CVM prorrogação desse prazo por mais 90 (noventa) dias, apresentando motivos que justifiquem tal prorrogação, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, aceitar o pedido de prorrogação da Administradora. Caso a CVM não aceite esse pedido da Administradora ou caso, após os 90 (noventa) dias adicionais, o Fundo ainda não consiga alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Administradora, por conta e ordem do Fundo e observadas as disposições aplicáveis constantes deste Regulamento, resgatar a totalidade das Quotas.

Parágrafo 2º Respeitadas as disposições constantes deste Capítulo, o Fundo poderá: (a) manter ou aplicar, até que findo o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput* deste Artigo, a totalidade dos recursos disponibilizados ao Fundo em Ativos Financeiros; ou (b) após o prazo de 90 (noventa) dias referido no *caput*

deste Artigo, manter ou aplicar o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros.

Parágrafo 3º Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo 4º É facultado ao Fundo, por intermédio da Administradora, contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas, desde que respeitada a política de investimento descrita neste Capítulo III.

Parágrafo 5º No curso normal do Programa de Securitização, os recursos recebidos, pelo Fundo, ao longo de cada Período de Capitalização, decorrentes de pagamentos relacionados aos Direitos Creditórios, serão reinvestidos em Ativos Financeiros e integrarão o valor a ser amortizado pelos Quotistas na próxima Data de Amortização.

Artigo 8º É vedado ao Fundo realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (d) aplicação em ativos que não os Ativos Financeiros.

Artigo 9º A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. O Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos neste Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Artigo 10 Observado o disposto na regulamentação da CVM, a Administradora, e/ou o Custodiante não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 11 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento financeiro.

Artigo 12 Os percentuais e limites de composição e diversificação de carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 13 No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora deverá segregar diariamente na contabilidade do Fundo parcela de seu Patrimônio Líquido ("Reserva de Caixa") equivalente à soma (i) do montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira Data de Emissão; e (ii) do Limite dos Encargos Legais, baseado no número total de Precatórios cedidos ou a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, apurado pela Administradora, sendo certo que o valor da Reserva de Caixa determinado na primeira Data de Emissão não será inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A Administradora deverá manter os recursos correspondentes à Reserva de Caixa aplicados em Ativos Financeiros.

Parágrafo Único Para fins de cálculo da Reserva de Caixa, os valores a serem pagos pelo Fundo ao Escritório de Advocacia para que este implemente medidas judiciais ou extrajudiciais necessária à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação a qualquer Litígio estão descritos na tabela abaixo e deverão ser calculados com base no número de Precatórios integrantes da carteira do Fundo quando do cálculo da Reserva de Caixa ("Limite Máximo de Honorários"):

**Número de Precatórios na
Carteira do Fundo ou a serem
cedidos ao Fundo**

Limite Máximo de Honorários

até 5 Precatórios:

R\$250.000,00 (global)

de 6 a 15 Precatórios:

R\$750.000,00 (global)

a partir de 16 Precatórios:

R\$50.000,00 (por precatório)



CAPÍTULO IV - CONDIÇÃO DA CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 14 O Fundo poderá adquirir, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, total ou parcialmente, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, à Condição da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, conforme descritos a seguir:

- (a) **Condição da Cessão:** o Direito Creditório deverá ser um Precatório, já expedido pela Justiça Federal (*i.e.*, União), em decorrência de ação judicial cuja decisão final tenha transitado em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória, seja por esta já ter sido julgada improcedente, seja por decurso de prazo para sua propositura, excluindo-se qualquer precatório expedido pela Justiça Estadual e incluído no orçamento de qualquer Estado ou Município; e
- (b) **Critérios de Elegibilidade:** (i) a data prevista para o último pagamento da última parcela do respectivo Precatório não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e (ii) o Precatório deverá ser cedido ao Fundo diretamente pelo Cedente.

Parágrafo 1º Uma vez atendida a Condição da Cessão e os Critérios de Elegibilidade, e desde que o Fundo tenha recursos suficientes para tanto, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá adquirir, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios elegíveis a ela ofertados pelo Cedente, observadas as disposições deste Regulamento, da regulamentação aplicável, bem como dos respectivos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão.

Parágrafo 2º O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cujos Precatórios a eles vinculados não apresentem nenhuma parcela paga, desde que atendidos todos os Critérios de Elegibilidade previstos no *caput* deste Artigo 14.

Parágrafo 3º A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade é de responsabilidade do Custodiante. A verificação do atendimento à Condição da Cessão é de responsabilidade do Cedente, mediante confirmação da Administradora, com base nas informações fornecidas pelo Cedente.

CAPÍTULO V – PREÇO DE AQUISIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS PELO FUNDO

Artigo 15 O preço para aquisição de cada Direito Creditório pelo Fundo será aquele efetivamente pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição (o “Preço de Aquisição”), de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Preço de Aquisição} = \text{Valor Descontado} \times \text{Fator CDI}_D$$

onde:

Valor Descontado = valor descontado do Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

$$\text{Valor Descontado} = \sum \{FC_i \times FD_i\}$$

onde:

FC_i = valor de face de cada parcela "i" do Direito Creditório cedido ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, apurado na respectiva Data de Referência, considerando: (i) as condições aplicáveis ao pagamento de Precatórios pela Fazenda Federal; (ii) que o pagamento dessa parcela "i" é realizado no dia 31 de dezembro do respectivo ano em que a parcela é devida pela União, sendo certo que se este dia não for um Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente anterior ("Data Projetada do Pagamento_i"); e (iii) a correção do Número Índice do IPCA-E aplicável no período compreendido entre a data da expedição do referido Precatório e a Data de Referência.

FD_i = fator de desconto aplicável ao FC_i , calculado com base na Taxa de Desconto, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento_i da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i , utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_i = (1 + \text{Taxa de Desconto})^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$

onde:

DU_i = número de Dias Úteis contados desde a Data de Referência (inclusive) até a Data Projetada do Pagamento_i da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i (exclusive), sendo DU_i sempre um número inteiro e positivo.

Taxa de Desconto = Meta de Rentabilidade acrescida linearmente da Sobretaxa, onde:

Meta de Rentabilidade = fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

Sobretaxa = (i) 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (ii) 2,00% (dois por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); ou (ii) 3,00% (três por cento) ao ano, caso o Montante de Aquisição Indicativo seja inferior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), onde:

Montante de Aquisição Indicativo = soma dos Valores Descontados Indicativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

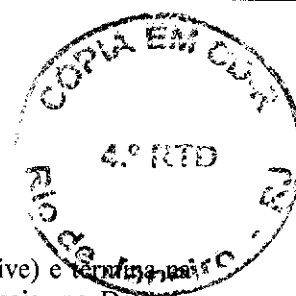
Montante de Aquisição Indicativo = $\sum \text{Valores Descontados Indicativos}_j$, onde:

Valores Descontados Indicativos_j = valor descontado do "j"-ésimo Direito Creditório a ser cedido ao Fundo na Data de Referência, calculado conforme segue:

Valor Descontado = $\sum \{FC_i \times FD_indicativo_i\}$, onde:

$FD_indicativo_i$ = com relação a cada Direito Creditório, significa o fator de desconto indicativo aplicável ao "i"-ésimo fluxo de caixa FC_i , calculado com base na Meta de Rentabilidade, aplicável desde a Data de Referência até a Data Projetada do Pagamento_i da parcela do Direito Creditório a que se refere o respectivo FC_i , utilizando-se para fins de cálculo do FD_i a seguinte fórmula:

$$FD_indicativo_i = (1 + Meta_de_Rentabilidade)^{\left(-\frac{DU}{252}\right)}$$



$FatorCDI_D$ = Fator CDI aplicável ao período que se inicia na Data de Referência (inclusive) e ~~termina na~~ data da efetiva cessão do correspondente Direito Creditório ao Fundo (exclusive), ou seja, na Data de Aquisição.

Artigo 16 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, devendo ser observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, conforme o caso, independentemente de manifestação prévia dos Quotistas, sendo que a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, deverá observar as demais disposições deste Regulamento (inclusive com relação à política de investimento descrita no Capítulo III acima) e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º A cessão dos Direitos Creditórios poderá ser formalizada por meio de Contrato de Cessão e/ou Termos de Cessão, estes últimos que deverão, necessariamente, ser lavrados por instrumento público, devidamente apresentados aos respectivos juízos.

Parágrafo 2º A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente, com a juntada do respectivo Termo de Cessão para que a União seja intimada judicialmente da cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º O Fundo contratará, e incorrerá com os custos de tal contratação, o Escritório de Advocacia para atuar nos procedimentos relacionados neste Artigo 16, referentes ao acompanhamento das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis, ao levantamento das quantias depositadas, bem como para emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Parágrafo 4º Para fins de cumprimento das obrigações previstas no Parágrafo 1º do Artigo 7º da ICVM 444, e tendo em vista a aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo, a emissão de pareceres acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo ocorrerá concomitantemente à aquisição de um determinado Precatório pelo Fundo, observada a obrigação de envio, em cada Data de Aquisição, pela Administradora à CVM, desses pareceres conforme estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 20 do Capítulo VII, bem como de disponibilização dos referidos pareceres nos sites da Administradora e da CVM tão logo sejam emitidos. A Administradora desde já se compromete a fornecer ao advogado responsável pela emissão desses pareceres, no mínimo, e sem prejuízo de outros documentos ou informações a serem solicitados pelo advogado durante sua análise, os documentos e as informações listados no Anexo III deste Regulamento, para que esse advogado possa emitir os respectivos pareceres, considerando, para tanto, exclusivamente, as informações e os documentos fornecidos pelo Cedente.

Artigo 17 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso a União ou qualquer terceiro apresente qualquer medida judicial com o objetivo de prorrogar ou suspender o pagamento de valores devidos pela União em virtude de Precatório(s) cedido(s) ao Fundo ou qualquer medida seja adotada com a finalidade de reverter, total ou parcialmente, a decisão judicial transitada em julgado que deu origem a qualquer dos Precatórios cedidos ao Fundo (inclusive questionamentos sobre os valores devidos em razão desse(s) Precatório(s)) (o “Litígio”), a Administradora contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) a natureza do Litígio; (b) as ações a serem adotadas pelo Fundo para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo tendo em vista o Litígio proposto; (c) os custos estimados a serem incorridos para implementação das ações referidas no item (b) deste Artigo, incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo (inclusive com relação à eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente); e (d) a probabilidade de êxito do Fundo em reverter essa situação, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza (o “Parecer Legal”).

Parágrafo 1º Uma vez obtido o Parecer Legal, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Artigo 106 do Capítulo XXII, para que a maioria simples dos detentores das Quotas em Circulação presentes a essa Assembléia Geral decida, com base no Parecer Legal, pela: (a) adoção de ações para defender os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio; (b) pela alienação e conseqüente transferência do correspondente Precatário inadimplido a terceiros e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 2º Caso os Quotistas optem pela defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas com relação ao Litígio, conforme previsto no item (a) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, mesmo que seja também deliberada a posterior alienação do correspondente Precatário inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, esses Quotistas deverão instruir a Administradora a contratar o Escritório de Advocacia para que este adote todas as medidas necessárias para realização dessa defesa com relação ao Litígio. Caso, por outro lado, os Quotistas optem pela alienação (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio) do Precatário inadimplido, conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º deste Artigo 17, os Quotistas deverão instruir a Administradora a proceder conforme previsto no Artigo 18 deste Capítulo IV.

Parágrafo 3º Todos os custos e despesas a serem incorridos pelo Fundo com relação às ações a serem adotadas para defesa dos interesses dos Quotistas do Fundo com relação ao Litígio (inclusive despesas com o Escritório de Advocacia e custas judiciais (inclusive com relação a eventuais depósitos judiciais necessários para garantir o juízo competente)), serão pagos utilizando-se os recursos disponíveis na Reserva de Caixa, até o custo total acumulado equivalente ao Limite de Encargos Legais, ou, caso necessário e conforme previsto no Capítulo XXIV, com recursos provenientes de aporte de capital por parte dos Quotistas Subordinados Mezanino, a ser realizado por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As perdas incorridas pelo Fundo em razão de qualquer Litígio, do não pagamento de recursos devidos ao Fundo em decorrência dos Ativos Financeiros adquiridos pelo Fundo e/ou dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, bem como em virtude da alienação a terceiros de Direitos Creditórios inadimplidos que então faziam parte da carteira do Fundo, serão refletidas no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no Capítulo XIII.

Artigo 18 Sem prejuízo das demais disposições constantes deste Regulamento, caso: (a) os Quotistas decidam pela alienação do Precatário inadimplido (imediata ou precedida de defesa com relação ao Litígio), conforme previsto no item (b) do Parágrafo 1º do Artigo 17 acima; (b) a Fazenda Nacional deixe de depositar na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, o(s) valor(es) devido(s) ao Fundo em razão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou (c) os valores depositados, pela Fazenda Nacional, na respectiva Conta Judicial, até o dia 31 de dezembro do respectivo ano (conforme mencionado no item (b) deste Artigo 18) não sejam liberados da Conta Judicial e depositados na Conta Corrente do Fundo até 31 de março do ano subsequente (cada um desses eventos um “Evento de Aviso Obrigatório”), a Administradora, prontamente, enviará aviso aos Quotistas e ao Custodiante informando sobre a ocorrência do Evento de Aviso Obrigatório (o “Aviso Obrigatório”).

Parágrafo 1º Uma vez enviado o Aviso Obrigatório, a Administradora deverá enviar seus melhores esforços visando à obtenção de propostas de pelo menos 3 (três) Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição do respectivo Precatário inadimplido. Transcorrido 1 (um) mês contado da data de envio do Aviso Obrigatório, a Administradora verificará quantas propostas das Empresas Seleccionadas interessadas na aquisição (parcial ou integral) do Precatário foram apresentadas. Na hipótese de existir somente uma proposta para aquisição do respectivo Precatário (ou somente parcela deste Precatário), o Precatário (ou a parcela correspondente) deverá ser alienado à única Empresa Seleccionada interessada em adquiri-lo, pelo preço por ele oferecido. Caso duas ou mais propostas para aquisição do respectivo Precatário (ou somente parcela deste Precatário) sejam apresentadas, a Administradora alienará o Precatário à Empresa Seleccionada que oferecer o maior valor e as melhores condições de pagamento para aquisição do Precatário (ou a parcela correspondente); sendo certo que é possível a aquisição, por mais de uma Empresa Seleccionada, de parcelas diversas de um mesmo Precatário. A aquisição de qualquer Precatário (ou parcela deste) deverá ser aprovada por Quotistas detentores da maioria das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral a ser realizada para este fim.

Parágrafo 2º Caso a Administradora não consiga obter ao menos uma proposta para aquisição de determinado Precatório inadimplido no prazo de 1 (um) mês contado da data de recebimento do Aviso Obrigatório, o Fundo manterá o Precatório em sua carteira até o vencimento do Precatório ou até que este seja alienado, conforme o caso, observadas as disposições constantes deste Regulamento. Os valores recebidos em decorrência da venda do Precatório, a qualquer momento, durante o Prazo de Duração, serão somados ao Patrimônio Líquido do Fundo, e serão investidos em Ativos Financeiros até as Datas de Amortização subseqüentes.

CAPÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 19 O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

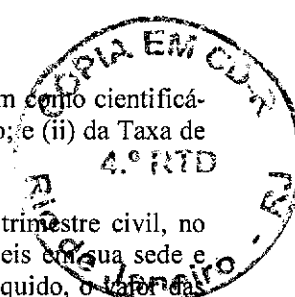
Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembléia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Tendo em vista a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, a Administradora tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que integrem sua carteira, sendo a Administradora responsável pelas atividades de administração da carteira do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da ICVM 356.

CAPÍTULO VII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere a alínea (h) deste Artigo 20;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de *Rating*;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;

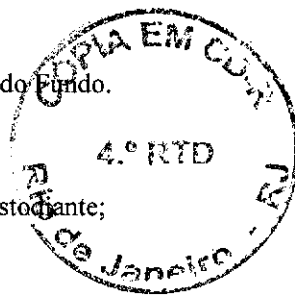
- 
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como certificá-los: (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 110 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de *Rating*;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, as demonstrações financeiras do Fundo e os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Capítulo XII deste Regulamento, bem como calcular e divulgar em seu *website*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa e da Relação Mínima, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) assegurar que o Diretor Designado elabore demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, ainda, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados;
- (i) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo III;
- (j) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas pela Agência de *Rating*;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de *Rating*, do Escritório de Advocacia e à celebração dos respectivos contratos, inclusive o Contrato de Custódia e os demais Documentos da Operação;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, os Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão, bem como seus eventuais aditamentos;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:

- (i) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (ii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo.
- (o) informar imediatamente à Agência de *Rating*:
- (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos aos Contratos de Cessão ou Termos de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 3º do Capítulo II deste Regulamento, e (ii) dos Contratos de Cessão e/ou Termos de Cessão e seus eventuais aditamentos;
- (q) observar, e fazer com que sejam cumpridas, as disposições constantes deste Regulamento; e
- (r) acompanhar, periodicamente, os relatórios elaborados pelo Escritório de Advocacia contratado pelo Fundo, nos termos do Artigo 16 deste Regulamento, referentes à movimentação de qualquer Conta Judicial relativa à Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, com a finalidade principal de constatar se foram realizados novos depósitos em decorrência de pagamentos devidos pela Fazenda Nacional em razão desses Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo 1º Observados os termos e condições deste Regulamento e da legislação aplicável, bem como os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora pode:

- (a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Diretos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento, do respectivo Contrato de Cessão e/ou do Termo de Cessão, conforme o caso;
- (b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (c) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (d) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Quotistas e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
- (e) constituir procuradores, desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Parágrafo 2º A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas



neste Regulamento e na cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º A Administradora deverá encaminhar à CVM, em cada Data de Aquisição, parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Artigo 21 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 22 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira prevista no Capítulo III deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por todos os Quotistas reunidos em Assembléia Geral conforme disposto no Capítulo XXII, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar os Contratos de Cessão e/ou os Termos de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia ou qualquer outro Documento da Operação, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo ou que tenham sido determinadas pela CVM, ANBID ou BOVESPA; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

CAPÍTULO VIII – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 23 A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, na forma do Capítulo XXII deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo. Caso seja deliberada a substituição da Administradora, conforme aqui previsto, os Quotistas deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 2 (duas) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Administração então em vigor.

Artigo 24 A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXII deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 25 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 26 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 24 acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO IX – DA CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Artigo 27 As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da ICVM 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Artigo 28 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na ICVM 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- (c) movimentar a(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Operação;
- (d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, na qualidade de depositário nos termos do inciso IV do artigo 38 da Instrução 356 e dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro (conforme aplicável), dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes ou terceiro contratado, conforme previsto no Parágrafo 2º abaixo: (i) extrato(s) da(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo; (ii) cópias dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo; (iii) Documentos Comprobatórios; e (iv) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros;
- (e) acolher em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, a partir da sua liberação da Conta Judicial;
- (f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Ativos Financeiros, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- (g) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (h) receber e analisar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo;
- (i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Relação Mínima;
- (j) informar à Agência de *Rating*, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou nos demais Documentos da Operação;
- (k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (l) verificar, trimestralmente ou na periodicidade mínima estabelecida pela legislação em vigor, o

lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 1º O Custodiante poderá, por sua conta e ordem, contratar terceiro para a verificação de que trata a alínea "I" acima.

Parágrafo 2º Sem prejuízo da responsabilidade direta e solidária da guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante poderá contratar terceiros para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, conforme indicado no Contrato de Cessão.

Artigo 29 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a(s) conta(s) corrente(s), a(s) conta(s) de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções fornecidas pela Administradora e as disposições deste Regulamento; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

Artigo 30 Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.

Artigo 31 O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Operação. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

Parágrafo Único A Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria poderão também renunciar, a qualquer tempo, às funções a elas atribuídas nos termos deste Regulamento e dos respectivos instrumentos firmados entre cada uma delas e o Fundo para prestação de serviços ao Fundo. Em qualquer desses casos, a Agência de *Rating* e/ou a Empresa de Auditoria (conforme o caso) deverão, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a da respectiva renúncia. O prazo de 60 (sessenta) dias referido neste Parágrafo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso). Ademais, na hipótese de substituição da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria (conforme o caso) pelos Quotistas nos termos da alínea (b) do Artigo 104 do Capítulo XXII, deverão ser observados, *mutatis mutandis*, os procedimentos definidos no Capítulo VIII acima, relativos à substituição da Administradora.



CAPÍTULO X – DA GESTÃO DO FUNDO

Artigo 32 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão também realizados pela Administradora, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da ICVM 356, que é entidade regularmente credenciada perante a CVM para essa atividade, e que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 33 deste Capítulo.

Artigo 33 Adicionalmente a suas obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento, são obrigações da Administradora:

- (a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- (b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- (c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXIII deste Regulamento;
- (d) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- (e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 34 Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, na qualidade de gestora da carteira do Fundo, pode:

- (a) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, operação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- (d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Artigo 35 Tendo em vista que existe a possibilidade de serem questionados pelo Fundo em face da União: (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela do Precatório, a Administradora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido nas correspondentes sentenças transitadas em julgado.

Parágrafo Único A Administradora, por conta e ordem do Fundo, de forma a decidir sobre a possibilidade de ajuizar uma ação judicial, em face da União, conforme previsto no *caput* deste Artigo 35, contratará, imediatamente e sem a necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, o Escritório de Advocacia, com a finalidade de obter parecer legal que deverá indicar: (a) as medidas a serem adotadas pelo Fundo para ajuizar uma ação judicial em face da União; (b) os custos estimados a serem incorridos para implementação das medidas referidas no item (a), incluindo uma previsão de custos judiciais e honorários advocatícios a serem incorridos pelo Fundo e (d) a probabilidade de êxito do Fundo com relação à referida ação judicial, devendo ser utilizado nesse parecer a classificação de sucesso “provável”, “possível” ou “remoto” para o Fundo (conforme o caso), com base na prática de mercado adotada para classificações desta natureza. As condições previstas no Artigo 17 do Capítulo IV serão aplicadas, *mutatis mutandis*, à ação judicial aqui prevista.

Artigo 36 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e desde que aprovado por todos os Quotistas reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, contratar terceiro para atuar como gestor da carteira do Fundo, devendo este terceiro, como condição para tanto, enviar notificação à Administradora aceitando expressamente todas as obrigações e responsabilidades a ele inerentes em razão da gestão da carteira do Fundo, previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, sem prejuízo da assinatura de contrato de gestão entre o novo gestor e a Administradora (na qualidade de representante do Fundo).

Artigo 37 A Administradora poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções de gestão a ela atribuídas nos termos deste Capítulo, desde que simultaneamente renuncie à administração do Fundo, em conformidade com as disposições do Artigo 24 do Capítulo VIII. Nesse caso, a Administradora deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio aos Quotistas de comunicação por escrito, informando-os de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias referido neste Artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a(s) instituição(ões) substituta(s) assumam(m) efetivamente todos os seus deveres e obrigações na qualidade de administradora do Fundo e gestora da carteira do Fundo.

CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO

Artigo 38 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que o Cedente, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

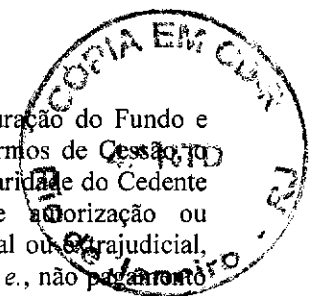
Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

Artigo 39 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não exaustiva, os seguintes:

- (a) Riscos de liquidez das Quotas e inexistência de mercado secundário. Os fundos de investimentos em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os Investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (b) Liquidez dos Direitos Creditórios. Os principais ativos do Fundo são Direitos Creditórios originados pelo Cedente, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

- 
- (c) Aquisição continuada de Precatórios pelo Fundo. Durante o Prazo de Duração do Fundo e observados os termos e condições deste Regulamento e do respectivo Termos de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade do Cedente que atendam aos Critérios de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia de Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (*i.e.*, não pago pelo Fundo pela União) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- (d) Risco de pagamento antecipado e descontinuidade do Fundo. A Constituição Federal prevê o pagamento dos Precatórios que preencham as condições do Artigo 78 do ADCT em até 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas, sendo que, no caso de descontinuidade do Fundo, os Quotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- (e) Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Riscos associados aos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Adicionalmente, os Ativos Financeiros poderão ser aplicados em CDBs ou CDIs emitidos pelo Cedente, caso em que o Fundo estaria exposto ao mesmo risco de crédito.
- (g) Inexistência de rendimento predeterminado. O valor das Quotas será apurado de acordo com os critérios definidos no Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas Quotas apurado na forma do Capítulo XVI, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas. Assim, caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas, a rentabilidade dos respectivos Quotistas será inferior a esse limite máximo. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Pagamento dos Encargos do Fundo. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo V, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do

resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) e outras despesas decorrentes precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e Encargos do Fundo (incluindo Encargos Legais) venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- (i) O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo e também cederá Direitos Creditórios ao Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão atuará como instituição custodiante do Fundo tendo, por meio de área específica, dentre outras atribuições, a responsabilidade pela verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e se os Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, por outro lado, também cederá Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento, sendo que as pessoas responsáveis pela análise de Direitos Creditórios a serem cedidos, bem como pela realização de cessão desses Direitos Creditórios ao Fundo, são distintas daquelas pessoas que representam o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em suas atribuições como instituição custodiante do Fundo. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de Cedente e atuando como Custodiante do Fundo, poderá privilegiar seus interesses em detrimento dos interesses do Fundo, o que poderá acarretar na redução da remuneração média da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (j) Contratação de operações para composição da carteira do Fundo nas quais a Administradora ou qualquer de suas Afiliadas figurem como contraparte. O Fundo poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas, estando, portanto, sujeita ao risco das pessoas acima referidas deixarem de efetuar os pagamentos eventualmente devidos ao Fundo em razão das contratações dos negócios acima referidos. A ocorrência deste evento poderá afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, gerando, assim, perdas para os Quotistas.
- (k) Possibilidade de novos aportes de recursos. Caso (i) o Fundo não possua recursos suficientes para pagar os Encargos do Fundo dentro dos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (ii) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, deverá ser convocada Assembléia Geral a ser realizada pelos Quotistas Subordinados Mezanino com a finalidade de aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Capítulo XXIV. Caso os Quotistas Subordinados Mezanino deliberem pela não aprovação do aporte adicional de recursos ao Fundo ou, mesmo deliberando pelo aporte adicional não tenham recursos suficientes para tanto, todos os Quotistas sofrerão as perdas respectivas, de forma proporcional a sua participação no Fundo, não sendo a Administradora, o Custodiante o Cedente ou qualquer de suas Afiliadas responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por essas perdas.
- (l) Risco da titularidade indireta. Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da carteira do Fundo de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.

- (m) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê a possibilidade de o Fundo ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, este pode não dispor de recursos para pagamento de todos os Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas e, ainda que recebendo o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer Pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.
- (n) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político, nacional e internacional.
- (o) Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá, a seu custo, sem ônus para o Fundo ou os Quotistas delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
- (p) Aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos Quotistas. Há hipóteses no presente Regulamento que prevêm a aprovação de determinadas deliberações em Assembléia Geral por maioria simples dos titulares das Quotas em Circulação. Tendo em vista que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação deverão representar, durante todo o Prazo de Duração, pelo menos mais do que metade da totalidade das Quotas em Circulação, as deliberações a serem aprovadas pelos Quotistas por maioria simples poderão ter tomadas unicamente por titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme interesse desses titulares, o que poderá causar prejuízo aos titulares das demais Quotas.
- (q) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Junior em determinadas deliberações da Assembléia Geral. O Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembléia Geral devem ser tomadas com a participação da totalidade dos titulares das Quotas Seniores em Circulação e/ou das Quotas Subordinadas Junior em Circulação, independentemente do quorum de Quotistas presentes, como é o caso de eventuais alterações: (a) na substituição da Administradora ou do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, respectivamente; e (b) na cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento. Esta condição pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino.
- (r) O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, de forma a atender aos Critérios de Elegibilidade. Por esta razão o Fundo sempre dependerá do Cedente no que tange à aquisição de Direitos Creditórios, o que poderá resultar em perdas aos Quotistas.
- (s) Risco referente à Relação Mínima. A Relação Mínima é uma fração cujo numerador é

equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador é equivalente ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação. É possível que o valor das Quotas Seniores em Circulação seja equivalente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, hipótese na qual a Relação Mínima poderá ser equivalente a 1 (um), não havendo qualquer obrigação de reenquadramento, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV. Na hipótese de a Relação Mínima ser equivalente ou inferior a 1 (um), em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o valor das Quotas Seniores será direta e negativamente afetado, não havendo qualquer tipo de garantia ou necessidade de aporte de recursos por parte dos titulares das Quotas Subordinadas ou quaisquer terceiros.

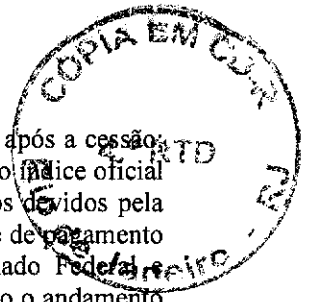
- (t) Possibilidade de intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente. O Cedente, na qualidade de instituição financeira, encontra-se sujeito à intervenção ou liquidação extrajudicial, em ambos os casos, efetuada e decretada pelo Bacen, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Caso o Cedente tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, e este se encontre, direta ou indiretamente, na posse de valores de titularidade do Fundo na data ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime similar, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 40 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- (a) Risco de crédito. A realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (b) Inexistência de coobrigação ou direito de regresso. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente somente é responsável pela originação, formalização e liquidez dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios, é possível que o Fundo e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.
- (c) Possibilidade de alteração na forma de pagamento dos Direitos Creditórios. Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios, bem como o pagamento antecipado de valores referentes aos Direitos Creditórios, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (d) Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30. A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o Artigo 78, *caput* e Parágrafos 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30. O Relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do Artigo 78 do ADCT

que inclui no parcelamento Precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres, acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o Artigo 78 do ADCT, os Precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do Artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de Precatórios de outra forma.

- (e) Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os Precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos Precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu Artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (f) Remuneração da conta individualizada. O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.
- (g) Projeto de Emenda Constitucional nº 12. O pagamento de Precatórios devidos pela Fazenda Nacional é realizado sempre na ordem cronológica de apresentação dos Precatórios, nos termos do Artigo 100, caput, da Constituição Federal. Nos termos do Artigo 78 do ADCT, os Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão pagos pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Precatórios decorrentes de ações judiciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999 não se encontram, em princípio, sujeitos ao parcelamento acima descrito. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar esse sistema de pagamento de Precatórios (inclusive aqueles sujeitos ao atual Artigo 78 do ADCT). Pela proposta atual (i) os Precatórios cedidos a terceiros ficam passíveis de compensação de débitos

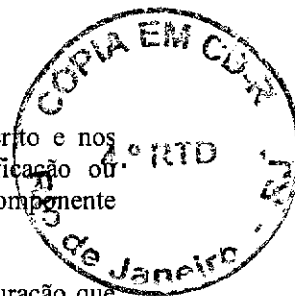


de dívida ativa do credor original, mesmo que estes débitos sejam constituídos após a cessão; (ii) a correção de valores dos Precatórios passará a ser realizada de acordo com o índice oficial de correção de juros da caderneta de poupança; e (iii) em relação a Precatórios devidos pela Fazenda Nacional, poderá ser promulgada lei complementar que altere o regime de pagamento de Precatórios. A PEC foi aprovada no dia 1 de abril de 2009 pelo Senado Federal e encaminhada à Câmara dos Deputados. Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada pela Câmara dos Deputados, ou se haverá novas modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de Precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- (h) Retenção de imposto de renda. Na forma do Artigo 27 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do Parágrafo 1º do mesmo Artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição do Cedente, pelo Fundo, no(s) pólo(s) ativo(s) de qualquer das ações judiciais que servirem de lastro para os Direitos Creditórios Elegíveis.
- (i) Riscos relacionados ao recebimento de valores. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.
- (j) Risco quanto à substituição do Cedente e levantamento de quantias. Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do Cedente, a inclusão do Fundo no pólo ativo da respectiva ação judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no Artigo 78 do ADCT.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente se obriga a: (i) firmar procuração por instrumento público, em caráter irrevogável e irretratável, nomeando a Administradora como sua procuradora exclusiva para tomar todas as providências necessárias para a defesa dos seus interesses relacionados ao respectivo Precatório, inclusive com poderes para o foro em geral e para adotar todas as medidas, judiciais e extrajudiciais, a fim de obter a substituição do Cedente pelo Fundo no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, bem como assegurar ao Fundo o recebimento

integral do crédito cedido; e (ii) imediatamente notificar o Cessionário, por escrito e nos termos previstos no Contrato de Cessão, acerca de qualquer intimação, notificação ou comunicação recebida pelo Cedente em conexão com qualquer Direito Creditório componente da carteira do Fundo.



Mesmo com essas obrigações e a possibilidade de o Fundo, tendo em vista a procuração que será outorgada à Administradora, poder diretamente solicitar a substituição do Cedente no referido Ofício Requisitório de Pagamento e/ou no pólo ativo da respectiva ação judicial que originou o crédito, é possível que esses pedidos sejam indeferidos pelas autoridades competentes ou que essas autoridades demorem muito tempo para se manifestar a respeito. Caso isso ocorra, o Fundo dependerá do Cedente para ter conhecimento de qualquer intimação, notificação ou comunicação relacionada ao respectivo Direito Creditório e, portanto, poderá sofrer dificuldades e/ou enfrentar atrasos com relação a pagamentos dele decorrentes, impactando o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.

- (k) Risco de concentração da carteira de Fundo. Nos termos do Artigo 6º do Capítulo III deste Regulamento, o Fundo pode alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório. Caso isso ocorra, haverá a concentração da carteira do Fundo em um único Precatório. Na hipótese de a carteira do Fundo estar concentrada em um único Precatório (ou em um número restrito de Precatórios), o risco de não pagamento ou atrasos nos pagamentos dos valores devidos ao Fundo fica restrito a esse(s) Precatório(s), o que é menos favorável aos Quotistas se comparado a uma carteira com diversos direitos creditórios, na qual o risco de inadimplemento seria diluído entre os diversos créditos dela integrantes.
- (l) Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios no orçamento Federal. A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento de direitos creditórios, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito. Caso isso ocorra com relação a um Direito Creditório integrante da carteira do Fundo, poderá afetar negativamente e de forma relevante o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, o investimento realizado pelos Quotistas.
- (m) Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações do Cedente ou de terceiros. Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora *on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Artigo 41 Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 42 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 43 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Artigo 44 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 20, alínea (h), deste Regulamento.

Artigo 45 O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2009. Caso tais datas não sejam Dias Úteis, para fins do aqui disposto serão considerados os respectivos Dias Úteis imediatamente subseqüentes.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 46 Entender-se-á por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do disponível do valor dos ativos integrantes da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo, bem como das respectivas provisões.

Artigo 47 Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

Artigo 48 As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, descritas abaixo, e não poderão ser resgatadas a não ser no término do Prazo de Duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, observado o disposto no Capítulo XVII.

Parágrafo 1º As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador. O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Parágrafo 2º O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, em série única. O Fundo também poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, duas classes de quotas subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior. A Distribuição das Quotas deverá ocorrer

publicamente, mediante registro prévio obtido junto à CVM, e deverá respeitar as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º No curso ordinário do Programa de Securitização, a Relação Mínima será calculada diariamente, sendo admitido o valor equivalente a 1 (um) e não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação seja igual ao valor do Patrimônio Líquido, observado que, nos termos da alínea (d) do Artigo 87 do Capítulo XVIII, as Quotas Seniores somente serão amortizadas caso, considerada *pró-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco).

Artigo 49 Cada Quota Sênior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Sênior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento, observado o disposto no Artigo 87 do Capítulo XVIII;
- (e) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (f) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, na amortização das Quotas Seniores, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 49, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (g) a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 50 Cada Quota Subordinada Mezanino tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de amortização em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) no caso de liquidação antecipada do Fundo, por qualquer motivo, ou findo o Prazo de Duração no curso normal do Programa de Securitização, prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) quando findo o Prazo de Duração, somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo XVII deste Regulamento;
- (d) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão e a negociação de fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinada Mezanino, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;

- (e) deverão ser amortizadas na forma prevista no Artigo 75 do Capítulo XVII deste Regulamento;
- (f) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Capítulo XVI;
- (g) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no Artigo 75 do Capítulo XVII, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 50, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII;
- (h) a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (i) nos termos do Capítulo XXIV, os Quotistas Subordinados Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de quotas subordinadas específicas, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas.

Artigo 51 Cada Quota Subordinada Junior tem as características descritas abaixo, conferindo a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) são subordinadas às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) não poderão ser amortizadas;
- (c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na primeira Data de Emissão, sendo permitida a emissão de fração de Quotas Subordinadas Junior para os titulares de pelo menos 1 (uma) Quota Subordinadas Junior, nos termos do inciso II do Artigo 4º da ICVM 444;
- (d) o valor unitário é calculado todo Dia Útil, durante o Período de Aquisição, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados as disposições deste Regulamento;
- (e) direito de votar matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, conforme disposto neste Regulamento, inclusive direito de votar na substituição da Administradora e do Custodiante, conforme disposto no Capítulo VIII e no Artigo 30 do Capítulo IX, e quaisquer alterações nas alíneas deste Artigo 51, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 108 do Capítulo XXII; e
- (f) a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto nas Assembléias Gerais.

Artigo 52 Para fins do disposto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.689, e observadas as disposições do Capítulo XV e os demais normativos aplicáveis, as Quotas serão registradas para distribuição no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas administrado e operacionalizado pela CETIP, e no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, podendo ser adquiridas por Investidores residentes ou domiciliados fora do Brasil.

Artigo 53 A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do respectivo Investidor no registro de Quotistas do Fundo.

Artigo 54 O Fundo não cobrará do Quotista taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS



Artigo 55 As Quotas serão objeto de oferta pública de distribuição e deverão ser distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do anúncio de início da Distribuição das Quotas.

Parágrafo 1º As Quotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo deverão ser subscritas conforme previsto neste Regulamento, no anúncio de início de Distribuição das Quotas e na legislação aplicável, conforme o caso.

Parágrafo 2º A integralização das Quotas será feita, exclusivamente, em moeda corrente nacional, quando se tratar de Quotas Seniores. A integralização das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá no ato de sua subscrição.

Artigo 56 O Fundo poderá manter em circulação: (a) no máximo 50 (cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino; e (b) no máximo 2 (duas) Quotas Subordinadas Junior, tudo sujeito aos procedimentos e condições constantes deste Regulamento e da regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 57 O Fundo poderá manter em circulação até 5 (cinco) Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável, especialmente o disposto na ICVM 356, na ICVM 400 e na ICVM 444.

Artigo 58 Não há número mínimo de Quotas a serem emitidas pelo Fundo.

Artigo 59 Desde que observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios geridos pelo Cedente também poderão adquirir as Quotas.

Artigo 60 No caso de serem subscritas menos do que 100% (cem por cento) das Quotas objeto de qualquer Distribuição realizada pelo Fundo (cujas características estarão dispostas no(s) respectivo(s) Suplemento(s)), o saldo das Quotas não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas efetivamente subscritas.

Artigo 61 No ato de subscrição das Quotas, cada subscritor assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora) e o Termo de Adesão.

Parágrafo 1º Cada Quotista que ingressar no Fundo deverá informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

Parágrafo 2º A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

Artigo 62 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), independentemente da classe de Quotas na qual o investimento está sendo realizado (*i.e.*, Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior).

Artigo 63 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência da liquidação do Fundo nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável em vigor.

Artigo 64 As Quotas deverão ser registradas para negociação em uma ou mais bolsas de valores ou sistemas de balcão organizado, a critério da Administradora, tais como o Sistema de Fundos Fechados – SFF, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os respectivos Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação

ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Parágrafo 1º Na hipótese de negociação das Quotas, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais serão negociadas.

Parágrafo 2º Nenhuma das classes de Quotas a serem emitidas pelo Fundo poderá ser distribuída publicamente sem a aprovação prévia da CVM.

Artigo 65 Caso necessário, os titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão aprovar a emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de forma a captar os recursos necessários: (a) à aquisição dos Direitos Creditórios e (b) ao reabastecimento da Reserva de Caixa, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Único Será dado direito de preferência aos Quotistas Subordinados Mezanino na emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino de que trata este Artigo 65 deste Capítulo, observado o critério proporcional de quotas desses Quotistas.

Artigo 66 Durante o Prazo de Duração do Fundo, será admitida a detenção, por um mesmo Investidor, de todas as Quotas Subordinadas Mezanino emitidas.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

Artigo 67 Em cada Data de Cálculo, a partir da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo, após a primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores} = (\text{Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior} - \text{Amortização Sênior Anterior}) * \text{FatorCDI}_{\text{anterior}}$$

onde:

“Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores Anterior” significa o valor unitário de referência das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à referida Data de Cálculo (“Data de Cálculo Anterior”);

“Amortização Sênior Anterior” significa o montante efetivamente pago pelo Fundo na amortização de cada Quota Sênior realizada na Data de Cálculo Anterior; e

“FatorCDI_{anterior}” significa o Fator CDI correspondente ao período compreendido entre a Data de Cálculo Anterior (inclusive) e a Data de Cálculo (exclusive).

Artigo 68 Em cada Data de Cálculo posterior à Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário apurado, para fins de integralização, amortização ou resgate, pelo menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão (x) da diferença entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor agregado das Quotas Seniores em Circulação pelo (y) número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na referida Data de Cálculo; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino, determinado de acordo com o disposto abaixo:
 - (i) na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - (ii) em cada Data de Cálculo subsequente, o valor apurado de acordo com o disposto a seguir:
 - (ii.A) caso a Data de Cálculo seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será equivalente ao Valor Principal Atualizado (conforme definido abaixo); ou
 - (ii.B) caso a Data de Cálculo não seja a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou não seja uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Principal Atualizado} * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo}/252} * (1 + \text{Proj_IPCA})^{\text{Prazo}/\text{DiasÚteisPeríodo}}$$

onde:

Valor Principal Atualizado: Montante definido na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino como R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). O Valor Principal Atualizado será ajustado após cada Data de Amortização e será determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor Principal Atualizado} = \text{Valor Principal Anterior} * (1 + \text{Variação IPCA-E}) * (1 + \text{Meta de Rentabilidade})^{\text{Prazo Anterior}/252} - \text{Amortização Quota Subordinada Mezanino}$$

onde:

“Valor Principal Anterior”: significa o Valor Principal Atualizado vigente na Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização ou na primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso.

“Variação IPCA-E”: número determinado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\frac{\text{IPCA} - E_{\text{atual}}}{\text{IPCA} - E_{\text{anterior}}} - 1$$

onde:

“IPCA- E_{atual} ”: significa o Número Índice do IPCA-E correspondente ao segundo mês imediatamente anterior à referida Data de Amortização; e

IPCA- E_{anterior} : o Número Índice do IPCA-E correspondente ao terceiro mês imediatamente

anterior à referida Data de Amortização, sendo certo que este terceiro mês não poderá ser anterior ao mês da Data de Referência.

“Prazo Anterior”: significa o número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização anterior (inclusive), conforme o caso, e a respectiva Data de Amortização (exclusive).

“Amortização Quota Subordinada Mezanino”: é o montante a ser pago pelo Fundo por cada Quota Subordinada Mezanino por ocasião da amortização, na respectiva Data de Amortização.

Prazo: Número de Dias Úteis entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), e a referida Data de Cálculo (exclusive).

Dias Úteis Período: Número de Dias Úteis compreendidos entre a primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), e a Data de Amortização subsequente (exclusive).

Proj_IPCA: significa a projeção da variação do número índice do IPCA correspondente ao mês vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Cálculo, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Cálculo o Proj IPCA será determinado como o Proj $IPCA_{i-1}$ (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior).

Artigo 69 A partir da primeira Data de Emissão de Quotas Subordinadas Junior, o valor unitário de cada Quota Subordinada Junior, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma deste Capítulo, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Junior em Circulação na respectiva data de apuração.

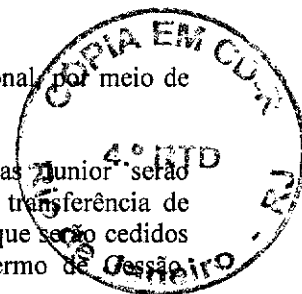
Artigo 70 Os critérios de determinação do valor das Quotas, definidos nos Artigos 67, 68 e 69 deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores, aos Quotistas Subordinados Mezanino e aos Quotistas Subordinados Junior na hipótese de amortização (no caso das duas primeiras, uma vez que não haverá amortização de Quotas Subordinadas Junior) ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.

Artigo 71 Quando da determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos deste Capítulo, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo, porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.

Artigo 72 Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos Precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto neste Regulamento. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado um índice substitutivo pela maioria simples dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Artigo 73 As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Artigo 74 As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão observado, ainda, os Critérios de Elegibilidade.



CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 75 No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas respectivas Datas de Amortização, em Regime de Caixa, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XVIII.

Artigo 76 Não é facultado a qualquer dos Quotistas solicitar a realização de amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 77 Não há limite mínimo para amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que as Quotas Seniores terão prioridade na amortização com relação às Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 78 Não haverá amortização das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 79 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Artigo 80 Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Artigo 81 Após a amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

Artigo 82 A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora: (a) por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (b) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

Artigo 83 Qualquer amortização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas Mezanino somente poderá ser realizada nas Datas de Amortização, conforme aqui previsto.

Artigo 84 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVIII.

Artigo 85 As Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas Mezanino, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

Artigo 86 Observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, haverá o resgate das Quotas do Fundo nas seguintes hipóteses: (a) findo o Prazo de duração do Fundo; ou (b) deliberação dos Quotistas no sentido de liquidar antecipadamente o Fundo, por qualquer motivo.

CAPÍTULO XVIII – DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 87 A partir do Início das Atividades do Fundo e durante o Prazo de Duração, a Administradora se obriga, por meio de débitos e créditos a serem realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, na ordem de preferência abaixo referida, observadas as demais disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo (inclusive Encargos Legais), devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) adequação da Reserva de Caixa, a não ser que o Fundo esteja sujeito à liquidação antecipada;
- (c) no pagamento do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na Data de Referência, em moeda corrente nacional;
- (d) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento, especialmente o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 48 do Capítulo XIV, sendo que, em caso de amortização, esta somente ocorrerá quando, considerada *pro-forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
- (e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (f) na amortização, total ou parcial, das quotas subordinadas mezanino emitidas ao amparo do Capítulo XXIV, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Subordinadas Mezanino, previsto no Artigo 68 do Capítulo XVI deste Regulamento; e
- (g) no resgate de Quotas Subordinadas Junior (mesmo que o resgate das Quotas Subordinadas Junior decorra da liquidação antecipada do Fundo), observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 89 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os valores ajustados nos termos dos artigos a seguir.

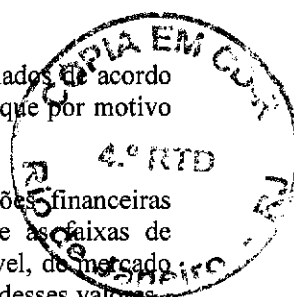
Artigo 90 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 91 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora, aceitos pelo Bacen e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 92 As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 93 Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor.

Artigo 94 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.



CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 95 Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Avaliação”):

- (a) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e/ou no Termo de Cessão, conforme aplicável, e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
- (b) não cumprimento do disposto no *caput* e/ou no Parágrafo 1º do Artigo 7º do Capítulo III, a partir do Início das Atividades do Fundo;
- (c) amortização e/ou resgate de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- (d) resilição do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, ou renúncia do Custodiante ou da Agência de *Rating*, conforme o caso, a qualquer tempo e por qualquer motivo, com relação à prestação dos serviços objetos do Contrato de Custódia ou do contrato de prestação de serviços firmado com a Agência de *Rating*, respectivamente, sem que tenha havido a respectiva substituição por outra instituição, nos termos do(s) referido(s) contrato(s);
- (e) renúncia da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (f) caso os Quotistas Subordinados Mezanino não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 72 do Capítulo XVI;
- (g) não cumprimento, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de suas respectivas obrigações constantes deste Regulamento;
- (h) caso um ou mais pagamentos devidos em razão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deixe de ser efetuado e esse(s) pagamento(s) não realizado(s), individualmente ou no agregado, corresponda(m) ao equivalente à 40% (quarenta por cento) ou mais do resultado da somatória de todos os Direitos Creditórios então adquiridos pelo Fundo, com base nos respectivos Preços de Aquisição desses Direitos Creditórios cedidos (calculados conforme previsto no Capítulo XIX); e/ou
- (i) ocorrência do disposto no Parágrafo Único do Artigo 118 do Capítulo XXV.

Artigo 96 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (a) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes e ao Custodiante; (b) suspender, de imediato, a amortização e/ou resgate de Quotas; e (c) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo

XXII, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) pela liquidação antecipada do Fundo, hipótese na qual deverão ser estabelecidos nessa Assembléia Geral os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, aplicando-se as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de Quotistas representando a maioria simples das Quotas em Circulação reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do *caput* deste Artigo 96, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo em virtude de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar, primeiramente e de forma compulsória, todas as Quotas Seniores, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI. Após o resgate integral das Quotas Seniores, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá resgatar todas as Quotas Subordinadas Mezanino compulsoriamente, de forma proporcional, inteiras ou fracionadas, em Regime de Caixa, por seu valor apurado na forma do Artigo 68 do Capítulo XVI. Em ambos os casos, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta Corrente do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos Creditórios, serão imediatamente destinados à Conta Corrente do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida neste Regulamento, a Administradora debitará a Conta Corrente do Fundo e procederá ao resgate antecipado, primeiramente, das Quotas Seniores em Circulação e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 3º Os procedimentos descritos no Parágrafo 2º deste Artigo somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto neste Artigo 96, caso, após o resgate integral das Quotas Seniores, não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Mezanino, o valor disponível deverá ser rateado para pagamento aos Quotistas Subordinados Mezanino, na proporção dos valores a eles devidos. O procedimento de rateio aqui descrito aplicar-se-á ao resgate das Quotas Subordinadas Junior, caso não haja recursos suficientes para o pagamento de todos os Quotistas Subordinados Junior. Após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão, ainda, deliberar por maioria simples a não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, observado o aqui disposto e o disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º Se a Administradora deixar de convocar a Assembléia Geral, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, a omissão da Administradora será considerada, automaticamente, como um Evento de Avaliação.

Artigo 97 A maioria dos titulares de Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa ("Avaliador") responsável pela preparação de um laudo de avaliação com as características mencionadas no Artigo 98 abaixo ("Laudo de Avaliação"). Caso os Quotistas presentes a essa Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora

deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Artigo 98 Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhido na forma do Artigo 97 deste Capítulo. Os resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador deverão ser consubstanciados no Laudo de Avaliação.

Artigo 99 Caso, após 12 (doze) meses da data em que foi deliberada a liquidação antecipada do Fundo, conforme aqui estabelecido, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação (conforme aplicável) um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios existentes na data de constituição do referido condomínio.

Artigo 100 Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral decidam pela não liquidação do Fundo, nos termos do Artigo 96 deste Capítulo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas detidas pelos respectivos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do Capítulo XVI em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Artigo 98 deste Capítulo.

Artigo 101 Além das disposições acima e observado o disposto no Capítulo XXII, (i) titulares detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) do total de Quotas em Circulação ou (ii) os Quotistas Seniores (não obstante a quantidade de Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Seniores), podem, a qualquer momento, solicitar que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, convoque Assembléia Geral para deliberação de assuntos a serem indicados por esses Quotistas, inclusive a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 106 do Capítulo XXII, observados, para fins das deliberações a serem tomadas nas respectivas Assembléias Gerais, os quoruns previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXI – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 102 Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Operação, uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 7.000,00 (sete mil reais); ou (b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), calculados com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil dos meses subseqüentes (a “Taxa de Administração”). A primeira parcela da Taxa de Administração será devida *pro rata* Dias Úteis dentro do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.

Parágrafo 1º Os valores em reais definidos neste Capítulo serão atualizados pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da primeira Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

Parágrafo 3º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia e os demais Encargos do Fundo.

Parágrafo 4º O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 206, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o Artigo 56, Parágrafo 2º da ICVM 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste dispositivo será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

Artigo 103 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria e da Agência de Rating;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo (inclusive os custos e despesas devidos ao Escritório de Advocacia), em juízo ou fora dele, inclusive os custos relacionados a qualquer Litígio, bem como o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido (“Encargos Legais”) até o Limite Máximo de Encargos Legais;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo, à alienação de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (j) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta Corrente do Fundo; e
- (k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do Artigo 31 da ICVM 356, se for o caso.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 104 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Agência de *Rating* e/ou da Empresa de Auditoria, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive despesas com assessores jurídicos, a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto no Artigo 105 deste Regulamento;
- (g) aprovar a alienação de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 do Capítulo V;
- (h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora para liquidação antecipada do Fundo, por conta e ordem do Fundo; e
- (i) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver.

Artigo 105 O Regulamento e os Documentos da Operação poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 106 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico, mencionado no Artigo 110 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada: (a) pela Administradora; ou (b) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, devendo ser observados, porém, os quoruns de deliberação previstos neste Regulamento. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá ao Diretor Designado ou ao seu representante.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o Diretor Designado e um representante do Custodiante deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 107 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 107, não terão direito a voto nas Assembléias Gerais a Administradora e seus empregados, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 29 da ICVM 356.

Artigo 108 Ressalvado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e nas demais disposições deste Regulamento, e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria simples das Quotas em Circulação, presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Único Sem prejuízo das demais disposições deste Regulamento, a alteração das características, vantagens, direitos e obrigações de determinada classe de Quotas dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas em Circulação daquela classe. Assim, por exemplo, para que sejam alteradas características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Seniores, todos os titulares das Quotas Seniores em Circulação deverão aprovar essas mudanças. Além disso, a aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Junior em Circulação: (a) a substituição do Custodiante, conforme disposto no Artigo 30 do Capítulo IX; e (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento.

Artigo 109 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 110 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente (o “Periódico”); e (ii) de correio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, conforme indicado pelos Quotistas por escrito à Administradora.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no Periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada em Assembléia Geral por Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas em Circulação.

Artigo 111 A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo Único Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de *Rating*, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 112 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada exercício social, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do exercício social a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 113 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 114 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXIV – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS

Artigo 115 Caso (a) o Fundo não tenha recursos suficientes para o pagamento dos Encargos do Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes; ou (b) o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, neste último caso, já considerada a utilização da Reserva de Caixa até o Limite dos Encargos Legais, os titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de quotas específicas objeto de nova Distribuição (definindo, inclusive, o cronograma de integralização das quotas objeto da nova Distribuição) a ser realizada por todos os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, incluindo o reabastecimento da Reserva de Caixa.

Artigo 116 Todos os custos e despesas para efetivação das disposições constantes deste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Custodiante, o

Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento desses custos e despesas.

Artigo 117 Os pagamento relativos à integralização das quotas objeto da nova Distribuição conforme previsto no Artigo 115 acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXV – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 118 A Agência de *Rating* será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede, na página na rede mundial de computadores e nas agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constituirá um fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas, sendo que a diminuição na classificação de risco das Quotas caracterizará um Evento de Avaliação, nos termos do Artigo 95 do Capítulo XX.

CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 119 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 120 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 121 O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Artigo 122 As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo, para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação por parte do Fundo.

Artigo 123 Considerar-se-á o Fundo liquidado, e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo e o resgate da totalidade das Quotas.

Artigo 124 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 781456 do Livro 5.100
O QUE CERTIFICO, RJ, 29 JUN 2009



4º Ofício de Registro de Títulos e Doc.	
Av. Rio Branco, 109/102	
REGISTRADO SOB Nº 783962	
RIO DE JANEIRO - RJ, 29/06/2009.	
Jairo V. Rodrigues Carmo	
Titular	
[]	André A. L. Rodrigues Carmo
[]	Mônica R. Coelho
[]	Isabelle Moura de Bivar
[]	Kátia de Sá Madruga
[]	Elisa Angélica da Silva
[]	Edvaldo Alvaranga Pereira
	Escreventes 48

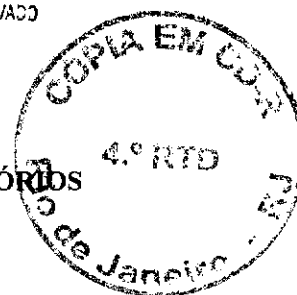
4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ
KATIA DE SÁ MADRUGA
Escrevente Autêntica

ANEXO I – MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

CNPJ/MF nº 10.436.207/0001-67



A [primeira] distribuição pública das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior] do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (a “Oferta” e o “Fundo”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 768546, conforme aditado, em 04 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº 770995, e em 13 de março de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o microfilme nº [--] (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

- (a) Quantidade de [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior]: [-];
- (b) Valor Nominal Unitário das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior] na Data de Emissão: [-];
- (c) Valor Total da Oferta: [-];
- (d) Data de Emissão: é a data em que os recursos ou ativos decorrentes da subscrição e integralização de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e/ou de Quotas Subordinadas Junior, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
- (e) Datas de Amortização das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino]: [-];
- (f) Data de Resgate das [Quotas Seniores/Quotas Subordinadas Mezanino/Quotas Subordinadas Junior]: quando findo o Prazo de Duração do Fundo;
- (g) [Meta de Rentabilidade aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino: fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [-] de [-] de [-].

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**
Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,
na qualidade de administradora do Fundo

Testemunhas:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO 10 DOCUMENTO ARQUIVADO

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO II – MODELO DE TERMO DE ADESÃO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Termo de Adesão ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, na qualidade de investidor do DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS (o “Fundo”), administrado pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, (a “Administradora”), declara:

I. Ter recebido cópia do regulamento do Fundo (o “Regulamento”), bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Ser investidor qualificado, nos termos da Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004 (conforme alterada). Nesse sentido, compromete-se a comunicar à Administradora, imediatamente, qualquer alteração em sua condição de investidor qualificado, durante o período em que permanecer como quotista do Fundo.

III. Estar de acordo e ciente:

(a) dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira de investimento do Fundo, bem como da taxa de administração devida à Administradora;

(b) do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos III e XI (“Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação de Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;

(c) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;

(d) o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;

(e) a Administradora, no exercício de suas atividades tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;

(f) de que a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsáveis por eventuais perdas que o Fundo venha a sofrer em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão.

(g) de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos;

(e) [de que poderá ser chamado a aportar recursos adicionais no Fundo, nos termos do Capítulo XXIV

do Regulamento] [A SER UTILIZADO APENAS PARA OS TITULARES DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO];

(h) de que terá que integralizar as quotas do Fundo subscritas por meio do respectivo boletim de subscrição, de acordo com o Regulamento do Fundo;

(i) de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao meu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;

(j) de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Monitor Mercantil"; e

(k) os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Termo de Adesão (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

IV. Responsabilizar-se pela veracidade das suas declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexactidão ou imprecisão dessas informações.

Por fim, informa que as comunicações enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas ao(s) seguinte(s) e-mail(s): [--], aos cuidados de [nomes completos].

(Local e data)

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INVESTIDOR]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO III – LISTA DE DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE PARECER

AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE DECISÕES JUDICIAIS

REGISTRO DE FÓRMULAS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

(A) Documentos Referentes ao Processo

- (a) Cópia integral dos autos do processo que deu origem ao crédito, inclusive do processo de execução.
- (b) Cópia integral de todos os atos processuais referentes à ação rescisória, se houver.
- (c) Cópia do Ofício Requisitório de Pagamento.
- (d) Cópia de quaisquer contratos ou outros instrumentos firmados entre o Cedente e quaisquer advogados para a prestação de serviços em relação à ação.

(B) Documentos Referentes ao Cedente

I. Documentos Societários e Demonstrações Financeiras

- (a) Estatuto Social ou Contrato Social atualizado.
- (b) Cópia de todos os atos societários, procurações e outros instrumentos que nomeiem representantes do Cedente.
- (c) Acordo de Acionistas ou Quotistas, se houver.
- (d) Organograma societário atualizado.
- (e) Demonstrações Financeiras da Cedente dos 3 últimos exercícios.

II. Assuntos Contratuais

- (a) Relatório relativo a todos os contratos que representem obrigação financeira perante terceiros (com base em tal relatório poderão ser solicitadas cópias de documentos relevantes).
- (b) Cópia de qualquer contrato que contenha previsão que limite de qualquer forma a capacidade do Cedente de alienar ou onerar bens ou direitos.



III. Certidões

Certidões obtidas nas comarcas dos imóveis, sede e filiais da Cedente e na Capital do Estado relativamente ao endereço de cada estabelecimento, conforme o caso:

- (a) Certidões dos Cartórios de Protestos (5 anos);
- (b) Certidões quanto à existência de Dívida Ativa da União inscrita (5 anos);
- (c) Certidões atualizadas de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (CQTF) (5 anos);
- (d) Certidões negativa de tributos federais, estaduais, municipais;
- (e) Certidão negativa de débitos para com a Secretaria da Fazenda Estadual (5 anos) onde a Cedente possuir sede e filiais;
- (f) Certidão atualizada de regularidade para com o FGTS;
- (g) Certidão atualizada de regularidade para com a Seguridade Social (incluindo o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS);
- (h) Certidão atualizada de regularidade para com a Dívida Ativa da União;
- (i) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Estadual;
- (j) Certidões dos Distribuidores Cíveis da Justiça Federal;
- (k) Certidão de Distribuição da Justiça do Trabalho;
- (l) Certidões de Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (m) Esclarecimentos sobre as ocorrências eventualmente apontadas pelos documentos acima.”

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Cláusula 3. Demais Disposições. Todas as demais disposições do Regulamento que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento, são neste ato ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2009.

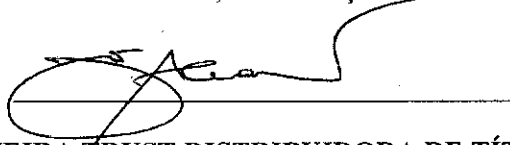

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "Administradora"), na qualidade de administradora do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67, com seu regulamento registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 768546, em 24 de outubro de 2008, conforme aditado por meio do "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado em 04 de dezembro de 2008, sob o nº 770875, do "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado em 05 de dezembro de 2008, sob o nº 770995, e do "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais", registrado em 18 de março de 2009, sob o nº 776624, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o "Fundo"), para fins do registro da distribuição pública de quotas seniores, quotas subordinadas mezanino e quotas subordinadas junior de emissão do Fundo (a "Oferta") na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações relativas ao Fundo sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2009.



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 • Fax: 3514-0099
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
CEP 04534-004
Tel.: (11) 3504-8100 • Fax: 3504-8199

agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
www.oliveiratrust.com.br

Deutsche Bank



DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de quotas seniores, quotas subordinadas mezanino e quotas subordinadas junior de emissão do **DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67, com seu regulamento registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 768546, em 24 de outubro de 2008, conforme aditado por meio do “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 04 de dezembro de 2008, sob o nº 770875, do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 05 de dezembro de 2008, sob o nº 770995, e do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 18 de março de 2009, sob o nº 776624, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Fundo”), para fins do registro da distribuição pública de quotas seniores, quotas subordinadas mezanino e quotas subordinadas junior de emissão do Fundo (a “Oferta”) na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações relativas ao Fundo sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2009.

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Nome: WILSON FERNANDO MUCCI MENDES
Cargo: DIRETOR

Nome: Rui Fernando R. Alves
Cargo: Diretor



Rating

A

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

Data: 07/ago/2009
Validade: 31/jan/2010

Sobre o Rating

Perspectiva: Negativa

Observação: -

Histórico:

Ago/09: Afirmação:

A (Cotas Mezanino)

Mai/09: Afirmação:

A (Cotas Seniores)

Fev/09: Atribuição:

A (Cotas Seniores)

Analistas:

Cátia Mota
Tel.: 55 11 3377 0718
catia.mota@austin.com.br

Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 07 de agosto de 2009, afirmou o **rating A** ("A simples"), para a Primeira Emissão de Cotas Seniores do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Precatórios Federais (DB Master FIDC NP). A perspectiva manteve-se **negativa**.

A presente classificação considera as alterações realizadas através do quinto aditamento ao Regulamento realizado em 29 de junho de 2009, sendo que estas mudanças não impactam no perfil de risco das Cotas Seniores. Ressalta-se que até a data de emissão deste relatório não houve distribuição pública de Cotas.

O DB Master FIDC NP, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de Precatórios, adquiridos pelo Deutsche Bank S/A – Banco Alemão (cedente) dos próprios autores das ações judiciais (ou cessionários), já expedidos pela Justiça Federal, cuja decisão final tenha trânsito em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória.

O Fundo será composto por Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Juniores e terá um objetivo de remuneração para as Cotas Seniores equivalente a 100% do CDI, para as Cotas Subordinadas Mezanino de IPCA-E + 10,67% e para as Cotas Subordinadas Juniores não haverá *benchmark*. O Fundo contará com um PL de até R\$ 57.000.000,00.

A alteração para perspectiva negativa está ligada ao trâmite da Proposta de Emenda Constitucional 12 (PEC 12), aprovada por unanimidade no dia 01 de abril de 2009 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e encaminhada para a de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados. A aprovação do atual texto da PEC 12 será refletida no rebaixamento da nota deste Fundo.

A aprovação desta versão da emenda tem impactos nas regras legais que especificam as condições de pagamento dos Precatórios Federais (principal lastro do fundo), apesar do atual texto da proposta focar com maior ênfase nos precatórios Municipais e Estaduais. Caso a atual emenda seja aprovada, o novo marco legal se materializará em um ambiente legal diferente ao qual rege atualmente esta questão, regulamentado pela Emenda Constitucional 30, com conseqüente deterioração do perfil de risco destes créditos (maior exposição de seus credores). Cabe ressaltar que o marco legal que atualmente rege sobre esta questão apresenta um bom histórico de pagamentos na esfera federal. Como fator agravante, a emenda proposta também se aplica, de acordo com o texto apresentado, aos precatórios já expedidos pela União, como aqueles que dão lastro ao FIDC.

A manutenção do atual texto da PEC 12 altera o perfil de risco do único lastro do fundo, um precatório federal, principalmente por três fatores: (i) margem para interpretações diversas, no que toca à compensação de débitos inscritos em dívida ativa; (ii) alteração do índice de correção dos valores de precatórios; e (iii) possibilidade de aprovação de lei complementar que estabeleça regime especial de pagamento, sem qualquer restrição quanto a prazo, limite para vinculações à receita corrente líquida ou incidência de encargos. Estes pontos serão abordados com maior nível de detalhe abaixo.

A classificação mantém como fundamento a metodologia da Austin Rating para avaliação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (disponível no site www.austin.com.br).

Ressalta-se que esta classificação é atribuída exclusivamente para as Cotas Seniores e considerou, principalmente, as definições no regulamento dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão, e a estrutura de proteção para as Cotas Seniores, assim como o perfil de risco dos ativos a serem adquiridos pelo Fundo.

Alguns dos fatores que contribuíram para esta classificação são: **(i)** A aquisição exclusiva de precatórios já expedidos pela Justiça Federal, com decisão final transitada em julgado, e não sujeitos à ação rescisória. Assumindo-se estas características, os Precatórios, ativos subjacentes do fundo, constituem ação já julgada que reconhece e formaliza a existência da dívida (assim como seu valor), de maneira inquestionável, a favor do titular do Precatório por parte do devedor, o que garante a existência do lastro para o fundo; **(ii)** Os precatórios federais têm histórico de pagamentos favorável, com probabilidade reduzida de interposição de novas ações que impactem no seu fluxo de pagamento; **(iii)** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e com amortizações das cotas pelo regime de caixa, adequando-o às particularidades dos seus ativos, particularmente aquelas vinculadas ao cronograma de amortização do Precatório, mitigando, em alto grau, os riscos de liquidez; **(iv)** Apesar do trâmite da PEC 12, que busca alterar o atual sistema de pagamento de precatórios, há Jurisprudência consolidada favorável ao pagamento de precatórios com as características definidas nos critérios de elegibilidade; **(v)** As partes envolvidas na operação (Estruturador, Custodiante, Administrador e Assessor Legal) têm relevante experiência e ótima reputação na estruturação / operação de emissões de dívida estruturadas, caracterizadas pela securitização de ativos; **(vi)** Critérios de seleção das partes citadas acima são reconhecidamente satisfatórios, assim como o processo de formalização adotado; **(vii)** A significativa taxa de desconto para aquisição dos precatórios, estipulada pelo regulamento, se materializa em relevante fator de proteção para as cotas, assim como favorece que a meta de rentabilidade seja atingida; **(viii)** O crédito subjacente (precatório) tem como pagador a União. Esta particularidade define, em alto grau, o perfil de risco de crédito do precatório e, em consequência, do FIDC. O risco de crédito do fundo está, desse modo, correlacionado, em elevado grau, com a capacidade de pagamento da União, bem como em seu histórico de pagamentos desse tipo de obrigação.

Por outro lado, a classificação se viu limitada, em parte, pelos seguintes fatores: **(i)** Embora se entenda que os critérios de elegibilidade e as condições de cessão sejam satisfatórios, a possibilidade de concentração de até 100% do PL em um único precatório se constitui em fator de risco, pois fere o princípio de pulverização. Isto se potencializa pela falta de definição específica *ex-ante* de quais serão os créditos a serem adquiridos pelo Fundo. No caso de elevada concentração e eventual inadimplência, o valor de todas as classes de Cotas seria fortemente comprometido, portanto, o Comitê de Classificação decidiu pela equivalência das notas das Cotas Seniores, Subordinadas Mezanino e Subordinadas Juniores, com classificação “A”. A Austin considera que, durante o prazo de duração, poderá rever a classificação, bem como, promover o descolamento da classificação de risco de cada classe de cota, uma vez que está fortemente ligada à definição do(s) ativo(s) que darão lastro ao Fundo; **(ii)** Concentração em um único devedor (União Federal). Embora se entenda que a capacidade de pagamento da União, assim como seu histórico, seja favorável, em caso de inadimplemento deste tipo de obrigação (judicial), os ativos que dão lastro ao fundo serão integralmente afetados; **(iii)** Apesar dos critérios de seleção determinarem a aquisição de precatórios federais com trânsito em julgado, não podemos atestar que os créditos adquiridos não serão passíveis de outras ações judiciais que possam impactar no valor da causa ou mesmo no fluxo de pagamento das parcelas. Apesar de se tratar de uma decisão judicial com trânsito em julgado, o histórico que a Austin Rating vem observando é de tentativas contínuas da União de frustração ou postergação do pagamento, pela interposição de ações rescisórias. Neste caso, mesmo que a decisão judicial seja a favor do cedente, existe o risco de que o prazo do recebimento dos fluxos de pagamentos seja comprometido; **(iv)** A Austin não tem como avaliar a pacificação de causas que originam precatórios que darão lastro a este Fundo, pela falta de definição de sua carteira; **(v)** No sentido do parágrafo anterior, como não há definição clara das origens das causas, não há possibilidade de fazer um estudo específico de fluxo de pagamento para decisões judiciais de causas de origens distintas, considerando-se apenas o fluxo histórico geral de pagamentos de precatórios pela União, a partir da Emenda Constitucional 30/2000; **(vi)** Apesar da definição

dos direitos creditórios através dos critérios de elegibilidade, não tivemos acesso ao parecer legal sobre as causas específicas que deram origem ao precatório a ser adquirido pelo Fundo; **(vii)** Dado o longo prazo para a amortização do Precatório (dez anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do Precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos); **(viii)** A possibilidade de deterioração das contas da União Federal em decorrência da crise financeira internacional, afetando na capacidade de pagamento de suas obrigações, inclusive dos precatórios.

(ix) Tramita atualmente no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 12 (PEC 12), cujo objeto é a alteração da forma de liquidação de dívidas referentes a precatórios (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente) nas esferas federal, estadual e municipal. Caso seja aprovada sem alterações na atual redação, os principais impactos nos precatórios de origem federal, objetos de aquisição deste Fundo, serão:

(a) Art. 100º § 9º “*No momento do pagamento efetivo dos créditos em precatórios independentemente de regulamentação dele deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.*” Dessa forma, o texto proposto abre margem para interpretação de que os débitos inscritos na dívida ativa do(s) autor(es) da ação que originou cada precatório seriam objeto de compensação no momento do pagamento do precatório, seja no caso de pagamento do montante total ou parcelado (em até 10 parcelas anuais como prevê a EC 30/2000). Ou seja, os precatórios cedidos a terceiros ficam passíveis de compensação de débitos de dívida ativa do antigo credor, mesmo que estes débitos sejam constituídos após a cessão. Mesmo que no momento da cessão não existam pendências dessa natureza, dado o longo prazo para o pagamento dos precatórios, não há como estimar o impacto sobre qualquer uma das parcelas de débitos a serem constituídos pelos “credores originais”, assim como acentua o risco moral envolvido na operação, uma vez que os “credores originais” podem reduzir o seu esforço para evitar sua inscrição em dívida ativa. Como se observa, as implicações decorrentes deste parágrafo podem acentuar drasticamente o risco relativo à performance do pagamento das parcelas anuais, dada a impossibilidade de estimar o valor a ser recebido por este direito creditório após o impacto da compensação tributária. O texto atual não incorpora a figura de cedentes e cessionários, assim como não apresenta a definição para “credor original”. Como agravante, tal alteração se aplica a precatórios já expedidos e cedidos.

(b) Art. 100º § 11 “*A correção de valores de precatórios, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.*” Atualmente, a Constituição Federal prevê a liquidação pelo valor real dos precatórios acrescidos de juros legais, o que corresponde à correção pelo IPCA-E acrescido de juros compensatórios de 6% ao ano. Com a aprovação desta PEC, a correção passa a ser realizada de acordo com o índice oficial de correção e juros da caderneta de poupança, que atualmente correspondem a Taxa Referencial (TR) + juros de 0,5% ao mês (6,17% ao ano). Portanto, os investidores terão redução da correção anual esperada, dado que, historicamente, a TR é inferior ao IPCA-E (em 2008, a TR foi de 1,63%, enquanto o IPCA-E foi de 6,10%). A Austin entende que esta alteração da correção terá incidência também para os precatórios já expedidos, cujo pagamento parcelado já foi iniciado. Este fator é agravado pela existência de meta de remuneração para as cotas seniores e subordinadas mezanino, cuja definição de remuneração foi elaborada em um cenário anterior. Ademais, interfere na margem de proteção dada pela taxa de desconto aplicada na aquisição do precatório, uma vez que esta foi definida considerando regras diversas de correção dos precatórios.

(c) Art. 100º § 12 “*Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios dispondo inclusive sobre: I – vinculações à receita corrente líquida; II – incidência de encargos; III – forma e prazo para liquidação.*” Por fim, o parágrafo 12 é o que possibilita a maior alteração na atual forma de pagamento de precatórios, regulamentada pela EC 30. Com ela, os entes públicos, inclusive a União Federal, poderão definir individualmente as normas a serem seguidas para o pagamento de precatórios, inclusive para os já expedidos. Com isso, o prazo máximo de 10 anos, atualmente em vigor, pode ser estendido, assim como a criação de um limite máximo para pagamento atrelado à receita corrente líquida para

pagamento, a exemplo do texto proposto para precatórios expedidos por estados, municípios e distrito federal, tudo a critério dos legisladores de cada ente. A Austin entende que a possibilidade de aprovação de lei que altere o regime de pagamentos de precatórios impacta fortemente o risco ligado aos precatórios já expedidos e em fase de amortização de parcelas, inclusive o lastro deste Fundo, uma vez que não se pode afirmar que estes serão imunes a tais alterações.

No âmbito federal, a aprovação da PEC 12 acentua o risco jurídico envolvido na aquisição de precatórios, tanto pela redação proposta, que gera incertezas, quanto à compensação dos débitos de dívida ativa, quanto pela correção monetária, atrelada aos juros da caderneta de poupança. Ademais, o marco regulatório que atualmente apresenta um bom histórico de pagamentos na esfera federal poderá ser alterado a critério dos legisladores, impossibilitando a definição do perfil destes créditos no longo prazo. De maneira geral, ainda que a PEC 12 não seja aprovada com o atual texto, o risco atrelado aos precatórios eleva-se, na medida em que revela a fragilidade do marco jurídico pelo qual é amparada. Considerando-se o longo prazo destes ativos, poderão ser propostas novas alterações das regras de pagamento que beneficiem os entes públicos, em detrimento dos credores.

A perspectiva negativa reflete a opinião da Austin quanto ao andamento da PEC 12, aprovada no Senado Federal e encaminhada à Câmara de Deputados, cujo texto altera severamente as regras de pagamento de precatórios federais, além de revelar a instabilidade jurídica atrelada a estes ativos. A aprovação da PEC 12 será refletida no rebaixamento da nota deste Fundo. Ressalta-se que não é possível prever o prazo do trâmite no Congresso Nacional.

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating fará o acompanhamento dos riscos relativos às Cotas Seniores do Fundo, especialmente aqueles ligados à qualidade da carteira, divulgando trimestralmente relatório de *rating* contendo sua opinião de crédito atualizada. Esta classificação fica permanentemente sujeita a alterações, sendo de responsabilidade da administradora a comunicação aos cotistas sobre as eventuais mudanças nesta.

PERFIL DO FUNDO

O DB Master FIDC NP é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas Instruções da Comissão Valores Mobiliários (CVM) nº. 356 de 17 de dezembro de 2001 e nº 444 de 08 de dezembro de 2006. O FIDC conta com as seguintes características:

Tipo de Fundo:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP), constituído sob a forma de condomínio fechado;
Patrimônio Líquido (Inicial):	R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais);
Número de Séries:	Única;
Valor Unitário por Cotas:	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
Qtde. Cotas Seniores:	Até 5;
Qtde. C. Mezanino:	Até 50;
Qtde. C. Juniores:	Até 02;
Classe de Cotas:	Seniores, Subordinadas Mezanino e Subordinadas Juniores;
Prazo:	até o ano de 2020;
Objetivo de Remuneração:	100% do CDI para as Cotas Seniores;
Colocação da cotas:	Distribuição Pública – Melhores Esforços;
Público-Alvo:	Investidores Qualificados;

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes;
Administradora:	Oliveira Trust DTVM S.A.;
Custodiante:	Deutsche Bank S.A.;
Assessor Legal:	Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados;
Amortização:	A amortização das cotas se dará por regime de caixa, de acordo com o recebimento das parcelas.

AMBIENTE POLÍTICO E ECONÔMICO

O governo federal tem conseguido pagar em dia os precatórios, salvo raríssimas exceções de alguns órgãos em liquidação. Algumas entidades, como o Banco Central, por exemplo, decidiram antecipar o pagamento de precatórios para economizar com pagamentos de juros e correção monetária.

Os fatores que têm levado a União a pagar em dia os precatórios são os avanços significativos nas questões relacionados ao nível de solvência interna e externa, ou seja, a melhora na capacidade de pagamento do País, tanto em moeda local como em moeda estrangeira.

É importante destacar que a União tem interesse direto em manter o pagamento dos precatórios em dia, pois caso haja comprovação de que o não pagamento decorreu por má fé, tal ação pode incorrer numa representação junto aos organismos internacionais e, com isso, impedir o País de obter novos financiamentos externos.

A despeito da crise mundial, que tem deteriorado os principais indicadores do nível de atividade (produção, consumo, investimentos, emprego e renda), o Brasil conseguiu encerrar o ano de 2008 com balanço positivo quanto ao seu nível de solvência interna e externa.

Pelo lado doméstico, em moeda local, a relação Dívida / PIB registrou, em 2008, recuo pelo quinto ano consecutivo, e ficou em 36% contra 42,7% do PIB apurados em 2007 e 44,7% em 2006. Em grande parte, o recuo observado ocorreu em virtude do crescimento do PIB, mas também houve contribuição das empresas estatais federais que anotaram superávits e, ainda, pelo recuo da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) da ordem de 7% - fato que não ocorria desde o início desta década. Em tempo, vale destacar que a relação Dívida / PIB atingiu seu pico no Plano Real em setembro de 2002, ao atingir 56%.

As perspectivas para a continuidade do recuo da dívida pública ao longo de 2009, ou ao menos sua estabilidade, seguem positivas, em virtude de pelo menos três pontos: i) estabilidade da taxa de câmbio ao redor de R\$ 2,30/US\$; ii) processo de queda da taxa básica de juros (Selic); e iii) redução do nível da taxa de inflação. Nesse sentido, é importante destacar que os três pontos citados anteriormente (câmbio, Selic e inflação) são indexadores relevantes na composição da DPMFi.

Apesar de o cenário prospectivo relativamente otimista para as contas públicas em 2009, é necessário atentar-se que o governo, com o intuito de amenizar os impactos da crise mundial sobre a dinâmica da economia doméstica, tem tomado medidas que reduzem seu potencial de pagamento. No final de 2008, foi anunciada a redução de impostos (ex: IOF, IPI, etc.), e recentemente houve o aporte de R\$ 100 bilhões no BNDES com boa parte desse recurso captado no mercado financeiro com emissão de títulos públicos e, por fim, a redução do nível de atividade (produção e vendas) deverá impactar no volume financeiro da arrecadação federal neste ano.

Pelo lado externo, em moeda estrangeira, após o País registrar superávit no saldo em transações correntes no período de 2003 a 2007, em 2008 houve déficit de US\$ 28,3 bilhões. Diferentemente do que ocorria no País até início desta década, quando os investidores temiam um *default*, agora boa parte desse déficit foi constituída pela ampla saída de recursos estrangeiros, via mercado de capitais, em decorrência da crise externa que gerou a necessidade nos investidores de terem de cobrir prejuízos nas economias industrializadas. Este fato reafirma o avanço que o País teve com relação à redução do nível de solvência externa. Um dos pontos importantes a destacar é a manutenção do nível das reservas internacionais entre o período pré-crise (setembro de 2008) e o momento atual. Ou seja, não

houve perda significativa de reservas, pois, em setembro, o saldo era de US\$ 207,494 bilhões e recuou para US\$ 203,179 bilhões em outubro (ápice da crise), mas encerrou 2008 com saldo de US\$ 206,806 bilhões.

Vale destacar também que em 2008 o volume dos investimentos estrangeiros diretos no país registrou recorde histórico, ao acumular a cifra de US\$ 45,0 bilhões, superando o período de maior volume, que foi de US\$ 33 bilhões no final da década de 90 com as privatizações. Portanto, este fato reafirma a maior confiança dos investidores internacionais no Brasil. Com relação ao endividamento externo do País, houve ligeira alta de 3,6%, para US\$ 200,2 bilhões, na comparação contra 2007, e, desse total, 50% são de endividamento público, sendo que seu perfil de vencimento é de médio e longo prazo.

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O **rating** pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de **rating** e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Rating

Cotas Mezanino:

A

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

Data: 07/ago/2009

Validade: 05/dez/2009

Sobre o Rating

Perspectiva: Negativa

Observação: -

Histórico:

Ago/09: Afirmação:

A (Cotas Mezanino)

Mai/09: Afirmação:

A (Cotas Mezanino)

Dez/08: Atribuição:

A (Cotas Mezanino)

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 07 de agosto de 2009, afirmou o *rating A*, para a Primeira Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Precatórios Federais (DB Master FIDC NP). A perspectiva manteve-se **negativa**.

A presente classificação considera as alterações realizadas através do quinto aditamento ao Regulamento realizado em 29 de junho de 2009, sendo que estas mudanças não impactam no perfil de risco das Cotas Subordinadas Mezanino. Ressalta-se que até a data de emissão deste relatório não houve distribuição pública de Cotas.

O DB Master FIDC NP, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de Precatórios, adquiridos pelo Deutsche Bank S/A – Banco Alemão (cedente) dos próprios autores das ações judiciais (ou cessionários), já expedidos pela Justiça Federal, cuja decisão final tenha trânsito em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória.

O Fundo será composto por Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Juniores e terá um objetivo de remuneração para as Cotas Seniores equivalente a 100% do CDI, para as Cotas Subordinadas Mezanino de IPCA-E + 10,67% e para as Cotas Subordinadas Juniores não haverá *benchmark*. O Fundo contará com um PL de até R\$ 57.000.000,00.

A alteração para perspectiva negativa está ligada ao trâmite da Proposta de Emenda Constitucional 12 (PEC 12), aprovada por unanimidade no dia 01 de abril de 2009 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e encaminhada para a de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados. A aprovação do atual texto da PEC 12 será refletida no rebaixamento da nota deste Fundo.

A aprovação desta versão da emenda tem impactos nas regras legais que especificam as condições de pagamento dos Precatórios Federais (principal lastro do fundo), apesar do atual texto da proposta focar com maior ênfase nos precatórios Municipais e Estaduais. Caso a atual emenda seja aprovada o novo marco legal se materializará em um ambiente legal diferente ao qual rege atualmente esta questão, regulamentado pela Emenda Constitucional 30, com conseqüente deterioração do perfil de risco destes créditos (maior exposição de seus credores). Cabe ressaltar que o marco legal que atualmente rege sobre esta questão apresenta um bom histórico de pagamentos na esfera federal. Como fator agravante, a emenda proposta também se aplica, de acordo com o texto apresentado, aos precatórios já expedidos pela União, como aqueles que dão lastro ao FIDC.

A manutenção do atual texto da PEC 12 altera o perfil de risco do único lastro do fundo, um precatório federal, principalmente por três fatores: (i) margem para interpretações diversas no que toca a compensação de débitos inscritos em dívida ativa; (ii) alteração do índice de correção dos valores de precatórios; e (iii) possibilidade de aprovação de lei complementar que estabeleça regime especial de pagamento, sem qualquer restrição quanto a prazo, limite para vinculações à receita corrente líquida ou incidência de encargos. Estes pontos serão abordados com maior nível de detalhe abaixo.

A classificação mantém como fundamento a metodologia da Austin Rating para avaliação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (disponível no site www.austin.com.br).

Analistas:

Cátia Mota
Tel.: 55 11 3377 0718
catia.mota@austin.com.br

Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

Ressalta-se que esta classificação é atribuída exclusivamente para as Cotas Subordinadas Mezanino e considerou, principalmente, as definições no regulamento dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão, e a estrutura de proteção para as Cotas Subordinadas Mezanino, assim como o perfil de risco dos ativos a serem adquiridos pelo Fundo.

Alguns dos fatores que contribuíram para esta classificação são: **(i)** A aquisição exclusivamente de precatórios já expedidos pela Justiça Federal, com decisão final transitada em julgado, e não sujeitos à ação rescisória. Assumindo-se estas características, os Precatórios, ativos subjacentes do fundo, constituem ação já julgada que reconhece e formaliza a existência da dívida (assim como seu valor), de maneira inquestionável, a favor do titular do Precatório por parte do devedor, o que garante a existência do lastro para o fundo; **(ii)** Os precatórios federais têm histórico de pagamentos favorável, com probabilidade reduzida de interposição de novas ações que impactem no seu fluxo de pagamento; **(iii)** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e com amortizações das cotas pelo regime de caixa, adequando-o às particularidades dos seus ativos, particularmente aquelas vinculadas ao cronograma de amortização do Precatório, mitigando, em alto grau, os riscos de liquidez; **(iv)** Apesar do trâmite da PEC 12 que busca alterar o atual sistema de pagamento de precatórios, há jurisprudência consolidada favorável ao pagamento de precatórios com as características definidas nos critérios de elegibilidade; **(v)** As partes envolvidas na operação (Estruturador, Custodiante, Administrador e Assessor Legal) têm relevante experiência e ótima reputação na estruturação / operação de emissões de dívida estruturadas, caracterizadas pela securitização de ativos; **(vi)** Critérios de seleção das partes citadas acima são reconhecidamente satisfatórios, assim como o processo de formalização adotado; **(vii)** A significativa taxa de desconto para aquisição dos precatórios estipulada pelo regulamento se materializa em relevante fator de proteção para as cotas, assim como favorece que a meta de rentabilidade seja atingida; **(viii)** O crédito subjacente (precatório) tem como pagador a União. Esta particularidade define, em alto grau, o perfil de risco de crédito do precatório e, em consequência, do FIDC. O risco de crédito do fundo está, desse modo, correlacionado em elevado grau com a capacidade de pagamento da União, bem como em seu histórico de pagamentos deste tipo de obrigação.

Por outro lado, a classificação se viu limitada, em parte, pelos seguintes fatores: **(i)** Embora se entenda que os critérios de elegibilidade e as condições de cessão sejam satisfatórios, a possibilidade de concentração de até 100% do PL em um único precatório se constitui em fator de risco, pois fere o princípio de pulverização. Isto se potencializa pela falta de definição específica *ex-ante* de quais serão os créditos a serem adquiridos pelo Fundo. No caso de elevada concentração e eventual inadimplência, o valor de todas as classes de Cotas seria fortemente comprometido, portanto, o Comitê de Classificação decidiu pela equivalência das notas das Cotas Seniores, Subordinadas Mezanino e Subordinadas Juniores, com classificação “A”. A Austin considera que, durante o prazo de duração, poderá rever a classificação, bem como, promover o descolamento da classificação de risco de cada classe cota, uma vez que está fortemente ligada à definição do(s) ativo(s) que darão lastro ao Fundo; **(ii)** Concentração em um único devedor (União Federal). Embora se entenda que a capacidade de pagamento da União, assim como seu histórico, é favorável, em caso de inadimplemento deste tipo de obrigação (judicial), os ativos que dão lastro ao fundo serão integralmente afetados; **(iii)** Apesar dos critérios de seleção determinarem a aquisição de precatórios federais com trânsito em julgado, não podemos atestar que os créditos adquiridos não serão passíveis de outras ações judiciais que possam impactar no valor da causa ou mesmo no fluxo de pagamento das parcelas. Apesar de se tratar de uma decisão judicial com trânsito em julgado, o histórico que a Austin Rating vem observando é de tentativas contínuas da União de frustração ou postergação do pagamento pela interposição de ações rescisórias. Neste caso, mesmo que a decisão judicial seja a favor do cedente, existe o risco de que o prazo do recebimento dos fluxos de pagamentos seja comprometido; **(iv)** A Austin não tem como avaliar a pacificação de causas que originam precatórios que darão lastro a este Fundo, pela falta de definição de sua carteira; **(v)** No sentido do parágrafo anterior, como não há definição clara das origens das causas, não há possibilidade de fazer um estudo específico de fluxo de pagamento para decisões judiciais de causas de origens distintas, considerando-se apenas o fluxo histórico geral de pagamentos de precatórios pela União, a partir da Emenda Constitucional 30/2000; **(vi)** Apesar da definição dos direitos creditórios através dos critérios de elegibilidade, não tivemos acesso parecer legal sobre as causas específicas que deram origem ao precatório (s) a ser adquirido pelo Fundo; **(vii)** Dado o longo prazo para a

amortização do Precatório (dez anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do Precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos); **(viii)** A possibilidade de deterioração das contas da União Federal em decorrência da crise financeira internacional, afetando na capacidade de pagamento de suas obrigações, inclusive dos precatórios.

(ix) Tramita atualmente no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 12 (PEC 12), cujo objeto é a alteração da forma de liquidação de dívidas referentes a precatórios (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente) nas esferas federal, estadual e municipal. Caso seja aprovada sem alterações na atual redação, os principais impactos nos precatórios de origem federal, objetos de aquisição deste Fundo, serão:

(a) Art. 100º § 9º *“No momento do pagamento efetivo dos créditos em precatórios independentemente de regulamentação dele deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.”* Dessa forma, o texto proposto abre margem para interpretação de que os débitos inscritos na dívida ativa do(s) autor(es) da ação que originou cada precatório seriam objeto de compensação no momento do pagamento do precatório, seja no caso de pagamento do montante total ou parcelado (em até 10 parcelas anuais como prevê a EC 30/2000). Ou seja, os precatórios cedidos a terceiros ficam passíveis de compensação de débitos de dívida ativa do antigo credor, mesmo que estes débitos sejam constituídos após a cessão. Mesmo que no momento da cessão não existam pendências dessa natureza, dado o longo prazo para o pagamento dos precatórios, não há como estimar o impacto sobre qualquer uma das parcelas de débitos a serem constituídos pelos “credores originais”, assim como acentua o risco moral envolvido na operação, uma vez que os “credores originais” podem reduzir o seu esforço para evitar sua inscrição em dívida ativa. Como se observa, as implicações decorrentes deste parágrafo podem acentuar drasticamente o risco relativo à performance do pagamento das parcelas anuais, dada a impossibilidade de estimar o valor a ser recebido por este direito creditório após o impacto da compensação tributária. O texto atual não incorpora a figura de cedentes e cessionários, assim como não apresenta a definição para “credor original”. Como agravante, tal alteração se aplica a precatórios já expedidos e cedidos.

(b) Art. 100º § 11 *“A correção de valores de precatórios, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios”.* Atualmente, a Constituição Federal prevê a liquidação pelo valor real dos precatórios acrescidos de juros legais, o que corresponde à correção pelo IPCA-E acrescido de juros compensatórios de 6% ao ano. Com a aprovação desta PEC, a correção passa a ser realizada de acordo com o índice oficial de correção e juros da caderneta de poupança, que atualmente correspondem a Taxa Referencial (TR) + juros de 0,5% ao mês (6,17% ao ano). Portanto, os investidores terão redução da correção anual esperada, dado que, historicamente, a TR é inferior ao IPCA-E (em 2008, a TR foi de 1,63%, enquanto o IPCA-E foi de 6,10%). A Austin entende que esta alteração da correção terá incidência também para os precatórios já expedidos, cujo pagamento parcelado já foi iniciado. Este fator é agravado pela existência de meta de remuneração para as cotas seniores e subordinadas mezanino, cuja definição de remuneração foi elaborada em um cenário anterior. Ademais, interfere na margem de proteção dada pela taxa de desconto aplicada na aquisição do precatório, uma vez que esta foi definida considerando regras diversas de correção dos precatórios.

(c) Art. 100º § 12 *“Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios dispondo inclusive sobre: I – vinculações à receita corrente líquida; II – incidência de encargos; III – forma e prazo para liquidação”.* Por fim, o parágrafo 12 é o que possibilita a maior alteração na atual forma de pagamento de precatórios, regulamentada pela EC 30. Com ela, os entes públicos, inclusive a União Federal, poderão definir individualmente as normas a serem seguidas para o pagamento de precatórios, inclusive para os já expedidos. Com isso, o prazo máximo de 10 anos, atualmente em vigor, pode ser estendido, assim como a criação de um limite máximo para pagamento atrelado à receita corrente líquida para pagamento, a exemplo do texto proposto para precatórios expedidos por estados, municípios e distrito federal, tudo a critério dos legisladores de cada ente. A Austin entende que a possibilidade de aprovação de lei que altere o regime

de pagamentos de precatórios impacta fortemente o risco ligado aos precatórios já expedidos e em fase de amortização de parcelas, inclusive o lastro deste Fundo, uma vez que não se pode afirmar que estes serão imunes a tais alterações.

No âmbito federal, a aprovação da PEC 12 acentua o risco jurídico envolvido na aquisição de precatórios, tanto pela redação proposta, que gera incertezas, quanto à compensação dos débitos de dívida ativa, quanto pela correção monetária, atrelada aos juros da caderneta de poupança. Ademais, o marco regulatório que atualmente apresenta um bom histórico de pagamentos na esfera federal poderá ser alterado a critério dos legisladores, impossibilitando a definição do perfil destes créditos no longo prazo. De maneira geral, ainda que a PEC 12 não seja aprovada com o atual texto, o risco atrelado aos precatórios eleva-se, na medida em que revela a fragilidade do marco jurídico pelo qual é amparada. Considerando-se o longo prazo destes ativos, poderão ser propostas novas alterações das regras de pagamento que beneficiem os entes públicos, em detrimento dos credores.

A perspectiva negativa reflete a opinião da Austin quanto ao andamento da PEC 12, aprovada no Senado Federal e encaminhada à Câmara de Deputados, cujo texto altera severamente as regras de pagamento de precatórios federais, além de revelar a instabilidade jurídica atrelada a estes ativos. A aprovação da PEC 12 será refletida no rebaixamento da nota deste Fundo. Ressalta-se que não é possível prever o prazo do trâmite no Congresso Nacional.

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating fará o acompanhamento dos riscos relativos às Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo, especialmente aqueles ligados à qualidade da carteira, divulgando trimestralmente relatório de *rating* contendo sua opinião de crédito atualizada. Esta classificação fica permanentemente sujeita a alterações, sendo de responsabilidade da administradora a comunicação aos cotistas sobre as eventuais mudanças nesta.

PERFIL DO FUNDO

O DB Master FIDC NP é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas Instruções da Comissão Valores Mobiliários (CVM) nº. 356 de 17 de dezembro de 2001 e nº 444 de 08 de dezembro de 2006. O FIDC conta com as seguintes características:

Tipo de Fundo:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP), constituído sob a forma de condomínio fechado;
Patrimônio Líquido (Inicial):	R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais);
Número de Séries:	Única;
Valor Unitário por C. Mezanino:	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
Qtde. de Cotas Seniores:	Até 5;
Qtde. de C. Mezanino:	Até 50;
Qtde. de C. Junior:	Até 02;
Classe de Cotas:	Seniores, Subordinadas Mezanino e Subordinadas Juniores;
Prazo:	até o ano de 2020;
Objetivo de Remuneração:	IPCA-E + 10,67% a.a. para as Cotas Subordinadas Mezanino;
Colocação da cotas:	Distribuição Pública – Melhores Esforços;
Público-Alvo:	Investidores Qualificados;
Auditoria:	KPMG Auditores Independentes;

Administradora:	Oliveira Trust DTVM S.A.;
Custodiante:	Deutsche Bank S.A.;
Assessor Legal:	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados;
Amortização:	A amortização das cotas se dará por regime de caixa, de acordo com o recebimento das parcelas.

AMBIENTE POLÍTICO ECONÔMICO

O governo federal tem conseguido pagar em dia os precatórios, salvo raríssimas exceções de alguns órgãos em liquidação. Algumas entidades, como o Banco Central, por exemplo, decidiram antecipar o pagamento de precatórios para economizar com pagamentos de juros e correção monetária.

Os fatores que têm levado a União a pagar em dia os precatórios são os avanços significativos nas questões relacionados ao nível de solvência interna e externa, ou seja, a melhora na capacidade de pagamento do País, tanto em moeda local como em moeda estrangeira.

É importante destacar que a União tem interesse direto em manter o pagamento dos precatórios em dia, pois caso haja comprovação de que o não pagamento decorreu por má fé, tal ação pode incorrer numa representação junto aos organismos internacionais e, com isso, impedir o País de obter novos financiamentos externos.

A despeito da crise mundial, que tem deteriorado os principais indicadores do nível de atividade (produção, consumo, investimentos, emprego e renda), o Brasil conseguiu encerrar o ano de 2008 com balanço positivo quanto ao seu nível de solvência interna e externa.

Pelo lado doméstico, em moeda local, a relação Dívida / PIB registrou, em 2008, recuo pelo quinto ano consecutivo, e ficou em 36% contra 42,7% do PIB apurados em 2007 e 44,7% em 2006. Em grande parte, o recuo observado ocorreu em virtude do crescimento do PIB, mas também houve contribuição das empresas estatais federais que anotaram superávits e, ainda, pelo recuo da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) da ordem de 7% - fato que não ocorria desde o início desta década. Em tempo, vale destacar que a relação Dívida / PIB atingiu seu pico no Plano Real em setembro de 2002, ao atingir 56%.

As perspectivas para a continuidade do recuo da dívida pública ao longo de 2009, ou ao menos sua estabilidade, seguem positivas, em virtude de pelo menos três pontos: i) estabilidade da taxa de câmbio ao redor de R\$ 2,30/US\$; ii) processo de queda da taxa básica de juros (Selic); e iii) redução do nível da taxa de inflação. Nesse sentido, é importante destacar que os três pontos citados anteriormente (câmbio, Selic e inflação) são indexadores relevantes na composição da DPMFi.

Apesar de o cenário prospectivo relativamente otimista para as contas públicas em 2009, é necessário atentar-se que o governo, com o intuito de amenizar os impactos da crise mundial sobre a dinâmica da economia doméstica, tem tomado medidas que reduzem seu potencial de pagamento. No final de 2008, foi anunciada a redução de impostos (ex: IOF, IPI, etc.), e recentemente houve o aporte de R\$ 100 bilhões no BNDES com boa parte desse recurso captado no mercado financeiro com emissão de títulos públicos e, por fim, a redução do nível de atividade (produção e vendas) deverá impactar no volume financeiro da arrecadação federal neste ano.

Pelo lado externo, em moeda estrangeira, após o País registrar superávit no saldo em transações correntes no período de 2003 a 2007, em 2008 houve déficit de US\$ 28,3 bilhões. Diferentemente do que ocorria no País até início desta década, quando os investidores temiam um *default*, agora boa parte desse déficit foi constituída pela ampla saída de recursos estrangeiros, via mercado de capitais, em decorrência da crise externa que gerou a necessidade nos investidores de terem de cobrir prejuízos nas economias industrializadas. Este fato reafirma o avanço que o País teve com relação à redução do nível de solvência externa. Um dos pontos importantes a destacar é a manutenção do nível das reservas internacionais entre o período pré-crise (setembro de 2008) e o momento atual. Ou seja, não

houve perda significativa de reservas, pois, em setembro, o saldo era de US\$ 207,494 bilhões e recuou para US\$ 203,179 bilhões em outubro (ápice da crise), mas encerrou 2008 com saldo de US\$ 206,806 bilhões.

Vale destacar também que em 2008 o volume dos investimentos estrangeiros diretos no país registrou recorde histórico, ao acumular a cifra de US\$ 45,0 bilhões, superando o período de maior volume, que foi de US\$ 33 bilhões no final da década de 90 com as privatizações. Portanto, este fato reafirma a maior confiança dos investidores internacionais no Brasil. Com relação ao endividamento externo do País, houve ligeira alta de 3,6%, para US\$ 200,2 bilhões, na comparação contra 2007, e, desse total, 50% são de endividamento público, sendo que seu perfil de vencimento é de médio e longo prazo.

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O **rating** pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de **rating** e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Rating
Cotas Juniores:

A

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

Data: 07/ago/2009
Validade: 31/jan/2010

Sobre o Rating

Perspectiva: Negativa

Observação: -

Histórico:

Ago/09: Afirmação:

A (Cotas Mezanino)

Mai/09: Afirmação:

A (Cotas Juniores)

Fev/09: Atribuição:

A (Cotas Juniores)

Analistas:

Cátia Mota
Tel.: 55 11 3377 0718
catia.mota@austin.com.br

Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 07 de agosto de 2009, afirmou o *rating A*, para a Primeira Emissão de Cotas Subordinadas Juniores do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Precatórios Federais (DB Master FIDC NP). A perspectiva manteve-se **negativa**.

A presente classificação considera as alterações realizadas através do quinto aditamento ao Regulamento realizado em 29 de junho de 2009, sendo que estas mudanças não impactam no perfil de risco das Cotas Subordinadas Juniores. Ressalta-se que até a data de emissão deste relatório não houve distribuição pública de Cotas.

O DB Master FIDC NP, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de Precatórios, adquiridos pelo Deutsche Bank S/A – Banco Alemão (cedente) dos próprios autores das ações judiciais (ou cessionários), já expedidos pela Justiça Federal, cuja decisão final tenha trânsito em julgado e não esteja sujeita à ação rescisória.

O Fundo será composto por Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Juniores e terá um objetivo de remuneração para as Cotas Seniores equivalente a 100% do CDI, para as Cotas Subordinadas Mezanino de IPCA-E + 10,67% e para as Cotas Subordinadas Juniores não haverá *benchmark*. O Fundo contará com um PL de até R\$ 57.000.000,00.

A alteração para perspectiva negativa está ligada ao trâmite da Proposta de Emenda Constitucional 12 (PEC 12), aprovada por unanimidade no dia 01 de abril de 2009 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e encaminhada para a de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados. A aprovação do atual texto da PEC 12 será refletida no rebaixamento da nota deste Fundo.

A aprovação desta versão da emenda tem impactos nas regras legais que especificam as condições de pagamento dos Precatórios Federais (principal lastro do fundo), apesar do atual texto da proposta focar com maior ênfase nos precatórios Municipais e Estaduais. Caso a atual emenda seja aprovada, o novo marco legal se materializará em um ambiente legal diferente ao qual rege atualmente esta questão, regulamentado pela Emenda Constitucional 30, com conseqüente deterioração do perfil de risco destes créditos (maior exposição de seus credores). Cabe ressaltar que o marco legal que atualmente rege sobre esta questão apresenta um bom histórico de pagamentos na esfera federal. Como fator agravante, a emenda proposta também se aplica, de acordo com o texto apresentado, aos precatórios já expedidos pela União, como aqueles que dão lastro ao FIDC.

A manutenção do atual texto da PEC 12 altera o perfil de risco do único lastro do fundo, um precatório federal, principalmente por três fatores: (i) margem para interpretações diversas, no que toca à compensação de débitos inscritos em dívida ativa; (ii) alteração do índice de correção dos valores de precatórios; e (iii) possibilidade de aprovação de lei complementar que estabeleça regime especial de pagamento, sem qualquer restrição quanto a prazo, limite para vinculações à receita corrente líquida ou incidência de encargos. Estes pontos serão abordados com maior nível de detalhe abaixo.

A classificação mantém como fundamento a metodologia da Austin Rating para avaliação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (disponível no site www.austin.com.br).

Ressalta-se que esta classificação é atribuída exclusivamente para as Cotas Subordinadas Juniores e considerou, principalmente, as definições no regulamento dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão, assim como o perfil de risco dos ativos a serem adquiridos pelo Fundo.

Alguns dos fatores que contribuíram para esta classificação são: **(i)** A aquisição exclusivamente de precatórios já expedidos pela Justiça Federal, com decisão final transitada em julgado, e não sujeitos à ação rescisória. Assumindo-se estas características, os Precatórios, ativos subjacentes do fundo, constituem ação já julgada que reconhece e formaliza a existência da dívida (assim como seu valor), de maneira inquestionável, a favor do titular do Precatório por parte do devedor, o que garante a existência do lastro para o fundo; **(ii)** Os precatórios federais têm histórico de pagamentos favorável, com probabilidade reduzida de interposição de novas ações que impactem no seu fluxo de pagamento; **(iii)** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e com amortizações das cotas pelo regime de caixa, adequando-o às particularidades dos seus ativos, particularmente aquelas vinculadas ao cronograma de amortização do Precatório, mitigando, em alto grau, os riscos de liquidez; **(iv)** Apesar do trâmite da PEC 12, que busca alterar o atual sistema de pagamento de precatórios, há Jurisprudência consolidada favorável ao pagamento de precatórios, com as características definidas nos critérios de elegibilidade; **(v)** As partes envolvidas na operação (Estruturador, Custodiante, Administrador e Assessor Legal) têm relevante experiência e ótima reputação na estruturação / operação de emissões de dívida estruturadas, caracterizadas pela securitização de ativos; **(vi)** Critérios de seleção das partes citadas acima são reconhecidamente satisfatórios, assim como o processo de formalização adotado; **(vii)** A significativa taxa de desconto para aquisição dos precatórios estipulada pelo regulamento se materializa em relevante fator de proteção para as cotas, assim como favorece que a meta de rentabilidade seja atingida; **(viii)** O crédito subjacente (precatório) tem como pagador a União. Esta particularidade define, em alto grau, o perfil de risco de crédito do precatório e, em consequência, do FIDC. O risco de crédito do fundo está, desse modo, correlacionado, em elevado grau, à capacidade de pagamento da União, bem como ao seu histórico de pagamentos deste tipo de obrigação.

Por outro lado, a classificação se viu limitada, em parte, pelos seguintes fatores: **(i)** Embora se entenda que os critérios de elegibilidade e as condições de cessão sejam satisfatórios, a possibilidade de concentração de até 100% do PL em um único precatório se constitui em fator de risco, pois fere o princípio de pulverização. Isto se potencializa pela falta de definição específica *ex-ante* de quais serão os créditos a serem adquiridos pelo Fundo. No caso de elevada concentração e eventual inadimplência, o valor de todas as classes de Cotas seria fortemente comprometido, portanto, o Comitê de Classificação decidiu pela equivalência das notas das Cotas Seniores, Subordinadas Mezanino e Subordinadas Juniores, com classificação “A”. A Austin considera que, durante o prazo de duração, poderá rever a classificação, bem como, promover o descolamento da classificação de risco de cada classe cota, uma vez que está fortemente ligada à definição do(s) ativo(s) que darão lastro ao Fundo; **(ii)** Concentração em um único devedor (União Federal). Embora se entenda que a capacidade de pagamento da União, assim como seu histórico, é favorável, em caso de inadimplemento deste tipo de obrigação (judicial), os ativos que dão lastro ao fundo serão integralmente afetados; **(iii)** Apesar dos critérios de seleção determinarem a aquisição de precatórios federais com trânsito em julgado, não podemos atestar que os créditos adquiridos não serão passíveis de outras ações judiciais que possam impactar no valor da causa ou mesmo no fluxo de pagamento das parcelas. Apesar de se tratar de uma decisão judicial com trânsito em julgado, o histórico que a Austin Rating vem observando é de tentativas contínuas da União de frustração ou postergação do pagamento pela interposição de ações rescisórias. Neste caso, mesmo que a decisão judicial seja a favor do cedente, existe o risco de que o prazo do recebimento dos fluxos de pagamentos seja comprometido; **(iv)** A Austin não tem como avaliar a pacificação de causas que originam precatórios que darão lastro a este Fundo, pela falta de definição de sua carteira; **(v)** No sentido do parágrafo anterior, como não há definição clara das origens das causas, não há possibilidade de fazer um estudo específico de fluxo de pagamento para decisões judiciais de causas de origens distintas, considerando-se apenas o fluxo histórico geral de pagamentos de precatórios pela União, a partir da Emenda Constitucional 30/2000; **(vi)** Apesar da definição dos direitos creditórios através dos critérios de elegibilidade, não tivemos acesso parecer legal sobre as causas

específicas que deram origem ao precatório (s) a ser adquirido pelo Fundo **(vii)** Dado o longo prazo para a amortização do Precatório (dez anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do Precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos); **(viii)** A possibilidade de deterioração das contas da União Federal em decorrência da crise financeira internacional, afetando na capacidade de pagamento de suas obrigações, inclusive dos precatórios.

(ix) Tramita atualmente no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 12 (PEC 12), cujo objeto é a alteração da forma de liquidação de dívidas referentes a precatórios (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente) nas esferas federal, estadual e municipal. Caso seja aprovada sem alterações na atual redação, os principais impactos nos precatórios de origem federal, objetos de aquisição deste Fundo, serão:

(a) Art. 100º § 9º “*No momento do pagamento efetivo dos créditos em precatórios independentemente de regulamentação dele deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.*” Dessa forma, o texto proposto abre margem para interpretação de que os débitos inscritos na dívida ativa do(s) autor(es) da ação que originou cada precatório seriam objeto de compensação no momento do pagamento do precatório, seja no caso de pagamento do montante total ou parcelado (em até 10 parcelas anuais como prevê a EC 30/2000). Ou seja, os precatórios cedidos a terceiros ficam passíveis de compensação de débitos de dívida ativa do antigo credor, mesmo que estes débitos sejam constituídos após a cessão. Mesmo que no momento da cessão não existam pendências dessa natureza, dado o longo prazo para o pagamento dos precatórios, não há como estimar o impacto sobre qualquer uma das parcelas de débitos a serem constituídos pelos “credores originais”, assim como acentua o risco moral envolvido na operação, uma vez que os “credores originais” podem reduzir o seu esforço para evitar sua inscrição em dívida ativa. Como se observa, as implicações decorrentes deste parágrafo podem acentuar drasticamente o risco relativo à performance do pagamento das parcelas anuais, dada a impossibilidade de estimar o valor a ser recebido por este direito creditório após o impacto da compensação tributária. O texto atual não incorpora a figura de cedentes e cessionários, assim como não apresenta a definição para “credor original”. Como agravante, tal alteração se aplica a precatórios já expedidos e cedidos.

(b) Art. 100º § 11 “*A correção de valores de precatórios, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.*” Atualmente, a Constituição Federal prevê a liquidação pelo valor real dos precatórios acrescidos de juros legais, o que corresponde à correção pelo IPCA-E acrescido de juros compensatórios de 6% ao ano. Com a aprovação desta PEC, a correção passa a ser realizada de acordo com o índice oficial de correção e juros da caderneta de poupança, que atualmente correspondem a Taxa Referencial (TR) + juros de 0,5% ao mês (6,17% ao ano). Portanto, os investidores terão redução da correção anual esperada, dado que, historicamente, a TR é inferior ao IPCA-E (em 2008, a TR foi de 1,63%, enquanto o IPCA-E foi de 6,10%). A Austin entende que esta alteração da correção terá incidência também para os precatórios já expedidos, cujo pagamento parcelado já foi iniciado. Este fator é agravado pela existência de meta de remuneração para as cotas seniores e subordinadas mezanino, cuja definição de remuneração foi elaborada em um cenário anterior. Ademais, interfere na margem de proteção dada pela taxa de desconto aplicada na aquisição do precatório, uma vez que esta foi definida considerando regras diversas de correção dos precatórios.

(c) Art. 100º § 12 “*Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios dispondo inclusive sobre: I – vinculações à receita corrente líquida; II – incidência de encargos; III – forma e prazo para liquidação.*” Por fim, o parágrafo 12 é o que possibilita a maior alteração na atual forma de pagamento de precatórios, regulamentada pela EC 30. Com ela, os entes públicos, inclusive a União Federal, poderão definir individualmente as normas a serem seguidas para o pagamento de precatórios, inclusive para os já expedidos. Com isso, o prazo máximo de 10 anos, atualmente em vigor, pode ser estendido, assim como a criação de um limite máximo para pagamento atrelado à receita corrente líquida para pagamento, a exemplo do texto proposto para precatórios expedidos por estados, municípios e distrito federal, tudo a

critério dos legisladores de cada ente. A Austin entende que a possibilidade de aprovação de lei que altere o regime de pagamentos de precatórios impacta fortemente o risco ligado aos precatórios já expedidos e em fase de amortização de parcelas, inclusive o lastro deste Fundo, uma vez que não se pode afirmar que estes serão imunes a tais alterações.

No âmbito federal, a aprovação da PEC 12 acentua o risco jurídico envolvido na aquisição de precatórios, tanto pela redação proposta, que gera incertezas, quanto à compensação dos débitos de dívida ativa, quanto pela correção monetária, atrelada aos juros da caderneta de poupança. Ademais, o marco regulatório que atualmente apresenta um bom histórico de pagamentos na esfera federal poderá ser alterado a critério dos legisladores, impossibilitando a definição do perfil destes créditos no longo prazo. De maneira geral, ainda que a PEC 12 não seja aprovada com o atual texto, o risco atrelado aos precatórios eleva-se, na medida em que revela a fragilidade do marco jurídico pelo qual é amparada. Considerando-se o longo prazo destes ativos, poderão ser propostas novas alterações das regras de pagamento que beneficiem os entes públicos, em detrimento dos credores.

A perspectiva negativa reflete a opinião da Austin quanto ao andamento da PEC 12, aprovada no Senado Federal e encaminhada à Câmara de Deputados, cujo texto altera severamente as regras de pagamento de precatórios federais, além de revelar a instabilidade jurídica atrelada a estes ativos. A aprovação da PEC 12 será refletida no rebaixamento da nota deste Fundo. Ressalta-se que não é possível prever o prazo do trâmite no Congresso Nacional.

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating fará o acompanhamento dos riscos relativos às Cotas Seniores do Fundo, especialmente aqueles ligados à qualidade da carteira, divulgando trimestralmente relatório de *rating* contendo sua opinião de crédito atualizada. Esta classificação fica permanentemente sujeita a alterações, sendo de responsabilidade da administradora a comunicação aos cotistas sobre as eventuais mudanças nesta.

PERFIL DO FUNDO

O DB Master FIDC NP é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas Instruções da Comissão Valores Mobiliários (CVM) nº. 356 de 17 de dezembro de 2001 e nº 444 de 08 de dezembro de 2006. O FIDC conta com as seguintes características:

Tipo de Fundo:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP), constituído sob a forma de condomínio fechado;
Patrimônio Líquido (Inicial):	R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais);
Número de Séries:	Única;
Valor Unitário por Cotas:	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
Qtde. de Cotas Seniores:	Até 5;
Qtde. de C. Mezanino:	Até 50;
Qtde. de C. Junior:	Até 02;
Classe de Cotas:	Seniores, Subordinadas Mezanino e Subordinadas Juniores;
Prazo:	até o ano de 2020;
Objetivo de Remuneração:	Não há <i>benchmark</i> para as Cotas Subordinadas Juniores;
Colocação da cotas:	Distribuição Pública – Melhores Esforços;
Público-Alvo:	Investidores Qualificados;
Auditoria:	KPMG Auditores Independentes;

Administradora:	Oliveira Trust DTVM S.A.;
Custodiante:	Deutsche Bank S.A.;
Assessor Legal:	Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados;
Amortização:	A amortização das cotas se dará por regime de caixa, de acordo com o recebimento das parcelas.

AMBIENTE POLÍTICO ECONÔMICO

O governo federal tem conseguido pagar em dia os precatórios, salvo raríssimas exceções de alguns órgãos em liquidação. Algumas entidades, como o Banco Central, por exemplo, decidiram antecipar o pagamento de precatórios para economizar com pagamentos de juros e correção monetária.

Os fatores que têm levado a União a pagar em dia os precatórios são os avanços significativos nas questões relacionadas ao nível de solvência interna e externa, ou seja, a melhora na capacidade de pagamento do País, tanto em moeda local como em moeda estrangeira.

É importante destacar que a União tem interesse direto em manter o pagamento dos precatórios em dia, pois caso haja comprovação de que o não pagamento decorreu por má fé, tal ação pode incorrer numa representação junto aos organismos internacionais e, com isso, impedir o País de obter novos financiamentos externos.

A despeito da crise mundial, que tem deteriorado os principais indicadores do nível de atividade (produção, consumo, investimentos, emprego e renda), o Brasil conseguiu encerrar o ano de 2008 com balanço positivo quanto ao seu nível de solvência interna e externa.

Pelo lado doméstico, em moeda local, a relação Dívida / PIB registrou, em 2008, recuo pelo quinto ano consecutivo, e ficou em 36% contra 42,7% do PIB apurados em 2007 e 44,7% em 2006. Em grande parte, o recuo observado ocorreu, em virtude do crescimento do PIB, mas também houve contribuição das empresas estatais federais que anotaram superávits e, ainda, pelo recuo da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) da ordem de 7% - fato que não ocorria desde o início desta década. Em tempo, vale destacar que a relação Dívida / PIB atingiu seu pico no Plano Real em setembro de 2002, ao atingir 56%.

As perspectivas para a continuidade do recuo da dívida pública ao longo de 2009, ou ao menos sua estabilidade, seguem positivas, em virtude de pelo menos três pontos: i) estabilidade da taxa de câmbio ao redor de R\$ 2,30/US\$; ii) processo de queda da taxa básica de juros (Selic); e iii) redução do nível da taxa de inflação. Nesse sentido, é importante destacar que os três pontos citados anteriormente (câmbio, Selic e inflação) são indexadores relevantes na composição da DPMFi.

Apesar do cenário prospectivo relativamente otimista para as contas públicas em 2009, é necessário atentar-se que o governo, no intuito de amenizar os impactos da crise mundial sobre a dinâmica da economia doméstica, tem tomado medidas que reduzem seu potencial de pagamento. No final de 2008, foi anunciada a redução de impostos (ex: IOF, IPI, etc.), e recentemente houve o aporte de R\$ 100 bilhões no BNDES, boa parte desse recurso será captado no mercado financeiro com emissão de títulos públicos e, por fim, a redução do nível de atividade (produção e vendas) deverá impactar no volume financeiro da arrecadação federal neste ano.

Pelo lado externo, em moeda estrangeira, após o País registrar superávit no saldo em transações correntes no período de 2003 a 2007, em 2008 houve déficit de US\$ 28,3 bilhões. Diferentemente do que ocorria no País até início desta década, quando os investidores temiam um *default*, agora boa parte desse déficit foi constituída pela ampla saída de recursos estrangeiros, via mercado de capitais, em decorrência da crise externa que gerou a necessidade nos investidores de ter de cobrir prejuízos nas economias industrializadas. Este fato reafirma o avanço que o País teve com relação à redução do nível de solvência externa. Um dos pontos importantes a destacar é a manutenção do nível das reservas internacionais entre o período pré-crise (setembro de 2008) e o momento atual. Ou seja, não

houve perda significativa de reservas, pois em setembro o saldo era de US\$ 207,494 bilhões e recuou para US\$ 203,179 bilhões em outubro (ápice da crise), mas encerrou 2008 com saldo de US\$ 206,806 bilhões.

Vale destacar também que em 2008 o volume dos investimentos estrangeiros diretos no país registrou recorde histórico, ao acumular a cifra de US\$ 45,0 bilhões, superando o período de maior volume que foi de US\$ 33 bilhões no final da década de 90 com as privatizações. Portanto, este fato reafirma a maior confiança dos investidores internacionais no Brasil. Com relação ao endividamento externo do País, houve ligeira alta de 3,6%, para US\$ 200,2 bilhões, na comparação contra 2007, e, desse total, 50% são de endividamento público, sendo que seu perfil de vencimento é de médio e longo prazo.

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O **rating** pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de **rating** e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.



**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO
DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**

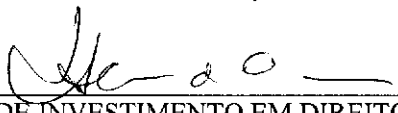
CNPJ/MF nº 10.436.207/0001-67

A primeira distribuição pública das Quotas Seniores do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (a “Oferta” e o “Fundo”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, datado de 24 de outubro de 2008, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 768546, conforme aditado em 04 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 04 de dezembro de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 05 de dezembro de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 770995, e em 16 de março de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais” (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

- (a) Quantidade de Quotas Seniores: até 5 (cinco);
- (b) Valor Nominal Unitário das Quotas Seniores na Data de Emissão: R\$1.000.000,00 (um milhão e de reais);
- (c) Valor Total da Oferta: até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (d) Data de Emissão: é a data em que os recursos ou ativos decorrentes da primeira subscrição e integralização de Quotas Seniores são colocados pelos Investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
- (e) Datas de Amortização das Quotas Seniores: 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da Data de Emissão, durante o Prazo de Duração. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que não seja um Dia Útil, as Quotas serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior;
- (f) Data de Resgate das Quotas Seniores: quando findo o Prazo de Duração do Fundo; e
- (g) As Quotas Seniores terão seu valor apurado na forma do Artigo 67 do Capítulo XVI do Regulamento.

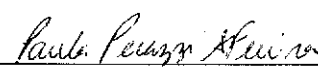
Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

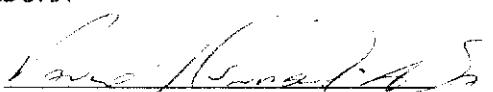
Rio de Janeiro, 16 de março de 2009.


DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS
Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,
na qualidade de administradora do Fundo

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

Testemunhas:


Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
CPF: 118.129.20-4 IFP/RJ
RG: 118.129.20-4
CPF: 095.449.027-40


Nome: Paulo Henrique Amorim
CPF: 20.788.384-4
RG: 20.788.384-4
CPF: 116.871.997-60

v/f



SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

CNPJ/MF nº 10.436.207/0001-67

4ºRTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 04/12/2008
REGISTRADO EM CD.R Nº 770882

A primeira distribuição pública das Quotas Subordinadas Mezanino do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados de Precatórios Federais (a "Oferta" e o "Fundo", respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 768546/em 24 de outubro de 2008, conforme aditado em 04 de dezembro de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais" (o "Regulamento"), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

- (a) Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino: até 50 (cinquenta);
- (b) Valor Nominal Unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na Data de Emissão: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (c) Valor Total da Oferta: até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (d) Data de Emissão: é a data em que os recursos decorrentes da primeira integralização das Quotas Subordinadas Mezanino são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
- (e) Datas de Amortização: 5º (quinto) dia de cada mês, a partir do 2º (segundo) mês contado da Data de Emissão. Caso qualquer Data de Amortização venha a ser um dia que não seja um Dia Útil, as Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas no Dia Útil imediatamente posterior;
- (f) Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino: quando findo o Prazo de Duração do Fundo;
- (g) Meta de Rentabilidade aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino: fator anual de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento) considerando-se um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2008.

DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do
DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Testemunhas:

Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
CPF: RG: 11812920-4 IFF/RJ
CPF: 095.440.027-40

Nome: Paulo Henrique Amaral Sá
CPF: RG: 20.788.384-4
CPF: 116.871.997-60



**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO
DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO - PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS
CNPJ/MF nº 10.436.207/0001-67**

A primeira distribuição pública das Quotas Subordinadas Junior do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais (o “Fundo” e a “Oferta”, respectivamente), emitidas nos termos do regulamento do Fundo, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 768546, em 24 de outubro de 2008, conforme aditado em 04 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 04 de dezembro de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 770875, em 05 de dezembro de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais”, registrado em 05 de dezembro de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 770995, e em 16 de março de 2009, por meio do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais” (o “Regulamento”), do qual este Suplemento é parte integrante, terão as seguintes características:

O presente documento é protegido por uma senha de acesso. Para acessar, digite o código 776455.

- (a) Quantidade de Quotas Subordinadas Junior: até 2 (duas);
- (b) Valor Nominal Unitário das Quotas Subordinadas Junior na Data de Emissão: R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (c) Valor Total da Oferta: até R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (d) Data de Emissão: é a data em que os recursos decorrentes da primeira integralização das Quotas Subordinadas Junior são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
- (e) Data de Resgate das Quotas Subordinadas Junior: quando findo o Prazo de Duração do Fundo; e
- (f) As Quotas Subordinadas Junior terão seu valor apurado na forma do Artigo 69 do Capítulo XVI do Regulamento.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2009.

**DB MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO – PADRONIZADOS DE PRECATÓRIOS FEDERAIS**
Por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,
na qualidade de administradora do Fundo

**HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA**

Testemunhas:

Nome:

CPF: Paula Forzetti A. Tomaz
RG: 11812828-4 (RJ/RJ)
CPF: 036.448.027-40

Nome:

CPF: Paulo Henrique Amaral Sá
RG: 20.788.384-4
CPF: 116.871.997-60



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP
Fone: (11) 2113-5000

Deutsche Bank

Home Page: www.deutsche-bank.com.br

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA DIRETORIA

INTRODUÇÃO:
Senhores Acionistas, Autoridades e Clientes
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração sobre o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão e suas controladas, Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A., Imobal Imobiliária e Administradora Ltda., bem como o fundo dedicado LY DB Invest Fundo de Investimento Multimercado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Fazemos isto com o objetivo, não apenas de cumprir as determinações legais, como também, de prestar maiores informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/RENTABILIDADE:
O patrimônio líquido encerrou o exercício com R\$ 1.083 milhões, demonstrando um acréscimo de R\$ 334 milhões em relação ao exercício anterior (R\$ 749 milhões). Entre os principais motivos estão o lucro líquido no período de R\$ 481 milhões e o ajuste (negativo) ao valor de mercado sobre a carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de investidas, registrado em conta específica de patrimônio líquido, no montante de R\$ 152 milhões.
De acordo com a "Resolução CMN nº 3.444/07 apuramos o Patrimônio de Referência no valor de R\$ 1.193 milhões (2007 - R\$ 856 milhões), o que inclui, além do capital Nível I, a dívida subordinada e o ajuste a valor de mercado das ações disponíveis para venda, ambos pertencentes ao Nível II.
O resultado operacional de 2008 foi de R\$ 791 milhões (2007 - R\$ 113 milhões), tendo atingido no segundo semestre o total de R\$ 750 milhões. O Banco apresentou aumento significativo no resultado de intermediação financeira, chegando a R\$ 731 milhões de receita (2007 - R\$ 80 milhões). O resultado líquido, incluindo as participações nos resultados e as despesas com imposto de renda e contribuição social, ficou positivo no exercício em R\$ 485 milhões (2007 – positivo - R\$ 70 milhões), atingindo R\$ 449 milhões positivos no segundo semestre.

ATIVOS E FONTES DE RECURSOS:
Em 2008, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão operou um volume médio mensal de ativos da ordem de R\$15,6 bilhões (R\$ 11,4 bilhões em 2007), encerrando o exercício fiscal com total de ativos de R\$ 17,2 bilhões (R\$ 13,9 bilhões em 2007).
Destacamos a seguir as principais variações ocorridas entre 2007 e 2008.
No ativo, destacamos a rubrica de aplicação no mercado aberto que corresponde às operações compromissadas - aumento de R\$ 1,4 bilhões; Títulos e valores mobiliários e derivativos - aumento de R\$ 1,5 bilhões; e a rubrica de operações de crédito - aumento de R\$ 0,5 bilhão.
No passivo, destacamos os depósitos interfinanceiros que correspondem às obrigações por operações compromissadas – aumento de R\$ 1,6 bilhões; instrumentos financeiros derivativos – aumento de R\$ 1,5 bilhões; e o próprio aumento do patrimônio líquido acima comentado.
Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E GERENCIAMENTO DE RISCOS:

a. Governança corporativa
Faz parte da identidade do Deutsche Bank uma política global de Governança Corporativa, englobando os princípios de Governança Corporativa internos, que correspondem ou superam aos requerimentos legais. Além disto, desde 2003, o grupo Deutsche adota globalmente o artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige o levantamento completo de controles internos, como os sistemas de informação que produzem os dados financeiros e fluxos de documentação / processos de aprovação. No Brasil, a documentação completa, para todas as áreas, é revisada e atualizada de forma semestral, completando assim o já existente processo interno de controles de risco, de acordo com a Circular Bacen nº 2.554.

b. Gestão Corporativa de Risco
Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, quanto à adequação aos princípios de Basileia II, a Instituição vem preparando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez e Operacional.
Mensalmente são realizadas reuniões de comites específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos

buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, inclusive quantificando a Alocação de Capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos Controles Internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a Direção Executiva, Órgãos Supervisores, Auditorias e Clientes do Banco, de informações que delineiam a Gestão Corporativa dos Riscos e Controles Internos, baseada em Políticas, Normas e Instrumentos implementados pela administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

ATUAÇÃO:

O Deutsche Bank - Banco Alemão - atua no Brasil desde 1911 como banco de investimentos na oferta de uma plataforma de produtos e serviços financeiros direcionada a empresas brasileiras e multinacionais. Presença constante nos principais rankings de instituições financeiras do mundo, o Deutsche Bank possui extensa base de clientes no Brasil e nos mais de 72 países em que atua.
Sediado em São Paulo, conta com uma equipe de mais de 250 pessoas. O Banco tem uma gama de serviços e produtos que inclui operações de Tesouraria (Moedas, Renda Fixa e Variável), Mercado de Capitais e Assessoria em Fusões e Aquisições. Adicionalmente, oferece serviços de Cash Management, Custódia e Comércio Exterior.
Pela coordenação da 1º Emissão de Bônus para a República Federativa do Brasil, após o grau de investimento, o Deutsche Bank Brasil recebeu o prêmio IFR Awards 2008 - Deal of the Year 2008.

ATIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS:

O Deutsche Bank Brasil direciona suas ações de responsabilidade socioambiental e apoio às artes alinhadas aos pilares globais de sustentabilidade valorizadas pelo Banco. São iniciativas voltadas ao desenvolvimento do País e que priorizam as diretrizes de educação, melhorias nas comunidades, diversidade, meio ambiente e microcrédito.
Mantém parcerias com entidades representativas como a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do projeto A Primeira Infância Vem Primeiro, e o Instituto Rodrigo Mendes, com o Programa Plural - Capacitação de Professores pela Arte.
O Deutsche Bank Brasil já beneficiou mais 50 instituições por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), da Prefeitura de São Paulo. Em 2008, o Banco apoiou, via FUMCAD, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, a Associação George Mark Klabin de Assistência, a Associação de Apoio ao Projeto Quixote e a Unibes (União Brasil-Israelita do Bem-Estar Social). Sua atuação já beneficiou mais de 50 instituições. Em 2008, o Banco apoiou, via FUMCAD, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, Associação George Mark Klabin de Assistência, Associação de Apoio ao Projeto Quixote e Unibes (União Brasil-Israelita do Bem-Estar Social).
Na área cultural, patrocinou o Ateliê de Restauo da Pinacoteca de São Paulo e apoia projetos no Museu de Arte Moderna (MAM) e no Instituto de Arte Contemporânea (IAC), além da Temporada de Dança do Teatro Alfa e da exposição dos artistas brasileiros Os Gêmeos. Foi também, um dos patrocinadores do livro sobre os 100 anos do arquiteto Oscar Niemeyer.
Mercede destaque a conferência Urban Age, realizada em São Paulo em Dezembro de 2008, com apoio da London School of Economics, que reuniu especialistas de renome internacional para debater a urbanização e os desafios das grandes cidades.
No Deutsche Bank, o voluntariado é muito incentivado. O programa mundial Initiative Plus estabelece benefícios com base em ações de voluntariado de seus funcionários. Em 2008, 3 entidades foram beneficiadas com as ações de voluntariado: Sociedade Amigos do Real Parque (O Visconde), Associação Amigos da Inocência (Vila Leopoldina) e a Associação de Amparo ao Menor Casa do Tiaminho (Embu).

OUVIDORIA:

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 3.477, de 26 de julho de 2007. O telefone para registro de eventos é 0800-725-2113.

HOME PAGE:

Visando maior transparência convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa Home Page (www.deutsche-bank.com.br) através da qual temos intensa satisfação de disponibilizar rotineiramente informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Grupo Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 12 de março de 2009
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 - (Em milhares de reais)									
		Notas	Banco		Consolidado				
			2008	2007	2008	2007			
Ativo							Notas	Banco	Consolidado
Circulante			14.466.224	12.644.010	14.522.506	13.155.036		2008	2007
Disponibilidades			57.189	26.817	57.477	27.109		12.164.863	10.467.216
Aplicações interfinanceiras de liquidez			1.900.428	246.287	1.900.428	246.287		10.467.216	11.920.400
Aplicações em operações compromissadas	5		1.557.998	94.023	1.557.998	94.023		2.529.824	1.383.019
Aplicações em depósitos interfinanceiros			68.839	30.117	68.839	30.117		214.055	389.156
Aplicações em moeda estrangeira			273.591	122.147	273.591	122.147		1.606.750	40.222
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			4.691.976	4.422.034	4.701.239	4.795.932	14	709.004	953.479
Carteira própria	6		2.297.128	2.132.369	1.971.418	2.445.740		15	162
Vinculados a compromissos de recompra			427.367	238.160	427.367	4.130		418.044	237.728
Instrumentos financeiros derivativos	7 e 8		1.482.267	787.577	1.482.267	840.570	6	418.044	237.728
Vinculados ao Banco Central			2.437	3.701	2.437	3.701		14	1.194
Vinculados à prestação de garantias	6		482.777	1.260.227	817.750	1.501.791	15	14	1.194
Relações interfinanceiras			123.014	99.397	123.014	99.397		1	-
Depósitos no Banco Central			103.173	95.401	103.173	95.401		1	-
Tesouro Nacional - Recursos do crédito rural			19.841	3.996	19.841	3.996		68.083	60.032
Operações de crédito			672.413	236.855	672.413	236.855		68.083	60.032
Sector privado	9		676.048	236.855	676.048	236.855		68.083	60.032
Provisão para operações de créditos	9(a)		(3.635)	-	(3.635)	-		718.110	569.572
Outros créditos			7.021.047	7.612.399	7.067.738	7.749.235	16	718.110	569.572
Carteira de câmbio	10		6.742.797	7.595.502	6.742.797	7.595.502		718.110	569.572
Rendas a receber			2.167	2.025	2.197	2.044		1.909.288	779.377
Negociação e intermediação de valores			189.250	-	228.708	128.756	7 e 8	1.909.288	779.377
Diversos	11		89.725	14.872	96.928	22.933		1.909.288	924.963
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	9(a)		(2.892)	-	(2.892)	-		1.909.288	924.963
Outros valores e bens			157	221	197	221		6.521.499	7.436.294
Despesas antecipadas			157	221	197	221		641	63
Não circulante			2.755.438	1.285.620	2.710.998	1.008.115	10	6.410.151	7.351.593
Realizável a longo prazo			2.422.125	883.862	2.679.453	974.295	17	53.405	7.529
Aplicações interfinanceiras de liquidez			1.171	-	1.171	-		-	3.293
Aplicações em moeda estrangeira			1.171	-	1.171	-		-	1.467
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			1.210.092	401.958	1.463.259	492.391		1.467	126.050
Carteira própria	5 e 6		809	-	809	-	20	32	61
Instrumentos financeiros derivativos	7 e 8		1.209.283	400.107	1.462.450	490.540	18	57.270	72.288
Vinculados ao Banco Central	6		-	1.851	-	1.851		3.971.600	2.710.922
Operações de crédito			116.517	80.770	116.517	80.770		690.206	671.506
Sector privado	9		118.019	80.770	118.019	80.770		173.236	88.682
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	9(a)		(1.502)	-	(1.502)	-		516.970	582.824
Outros créditos			1.094.345	401.134	1.098.506	401.134	14	516.970	582.824
Carteira de câmbio	10		432.931	-	432.931	-		1.285.172	1.081.361
Diversos	11		661.632	401.134	665.793	401.134		1.285.172	1.081.361
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9(a)		(218)	-	(218)	-		1.285.172	1.081.361
Investimentos			304.730	372.299	993	454		1.255	20.533
Participação em controladas e coligadas	13		303.758	371.864	19	19	16	1.255	20.533
Outros investimentos			1.952	1.415	1.954	1.415		876.761	526.110
Provisão para perdas			(980)	(980)	(980)	(980)	7 e 8	876.761	526.110
Imobilizado de uso			24.657	24.326	26.625	28.231		1.118.206	411.412
Outras imobilizações de uso			32.988	29.979	35.093	33.983	10	425.575	-
Depreciações acumuladas			(8.331)	(5.653)	(8.468)	(5.752)	17	513.555	275.475
Diferido			3.926	5.133	3.927	5.135		683	-
Gastos de organização e expansão			8.036	9.341	8.038	9.343	20	175.275	132.848
Amortização acumulada			(4.110)	(4.208)	(4.111)	(4.208)	18	3.118	3.089
Total do Ativo			17.221.662	13.929.630	17.233.504	14.163.151		1.860	2.253
								2.253	2.344
								-	12.410
								-	12.410
								1.083.339	749.239
								1.083.339	749.239
								415.238	415.238
								33.045	35.343
								521.256	33.290
							6(c)	18.534	170.102
							22	95.266	95.266
								17.221.662	13.929.630
								17.221.662	13.929.630
								17.233.504	14.163.151
								17.233.504	14.163.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP
Fone: (11) 2113-5000

Deutsche Bank

Home Page: www.deutsche-bank.com.br

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main Alemanha.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro e certas operações têm a participação ou intermediação das demais instituições do grupo Deutsche. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.
A Lei nº 11.638 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008 alterou diversos dispositivos da Lei n.º 6.404 (Sociedade por Ações). A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados (vide nota 22-b); (b) tratamento do ativo imobilizado, diferido e intangível; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos; (d) apresentação da demonstração do fluxo de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos e (e) critérios aplicáveis na avaliação de investimentos em controlada e coligadas.
A demonstração do fluxo de caixa, foi elaborada com base no método indireto e os valores de caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
Os itens (b), (c) e (e) acima mencionados não geraram impacto nas demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado.
As demonstrações financeiras do Banco incluem os saldos de sua agência localizada no Uruguai ("Agência") de forma consolidada. Os saldos contábeis da Agência, que são elaborados de acordo com as normas locais de contabilidade, foram convertidos para reais pela cotação de R\$ 2,3370 (R\$ 1,7713 em 2007). Para fins de consolidação, esses saldos são ajustados às práticas contábeis adotadas pelo Banco.

	2008	2007
	2º semestre	Exercício
	Exercício	Exercício
Resultado das operações da filial	3.896	7.786
Receita/(Despesa) de variação cambial	48.250	37.052
Resultado registrado no Banco	52.146	44.665
Patrimônio Líquido da Agência	155.232	155.232
	110.567	

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e as entidades a seguir relacionadas:

Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A.	99,99
Imobal Imobiliária e Administradora Ltda.	100,00
DB Invest Fundo de Investimento Multimercado (1)	97,00

(1) O Deutsche Bank em conjunto com sua controlada Imobal, possui 97,00% (97,10% em 2007) das cotas do fundo. Visando à maior transparência das informações, foram incluídos os saldos e as operações do fundo nas demonstrações financeiras de forma consolidada. Os demais cotistas do fundo estão sendo apresentados como "participação de minoritários".

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Consolidação
Os saldos e os resultados das transações entre as empresas consolidadas foram eliminados.
b. Apuração de resultados
O resultado é apurado pelo regime de competência.
c. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
i - Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, onde os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.
ii - Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
iii - Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
d. Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).
As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
Adicionalmente, conforme definido na Circular Bacen nº 3.106/02, artigos 6º, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos de créditos são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco de crédito. Os montantes e a segregação por tipo encontram-se divulgados nas notas 6 e 7.
Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:
i) Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
ii) Hedge de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.
e. Aplicações interfinanceiras de liquidez, operações de crédito, depósitos e captações no mercado aberto
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação "pro rata dia", é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.
As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais "pro rata dia".

f. Provisão para operações de crédito
A provisão para operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99 e pela Circular Bacen nº 2.974/00.
Adicionalmente às diretrizes acima mencionadas e considerando as condições desfavoráveis de mercado, foi constituído provisão adicional para a carteira de créditos (nota 9), utilizando os critérios globais de avaliação, que consideram entre outros fatores, o rating global, o prazo remanescente da operação e a severidade. Esta provisão foi excluída do cálculo do Patrimônio de Referência, conforme permitido pela Resolução CMN nº 3674/08.
g. Saldos em moeda estrangeira
Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício e são acrescidas de encargos contratuais atualizados "pro rata dia".

h. Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos estão registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

i. Imobilizado e diferido
Os bens do ativo imobilizado e diferido estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 4% para edificações; 10% para equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear a taxa anual de 20% para os itens de desenvolvimento de software e 10% para Benfeitorias em imóveis de terceiros, com base no contrato de locação.
j. Passivos circulante e exigível a longo prazo
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com as determinações da Resolução CMN 3.535/08. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

k. Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos.
A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda. Através da Medida Provisória nº 413/08, convertido em Lei nº 11.727/08 e Instrução Normativa nº 810/08, a alíquota da contribuição social foi majorada de 9% para 15%, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de maio de 2008.

Os créditos tributários/passivos diferidos são revisados semestralmente e foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. De acordo com as Resoluções CMN nºs 3.059/02 e 3.355/06 e a Circular Bacen nº 3.171/03, tais valores são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
Demonstramos a seguir os lastros que compõem os saldos de operações compromissadas:

	Banco	2008	2007	Consolidado	2008	2007
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.557.998	40.019	1.557.998	40.019		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	54.004	-	54.004		
Total	1.557.998	94.023	1.557.998	94.023		

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular Bacen nº 3.068/01.
Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Os títulos públicos da dívida externa estão custodiados no Deutsche Bank AG Amsterdã. As ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). As debêntures e as cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).
As cotas do LY DB Invest Fundo de Investimento Multimercado estão constituídas junto ao Administrador do respectivo Fundo.
O valor de mercado dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Andima, para os títulos da dívida interna, ou pela Bloomberg, para os títulos da dívida externa. O valor de mercado das aplicações em cotas do fundo reflete o valor da quota divulgado pelo administrador do fundo na data-base do balanço. As ações da Bovespa Holding são atualizadas com base no preço médio divulgado pela própria Bolsa. As demais ações e as debêntures não possuem negociação frequente no mercado e a diferença entre o valor de mercado e o valor de curva, refere-se à expectativa de realização.
As notas explicativas da carteira de títulos e valores mobiliários apresentadas a seguir, consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	2008	2007
	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	3.088.243	3.205.896
Letras do Tesouro Nacional	669.932	671.540
Notas do Tesouro Nacional-B	370.198	381.464
Letras Financeiras do Tesouro	4.826	5.147
Otítulos da dívida externa	1.664.396	1.769.175
Cotas do fundo de investimento (a)	378.891	378.891
Títulos disponíveis para venda	2.327	2.185
Notas do Tesouro Nacional-I	2.124	2.124
Ações	203	61
Títulos mantidos até o vencimento	2.437	2.464
Notas do Tesouro Nacional - M (b)	2.437	2.464
Total TVM - Banco	3.093.007	3.210.545
Ajustes de consolidação	(32.507)	(32.511)
Títulos para negociação	(32.507)	(32.511)
Letras do Tesouro Nacional	334.972	334.972
Notas do Tesouro Nacional-B	-	167.393
Letras Financeiras do Tesouro	11.412	11.408
Cotas do fundo de investimento (a)	(378.891)	(378.891)
Títulos disponíveis para venda	10.754	41.774
Ações (c)	10.754	41.774
Total TVM - Consolidado	3.071.254	3.219.808

	2008	2007
	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	3.088.243	3.205.896
Letras do Tesouro Nacional	669.932	671.540
Notas do Tesouro Nacional-B	370.198	381.464
Letras Financeiras do Tesouro	4.826	5.147
Otítulos da dívida externa	1.664.396	1.769.175
Cotas do fundo de investimento (a)	378.891	378.891
Títulos disponíveis para venda	2.327	2.185
Notas do Tesouro Nacional-I	2.124	2.124
Ações	203	61
Títulos mantidos até o vencimento	2.437	2.464
Notas do Tesouro Nacional - M (b)	2.437	2.464
Total TVM Banco	3.093.007	3.210.545
Ajustes de consolidação	(32.507)	(32.511)
Títulos para negociação	(32.507)	(32.511)
Letras do Tesouro Nacional	334.972	334.972
Notas do Tesouro Nacional-B	-	167.393
Letras Financeiras do Tesouro	11.412	11.408
Cotas do fundo de investimento (a)	(378.891)	(378.891)
Títulos disponíveis para venda	10.754	41.774
Ações (c)	10.754	41.774
Total TVM Consolidado	3.071.254	3.219.808

	2008	2007
	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	3.088.243	3.205.896
Letras do Tesouro Nacional	669.932	671.540
Notas do Tesouro Nacional-B	370.198	381.464
Letras Financeiras do Tesouro	4.826	5.147
Otítulos da dívida externa	1.664.396	1.769.175
Cotas do fundo de investimento (a)	378.891	378.891
Títulos disponíveis para venda	2.327	2.185
Notas do Tesouro Nacional-I	2.124	2.124
Ações	203	61
Títulos mantidos até o vencimento	2.437	2.464
Notas do Tesouro Nacional - M (b)	2.437	2.464
Total TVM Banco	3.093.007	3.210.545
Ajustes de consolidação	(32.507)	(32.511)
Títulos para negociação	(32.507)	(32.511)
Letras do Tesouro Nacional	334.972	334.972
Notas do Tesouro Nacional-B	-	167.393
Letras Financeiras do Tesouro	11.412	11.408
Cotas do fundo de investimento (a)	(378.891)	(378.891)
Títulos disponíveis para venda	10.754	41.774
Ações (c)	10.754	41.774
Total TVM Consolidado	3.071.254	3.219.808

	2008	2007
	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	3.088.243	3.205.896
Letras do Tesouro Nacional	669.932	671.540
Notas do Tesouro Nacional-B	370.198	381.464
Letras Financeiras do Tesouro	4.826	5.147
Otítulos da dívida externa	1.664.396	1.769.175
Cotas do fundo de investimento (a)	378.891	378.891
Títulos disponíveis para venda	2.327	2.185
Notas do Tesouro Nacional-I	2.124	2.124
Ações	203	61
Títulos mantidos até o vencimento	2.437	2.464
Notas do Tesouro Nacional - M (b)	2.437	2.464
Total TVM Banco	3.093.007	3.210.545
Ajustes de consolidação	(32.507)	(32.511)
Títulos para negociação	(32.507)	(32.511)
Letras do Tesouro Nacional	334.972	334.972
Notas do Tesouro Nacional-B	-	167.393
Letras Financeiras do Tesouro	11.412	11.408
Cotas do fundo de investimento (a)	(378.891)	(378.891)
Títulos disponíveis para venda	10.754	41.774
Ações (c)	10.754	41.774
Total TVM Consolidado	3.071.254	3.219.808

(a) Composição e diversificação da carteira do LY DB Invest Fundo de Investimento Multimercado.

	2008	2007
Disponibilidades	6	11
Aplicações em operações compromissadas - Revendas a liquidar (*)	147.664	64.828
Títulos e Valores Mobiliários		
Letras do Tesouro Nacional (livre e vinculado)	326.963	325.973
Notas do Tesouro Nacional (livre e vinculado)	-	98.159
Derivativos - opções	25.749	(65.473)
Outras obrigações - BM&F a liquidar	(86.036)	(2.674)
Total da carteira	414.346	420.824
Participação do banco	378.891	385.903
Participação de terceiros (inclui participação da Imobal)	35.455	34.921
Total das participações dos cotistas	414.346	420.824

(*) Estas operações têm como contraparte o Banco.
(b) As Notas do Tesouro Nacional - Serie M (NTN-M) foram adquiridas compulsoriamente com os recursos provenientes do aumento de capital, ocorrido em 15 de abril de 1994, e são inalienáveis, tendo vencimento até 15 de abril de 2009. Tais títulos estão registrados pelo seu valor de aquisição e são indexados à variação do dólar acrescido de juros LIBOR mais 0,875% a.a. O valor de mercado desses títulos foi calculado exclusivamente para fins de divulgação, em atendimento à Circular Bacen nº 3.068/01.

(c) Em 12 de agosto de 2008 a BM&F obteve o registro de companhia aberta na comissão de valores mobiliários - CVM, para negociação das ações de sua emissão na bolsa. Em razão desta deliberação, os acionistas da BM&F receberam 1 ação ordinária de emissão da BM&F Bovespa em substituição a cada ação ordinária de emissão da BM&F, e os acionistas da Bovespa receberam 1,42485643 ação ordinária de emissão da BM&F Bovespa em substituição a cada ação ordinária de emissão da BM&F. A partir de 25 de agosto de 2008, data na qual as ações foram creditadas aos acionistas, a quantidade de ações proprietárias do grupo Deutsche Bank, passou de 4.821.911 para 6.870.530, permanecendo a mesma até 31 de dezembro de 2008. Estas ações são ajustadas ao valor de mercado pelo P.U médio do último pregão, com cotação de R\$ 6,08 por ação.

7. DERIVATIVOS DE CRÉDITO
O Banco, com o propósito de administrar exposições aos riscos de crédito, estruturou uma operação que se qualifica como Derivativo de Crédito, com vencimento em 8 de junho de 2009. Nessa operação o Banco visa neutralizar a exposição a volatilidade dos títulos da dívida externa e do instrumento de funding da operação. Adicionalmente é contratado um seguro de performance em que eventual não realização do ativo, implicará em não obrigação de liquidação das notas promissórias.
A seguir estão sendo apresentados os valores referentes ao conjunto de operações que estão vinculadas aos derivativos de crédito:

	2008	2007
Títulos da dívida externa emitidos no exterior (nota 6)	1.769.175	1.328.927
Notas promissórias emitidas no exterior (nota 15)	(1.905.011)	(1.532.438)
Valor líquido de Swaps	(488.208)	201.897
Swap Internacional - a receber (a)	1.900.792	1.531.632
Swap Internacional - a pagar (a)	(1.769.175)	(1.779.618)
Ajuste ao valor de mercado dos Swaps	(619.825)	449.883
Swap de crédito a receber (nota 8)	517	1.337
Risco de crédito - Swap Internacional (a)	34.323	26.014
Risco de crédito - Swap	506.688	459.849

(a) Estes valores de swap são classificados na categoria "hedge de risco de mercado", conforme a Circular Bacen nº 3.082/02, sendo instrumento de hedge dos Títulos da dívida externa emitidos no exterior (Nota 6) e das emissões das Notas Promissórias, registradas em "recursos de aceites e emissão de títulos" (Nota 15).
O efeito no cálculo do valor do Patrimônio Líquido Exigido, referente a derivativos de crédito é de R\$ 46.300 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 97.172 - 2007) (Nota 22).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos clientes, proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.
O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela BM&F ou agente de mercado, quando necessário.
Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

	Valor de referência	Ativo	Passivo
	Curva	Mercado	Curva Mercado
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade Banco			
Swaps	14.617.212	1.517.485	1.651.996
Total return swaps (nota 7)	1.900.792	390.042	258.425
Swaps locais	1.277.443	1.261.954	1.189.935
Exposição total em Swaps (a)	1.847.508	-	-
Opções (b)	172.517.239	425.066	946.369
US\$ - compra	8.338.580	213.849	634.552
US\$ - venda	8.066.100	14.540	14.692
DI - compra	67.792.670	171.992	191.710
DI - venda	88.319.889	16.784	85.509
Prêmio de opções de swap	-	7.901	19.906
Futuros	37.168.882	-	-
US\$ - compra	5.922.784	-	-
US\$ - venda	8.902.228	-	-
DI - compra	16.019.454	-	-
DI - venda	5.616.866	-	-
Índice - compra	707.550	-	-
Operações a termo	708.794	96.767	92.668
Moeda - NDF - compra	708.794	96.767	92.668
Outros	141.810	517	517
Fianças e Garantias em operações na Bolsa	25.000	-	-
Derivativo de crédito - risco transferido	116.810	517	517
Total - Banco	225.153.937	2.039.835	2.691.550
Ajustes de consolidação	55.274.227	253.167	227.418
Opções Dolar compra	1.938.750	232.813	168.500
Opções DI compra	8.644.400	20.354	58.918
Opções DI venda	6.460.400	-	-
Futuro - US\$ venda	56.954	-	-
Futuro - DI compra	577.208	-	-
Futuro - DI venda	80.283	-	-
Índice - venda	37.514.975	-	-
Depósito de margem de clientes	1.257	-	-
Total - Consolidado	280.428.164	2.293.002	2.944.717

	Valor de referência	Ativo		Passivo	
		Curva	Mercado	Curva	Mercado
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade Banco					
Swaps	10.537.938	688.523	761.439	831.204	873.825
Total return swaps (nota 7)	1.531.244	-	-	202.706	247.986
Swaps locais	7.798.215	688.523	761.439	628.498	625.839
Exposição total em Swaps (a)	1.208.479	-	-	-	-
Opções (b)	190.550.164	325.365	414.594	455.737	386.689
US\$ - compra	5.572.533	107.217	72.453	113.621	43.212
US\$ - venda	7.387.404	8.533	5.312	72.477	63.667
DI - compra	78.218.035	176.662	279.980	198.230	246.120
DI - venda	99.314.844	18.182	44.095	69.344	31.634
Prêmio de opções de swap	-	12.896	12.749	-	-
Ibovespa - compra	47.348	2.055	5	2.055	2.055
Futuros	34.761.448	-	-	-	-
US\$ - compra	4.051.635	-	-	-	-
US\$ - venda	4.784.638	-	-	-	-
DI - compra/venda	16.145.720	-	-	-	-
DI - compra/venda	9.766.583	-	-	-	-
Índice - venda	12.872	-	-	-	-
Operações a termo	953.744	11.251	10.314	49.796	44.973
Moeda - NDF	953.744	11.251	10.314	49.796	44.973
Outros	113.525	1.337	1.337	-	-
Fianças e Garantias em operações na Bolsa	25.000	-	-	-	-
Derivativos de crédito - Risco transferido	88.525	1.337	1.337	-	-
Total - Banco	236.919.194	1.026.476	1.187.684	1.336.737	1.305.487
Ajustes de consolidação	101.500.983	143.426	143.426	208.899	208.899
Opções Dólar compra	4.133.250	10.274	10.274	-	-
Opções Dólar venda	188.750	-	-	11.880	11.880
Opções DI compra	18.468.814	98.049	98.049	87.614	87.614
Opções DI venda	12.978.500	35.103	35.103	109.405	109.405
Futuro dólar	60.965.001	-	-	-	-
Futuro - DI - compra	4.695.073	-	-	-	-
Futuro - DI - venda	70.637	-	-	-	-
Depósito de margem clientes	958	-	-	-	-
Total - Consolidado	338.417.802	1.169.902	1.331.110	1.545.636	1.514.386

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP
Fone: (11) 2113-5000

Deutsche Bank

Home Page: www.deutsche-bank.com.br

Demonstrações Financeiras

b. Composição por vencimento									
Vencimento / Produto	Capital de Giro	Financ import export	Conta garantida	Outros (#)	CCB	ACC / ACE	Tít desc	Total 2008	Total 2007
Vencidos	-	398	50	8	-	-	7.579	8.035	-
A vencer até 30 dias	47.021	107.891	11.201	20.131	881	30.964	42.166	260.255	52.723
De 30 a 60 dias	45.446	94.096	266	1.328	912	24.648	46.410	213.106	67.988
De 60 a 90 dias	33.765	45.053	9.478	387	2.679	62.377	21.045	174.784	32.633
De 90 a 120 dias	929	6.093	-	39	1.273	8.231	17.413	33.978	50.928
De 120 a 180 dias	24.074	17.503	940	1.630	1.252	52.705	28.333	126.437	92.679
De 180 a 360 dias	12.318	19.991	2.486	1.603	4.682	105.105	21.242	167.427	260.022
Acima de 360 dias	17.627	13.073	-	14.897	72.422	12.375	-	130.394	80.770
Total	181.180	304.098	24.421	40.023	84.101	296.405	184.188	1.114.416	637.743

(*) Resolução 63 – R\$ 13.930, outros empréstimos – R\$ 6.496 e compra de recebíveis – R\$ 19.597.

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de Giro	Financ import export	Conta garantida	Outros (#)	CCB	ACC / ACE	Tít desc	Total 2008	Total 2007
Agropecuário	-	-	-	577	-	41.321	-	41.898	38.000
Alimentos e bebidas	45.322	98.981	-	1.815	-	114.548	-	260.666	30.792
Automotivo	3.377	16.522	-	18	-	-	-	19.917	2.045
Comércio	26.467	2.968	1.143	1.074	-	66.228	76.611	174.491	23.438
Construção e Imobiliário	-	-	-	-	43.561	-	-	43.561	45.457
Eletroeletrônicos	-	18.144	-	1.571	-	-	-	19.715	29.148
Máquinas e Equipamentos	16.969	62.174	5.371	14.049	-	4.735	38.676	141.974	62.619
Mineração	-	-	-	-	-	57.253	-	57.253	176.268
Outros	76.727	4.611	7.866	1.214	40.540	12.320	-	143.278	85.869
Petróleo e Gás natural	-	12.063	-	-	-	-	-	12.063	11.381
Químico e Petroquímico	-	7.489	936	73	-	-	32.919	41.417	27.542
Siderurgia e Metalurgia	12.318	81.146	-	35	-	-	35.582	129.481	79.208
Telecomunicações	-	-	-	19.597	-	-	-	19.597	16.227
Transportes	-	-	9.105	-	-	-	-	9.105	9.749
Total	181.180	304.098	24.421	40.023	84.101	296.405	184.188	1.114.416	637.743

(*) Resolução 63 – R\$ 13.930, outros empréstimos – R\$ 6.496 e compra de recebíveis – R\$ 19.597.

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Classificação de risco					Total	
AA	B	C	2008	2007		
Vencidos	4.610	1.190	2.235	8.035	-	-
A vencer até 30 dias	255.744	2.184	2.327	260.255	52.723	-
De 30 a 60 dias	213.106	-	-	213.106	67.988	-
De 60 a 90 dias	174.413	371	-	174.784	32.633	-
De 90 a 120 dias	33.978	-	-	33.978	50.928	-
De 120 a 180 dias	126.437	-	-	126.437	92.679	-
De 180 a 360 dias	167.427	-	-	167.427	260.022	-
Acima de 360 dias	130.394	-	-	130.394	80.770	-
Total	1.106.109	3.745	4.562	1.114.416	637.743	

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Produto	AA	B	C	2008	2007
Financiamento a importação / exportação	304.098	-	-	304.098	133.466
Capital de Giro	181.180	-	-	181.180	45.138
Resolução nº 63	13.930	-	-	13.930	34.161
Outros empréstimos	6.496	-	-	6.496	7.195
Confissão de Dívida	19.597	-	-	19.597	-
CCB	84.101	-	-	84.101	55.721
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	296.405	3.745	4.562	296.405	316.293
Empréstimos e Títulos descontados	200.302	-	-	208.609	45.769
Total	1.106.109	3.745	4.562	1.114.416	637.743

Durante o exercício não houve renegociações ou créditos baixados para prejuízo.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

Banco e Consolidado			
2008	2007	2008	2007
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio vendido a liquidar	-	3.973.850	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-	3.534.940
Adiantamentos em moeda nacional recebíveis	(4.610)	(1.667)	(316.293)
Cambiais e documentos a prazo - moedas estrangeiras	35.462	43.336	-
Obrigações por compra de câmbio	-	-	4.132.946
Direitos sobre venda de câmbio	3.443.628	3.576.158	-
Outros	4.346	3.825	-
Total	7.175.728	6.835.726	7.595.502

O volume na posição de câmbio do Banco inclui operações de arbitragem futura realizadas com o objetivo de hedge de determinadas posições de swaps cambiais, com vencimento até o ano de 2013.

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Banco e Consolidado			
2008	2007	2008	2007
Devedores diversos - Depósitos judiciais (a)	254.198	171.465	258.359
Títulos e créditos a receber:			
- Sem característica de crédito (b)	415.833	190.057	415.833
- Com característica de crédito (c)	19.597	39.612	19.597
- Impostos tributários (Nota 12)	31.358	31.358	31.358
- Récibo de renda a compensar	20.070	7.063	34.622
- Serviços prestados a receber - ligadas (Nota 21)	7.349	5.754	-
- Pagamentos a ressarcir	2.404	1.632	2.404
- Adiantamentos e antecipações salariais	390	294	388
- Serviços prestados para terceiros	127	120	127
- Outros	31	9	33
Total	751.357	416.006	762.721

(a) Segue composição do saldo de depósitos judiciais:

Banco e Consolidado			
2008	2007	2008	2007
Tributação MtM sobre operações de mercado futuro	154.863	144.100	154.863
Demandas ISS	7.170	6.653	7.170
Encargos sobre PLR - INSS (nota 19)	80.779	10.463	80.779
Depósito Judicial Trabalhista	821	316	821
Contribuição Social	-	4.161	3.800
Outras Demandas tributárias	10.565	9.933	10.565
Total	254.198	171.465	258.359

(b) Refere-se a valor a receber de outras entidades do grupo no exterior, oriundos de serviços prestados no montante de R\$ 33.292 (2007 – R\$ 38.656), que são centralizados e contratados através da filial de Londres e recebíveis oriundos de precatórios, que têm como origem processos contra o IN CRA e Instituto Brasileiro do Açúcar e do Alcool, no valor de R\$ 382.541, com vencimento até dezembro de 2017. As operações de precatórios estão vinculadas a captação de CDBs, de acordo com as especificações constantes na Resolução CMN nº 2.921/02. Tais CDBs possuem, prazo, indexador e montante compatíveis com as operações de precatórios, com vistas a mitigar os riscos envolvidos na operação, e somente poderão ser resgatados caso seja efetuada venda dos precatórios em carteira.

(c) Corresponde a compra de recebíveis no valor de R\$ 19.597, com taxa de juros de até 15,97% ao ano com vencimento em 07 de janeiro de 2009. Esses créditos foram liquidados na data do vencimento.

12. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Segue composição dos valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos

2008			2007		
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito Tributário (a)					
Prejuízo fiscal e base negativa	13.554	8.047	21.601	28.263	11.349
Diferenças temporárias	6.098	3.659	9.757	-	-
Banco e Consolidado	19.652	11.706	31.358	28.263	39.612
Passivo Diferido (b)					
Swap não realizado	23.052	13.986	37.038	24.126	12.856
Carteira MtM	160.391	96.234	256.625	39.965	54.352
Banco	183.443	110.220	293.663	64.091	27.243
Consolidado	191.197	114.873	306.070	128.524	178.964

a) – Créditos Tributários – Banco e Consolidado

a-I) – Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Esses créditos foram constituídos levando-se em consideração o estudo técnico realizado pela administração à época da constituição, e a capacidade de geração de resultados tributáveis ao longo dos exercícios futuros, conforme determina a Resolução CMN nº 3.355/06. As projeções estabelecidas na constituição desses créditos são objeto de monitoramento constante e foram reavaliadas e mantidas nos mesmos parâmetros e expectativas para o exercício findo nessa data. Segue quadro com a expectativa de realização:

Ano	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Valor presente
2009	4.041	2.425	6.466	-
2010	4.241	2.545	6.786	-
2011	4.451	2.671	7.122	-
2012	821	406	1.227	-
Total em 2008	13.554	8.047	21.601	16.982
Realização em 2008	(14.009)	(3.302)	(18.011)	-
Total em 2007	28.263	11.349	39.612	23.614

a-II) – Segue movimentação do crédito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas nos processos judiciais - Banco e Consolidado.

	dez/07	Constituição	Realização	dez/08
Diferenças temporárias - Processos judiciais	-	6.535	437	6.098
Imposto de Renda	-	3.921	262	3.659
Contribuição Social	-	10.456	699	9.757

Existem créditos tributários não constituídos referentes as diferenças temporárias, anteriores ao exercício de 2008, no montante de R\$ 12.955 no Banco e R\$ 15.644 no Consolidado.

b) - Passivo Diferido

A constituição do imposto de renda diferido à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%, sobre os efeitos de marcação ao valor de mercado e sobre os swaps não realizados, distribuídos por ano de vencimento dos títulos e instrumentos derivativos, já encontra-se representado pelo seu valor de realização, levando-se em consideração as características dos respectivos títulos, que estão classificados como para negociação, e dos Instrumentos Financeiros Derivativos, conforme demonstrado a seguir:

Banco				Consolidado	
	Carteira MtM	Swap não realizado	Total Diferido	Total Diferido	Total Diferido
Imposto de Renda	160.391	23.052	183.443	64.091	191.197
Contribuição Social	96.234	13.986	110.220	27.243	114.873
Total	256.625	37.038	293.663	91.334	306.070

a-I) Sobre os efeitos da marcação ao valor de mercado

A liquidação do passivo diferido constituído sobre o ajuste ao valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, está atrelada a liquidação das respectivas cartelas. A posição de carteira de 31 de dezembro de 2008 apresenta vencimento em até cinco anos, com concentração nos três primeiros anos.

b-II) Sobre swaps não realizados

Em 29 de dezembro de 2004, a Lei nº 11.051 em seu artigo 32, instituiu que para efeitos de determinação da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas (IPRP) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), os resultados positivos ou negativos incorridos nas operações realizadas em mercados de liquidação futura, inclusive os sujeitos a ajustes de posições, seriam somente reconhecidos por ocasião da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição. A Administração do Banco decidiu por manter a apuração dos referidos tributos, especificamente no que se refere às operações de swaps existentes na carteira, pelo regime de competência, e por consequência constituiu imposto diferido sobre as diferenças temporárias calculadas sobre o ajuste ao valor de mercado. A realização desse imposto diferido está condicionada, diretamente, a liquidação dos respectivos swaps pertencentes à carteira na época da alteração da legislação. Em 21 de novembro de 2005, o artigo 110 da Lei nº 11.196 alterou o procedimento para as instituições financeiras passando as operações realizadas em mercados de liquidação futura, novamente a ser tributadas com base nos resultados reconhecidos por competência.

c) Efeito em resultados

Segue quadro demonstrativo do efeito em resultado, oriundo dos registros de crédito tributário e impostos diferidos:

Banco				Consolidado	
	Prejuízo Fiscal	Adições temporárias	Swap não realizado	Efeito líquido	Efeito líquido
Imposto de Renda	(14.709)	6.098	1.073	(120.426)	(127.964)
Contribuição Social	(3.302)	3.659	(1.129)	(81.847)	(82.618)
Efeito em 2008	(18.011)	9.757	(56)	(202.273)	(210.581)
Efeito em 2007	(1.426)	-	(420)	1.894	47

13. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - NO PAÍS

Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A.		Imobal Imobiliária e Administradora Ltda.		Total	
2008	2007	2008	2007	2008	2007
Quantidade de ações	10.446	10.446	31.446	31.446	-
Capital social	10.501	10.501	31.446	31.446	-
Patrimônio líquido	241.910	316.495	62.355	55.949	-
Lucro do exercício	76.906	79.867	6.420	3.560	-
Participação %	99.99	99.99	100.00	100.00	-
Equivalência patrimonial (1)	76.897	79.859	6.420	3.560	83.317
Valor do investimento	241.887	316.465	62.355	55.949	304.242
Valor do deságio na aquisição (2)	-	-	(484)	(550)	(550)
Total líquido	241.887	316.465	61.871	55.399	303.758

(1) A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial apresentado na coluna total e o resultado de equivalência da demonstração de resultados refere-se ao deságio da Imobal Imobiliária e Administradora Ltda no exercício.

(2) O deságio apurado na aquisição da Imobal Imobiliária e Administradora Ltda., foi reclassificado para a rubrica de "Resultados de exercícios futuros" no balanço patrimonial, para fins de consolidação.]

Balanço resumido das empresas controladas

	Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A		Imobal Imobiliária e Administradora Ltda.	
Ativo	2008	2007	2008	2007
Circulante e realizável a longo prazo	458.182	593.217	63.819	54.121
Disponibilidades	631	1.000	346	373
Aplicações interfinanceiras de liquidez	257.085	168.897	58.735	52.143
Título e valores imobiliários	61.192	282.676	-	-
Outros créditos	139.234	140.644	4.738	1.605
Outros valores e bens	40	-	-	-
Permanente	74	115	1.939	3.842
Investimentos	1	1	42	49
Imobilizado de uso	72	112	1.897	3.793
Diferido	1	2	-	-
Total	458.256	593.332	65.758	57.963
Passivo				
Circulante e exigível a longo prazo	216.346	276.837	3.403	2.014
Fiscais e previdenciárias	80.056	141.600	3.207	1.767
Negociação e intermediação financeira	126.050	121.725	-	-
Diversas	10.240	13.512	196	247
Patrimônio Líquido	241.910	316.495	62.355	55.949
Capital social	10.501	10.501	31.446	31.446
Reservas de capital	21.842	21.842	109	109
Reservas de lucro	79.006	2.100	1.648	1.327
TVM e Instr. Financeiros - MtM	18.611	170.102	2	16
Lucros acumulados	111.950	111.950	29.150	23.051
Total	458.256	593.332	65.758	57.963

Continuação...

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP
Fone: (11) 2113-5000

Demonstrações Financeiras

c. Outras despesas administrativas são compostas por:				e. Outras despesas operacionais são compostas por:					
	2008		2007			2008		2007	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado		Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Aluguéis	(4.869)	(4.920)	(5.536)	(5.533)	Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	(21.757)	(21.757)
Comunicação	(6.693)	(8.108)	(5.218)	(5.742)	Prejuízo sobre créditos a receber	(5.513)	(5.513)	-	-
Processamento de dados	(5.063)	(5.362)	(3.738)	(3.792)	Variação monetária sobre processos judiciais - Nota 19	(15.550)	(15.809)	(55.872)	(56.058)
Serviços do sistema financeiro	(19.500)	(20.437)	(21.924)	(26.701)	Variação cambial sobre valores a receber	(1.237)	(1.237)	(2.281)	(2.281)
Serviços técnicos especializados	(13.001)	(13.355)	(10.624)	(11.316)	Outras	(1.942)	(2.592)	(4.793)	(5.193)
Depreciação e amortização	(4.908)	(4.858)	(2.659)	(2.770)	Total	(24.242)	(25.151)	(84.703)	(86.289)
Viagens	(3.208)	(3.432)	(3.452)	(3.716)	f. O Banco possui compromissos por garantias prestadas, avais e fianças, conforme segue:				
Outras	(5.900)	(7.499)	(6.183)	(7.230)			2008	2007	
Total	(63.142)	(67.971)	(59.334)	(66.800)	Créditos abertos para importação		239.384	223.334	
d. Outras receitas operacionais são compostas por:					Créditos de exportação confirmados		705.932	432.342	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Beneficiários de garantias prestadas		870.921	323.291	
Variação cambial sobre investimentos no exterior	37.052	37.052	-	-	Total		1.816.237	978.967	
Atualização de depósitos judiciais (i)	18.630	18.990	61.270	63.779	g. O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são da modalidade da contribuição definida. Em 2008 a obrigação por contribuição da parte do Banco totalizou R\$ 984 (2007 – R\$ 948), sendo utilizada do fundo previdencial da entidade.				
Ajuste positivo de cotas	-	23.724	-	326	h. Risco Operacional				
Rendas de ajuste financeiro - Corretora	-	4.794	-	1.182	Em virtude da rígida política global de controle e gestão de capital, o Banco possui uma base histórica de eventos operacionais desde o ano 2000, bem como manuais de procedimentos e indicadores de performance, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital. Em junho de 2006 foi publicada a Resolução CMN nº 3.380, exigindo do mercado financeiro brasileiro, a implantação da estrutura de gerenciamento de risco operacional. A estrutura adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponibilizada em nosso site, através do endereço: www.deutsche-bank.com.br .				
Bonificações recebidas em ações	-	13.785	-	-					
Juros, variação cambial e deságio sobre créditos	7.190	7.190	12.504	12.504					
Outras	3.732	5.404	7.701	8.232					
Total	66.604	110.939	81.475	86.023					
(i) Em janeiro de 2007, o Banco Central do Brasil solicitou diretamente ao Banco que fosse implantado o procedimento, mensal, de atualização monetária dos valores envolvendo as causas judiciais (depósitos judiciais no ativo e provisões no passivo). Oportunamente, reavaliamos nossos saldos e o reflexo desses ajustes foram contabilizados neste grupo.									

A DIRETORIA

Sidimar Reche
Contador - CRC 1SP 170052-O/9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
São Paulo - SP
Examinamos os balanços patrimoniais do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (Banco) e os balanços patrimoniais consolidados do Banco e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das

práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão e a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
18 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6

PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV

MANUAIS DE PROCEDIMENTOS
DA JUSTIÇA FEDERAL

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de Precatórios (Instituído pela Portaria n. 051, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

2ª edição revista e atualizada

EQUIPE DE REVISÃO

Grupo que promoveu a atualização do *Manual de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV*, bem como incluiu novas orientações com base nas normas legais vigentes, sob a coordenação do Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva:

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador do Grupo)
- Leila Maria Moreira Peixoto (TRF - 1ª Região)
- Márcio da Silva Albuquerque (TRF - 1ª Região)
- André Costa Sousa (TRF - 2ª Região)
- Leonardo Santos Carvalho (TRF - 2ª Região)
- Rogério Brenicci (TRF - 3ª Região)
- Regina Maria Carvalho Eliezer (TRF - 3ª Região)
- Sérgio Tinoco Cordeiro Filgueiras (TRF - 3ª Região)
- Álvaro Madsen (TRF - 4ª Região)
- Miriam Ribeiro Alves (TRF - 4ª Região)
- Maria Tereza Della Santa (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Araújo Filho (TRF - 5ª Região)
- Ricardo César Almeida da Silva (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (1ª Secretária - CJF)
- Gustavo Bicalho Ferreira da Silva (2º Secretário - CJF)
- Ricardo Manhães Seabra (CJF)
- Barão Mello da Silva (CJF)

1ª edição

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de precatórios (instituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador)
- Juíza Federal Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz (Subcoordenadora)
- Hylton Pereira (Primeiro Secretário)
- Leila Maria Moreira Peixoto (Segunda Secretária)
- Geovania Carneiro de Lima (TRF - 1ª Região)
- Romildo Narciso Volotão (TRF - 2ª Região)
- Luiz Alberto de Almeida e Silva (TRF - 2ª Região)
- Andréa Regina dos Santos (TRF - 3ª Região)
- Maria Aparecida Martinez Ciliano (TRF - 3ª Região)
- Humberto Schimitt Vieira (TRF - 4ª Região)
- Regaldo Amaral Mildbradt (TRF - 4ª Região)
- José David Vendramin (TRF - 4ª Região)
- Ilka Maria Anselmo Nogueira (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Arruda Filho (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (CJF)



PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV

2ª edição

revista e atualizada

**MANUAIS DE PROCEDIMENTOS
DA JUSTIÇA FEDERAL**

MAIO 2005

Coordenação editorial

Subsecretaria de Divulgação e Editoração da Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas do
Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal

Diagramação

Enivaldo Sizino dos Santos

Capa

Helder Marcelo Pereira

Enivaldo Sizino dos Santos

Impressão

Divisão de Serviços Gráficos da

Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal

Copyright © Conselho da Justiça Federal

ISBN 85-85572-73-6

Tiragem: 2000 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que
indicada a fonte.

C955m Conselho da Justiça Federal
Precatórios e requisições de pequeno valor - RPV / Conselho da Justiça
Federal; Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva, coord. 2. ed. rev. e atual. –
Brasília : CJF, 2005.

71 p. (Manuais de procedimentos da Justiça Federal).

ISBN 85-85572-73-6

1. Precatório 2. Execução 3. Fazenda Pública. I. Silva, Ricardo
Perlingeiro Mendes da, coord. II. Título III. Série.

CDU : 347.952

SUMÁRIO

Apresentação (2ª edição)	7
Apresentação (1ª edição)	8
I – Contexto atual	10
1 Normas gerais	10
1.1 Constituição Federal – CF	10
1.2 Lei Complementar nº 101/2000	12
1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	13
1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA	13
1.5 Lei nº 10.259/2001	13
1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004)	13
1.7 Lei nº 11.033/2004	14
1.8 Resolução/CJF nº 438/2005	14
II – Aspectos orçamentários	14
1 Caracterização do débito judicial como despesa pública	14
1.1 Definições	14
1.1.1 Orçamento público	14
1.1.2 Despesa pública orçamentária	15
1.1.3 Débito judicial	15
2 Classificação do débito judicial no orçamento federal	15
2.1 Classificação institucional	15
2.2 Classificação quanto à espécie da requisição	16
2.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV	16
2.2.2 Precatório – PRC	17
2.3 Classificação quanto à natureza da despesa	17
2.4 Classificação quanto à forma de pagamento	19
2.4.1 Pagamento em parcela única	19
2.4.2 Pagamento de forma parcelada	19
3 Regras para o parcelamento	19
3.1 Débitos judiciais da Fazenda Pública Federal	19
3.1.1. Art. 78, <i>caput</i> , do ADCT (EC nº 30/2000)	19
3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos	20
3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público	20
4 Elaboração do Orçamento	20
4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal	20
4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV	21
4.1.2 Precatórios – PRC	22
4.1.3 Prazos	22
4.1.3.1 Para o Projeto da LDO	22
4.1.3.2 Para o Projeto da LOA	22
4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades de direito público	23
4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV	23
4.2.2 Precatórios – PRC	23
5 Estágios da execução orçamentária e financeira	24
6 Retificações e devoluções no orçamento	24
6.1 Retificações	24
6.2 Devoluções	25

7 Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores	25
7.1 Restos a pagar	25
7.2 Despesas de exercícios anteriores	26
III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento	26
1 Espécies de requisição de pagamento	26
2 Procedimentos para expedição de requisição de pagamento	27
2.1 Requisições expedidas pelas varas comuns federais e estaduais	27
2.2 Requisições expedidas pelos juizados especiais federais	31
IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais	33
1 Classificação, verificação dos dados obrigatórios e lançamento	33
1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios	33
1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento	33
1.1.2 Classificação e análise de dados	33
1.2 Lançamento	34
1.2.1 Dados de lançamento	34
1.2.2 Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados	34
2 Elaboração e trâmite da proposta orçamentária	35
3 Repasse de verba ao juízo da execução ou ao beneficiário do crédito	36
3.1 Atualização monetária e juros	36
3.1.1 Atualização monetária	36
3.1.2 Juros	37
V – Procedimentos posteriores aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor	37
1 Comunicação ao juízo requisitante e às partes	37
1.1 Imposto de renda retido na fonte	38
VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF	38
1 Competência no âmbito da Justiça Federal	38
1.1 Principais atribuições	39
1.1.1 Atribuições genéricas	39
1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais	40
2 Encaminhamento dos bancos de dados pelos Tribunais Regionais Federais à SPO/CJF	40
2.1 Precatórios	40
2.2 Requisições de Pequeno Valor	41
3 Liberação dos recursos financeiros aos Tribunais Regionais Federais	41
3.1 Precatórios	41
3.2 Requisições de Pequeno Valor	41
Anexos	43
Constituição Federal art. 100	45
Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000	46
Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002	48
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001	49
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003	54
Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004	55
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	64
Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005	65
Resolução nº 439, de 30 de maio de 2005	71

APRESENTAÇÃO

(2ª edição revista e atualizada)

A legislação que disciplina o pagamento das condenações judiciais pela Fazenda Pública é mutável pela própria natureza. A respeito dela não se pode fazer a crítica fácil de que as reiteradas alterações legislativas instabilizam a ordem jurídica. A Lei das Diretrizes Orçamentárias é anual. Anual também é a Lei do Orçamento. As normas jurídicas nelas embutidas não teriam o menor sentido se fossem mera repetição das regras anteriores. Isso tem sido muito proveitoso no que diz respeito ao cumprimento das obrigações da Fazenda Pública Federal, cujo regime jurídico vem se aperfeiçoando. A Lei nº 10.524, de 2002, por exemplo, determinou a descentralização das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Indireta aos Tribunais Regionais Federais. Leis como essas agilizaram sobremaneira os procedimentos nesse tema, e repercutiram naqueles instituídos administrativamente no âmbito do Conselho da Justiça Federal. Havia, nessas circunstâncias, necessidade de adaptação dos atos normativos à nova disciplina legal.

O resultado disso foi a revisão do Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003. Pequenos acréscimos foram feitos autonomamente, como fruto da experiência cotidiana, entre estes aquele que uniformiza em todas as Regiões os critérios que asseguram a ordem cronológica dos pagamentos. O trabalho é importante porque tem efeitos práticos. A Fazenda Pública Federal, ao contrário de outras pessoas jurídicas de direito público, está em dia com o pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes de condenações judiciais. Neste exercício pagou todas as prestações de natureza alimentícia no mês de fevereiro; aquelas de natureza comum foram satisfeitas no mês de março. O conhecimento dos trâmites legais é indispensável para que isso aconteça, e este é o propósito renovado nesta atualização. Embora endereçado principalmente aos servidores da Justiça Federal, o Manual poderá ser útil também às partes, advogados e procuradores.

Todo este trabalho deve ser creditado aos funcionários da Justiça Federal, principalmente aqueles que criaram a edição originária deste Manual, bem assim aqueles que agora a revisaram e atualizaram – sempre sob a coordenação do MM. Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.

Ministro Ari Pargendler

APRESENTAÇÃO

(1ª edição)

A presente revisão é fruto da concretização de uma das atividades do Grupo de Trabalho destinado à uniformização dos procedimentos pertinentes ao pagamento de Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

O Grupo foi constituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, alterada pela Portaria Presidencial nº 24, de 30 de março de 2005, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do egrégio Conselho da Justiça Federal. É composto por representantes dos cinco Tribunais Regionais Federais, da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal, e coordenado por juízes federais. Todos os participantes estão diretamente envolvidos nos procedimentos relativos ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado e na assessoria aos presidentes dos tribunais nessa matéria.

As atividades desenvolvidas nas reuniões realizadas desde sua criação consistem em apresentação de soluções de problemas de cunho procedimental e orçamentário, comuns a todas as Regiões, elaboração de minutas de atos normativos, acompanhamento e elaboração de projetos de lei, sugestões de medidas destinadas à desburocratização do processo de solicitação de créditos orçamentários e seu pagamento, mediante a troca de experiências vivenciadas pelos integrantes, adequação dos procedimentos às inovações legislativas, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Emendas Constitucionais nºs 30/2000 e 37/2002.

O objetivo precípuo deste *Manual* é uniformizar, servindo como fonte de consulta, os principais procedimentos utilizados para a apresentação e pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça Federal.

Para tanto, os capítulos foram desenvolvidos de forma didática, possibilitando sua utilização pelos seus destinatários imediatos: servidores e juízes de primeiro e segundo graus.

O presente *Manual* está dividido em seis títulos:

I – Contexto atual – reúne todas as normas legais e administrativas afetas à matéria tratada neste *Manual*.

II – Aspectos orçamentários – traz uma visão genérica sobre os principais aspectos orçamentários, no que se refere ao pagamento das decisões judiciais e elaboração de proposta orçamentária. Além disso, apresenta, de forma sucinta, a legislação disciplinadora da matéria aqui abrangida.

III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento – descreve os elementos necessários à correta elaboração das requisições de pagamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos atos normativos correlatos.

IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais pertinentes ao processamento das requisições de pagamento – explica as principais etapas do procedimento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, inclusive a elaboração de banco de dados para compor a proposta orçamentária, atualização monetária dos créditos solicitados e transferência de recursos financeiros.

V – Procedimentos posteriores à transferência de verbas das requisições de pagamento – explica os procedimentos na 1ª instância, posteriores ao recebimento do crédito orçamentário do TRF.

VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal – trata da solicitação de créditos e liberações financeiras.

Espera-se que este *Manual* possa auxiliar seus usuários, cumprindo uma das finalidades de sua criação. Lembramos que as rotinas aqui descritas estão sujeitas às alterações legais.

O Grupo de Trabalho

I – CONTEXTO ATUAL

1. NORMAS GERAIS

1.1 Constituição Federal

O processamento dos débitos judiciais passou por uma significativa mudança, a partir do exercício financeiro de 2001, resultante, basicamente, da edição da Emenda Constitucional nº 30/2000, que alterou a redação do art. 100 da CF e acrescentou o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A EC nº 30/2000 inovou no tocante à atualização do débito até a data de efetivo pagamento, conforme § 1º, art. 100, da CF e distinguiu os débitos judiciais em duas espécies: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV), permitindo que lei específica estabelecesse sua definição.

Art. 100, caput: À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de Direito Público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 2º: As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º: O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Outra significativa alteração introduzida pela EC nº 30/2000 diz respeito ao parcelamento do pagamento dos precatórios, em parcelas anuais, no prazo máximo de dez anos, nos termos do *caput* do art. 78 do ADCT, abaixo transcrito:

Art. 78, caput: Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

Art. 33, caput: Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1ª de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento no disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

A EC nº 37/2002 introduziu, no texto constitucional, vedação de expedição de precatório complementar ou suplementar, bem como de fracionamento do valor da execução, de modo a evitar que parte do pagamento se faça por meio de precatório e parte por meio de RPV, nos seguintes termos:

Art. 100, § 4º: São vedadas as expedições de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

Além da regra acima, a referida Emenda acrescentou os arts. 86 e 87 ao ADCT, que excepcionam a regra do parcelamento dos precatórios, nos seguintes termos:

Art. 86, caput: Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

I – ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;

II – ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.

Art. 87, caput: Para efeito do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:

I – quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;

II – trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.

1.2 Lei Complementar nº 101/2000

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe a necessidade de serem identificados todos os beneficiários das requisições de pagamento, conforme o art. 10, abaixo transcrito:

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Regulamenta as disposições a respeito de elementos essenciais à inclusão do débito no orçamento, tais como: regras de parcelamento, atualização monetária, incidência de juros etc.

1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA

Trata-se de um instrumento de gestão e controle que estima a receita e fixa a despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

1.5 Lei nº 10.259/2001

Com vigência a partir de janeiro de 2002, a Lei nº 10.259/2001, além de instituir os juizados especiais federais, define o novo limite dos débitos considerados de pequeno valor, fixando-o em 60 salários-mínimos por beneficiário.

Art. 3º, caput: Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.

Art. 17, § 1º: Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).

1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004)

Institui, por conta de imposto de renda, a retenção de 3% (três por cento), a ser feita por instituição bancária oficial, sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor.

1.7 Lei nº 11.033/2004

Condiciona o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum à apresentação ao Juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

1.8 Resolução/CJF nº 438/2005

Datada de 30 de maio de 2005, altera e consolida as normas anteriormente existentes, bem como uniformiza procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

II – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

O estudo dos aspectos envolvidos com o processamento dos débitos judiciais passa, necessariamente, por questões de ordem financeira e orçamentária consagradas na CF e em diversas normas complementares.

1. CARACTERIZAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL COMO DESPESA PÚBLICA

O conceito de “débito judicial” é oriundo de dispositivos constitucionais, notadamente do § 1º do art. 100 da CF, que vinculam a sua formação à necessidade de crédito específico e de prévia inclusão no orçamento das entidades devedoras de verba necessária ao seu pagamento.

Art. 100, § 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

1.1 Definições

1.1.1 Orçamento público

Orçamento público é um instrumento de controle e programação de trabalho do governo, contendo o planejamento dos gastos, fixando despesas e estimando receitas individualizadas por unidades orçamentárias, materializado em lei ordinária de validade anual, de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

O modelo orçamentário brasileiro, fundamentado nos arts. 145 a 169 da CF, está previsto na Lei nº 4.320/64, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), integradas entre si.

1.1.2 Despesa pública orçamentária

Despesa pública orçamentária é o recurso público com destinação específica, previamente fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O pagamento de obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública for condenada, depende de orçamento prévio, como exigido pela Constituição Federal em seu art. 100.

1.1.3 Débito judicial

Débito judicial é toda obrigação de pagamento, constituída como despesa pública, oriunda de condenação em sentença judicial transitada em julgado, cuja satisfação depende de prévia inclusão no orçamento das entidades de direito público.

2. CLASSIFICAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL NO ORÇAMENTO FEDERAL

A inscrição das requisições de pagamento no orçamento da União é resultado de procedimentos administrativos que objetivam classificar os débitos judiciais de acordo com:

- a) a instituição devedora;
- b) a espécie de requisição;
- c) a natureza orçamentária da despesa; e
- d) a forma de pagamento.

Como resultado dessa classificação, os dados são apresentados por meio de bancos de dados que contêm a indicação, individualizada por credor, de todos os elementos exigidos nas normas em vigor.

2.1 Classificação institucional

A classificação institucional compreende os órgãos orçamentários e suas respectivas unidades orçamentárias.

Lei nº 4.320/64, art. 14: Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a quem será consignado dotações próprias.

É representada por um código composto de cinco algarismos, sendo que os dois primeiros identificam o órgão e os três últimos, a unidade orçamentária.

Exemplo de codificação => 12.103

1ª e 2ª dígitos => Órgão (12 = Justiça Federal)

3ª a 5ª dígitos => Unidade orçamentária (103 = TRF da 2ª Região)

Essa classificação evidencia as unidades responsáveis pela execução dos créditos consignados no orçamento.

2.2 Classificação quanto à espécie da requisição

Débito judicial é gênero de duas espécies: PRECATÓRIOS e REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.

2.2.1 Requisição de Pequeno Valor (RPV)

Trata-se de requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, que não se submete à sistemática de pagamento por precatório.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor (RPV) aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I - sessenta salários-mínimos, se a devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II - quarenta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT); e

III - trinta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

2.2.2 Precatório (PRC)

É a requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, cujo crédito deve ser incluído no orçamento das entidades de Direito Público, para pagamento ao longo do exercício seguinte.

2.3 Classificação quanto à natureza da despesa

A classificação da natureza dos débitos judiciais resulta da conjugação do disposto no *caput* do art. 100 da CF com as demais normas vigentes.

O juiz da execução indicará, nas requisições, os seguintes dados:

I – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (requisição de pequeno valor ou precatório);

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT.

Por conseguinte, a separação dos valores por grupo de natureza de despesa deve sempre estar representada nas classificações das despesas presentes na Lei Orçamentária Anual, subdivididas em despesas de pessoal, outras despesas correntes e inversões financeiras.

Dessa forma, os precatórios e as requisições de pequeno valor são consignados no orçamento da União com as seguintes categorias, exemplificativamente:

a) Natureza alimentícia – Pessoal (art. 100, § 1º A, da CF)

Elemento de despesa: 3.1.90.91

- Salários
- Vencimentos
- Proventos
- Pensões
- Indenizações por morte
- Indenização por invalidez

Observação: excetuam-se dessa classificação os débitos de natureza alimentícia decorrentes de benefícios previdenciários requeridos em face do fundo do regime geral da Previdência Social, que terão a classificação de elemento de despesa 3.3.90.91.

b) Natureza comum – Outras despesas correntes

Elemento de despesa: 3.3.90.91

- Aluguéis
- Contratos
- Outras indenizações
- Repetições de indébito

c) Desapropriação – Inversão financeira

Elemento de despesa: 4.5.90.91

- Desapropriações de imóveis

Para classificação da natureza da despesa orçamentária, deve-se considerar a categoria econômica, o grupo de despesa respectivo, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. A classificação da natureza da despesa, conforme o *Manual Técnico de Orçamento*, é composta de:

a) Categoria econômica da despesa, subdividida em:

- Despesa corrente: classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- Despesa de capital: classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital.

b) Grupo de natureza da despesa: agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

c) Modalidade de aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

d) Elemento de despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gastos, tais como vencimentos e vantagens fixas, diárias, material de consumo, serviços de terceiros, dentre outros, de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

Essa classificação é representada por um código composto de seis algarismos (= > **3.1.90.91, 3.3.90.91 ou 4.5.90.91**) como exemplificado a seguir:

Exemplos de codificação 3.1.90.91:

1ª dígito =>	Categoria econômica	(3 = despesas correntes)
2ª dígito =>	Grupo de despesas	(1 = pessoal e encargos sociais)
3ª e 4ª dígitos =>	Modalidade de aplicação	(90 = aplicação direta)
5ª e 6ª dígitos =>	Elemento de despesa	(91 = débitos judiciais)

2.4 Classificação quanto à forma de pagamento

As regras atuais, introduzidas pela EC nº 30/2000 e regulamentadas pelas resoluções do CJF, permitem as seguintes formas de pagamento:

2.4.1 Pagamento em parcela única

Trata-se de regra aplicável aos débitos definidos em lei como de pequeno valor, aos de natureza alimentícia, aos de que trata o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações, aos que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo e aos que decorram de ações iniciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999.

2.4.2 Pagamento de forma parcelada

O parcelamento diz respeito, exclusivamente, aos débitos de natureza comum, àqueles não definidos em lei como de pequeno valor, e àqueles originários de desapropriação, pendentes de pagamento na data de promulgação da EC nº 30/2000 e que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

3. REGRAS PARA O PARCELAMENTO

3.1 Débitos Judiciais da Fazenda Federal

3.1.1 Art. 78, *caput*, do ADCT (EC nº 30/2000):

Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos

Em relação aos débitos judiciais da Fazenda Federal sujeitos ao parcelamento, aplicam-se as regras dos atos normativos vigentes, nos seguintes termos:

a - os créditos individualizados por beneficiário, cujo valor seja superior a 60 (sessenta) salários-mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a esse valor, excetuando-se o resíduo, se houver;

b - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores individualizados ultrapassem o limite imposto à requisição de pequeno valor, serão divididos em duas parcelas, iguais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver; e

c - os juros legais, à taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela.

3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público

No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal, Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), o parcelamento obedecerá ao disposto nos arts. 78 e 87 do ADCT, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo ente federativo.

4. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O processo de inclusão dos débitos judiciais no orçamento se dá anualmente nos prazos definidos em lei.

4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal

Os procedimentos adotados se baseiam não só nos dispositivos da CF como também nas determinações da LDO e representam, basicamente, os seguintes estágios:

1ª – Proposição orçamentária inicial, proveniente dos TRFs:

Cada unidade gestora (Tribunais Regionais Federais) encaminha, na forma de banco de dados, a relação de dados cadastrais dos precatórios à setorial orçamentária (CJF) para consolidação em um só banco de dados da Justiça Federal.

2ª – Conversão em projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Executivo:

O Conselho da Justiça Federal encaminha os bancos de dados consolidados ao órgão de planejamento do Poder Executivo (Secretaria de Orçamento Federal – SOF – do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) que, por sua vez, consolida as propostas de toda esfera federal e as encaminha, sob forma de projeto de lei, ao Legislativo.

3ª – Aprovação sanção e publicação da LOA:

Aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, a proposta orçamentária é transformada em Lei Orçamentária Anual que, promulgada, estima a receita e fixa a despesa.

4ª – Disponibilidade dos respectivos créditos às unidades orçamentárias:

A SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminha, através do Sistema Integrado de Administração Financeira Federal (Siafi), os créditos orçamentários para registro em cada unidade devedora.

Por força do que dispõe a LDO, as dotações orçamentárias das autarquias e das fundações públicas, destinadas ao pagamento de requisições judiciais, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, são integralmente descentralizadas aos tribunais que proferirem as decisões exequêndas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

A referida descentralização é feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da lei orçamentária e dos créditos adicionais.

4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Os recursos orçamentários para pagamento das RPs advêm de estimativas anuais, para inclusão na LOA do exercício seguinte.

Esse procedimento permite que se consigne aos TRFs créditos necessários para atender, no prazo de 60 dias, contados da apresentação no Tribunal, todas as RPs que sejam apresentadas ao longo do exercício.

4.1.2 Precatórios - PRC

No caso dos precatórios, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na LOA de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1ª de julho do ano seguinte (CF, art. 100, § 1º).

Imediatamente após a apresentação dos bancos de dados ao Conselho da Justiça Federal, o Tribunal deverá encaminhar aos órgãos e entidades devedoras a relação de débitos a serem incluídos no orçamento, a fim de que estes verifiquem eventuais divergências a serem comunicadas à SOF/MP, conforme determinado na LDO.

Com a publicação da LOA, os créditos orçamentários são consignados às entidades e descentralizados integralmente aos tribunais, conforme determina a LDO.

Considerando as regras vigentes, os recursos financeiros correspondentes são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao órgão setorial de programação financeira da Justiça Federal para posterior liberação aos tribunais.

4.1.3 Prazos

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina, em seu art. 35, § 2º, II e III, os prazos descritos abaixo:

4.1.3.1 Para o projeto da LDO

Art. 35, § 2º, II: O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

4.1.3.2 Para o projeto da LOA

Art. 35, § 2º, III: O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Os prazos constitucionais são limites impostos ao encaminhamento dos projetos de lei por parte do chefe do Executivo. Administrativamente, para que os mesmos possam ser

cumpridos, os setores de orçamento definem prazos internos para apresentação das propostas orçamentárias.

Outros prazos definidos para o processamento dos débitos judiciais dizem respeito ao período de inscrição dos requisitórios para pagamento:

a) Para precatórios:

Art. 100, § 1º, da CF: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (grifo nosso)

b) Para RPVs:

Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias, fundações de direito público e demais órgãos incluídos no orçamento geral da União, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições em ordem cronológica, contendo os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal.

4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades

4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Em se tratando de débitos judiciais de outras entidades, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo pagamento, que deverá ser realizado em conta de depósito judicial à disposição do respectivo juízo, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT e nas leis específicas dos respectivos entes da Federação.

4.2.2 Precatórios - PRC

Quanto aos débitos judiciais de outras entidades sujeitos a pagamento por precatório, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao respectivo TRF.

Nesse caso, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na Lei Orçamentária do respectivo ente da Federação de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, superiores

aos limites fixados no art. 87 do ADCT e nas respectivas leis específicas, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1º de julho do ano seguinte.

Encerrado o período previsto na CF (art. 100, § 1º), o TRF encaminhará ofício à entidade devedora, requisitando os recursos financeiros, que deverão estar disponíveis até 31 de dezembro do exercício em cujo orçamento o débito for incluído.

Uma vez publicada a Lei Orçamentária e havendo recurso financeiro disponível, a entidade devedora deverá realizar depósito à disposição do TRF que expediu a requisição de pagamento.

5. ESTÁGIOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira dos precatórios e RPs passa por quatro estágios (Lei nº 4.320/64 e Resoluções do CJF):

1º – **Fixação**: compreende o período de inclusão dos débitos no orçamento, descrito no capítulo II, item 4.1 deste *Manual*.

2º – **Empenho**: é o ato emanado de autoridade competente que cria, para a entidade devedora, obrigação de pagamento. Não se admite realização de despesa sem prévio empenho.

3º – **Liquidação**: consiste na apropriação da despesa após a identificação do beneficiário e a verificação do crédito a ser pago, tendo por base o requisitório expedido e os dados cadastrados do débito.

4º – **Depósito**: os valores executados são depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

6. RETIFICAÇÕES E DEVOLUÇÕES NO ORÇAMENTO

6.1 Retificações

O orçamento, embora seja um instrumento rígido e formal, excepcionalmente está sujeito a retificações durante sua execução. A legislação orçamentária prevê a possibilidade da abertura de créditos adicionais para atender a situações não previstas ou insuficientemente dotadas.

Os recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais, quando não dotados ou insuficientemente dotados, poderão ser acrescidos de créditos adicionais.

Esses créditos adicionais supõem erro na estimativa do índice de correção monetária ou erro material ocorrido no Tribunal. A respectiva obtenção depende de ato legislativo, salvo remanejamento de créditos já existentes e não utilizados.

No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração de natureza do crédito ou outra que implique em aumento da despesa prevista no orçamento, devendo ser cancelada e expedida novamente.

6.2 Devoluções

Representam estornos resultantes de cancelamentos totais ou parciais de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, bem como de outras entidades.

Havendo cancelamento de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, o montante originário dos créditos, desde que do mesmo exercício financeiro, retornam à dotação orçamentária correspondente, recolhendo-se ao Tesouro os rendimentos; quando disserem respeito a exercícios anteriores, os respectivos valores e rendimentos também serão recolhidos ao Tesouro.

Havendo cancelamentos de depósitos decorrentes de obrigações de outras entidades, os recursos lhe serão devolvidos, com os rendimentos, independentemente de ocorrerem no mesmo exercício financeiro ou em outro, total ou parcialmente, conforme a abrangência do cancelamento.

7. RESTOS A PAGAR E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

7.1 Restos a pagar

Restos a pagar são débitos empenhados, inscritos como obrigações a pagar no exercício financeiro subsequente, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64:

Art. 36: Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro (...)

7.2 Despesas de exercícios anteriores

Art. 37 da Lei nº 4.320/64: As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

O presidente do Tribunal, como ordenador de despesa, no ano em que as despesas devam ser pagas, é a autoridade competente para, mediante pronunciamento expresso, reconhecer como devido o débito.

III – PROCEDIMENTOS AFETOS À EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

1. ESPÉCIES DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

As requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos, como visto no item 2.2 do Título II: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

São considerados precatórios as requisições de pagamento cujo valor do crédito por beneficiário, atualizado, seja superior a:

- 60 salários-mínimos, nos casos de entidades federais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 17, § 1º, Lei nº 10259/2001);
- 40 salários-mínimos, nos casos de entidades estaduais e distritais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT); ou
- 30 salários-mínimos para entidades municipais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT).

Os créditos de valores iguais ou inferiores aos limites acima mencionados serão processados por RPV, respeitada a regra estabelecida no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 37/2002.

Se numa mesma ação, a condenação não for uniforme em relação aos litisconsortes, enquadrando-se em relação a alguns dentro do limite da RPV, e quanto a outros exorbitando dele, as requisições de pagamento deverão ser feitas de acordo com o respectivo montante; as execuções que excederem o limite da RPV serão pagas mediante precatório, e aquelas que ficarem dentro desse limite serão pagas por RPV.

Os débitos de pequeno valor subdividem-se entre aqueles provenientes dos juizados especiais federais (JEFs), oriundos de ações que seguiram o rito previsto na Lei nº 10.259/2001 e as Requisições de Pequeno Valor (RPV), originárias das Varas Federais ou Estaduais com competência delegada.

O procedimento e a forma de requisições de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado devem obedecer aos requisitos e forma de processamento previstos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nas Resoluções do Conselho da Justiça Federal; deve também ser observada a regulamentação interna específica dos Tribunais Regionais Federais, se houver.

2. PROCEDIMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da execução e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal e as Resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como a regulamentação interna de cada Tribunal.

2.1 Requisições expedidas pelas Varas Comuns Federais e Estaduais:

Requisitos:

a) Número do processo de execução: informar o número do processo originário da requisição de pagamento. Será informado o número do processo de conhecimento, quando a fase de execução for processada nos mesmos autos e sob o número do processo de execução que deu origem à requisição de pagamento, se processada em outros autos.

b) Data do ajuizamento do processo de conhecimento: informar a data de protocolo da petição inicial da ação de conhecimento. Especial atenção deve ser dada aos casos de execuções provenientes de ações civis públicas, que podem gerar mais de uma execução. A finalidade da data de ajuizamento é definir o parcelamento do precatório.

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data do ajuizamento da ação de execução.

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se da relação de direito material que deu causa à ação, a qual já está previamente identificada desde a distribuição do processo, à vista da Tabela de Assuntos.

Esse campo auxilia na fixação da classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento, bem como permite levantamentos estatísticos acerca do tipo de ação que está originando os débitos.

Nem sempre a obrigação mencionada nesse campo corresponde ao crédito requisitado. Por exemplo, numa ação de anulação de lançamento fiscal, a relação material controvertida tem natureza tributária. Se bem sucedida, o efeito da sentença será dúplice: constitutivo-negativa do lançamento fiscal; condenatória da entidade pública em relação aos honorários de advogado. Nesse contexto, a natureza da obrigação a que se refere o pagamento é tributária, mas a requisição de pagamento tem por objeto honorários de advogado, que podem ter natureza alimentícia, dependendo do entendimento do juiz da causa.

Observação: em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT. Se houver, nos autos originários, comprovação de que o imóvel era residencial e único na época da imissão na posse, explicitar na requisição para que o pagamento seja efetuado em duas parcelas.

d) Nomes das partes e de seus procuradores: tanto no PRC quanto na RPV, temos como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão “e outro(s)”, se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e números no CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentar. O reflexo dessa indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3).

Quando os beneficiários, ou um deles, tiverem, numa mesma execução, créditos de natureza comum e créditos de natureza alimentícia, o pagamento deverá ser processado por meio de requisições autônomas.

Se, ao invés disso, uma só requisição for emitida, abrangendo créditos de natureza diferente, será ela processada de acordo com a natureza do crédito principal.

A parcela da condenação, comprometida como honorários de advogado por força de ajuste contratual, não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para os efeitos da espécie de requisição. Conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

g) Espécie da requisição: indicar uma das seguintes espécies (vide capítulo II, item 2.2):

1) RPV: nos casos em que o valor total da execução, de cada beneficiário, não seja superior ao limite do pequeno valor.

2) Precatório: quando o valor total da execução, por beneficiário, for superior ao limite de pequeno valor.

h) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

i) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: este dado se destina à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais, quando da elaboração de proposta orçamentária anual, do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a data do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

j) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento: fica vedada a expedição de requisição em execução provisória de sentença (§ 1º do art. 100 da CF).

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data referente no próximo item.

l) Data da preclusão à oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado decisão ou sentença de liquidação:

1) se, após a regular citação ou intimação do devedor, não forem opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos, informar a data da preclusão.

2) se houve embargos à execução ou impugnação aos cálculos, informar a data de trânsito em julgado da decisão que julgou o incidente.

m) Valor total, por beneficiário, do crédito executado:

Em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar ou suplementar:

1) Requisição originária: é aquela que requisita o valor total proposto na execução.

2) Requisição complementar: é aquela utilizada para o pagamento de diferenças:

a) de *juros* resultantes da mora no período entre a data-base do cálculo de liquidação e o dia 1º de julho (data da atualização), quando se tratar de precatório, e se for requisição de pequeno valor, do aludido termo inicial até a data da respectiva apresentação no Tribunal;

b) de *correção monetária*, no período entre a data da sentença de liquidação e o dia 1º de julho (data da apresentação), quando o indexador adotado judicialmente for maior do que o IPCA-E, e se for requisição de pequeno valor, o aludido termo inicial até a respectiva apresentação no Tribunal.

3) Requisição parcial: é aquela expedida para os casos de valor incontroverso, ou seja, o valor não-embargado ou não-impugnado.

4) Requisição suplementar: é aquela emitida para o pagamento de valor residual que deixou de constar da requisição originária porque, sobre a respectiva certeza e liquidez, ainda não havia trânsito em julgado; ou ainda aquela expedida para o pagamento de créditos não incluídos na requisição originária em razão de erro material.

5) Valor total da execução: informar o valor total apurado, por beneficiário, na conta de liquidação em que se baseou a decisão exequenda, ou seja, o valor é o apurado na primeira conta sobre a qual não pairam discussões. Sobre esse valor, na requisição parcial, na complementar ou suplementar, deve ser baseada a fixação do procedimento: precatório ou requisição de pequeno valor.

Na requisição parcial, na complementar e na suplementar, a espécie de requisição, se precatório ou RPV, será identificada pelo valor total da execução na data da primeira requisição.

Quando se tratar de requisições de pagamento parciais, suplementares e complementares, deve ser informado, além do valor a ser pago por beneficiário, o valor total da execução por beneficiário, bem como a data-base, para verificação do cumprimento do § 4º do art. 100 da Constituição Federal, a fim de impedir o fracionamento da execução, de forma a evitar que parte do pagamento se faça por requisição de pequeno valor e parte mediante precatório. Das razões acima expostas, depreende-se que, para fins de classificação da espécie de requisição, deve-se considerar o *valor total do crédito executado por beneficiário*, e não o valor que está sendo requisitado. Conseqüentemente, é facultada a expedição de requisitório complementar ou suplementar, desde que observado o valor total da execução para definição da espécie de requisição.

No caso de requisição de pagamento complementar ou suplementar de valor superior ao limite de 60 salários-mínimos, se a data da primeira requisição, processada como RPV, for anterior a 13.06.2002, não se aplica à vedação contida no § 4º *in fine* do art. 100 da CF, sob pena de cercear o credor de seu direito de receber o crédito. Se posterior, incabível o pagamento hora por PRC ora RPV, devendo ser considerada a totalidade do crédito para definição do procedimento.

2.2 Requisições expedidas pelos Juizados Especiais Federais

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da causa e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal, na Lei que trata dos juizados especiais federais e nas resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como na regulamentação interna de cada Tribunal, devendo dela constar os seguintes dados:

a) Número do processo: neste campo, deve ser informado o número do processo originário da requisição de pagamento.

b) Data do ajuizamento: informar a data do ajuizamento da ação.

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se do assunto da ação. Esta informação auxilia a classificação orçamentária, bem como permite estatísticas acerca do tipo de ação que está originando os débitos. (Vide item 2.1, c, deste capítulo.)

d) Nomes das partes e de seus procuradores: têm-se como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão “e outro(s)”, se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e respectivos números de CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os respectivos CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito a que se refere o pagamento: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentícia. O reflexo desta indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3)

g) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

h) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: esse dado destina-se à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais quando da elaboração do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

i) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão: deve ser informada a referida data. Nos casos de sentença homologatória de acordo, deve ser informada a data da sentença.

IV – PROCEDIMENTOS ADOTADOS NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Como já mencionado no item 2.2 do título anterior, as requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos: precatórios (PRC) e requisições de pequeno valor (RPV). De acordo com essa divisão teremos algumas particularidades quando do seu processamento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais.

1. CLASSIFICAÇÃO, VERIFICAÇÃO DOS DADOS OBRIGATÓRIOS E LANÇAMENTO

Este capítulo tem como objetivo traçar somente as principais etapas de processamento e algumas de suas implicações, uma vez que cada Tribunal possui peculiaridades próprias de acordo com a respectiva realidade.

1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios

Um dos requisitos previstos em Resolução do CJF diz respeito à definição da natureza do crédito e da espécie da requisição. Por essa indicação será definido o procedimento a ser adotado no processamento da requisição.

Acrescentamos ainda ser indispensável a verificação, em cada TRF, da existência de eventual modelo a ser utilizado pelo respectivo juízo da execução, uma vez que, tendo por base esse documento, será realizada a análise pelo setor competente.

1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento

Apresentada a requisição de pagamento perante cada Tribunal, essa receberá um número de protocolo, que firmará a ordem cronológica de pagamento, caso atendidos os requisitos legais.

1.1.2 Classificação e análise de dados

O procedimento de classificação e análise de dados representa, primeiramente, a definição da espécie de requisição, se RPV ou PRC, a fim de que a mesma se transforme em um processo e ganhe um número de registro. No caso das RPs, nem todas as Regiões realizam o registro de um processo por requisição recebida, podendo reuni-las em um único expediente para, posteriormente, elaborar a requisição para pagamento mensal.

A análise dos dados implica, também, verificação da ausência de um dos requisitos exigidos por lei e/ou ato normativo, ou a incorreção, quando possível, dos mesmos. Por exemplo, no caso da falta de um dado indispensável, previsto em Resolução, o ofício será devolvido ao juízo de origem para regularização, independentemente de lançamento.

A ausência ou a incorreção de algum campo de preenchimento obrigatório implicará cancelamento do registro da requisição, com a conseqüente devolução da mesma ao juízo da execução, passando a integrar o sistema de dados informatizado do Tribunal somente para fins de consulta.

Na constatação de que todos os dados necessários estão presentes na requisição, esta será analisada à luz de ato normativo, registrada, e terá seus dados lançados no sistema informatizado do Tribunal.

1.2 Lançamento

1.2.1 Dados de lançamento

No sistema informatizado de cada Tribunal Regional Federal serão lançados os dados referentes ao registro do processo (partes, procuradores, CPF e número), alguns elementos do processo de origem (data de ajuizamento do processo originário, natureza da obrigação ou assunto) e outras informações constantes do ofício requisitório de pagamento (valor solicitado para cada beneficiário com a data dos respectivos cálculos, natureza do crédito e data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão).

Essas informações objetivam a percepção dos créditos por parte dos jurisdicionados, bem como a exatidão dos pagamentos a serem realizados pela Fazenda Pública, com um resultado justo e equilibrado também no cumprimento das decisões judiciais.

Além de todos os elementos fornecidos pelo juízo da execução, os tribunais deverão lançar outros dados que comporão a proposta orçamentária, em cumprimento às definições do Conselho da Justiça Federal, embasadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas determinações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São exemplos: elementos para a classificação do débito judicial no orçamento, código da entidade executada, categoria econômica, grupo e elemento de despesas, modalidade de aplicação, código das Varas no Siafi etc.

1.2.2 – Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados

a) Requisições de pequeno valor:

Todas as requisições de pagamento de pequeno valor recebidas no Tribunal entre os dias 1^a e 30 de determinado mês, se regulares, terão seus dados lançados em bancos de dados que deverão ser encaminhados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, até o sétimo dia útil de cada mês; delas constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, série Especial, calculado pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-E/IBGE), fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até o período de recebimento (1ª a 30 de cada mês) da requisição no Tribunal.

Alguns tribunais divulgam tabela para embasar a verificação de valores, a fim de não haver necessidade de elaboração de novos cálculos antes da requisição.

b) Precatórios:

Todas as requisições de pagamento, cujos procedimentos forem definidos como precatórios, recebidas no Tribunal no período compreendido entre 2 de julho de um ano até 1ª de julho do outro ano, se regulares, terão seus dados lançados e seus créditos incluídos em proposta orçamentária para pagamento no exercício seguinte, a ser encaminhada à SPO/CJF, no prazo definido pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na proposta orçamentária encaminhada por meio de banco de dados, constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo IPCA-E/IBGE, conforme disciplinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até 1ª de julho do ano em que for elaborada a proposta.

2. ELABORAÇÃO E TRÂMITE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Todos os procedimentos narrados no item 1 deste capítulo são etapas da elaboração da proposta orçamentária, quer das RPVs quer dos PRCs.

Assim, podemos fixar como etapas da elaboração:

- conferência da requisição de pagamento;
- registro e lançamento dos dados e elementos necessários no sistema informatizado;
- verificação de eventual duplicidade de solicitação do crédito;
- atualização dos valores requisitados; e
- migração para banco de dados.

Em continuação, teremos o seguinte trâmite:

- envio do banco de dados às áreas de orçamento dos TRFs para conferência;

- remessa do banco de dados pela área de orçamento dos TRFs à SPO/CJF;
- conferências, pela SPO/CJF, e consolidação das propostas encaminhadas pelos TRFs, a fim de formar uma ordem cronológica única; e
- remessa da proposta orçamentária pela SPO/CJF à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.

3. REPASSE DE VERBA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO OU AO BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO

Aprovado o orçamento para o pagamento das decisões judiciais transitadas em julgado, os recursos financeiros são gradativamente liberados e repassados aos tribunais, para que sejam realizados os pagamentos dos créditos solicitados, na estrita ordem cronológica de sua apresentação, sendo que os de natureza alimentícia têm precedência sobre os de natureza comum.

3.1 Atualização monetária e juros

Após a inclusão em proposta, os valores requisitados serão atualizados a partir de 1º de julho respectivo até a data do efetivo pagamento, conforme preconizado pelo art. 100 da Constituição Federal, pelo mesmo índice utilizado quando da elaboração da proposta orçamentária – o IPCA-E/IBGE.

3.1.1 Atualização monetária

a) Requisições de Pequeno Valor:

No caso das RPVs, a atualização dar-se-á a partir do mês anterior ao encerramento da respectiva requisição mensal até o mês do pagamento (com o índice divulgado no mês anterior).

b) Precatórios não parcelados (alimentícios, créditos não superiores ao limite do pequeno valor e créditos superiores a esse limite, cuja ação originária tenha sido proposta após 31/12/1999):

No caso dos precatórios não passíveis de parcelamento, a atualização dar-se-á a partir do mês de encerramento da respectiva proposta orçamentária anual (julho) até o mês em que efetivado o pagamento (com o índice divulgado no mês anterior). O critério será praticamente o mesmo utilizado para as RPVs.

Quanto à transferência do numerário destinado à quitação do débito por parte da Fazenda, este também será depositado em conta remunerada de instituição bancária oficial, da mesma forma que as RPs.

c) Precatórios parcelados (natureza comum, desapropriação e créditos superiores ao limite do pequeno valor, cuja ação originária tenha sido proposta até 31/12/1999):

No caso de parcelamento, devemos atentar para dois pontos específicos: valor mínimo de cada parcela e incidência de juros, de 6% ao ano, a partir da segunda parcela.

c.1) Valor mínimo de cada parcela:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias vem repetindo a cada ano a norma de que nenhuma parcela poderá ser inferior ao limite do pequeno valor, exceto o resíduo. Dessa forma, se tivermos um crédito atualizado de R\$10.000,00 contra a Fazenda Federal, cujo procedimento adotado foi o PRC, mesmo que a natureza desse crédito seja comum, seu pagamento, pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$ 300,00, não será parcelado.

Dispõe ainda o art. 78 do ADCT que o pagamento desses precatórios será feito em até dez parcelas, e não necessariamente em dez. Assim, exemplificativamente, um crédito atualizado de R\$20.000,00 contra a Fazenda Federal, seu pagamento dar-se-á pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$300,00, em duas parcelas. A primeira no valor de R\$18.000,00, além da correção monetária e, a segunda, no valor de R\$2.000,00, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 6% ao ano.

Sempre que alterado o valor do salário-mínimo, os tribunais farão o reparcelamento dos créditos oriundos dos precatórios, automaticamente.

3.1.2 Juros

A incidência de juros dar-se-á somente nos casos de precatórios parcelados, a partir do pagamento da segunda parcela até a quitação total do crédito, tendo como termo inicial o mês de janeiro e termo final o mês anterior ao do pagamento, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

V – PROCEDIMENTOS POSTERIORES AOS DEPÓSITOS EFETUADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

1. COMUNICAÇÃO AO JUÍZO REQUISITANTE E AS PARTES

Os depósitos dos valores destinados aos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor serão feitos em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. O Tribunal enviará comunicado desta operação ao juízo da execução, que cientificará as partes.

O juízo da execução deverá comunicar ao Presidente do Tribunal, de imediato, qualquer fato que impeça o saque, a fim de que este determine o bloqueio dos valores até decisão final.

Os saques dos depósitos efetuados pelo Tribunal, sem expedição de alvará, regem-se pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários. Essa modalidade de saque se aplica às requisições de pequeno valor expedidas pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1ª de janeiro de 2005 e aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1ª de julho de 2004, mantido o levantamento por alvará para os precatórios e requisições de pequeno valor, expedidos pelas varas estaduais com competência delegada.

Já o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum dependerá de alvará judicial, a ser expedido mediante a apresentação ao juízo da causa de Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como de Certidão de Regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a entidade pública devedora.

(Conforme Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Precatórios, visando à uniformização dos procedimentos atinentes ao cumprimento do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 – Processo Administrativo/CJF/STJ nº 2005.16.1748, julgado em 24.02.2005).

1.1 Imposto de renda retido na fonte

Nos termos da Lei nº 10.833/2003, alterada pela Lei nº 10.865/2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição bancária responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do saque. Fica dispensado da retenção do imposto o beneficiário que declarar, perante a instituição financeira depositária, que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no Simples (art. 27, §§ 1ª e 2ª).

VI – PROCEDIMENTOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CJF

1. COMPETÊNCIA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL

De acordo com o art. 2ª da Lei nº 8.472/92, as atividades de planejamento, orçamento e finanças, na Justiça Federal, devem ser organizadas em forma de sistema, tendo como órgão central o Conselho da Justiça Federal.

Em cumprimento ao disposto no artigo retro mencionado, foi editada a Resolução nº 94, de 11/06/93, que estabeleceu a organização e as diretrizes básicas de funcionamento do sistema de planejamento, orçamento e finanças da Justiça Federal.

Esse sistema tem como órgão central a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, como órgãos setoriais os Tribunais Regionais Federais e como órgãos seccionais as seções judiciárias.

Ao órgão central do sistema compete coordenar, planejar e orientar as atividades relacionadas com a administração dos recursos orçamentários e financeiros da Justiça Federal de 1ª e 2ª graus e da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

1.1 Principais atribuições

1.1.1 Atribuições genéricas

a) Promover a padronização e racionalização dos procedimentos orçamentários, financeiros e operacionais em todos os níveis de atividade do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças da Justiça Federal;

b) Propor normas com vistas a regulamentar os atos de administração dos recursos orçamentários e financeiros, bem como sua execução no âmbito da Justiça Federal;

c) Coordenar e orientar as atividades de elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais, de créditos adicionais e das alterações no detalhamento da despesa, bem como a programação financeira de desembolso, de acordo com a legislação pertinente;

d) Examinar, consolidar e encaminhar as propostas orçamentárias ao Secretário-Geral para posterior aprovação pelo Conselho da Justiça Federal e pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça;

e) Elaborar e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional a programação financeira da Justiça Federal, com base na legislação vigente;

f) Elaborar e publicar, conforme determinam a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e as Leis de Diretrizes Orçamentárias, o cronograma anual de desembolso mensal dos recursos financeiros da Justiça Federal;

g) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais e Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, com base na programação financeira aprovada e nas prioridades indicadas e apuradas nos cronogramas de desembolso das unidades.

1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais

São também da responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal:

a) Verificar se os bancos de dados relativos aos precatórios da Administração Direta e Indireta, enviados pelos Tribunais Regionais Federais para inclusão na Proposta Orçamentária, estão de acordo com a LDO e as Resoluções do CJF, bem como com a estrutura aprovada em reuniões do Grupo de Trabalho constituído por Portaria do Presidente do Conselho da Justiça Federal;

b) Encaminhar os referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento às determinações das leis de diretrizes orçamentárias;

c) Verificar se os bancos de dados das requisições de pequeno valor, enviadas mensalmente pelos tribunais, estão de acordo com a LDO, Resoluções do Conselho da Justiça Federal, bem como com as recomendações do aludido Grupo de Trabalho;

d) Orientar, analisar, consolidar e encaminhar as solicitações de créditos adicionais relativas às sentenças judiciais transitadas em julgado à Secretaria de Orçamento Federal;

e) Promover a migração dos dados para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) em cumprimento às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

f) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais para pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, com base na programação financeira aprovada e nos cronogramas elaborados por data de autuação, para cumprimento da ordem cronológica.

2. ENCAMINHAMENTO DOS BANCOS DE DADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS A SPO/CJF

2.1 Precatórios

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos aos precatórios à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, observando as exigências da LDO, a estrutura previamente aprovada e o prazo interno estabelecido com base no prazo final estipulado pela LDO, para o envio dos referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal.

2.2. Requisições de pequeno valor

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos às requisições de pequeno valor, mensalmente, até o 7º dia útil do mês posterior ao do recebimento, com base na LDO, Resoluções do Conselho, de acordo com a estrutura previamente aprovada.

3. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS AOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

3.1 Precatórios

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.1 do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará nos tribunais se houve alterações nos bancos de dados de precatórios, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

3.2 Requisições de pequeno valor:

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.2. do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará se estão de acordo com a LDO, com as Resoluções do Conselho, bem como com a estrutura predefinida, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

Estão anexadas ao presente *Manual* as normas vigentes.

Anexos

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.100.”

“§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.”(NR)

“§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.” (AC)*

“§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.”(NR)

“§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.”(NR)

“§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.” (AC)

“§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.” (AC)

Art. 2º É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 78, com a seguinte redação:

“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos." (AC)

"§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor." (AC)

"§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora." (AC)

"§ 3º O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse." (AC)

"§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação." (AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de setembro de 2000

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 12 DE JUNHO DE 2002

Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal

e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88

ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os subseqüentes:

"Art. 100.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

....."(NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de junho de 2002

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os habeas corpus e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 8º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta Lei, será processado e julgado segundo o estabelecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da observância das normas do Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta Lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal ou na Região.

§ 2º A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antigüidade e merecimento.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o exigirem as circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos, contados a partir da publicação desta Lei, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo de Tarso Tamos Ribeiro

Roberto Brant

Gilmar Ferreira Mendes

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 27. O imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal.

§ 1º Fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no SIMPLES.

§ 2º O imposto retido na fonte de acordo com o **caput** será:

I - considerado antecipação do imposto apurado na declaração de ajuste anual das pessoas físicas; ou

II - deduzido do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal declaração contendo informações sobre: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

I - os pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica beneficiária e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

II - os honorários pagos a perito e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

III - a indicação do advogado da pessoa física ou jurídica beneficiária. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de fevereiro de 2004 (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

(...)

Brasília, 29 de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004;

e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1ª de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas: (Vigência)

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV - 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1ª No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I - os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II - em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do **caput** deste artigo serão contados a partir:

a) de 1ª de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 2ª No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I - os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

II - na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III - por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II - aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subsequentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, os predeterminados obtidos em operações conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e restabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei não se aplica aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, inclusive **day trade**, que permanecem sujeitos à legislação vigente e serão tributados às seguintes alíquotas:

I - 20% (vinte por cento), no caso de operação **day trade**;

II - 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses.

§ 1º As operações a que se refere o **caput** deste artigo, exceto **day trade**, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre os seguintes valores:

I - nos mercados futuros, a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;

II - nos mercados de opções, o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;

III - nos contratos a termo:

a) quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento, a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;

b) com liquidação exclusivamente financeira, o valor da liquidação financeira previsto no contrato;

IV - nos mercados à vista, o valor da alienação, nas operações com ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo:

I - não se aplica às operações de exercício de opção;

II - aplica-se às operações realizadas no mercado de balcão, com intermediação, tendo por objeto os valores mobiliários e ativos referidos no inciso IV do § 1º deste artigo, bem como às operações realizadas em mercados de liquidação futura fora de bolsa.

§ 3º As operações **day trade** permanecem tributadas, na fonte, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Fica dispensada a retenção do imposto de que trata o § 1º deste artigo cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

§ 5º Ocorrendo mais de uma operação no mesmo mês, realizada por uma mesma pessoa, física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma dos valores de imposto incidente sobre todas as operações realizadas no mês, para efeito de cálculo do limite de retenção previsto no § 4º deste artigo.

§ 6º Fica responsável pela retenção do imposto de que tratam o § 1º e o inciso II do § 2º deste artigo a instituição intermediadora que receber diretamente a ordem do cliente, a bolsa que registrou as operações ou entidade responsável pela liquidação e compensação das operações, na forma regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser:

I - deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês;

II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes;

III - compensado na declaração de ajuste se, após a dedução de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, houver saldo de imposto retido;

IV - compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

§ 8º O imposto de renda retido na forma do § 1º deste artigo deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional até o 3º (terceiro) dia útil da semana subsequente à data da retenção.

Art. 3º Ficam isentos do imposto de renda:

I - os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o conjunto de ações e para o ouro ativo financeiro respectivamente;

II - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.

Art. 4º Não se aplica o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei às pessoas jurídicas de que trata o art. 77, inciso I, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, aos investidores estrangeiros referidos no art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e às entidades ou fundos optantes pelo regime especial de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, que permanecem sujeitos às normas previstas na legislação vigente.

Art. 5º Na transferência de titularidade de ações negociadas fora de bolsa, sem intermediação, a entidade encarregada de seu registro deverá exigir o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração do alienante sobre a inexistência de imposto devido, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

§ 1º Quando a transferência for efetuada antes do vencimento do prazo legal para pagamento do imposto devido, a comprovação de que trata o **caput** deste artigo deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o vencimento do referido prazo, ao final do qual, caso não tenha sido realizada, a entidade deverá comunicar o fato à Secretaria da Receita Federal na forma e prazo por ela regulamentados.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a entidade à multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido.

Art. 6º Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

§ 12.

.....

XII - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

.....” (NR)

“Art. 28.

.....

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

.....” (NR)

Art. 7º As pessoas jurídicas que auferiram as receitas de que trata o inciso XXIII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ficam obrigadas a instalar equipamento emissor de cupom fiscal em seus estabelecimentos, na forma disciplinada pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

Art. 8º A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 3º (terceiro) e 4º (quarto) trimestres-calendário de 2004, apurar o Imposto de Renda com base no lucro real trimestral, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 2 (dois) primeiros trimestres, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 9º Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - de 1º de janeiro de 2004 a 30 de setembro de 2004: quinzenal; e

II - a partir de 1º de outubro de 2004: mensal.

....." (NR)

Art. 10. Os itens 1 e 2 da alínea c do inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52.

I -

.....

c)

1. em relação aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1º de janeiro de 2004 até 30 de setembro de 2004: até o último dia útil do decêndio subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores; e

2. em relação aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de outubro de 2004: até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores;

....." (NR)

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no inciso I do § 10 do art. 8º e no inciso I do caput do art. 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, será facultado o lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento para a realização de operações com os valores mobiliários de que tratam os referidos incisos, desde que seja mantido controle, em separado, pela instituição interveniente, dos valores mobiliários adquiridos por intermédio das contas correntes de depósito à vista e de investimento. (Vigência)

§ 1º Os valores referentes à liquidação das operações com os valores mobiliários de que trata o **caput** deste artigo, adquiridos por intermédio de lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento, serão creditados ou debitados a essa mesma conta.

§ 2º As instituições intervenientes deverão manter controles em contas segregadas que permitam identificar a origem dos recursos que serão investidos em ações e produtos derivados provenientes da conta corrente e da conta para investimento.

Art. 12. Será dada ciência ao sujeito passivo do ato que o excluir do parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que tratam os arts. 1º e 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mediante publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Fica dispensada a publicação de que trata o **caput** deste artigo nos casos em que for dada ciência ao sujeito passivo pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 13. Fica instituído o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, nos termos desta Lei.

Art. 14. As vendas de máquinas, equipamentos e outros bens, no mercado interno, ou a sua importação, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação.

§ 1º A suspensão do Imposto de Importação e do IPI converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 2º A suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS converte-se em operação, inclusive de importação, sujeita a alíquota 0 (zero) após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 3º A aplicação dos benefícios fiscais, relativos ao IPI e ao Imposto de Importação, fica condicionada à comprovação, pelo beneficiário, da quitação de tributos e contribuições federais e, no caso do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação, à formalização de termo de responsabilidade em relação ao crédito tributário suspenso.

§ 4º A suspensão do Imposto de Importação somente será aplicada a máquinas, equipamentos e outros bens que não possuam similar nacional.

§ 5º A transferência, a qualquer título, de propriedade dos bens adquiridos no mercado interno ou importados mediante aplicação do REPORTO, dentro do prazo fixado nos §§ 1º e 2º deste artigo, deverá ser precedida de autorização da Secretaria da Receita Federal e do recolhimento dos tributos suspensos, acrescidos de juros e de multa de mora estabelecidos na legislação aplicável.

§ 6º A transferência a que se refere o § 5º deste artigo, previamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, a adquirente também enquadrado no REPORTO será efetivada com dispensa da cobrança dos tributos suspensos desde que, cumulativamente:

I - o adquirente formalize novo termo de responsabilidade a que se refere o § 3º deste artigo;

II - assuma perante a Secretaria da Receita Federal a responsabilidade pelos tributos e contribuições suspensos, desde o momento de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 7º O Poder Executivo relacionará as máquinas, equipamentos e bens objetos da suspensão referida no **caput** deste artigo.

Art. 15. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal estabelecerá os requisitos e os procedimentos para habilitação dos beneficiários ao REPORTO.

Art. 16. O REPORTO aplica-se às aquisições e importações efetuadas até 31 de dezembro de 2007.

Art. 17. As vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

Art. 18. Por um prazo de 10 (dez) anos a contar da vigência da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino seja porto localizado na Região Norte e Nordeste do país, exceto para as embarcações de casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis, cujo prazo será de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 19. O levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial somente poderá ocorrer mediante a apresentação ao juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo:

I - aos créditos de natureza alimentar, inclusive honorários advocatícios;

II - aos créditos de valor igual ou inferior ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.

Art. 21. Os arts. 13, 19 e 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 1º A falta de pagamento de 2 (duas) prestações implicará a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa da União ou o

prosseguimento da execução, vedado o parcelamento, com exceção do previsto no § 2º deste artigo.

§ 2º Salvo o disposto no art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, "que trata de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências", será admitido o parcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observado o seguinte:

I - ao formular o pedido de parcelamento, o devedor deverá comprovar o recolhimento de valor correspondente a 20% (vinte por cento) do débito consolidado;

II - rescindido o parcelamento, novas concessões somente serão aceitas no caso de o pedido vir acompanhado de comprovação do recolhimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do débito consolidado;

III - aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de parcelamento, naquilo que não o contrariar, as demais disposições relativas ao parcelamento previstas nesta Lei." (NR)

"Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

.....

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente, reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, hipótese em que não haverá condenação em honorários, ou manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.

.....

§ 4º A Secretaria da Receita Federal não constituirá os créditos tributários relativos às matérias de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 5º Na hipótese de créditos tributários já constituídos, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso." (NR)

"Art. 20. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

.....

§ 2º Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

.....

§ 4º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no **caput** deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas." (NR)

Art. 22. O art. 17 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo." (NR)

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - na hipótese dos arts. 1º a 5º e 7º, a partir de 1º de janeiro de 2005;

II - na hipótese do art. 11, a partir de 1º de outubro de 2004;

III - na data de sua publicação, nas demais hipóteses.

Art. 24. Ficam revogados o art. 63 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a partir de 1º de janeiro de 2005, e o § 2º do art. 10 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Brasília, 21 de dezembro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas
para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

(...)

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

(...)

Brasília, 4 de maio de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Martus Tavares

RESOLUÇÃO Nº 438, DE 30 DE MAIO DE 2005.

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada no dia 30 de maio de 2005, resolve:

Titulo I

Das Requisições de Pagamento

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, e seus honorários sucumbenciais deverão ser considerados como parcela autônoma, não sujeita ao rateio entre credores para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado.

§1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

§2º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação

das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

Título II

Da Ordem Cronológica de Pagamento

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O Juízo da execução, em se tratando de precatório, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão causa mortis, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.

Título III

Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§1º Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.

§2º Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará.

§3º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.

Art. 18. O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.

Art. 19. Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.

Art. 20. Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará pelo Juízo da execução.

Título IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 2º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.

Art. 22. Ficam revogadas as Resoluções nºs 263, de 21 de maio de 2002; 271, de 08 de agosto de 2002; 373, de 25 de maio de 2004; 399, de 26 de outubro de 2004, e 429, de 14 de abril 2005.

Art. 23. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 439, DE 30 DE MAIO DE 2005.

Aprova a revisão do Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº 2004160655, em sessão de 30 de maio de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do anexo Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

Art. 2º A Secretaria do Conselho da Justiça Federal incumbir-se-á da impressão do Manual e de sua remessa a todos os juízes federais de primeiro e segundo graus.

Art. 3º O Manual deverá ser disponibilizado, por meio da *internet*, na página do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*
Presidente



Conselho da Justiça Federal
RESOLUÇÃO Nº 559, DE 26 DE JUNHO 2007.

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada em 15 de junho de 2007, resolve:

Título I

Das Requisições de Pagamento

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§ 1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§ 2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§ 3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Conselho da Justiça Federal

– ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, quando se tratar de honorários sucumbenciais, e seus honorários devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§ 1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado, bem como qualquer cessão de crédito, não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor, ou tampouco altera o número de parcelas do precatório comum, devendo ser somado ao valor do requerente para fins de cálculo da parcela.

§ 3º Em se tratando de RPV com renúncia, o valor devido ao requerente somado aos honorários contratuais não pode ultrapassar o valor máximo para tal modalidade de requisição.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;



Conselho da Justiça Federal

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado;

XI - em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;



Conselho da Justiça Federal

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão;

IX – em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 2º As requisições de pagamento parceladas que contenham destaques para honorários contratuais e cessão de crédito deverão conter apenas um autor com seus respectivos destaques.

§ 3º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

Título II

Da Ordem Cronológica de Pagamento

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O juiz da execução, em se tratando de precatórios ou requisições de pequeno valor, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.



Conselho da Justiça Federal

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§ 1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§ 2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão *causa mortis*, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.

Título III

Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§ 1º Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.

§ 2º Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará ou meio equivalente.

§ 3º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.

Art. 18. O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.

Art. 19. Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.



Conselho da Justiça Federal

Art. 20. Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará ou meio equivalente pelo Juízo da execução.

Título IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 1º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.

Art. 22. O § 2º do art. 6º, o inciso XI do art. 6º e o inciso IX do § 1º do art. 6º, bem como o art. 12 em sua nova redação, entram em vigor no dia 02 de julho de 2007.

Art. 23. Revoga-se a Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005 e demais disposições em contrário.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

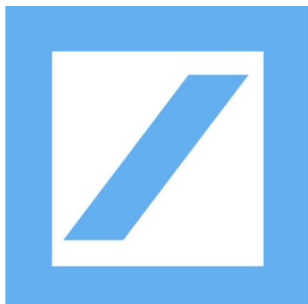
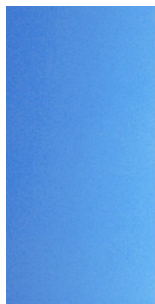
Ministro BARROS MONTEIRO
Presidente

Publicada no Diário Oficial da União
Em 28/06/2007 Seção I pág. 123

SIMULAÇÃO DE PRÉ-PAGAMENTO

DB MASTER FIDC-NP DE PRECATÓRIOS FEDERAIS

Março 2009



A Passion to Perform.

Deutsche Bank



CÁLCULO DE PREÇO DE AQUISIÇÃO HIPOTÉTICO

Simulação de Preço de Aquisição

Dados do Precatório	
Montante de Emissão do Precatório	35,000,000 (1)
Data de Expedição	30-Jun-2008 (2)
Data de Início de Correção por IPCA-E	01-Jul-2008 (3)
IPCA-E Inicial	2,772.67 (4)= IPCA-E início de Jul/2008
IPCA-E Cessão Precatório	2,884.97 (5)= IPCA-E início de Abr/2008

Dados de Rentabilidade e Taxa de Desconto	
Meta de Rentabilidade	10.6700% (11)
Sobretaxa	3.0000% (12)
Taxa de Desconto	13.6700% (13) = (11) + (12)
CDI	12.0000%
Projeção de Inflação	4.0000%
Meta Rent. Senior (IPCA)	7.6923%

Determinação Preço de Aquisição Precatório	
Data de Referência	30-Apr-2009 (6)
Data de Aquisição	30-Apr-2009 (7)
Correção do IPCA-E	1.040501 (8) = (5)/(4)
Mês de Início de Apropriação de juros	Jan-2010 (9) = ano de (2) + 2
Preço de Aquisição	23,260,230 (10) calculado como soma de Valores Descontados

Ano de Pagamento (10 parcelas anuais e consecutivas)	Data Projetada do Pagamento (último dia útil)	Data de Apropriação de Juros + IPCA-E (1o dia do mês)	Meses de Juros Precatório (# meses desde (9))	Valor de Face das Parcelas ("FCi") ((1)/10 + 6% ao ano desde (9))	Fator de Desconto ("FDi") ((13) pelos dias úteis período)	Valor Descontado (FCi * FDi)	# Dias Úteis ("DUi")
2,009	31-Dec-2009	01-Dec-2009	0	3,500,000	0.917660	3,211,811	169
2,010	31-Dec-2010	01-Dec-2010	11	3,692,500	0.807713	2,982,479	420
2,011	30-Dec-2011	01-Dec-2011	23	3,902,500	0.710938	2,774,436	671
2,012	31-Dec-2012	01-Dec-2012	35	4,112,500	0.625759	2,573,432	922
2,013	31-Dec-2013	01-Dec-2013	47	4,322,500	0.550225	2,378,347	1,175
2,014	31-Dec-2014	01-Dec-2014	59	4,532,500	0.483808	2,192,862	1,428
2,015	31-Dec-2015	01-Dec-2015	71	4,742,500	0.426058	2,020,582	1,678
2,016	30-Dec-2016	01-Dec-2016	83	4,952,500	0.375011	1,857,243	1,929
2,017	29-Dec-2017	01-Dec-2017	95	5,162,500	0.330416	1,705,771	2,178
2,018	31-Dec-2018	01-Dec-2018	107	5,372,500	0.290976	1,563,266	2,428
						23,260,230	

Considerações:

1. Fundo adquire um Precatório, emitido em junho de 2008, com valor de emissão de R\$35.000.000,00
2. Sobretaxa de 3.00%

SIMULAÇÃO DE FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E QUOTAS SENIORES E SALDO EXCEDENTE: PAGAMENTOS DO PRECATÓRIO EM DEZEMBRO DE CADA ANO

Fluxo de Caixa de Quotas Mezzanino e Senior e Saldo Excedente Considerando Pagamentos em Dezembro	
Quotas Subordinadas Mezanino	22,000,000 (14)
Quotas Seniores	2,000,000 (15)
Mês de Pagamento de Precatórios	12 (16)
Intervalo (meses) entre Pagamentos e Levantamentos de Valores	2 (17)
Mês de Início de Apropriação de Meta de Rentabilidade	May-2009 (18)

Ano de Pagamento (10 parcelas anuais e consecutivas)	Data Projetada do Pagamento (último dia útil)	Data de Apropriação de Juros + IPCA-E (1o dia do mês)	Meses de Juros Precatório	Valor de Face das Parcelas ("FC") (vide Cálculo do Preço de Aquisição)	Data Amortização Mezanino (Data Pagamento + (17) meses)	Meses de Apropriação Meta de Rentabilidade (# meses desde (18))	Valor Mezanino pré-Amortização (19) = (21) + Meta Rent.	Amortização Mezanino (20) = Min(FC; (19))	Valor Mezanino pós-Amortização (21) = (19)-(20)	Valor Senior pré-Amortização (22) = (24) + Meta Rent.	Amortização Senior (23) = Min(FC-SeniorMezz; (22))	Valor Senior pós-Amortização (24) = (22)-(23)	Saldo Excedente (25)=FC-(20)-(23)
2,009	31-Dec-2009	01-Dec-2009	0	3,500,000	01-Mar-2010	10	22,000,000	3,500,000	22,000,000	2,000,000	0	2,000,000	0
2,010	31-Dec-2010	01-Dec-2010	11	3,692,500	01-Mar-2011	22	23,939,456	3,692,500	20,439,456	2,127,407	0	2,127,407	0
2,011	30-Dec-2011	01-Dec-2011	23	3,902,500	01-Mar-2012	34	22,620,346	3,902,500	18,927,846	2,291,054	0	2,291,054	0
2,012	31-Dec-2012	01-Dec-2012	35	4,112,500	01-Mar-2013	46	20,947,447	3,902,500	17,044,947	2,467,288	0	2,467,288	0
2,013	31-Dec-2013	01-Dec-2013	47	4,322,500	01-Mar-2014	58	18,863,643	4,112,500	14,751,143	2,657,080	0	2,657,080	0
2,014	31-Dec-2014	01-Dec-2014	59	4,532,500	01-Mar-2015	70	16,325,090	4,322,500	12,002,590	2,861,471	0	2,861,471	0
2,015	31-Dec-2015	01-Dec-2015	71	4,742,500	01-Mar-2016	82	13,283,266	4,532,500	8,750,766	3,081,584	0	3,081,584	0
2,016	30-Dec-2016	01-Dec-2016	83	4,952,500	01-Mar-2017	94	9,684,473	4,742,500	4,941,973	3,318,629	0	3,318,629	0
2,017	29-Dec-2017	01-Dec-2017	95	5,162,500	01-Mar-2018	106	5,469,281	4,952,500	516,781	3,573,908	0	3,573,908	0
2,018	31-Dec-2018	01-Dec-2018	107	5,372,500	01-Mar-2019	118	571,922	571,922	0	3,848,824	3,848,824	0	741,755
							0	0	0	0	0	0	5,372,500
													6,114,255

Considerações:

- Montante Agregado de Quotas Seniores: R\$2.000.000,00
- Montante Agregado de Quotas Subordinadas Mezanino corresponde ao menor múltiplo de R\$1.000.000,00 superior à diferença entre o Preço de Aquisição Hipotético e o Montante Agregado de Quotas Seniores
- Meta de Rentabilidade = 10.67%
- Todos os cálculos foram feitos considerando-se valores *reais* (isto é, moeda IPCA-E)
- Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores (CDI) em moeda IPCA-E: 12% (estimativa de CDI no período) desagiado por 4% (estimativa de IPCA-E no período)
- Prazo entre pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo: 2 meses
- Foram desprezados 2 efeitos de remuneração no curto prazo:
 - remuneração da conta individualizada em instituição bancária oficial, ocorrida entre o pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo
 - correção do IPCA-E entre a Data de Apropriação de Juros e IPCA-E do Precatório e a Data de Amortização de Quotas Subordinadas Mezanino
- Levantamento de parcelas de Precatórios pelo Fundo sem incidência de Imposto de Renda retido na Fonte

SIMULAÇÃO DE FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E QUOTAS SENIORES E SALDO EXCEDENTE: PAGAMENTOS DO PRECATÓRIO EM JUNHO DE CADA ANO

Fluxo de Caixa de Quotas Mezzanino e Senior e Saldo Excedente Considerando Pré-Pagamentos Intra-Ano (Jun)	
Quotas Subordinadas Mezanino	22,000,000 (14)
Quotas Seniores	2,000,000 (15)
Mês de Pagamento de Precatórios	6 (16)
Intervalo (meses) entre Pagamentos e Levantamentos de Valores	2 (17)
Mês de Início de Apropriação de Meta de Rentabilidade	May-2009 (18)

Ano de Pagamento (10 parcelas anuais e consecutivas)	Data Projetada do Pagamento (último dia útil)	Data de Apropriação de Juros + IPCA-E (1o dia do mês)	Meses de Juros Precatório (vide Cálculo do Preço de Aquisição)	Valor de Face das Parcelas ("EQ")	Data Amortização Mezanino (Data Pagamento + (17) meses)	Meses de Apropriação Meta de Rentabilidade (# meses desde (18))	Valor Mezanino pré-Amortização (19) = (21) + Meta Rent.	Amortização Mezanino (20) = Min(FCI; (19))	Valor Mezanino pós-Amortização (21) = (19)-(20)	Valor Senior pré-Amortização (22) = (24) + Meta Rent.	Amortização Senior (23) = Min(FCI-AmortMezz; (22))	Valor Senior pós-Amortização (24) = (22)-(23)	Saldo Excedente (25) = FCI - (20) - (23)
						0	22,000,000		22,000,000	2,000,000		2,000,000	
2,009	30-Jun-2009	01-Jun-2009	0	3,500,000	01-Sep-2009	4	22,756,178	3,500,000	19,256,178	2,050,021	0	2,050,021	0
2,010	30-Jun-2010	01-Jun-2010	5	3,587,500	01-Sep-2010	16	21,310,812	3,587,500	17,723,312	2,207,714	0	2,207,714	0
2,011	30-Jun-2011	01-Jun-2011	17	3,797,500	01-Sep-2011	28	19,614,389	3,797,500	15,816,889	2,377,539	0	2,377,539	0
2,012	29-Jun-2012	01-Jun-2012	29	4,007,500	01-Sep-2012	40	17,504,551	4,007,500	13,497,051	2,560,426	0	2,560,426	0
2,013	28-Jun-2013	01-Jun-2013	41	4,217,500	01-Sep-2013	52	14,937,187	4,217,500	10,719,687	2,757,382	0	2,757,382	0
2,014	30-Jun-2014	01-Jun-2014	53	4,427,500	01-Sep-2014	64	11,863,477	4,427,500	7,435,977	2,969,488	0	2,969,488	0
2,015	30-Jun-2015	01-Jun-2015	65	4,637,500	01-Sep-2015	76	8,229,396	4,637,500	3,591,896	3,197,911	0	3,197,911	0
2,016	30-Jun-2016	01-Jun-2016	77	4,847,500	01-Sep-2016	88	3,975,151	3,975,151	0	3,443,904	872,349	2,571,555	0
2,017	30-Jun-2017	01-Jun-2017	89	5,057,500	01-Sep-2017	100	0	0	0	2,769,367	2,769,367	0	2,288,133
2,018	29-Jun-2018	01-Jun-2018	101	5,267,500	01-Sep-2018	112	0	0	0	0	0	0	5,267,500
													7,555,633

Considerações:

- Montante Agregado de Quotas Seniores: R\$2.000.000,00
- Montante Agregado de Quotas Subordinadas Mezanino corresponde ao menor múltiplo de R\$1.000.000,00 superior à diferença entre o Preço de Aquisição Hipotético e o Montante Agregado de Quotas Seniores
- Meta de Rentabilidade = 10.67%
- Todos os cálculos foram feitos considerando-se valores *reais* (isto é, moeda IPCA-E)
- Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores (CDI) em moeda IPCA-E: 12% (estimativa de CDI no período) desagiado por 4% (estimativa de IPCA-E no período)
- Prazo entre pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo: 2 meses
- Foram desprezados 2 efeitos de remuneração no curto prazo:
 - remuneração da conta individualizada em instituição bancária oficial, ocorrida entre o pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo
 - correção do IPCA-E entre a Data de Apropriação de Juros e IPCA-E do Precatório e a Data de Amortização de Quotas Subordinadas Mezanino
- Levantamento de parcelas de Precatórios pelo Fundo sem incidência de Imposto de Renda retido na Fonte

Deutsche Bank



SIMULAÇÃO DE FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E QUOTAS SENIORES E SALDO EXCEDENTE: PAGAMENTOS DO PRECATÓRIO EM JANEIRO DE CADA ANO

Fluxo de Caixa de Quotas Mezzanino e Senior e Saldo Excedente Considerando Pré-Pagamentos Intra-Ano (Jan)	
Quotas Subordinadas Mezanino	22,000,000 (14)
Quotas Seniores	2,000,000 (15)
Mês de Pagamento de Precatórios	1 (16)
Intervalo (meses) entre Pagamentos e Levantamentos de Valores	2 (17)
Mês de Início de Apropriação de Meta de Rentabilidade	May-2009 (18)

Ano de Pagamento (10 parcelas anuais e consecutivas)	Data Projetada do Pagamento (último dia útil)	Data de Apropriação de Juros + IPCA-E (1o dia do mês)	Meses de Juros Precatório (vide Cálculo do Preço de Aquisição)	Valor de Face das Parcelas ("FCI")	Data Amortização Mezanino (Data Pagamento + (17) meses)	Meses de Apropriação Meta de Rentabilidade (# meses desde (18))	Valor Mezanino pré-Amortização (19) = (21) + Meta Rent.)	Amortização Mezanino (20) = Min(FCI; (19))	Valor Mezanino pós-Amortização (21) = (19)-(20)	Valor Senior pré-Amortização (22) = (24) + Meta Rent.)	Amortização Senior (23) = Min(FCI-AmortMezz; (22))	Valor Senior pós-Amortização (24) = (22)-(23)	Saldo Excedente (25) = FCI - (20)-(23)
2,009	30-Jan-2009	01-Jan-2009	0	3,500,000	01-Apr-2009	0	22,000,000	0	22,000,000	2,000,000	0	2,000,000	0
2,010	29-Jan-2010	01-Jan-2010	0	3,500,000	01-Apr-2010	11	20,301,703	3,500,000	16,801,703	2,140,586	0	2,140,586	0
2,011	31-Jan-2011	01-Jan-2011	12	3,710,000	01-Apr-2011	23	18,594,445	3,710,000	14,884,445	2,305,246	0	2,305,246	0
2,012	31-Jan-2012	01-Jan-2012	24	3,920,000	01-Apr-2012	35	16,472,615	3,920,000	12,552,615	2,482,573	0	2,482,573	0
2,013	31-Jan-2013	01-Jan-2013	36	4,130,000	01-Apr-2013	47	13,891,980	4,130,000	9,761,980	2,673,540	0	2,673,540	0
2,014	31-Jan-2014	01-Jan-2014	48	4,340,000	01-Apr-2014	59	10,803,583	4,340,000	6,463,583	2,879,197	0	2,879,197	0
2,015	30-Jan-2015	01-Jan-2015	60	4,550,000	01-Apr-2015	71	7,153,247	4,550,000	2,603,247	3,100,674	0	3,100,674	0
2,016	29-Jan-2016	01-Jan-2016	72	4,760,000	01-Apr-2016	83	2,881,014	2,881,014	0	3,339,187	1,878,986	1,460,200	0
2,017	31-Jan-2017	01-Jan-2017	84	4,970,000	01-Apr-2017	95	0	0	0	1,572,523	1,572,523	0	3,397,477
2,018	31-Jan-2018	01-Jan-2018	96	5,180,000	01-Apr-2018	107	0	0	0	0	0	0	5,180,000
													8,577,477

Considerações:

- Montante Agregado de Quotas Seniores: R\$2.000.000,00
- Montante Agregado de Quotas Subordinadas Mezanino corresponde ao menor múltiplo de R\$1.000.000,00 superior à diferença entre o Preço de Aquisição Hipotético e o Montante Agregado de Quotas Seniores
- Meta de Rentabilidade = 10.67%
- Todos os cálculos foram feitos considerando-se valores *reais* (isto é, moeda IPCA-E)
- Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores (CDI) em moeda IPCA-E: 12% (estimativa de CDI no período) desagiado por 4% (estimativa de IPCA-E no período)
- Prazo entre pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo: 2 meses
- Foram desprezados 2 efeitos de remuneração no curto prazo:
 - remuneração da conta individualizada em instituição bancária oficial, ocorrida entre o pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo
 - correção do IPCA-E entre a Data de Apropriação de Juros e IPCA-E do Precatório e a Data de Amortização de Quotas Subordinadas Mezanino
- Levantamento de parcelas de Precatórios pelo Fundo sem incidência de Imposto de Renda retido na Fonte

Deutsche Bank



SIMULAÇÃO DE FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E QUOTAS SENIORES E SALDO EXCEDENTE: PAGAMENTOS EM DEZEMBRO + AMORTIZAÇÃO EM 5 ANOS

Fluxo de Caixa de Quotas Mezzanino e Senior e Saldo Excedente Considerando Pré-Pagamento em 5 anos	
Quotas Subordinadas Mezanino	22,000,000 (14)
Quotas Seniores	2,000,000 (15)
Mês de Pagamento de Precatórios	12 (16)
Intervalo (meses) entre Pagamentos e Levantamentos de Valores	2 (17)
Mês de Início de Apropriação de Meta de Rentabilidade	May-2009 (18)

Ano de Pagamento (10 parcelas anuais e consecutivas)	Data Projetada do Pagamento (último dia útil)	Data de Apropriação de Juros + IPCA-E (1o dia do mês)	Meses de Juros Precatório (vide Cálculo do Preço de Aquisição)	Valor de Face das Parcelas ("FCI")	Data Amortização Mezanino (Data Pagamento + (17) meses)	Meses de Apropriação Meta de Rentabilidade (# meses desde (18))	Valor Mezanino pré-Amortização ((19) = (21) + Meta Rent.)	Amortização Mezanino ((20) = Min(FCI; (19)))	Valor Mezanino pós-Amortização ((21) = (19)-(20))	Valor Senior pré-Amortização ((22) = (24) + Meta Rent.)	Amortização Senior ((23) = Min(FCI-AmortMezz; (22)))	Valor Senior pós-Amortização ((24) = (22)-(23))	Saldo Excedente ((25)=FCI-(20)-(23))
2,009	31-Dec-2009	01-Dec-2009	0	3,500,000	01-Mar-2010	0	22,000,000		22,000,000	2,000,000		2,000,000	
2,010	31-Dec-2010	01-Dec-2010	11	3,692,500	01-Mar-2011	10	23,939,456	3,500,000	20,439,456	2,127,407	0	2,127,407	0
2,011	30-Dec-2011	01-Dec-2011	23	3,902,500	01-Mar-2012	22	22,620,346	3,692,500	18,927,846	2,291,054	0	2,291,054	0
2,012	31-Dec-2012	01-Dec-2012	35	4,112,500	01-Mar-2013	34	20,947,447	3,902,500	17,044,947	2,467,288	0	2,467,288	0
2,013	31-Dec-2013	01-Dec-2013	47	25,935,000	01-Mar-2014	46	18,863,643	4,112,500	14,751,143	2,657,080	0	2,657,080	0
						58	16,325,090	16,325,090	0	2,861,471	2,861,471	0	6,748,440
													6,748,440

Considerações:

- Montante Agregado de Quotas Seniores: R\$2.000.000,00
- Montante Agregado de Quotas Subordinadas Mezanino corresponde ao menor múltiplo de R\$1.000.000,00 superior à diferença entre o Preço de Aquisição Hipotético e o Montante Agregado de Quotas Seniores
- Meta de Rentabilidade = 10.67%
- Todos os cálculos foram feitos considerando-se valores *reais* (isto é, moeda IPCA-E)
- Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores (CDI) em moeda IPCA-E: 12% (estimativa de CDI no período) desagiado por 4% (estimativa de IPCA-E no período)
- Prazo entre pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo: 2 meses
- Foram desprezados 2 efeitos de remuneração no curto prazo:
 - remuneração da conta individualizada em instituição bancária oficial, ocorrida entre o pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo
 - correção do IPCA-E entre a Data de Apropriação de Juros e IPCA-E do Precatório e a Data de Amortização de Quotas Subordinadas Mezanino
- Levantamento de parcelas de Precatórios pelo Fundo sem incidência de Imposto de Renda retido na Fonte

SIMULAÇÃO DE FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E QUOTAS SENIORES E SALDO EXCEDENTE: PAGAMENTOS EM DEZEMBRO + AMORTIZAÇÃO EM 3 ANOS

Fluxo de Caixa de Quotas Mezzanino e Senior e Saldo Excedente Considerando Pré-Pagamento em 3 anos	
Quotas Subordinadas Mezanino	22,000,000 (14)
Quotas Seniores	2,000,000 (15)
Mês de Pagamento de Precatórios	12 (16)
Intervalo (meses) entre Pagamentos e Levantamentos de Valores	2 (17)
Mês de Início de Apropriação de Meta de Rentabilidade	May-2009 (18)

Ano de Pagamento (10 parcelas anuais e consecutivas)	Data Projetada do Pagamento (último dia útil)	Data de Apropriação de Juros + IPCA-E (1o dia do mês)	Meses de Juros Precatório (vide Cálculo do Preço de Aquisição)	Valor de Face das Parcelas ("FCI")	Data Amortização Mezanino (Data Pagamento + (17) meses)	Meses de Apropriação Meta de Rentabilidade (# meses desde (18))	Valor Mezanino pré-Amortização (19) = (21) + Meta Rent.	Amortização Mezanino (20) = Min(FCI; (19))	Valor Mezanino pós-Amortização (21) = (19)-(20)	Valor Senior pré-Amortização (22) = (24) + Meta Rent.	Amortização Senior (23) = Min(FCI-AmortMezz; (22))	Valor Senior pós-Amortização (24) = (22)-(23)	Saldo Excedente (25)=FCI-(20)-(23)
						0	22,000,000		22,000,000	2,000,000		2,000,000	
2,009	31-Dec-2009	01-Dec-2009	0	3,500,000	01-Mar-2010	10	23,939,456	3,500,000	20,439,456	2,127,407	0	2,127,407	0
2,010	31-Dec-2010	01-Dec-2010	11	3,692,500	01-Mar-2011	22	22,620,346	3,692,500	18,927,846	2,291,054	0	2,291,054	0
2,011	30-Dec-2011	01-Dec-2011	23	31,220,000	01-Mar-2012	34	20,947,447	20,947,447	0	2,467,288	2,467,288	0	7,805,265
													7,805,265

Considerações:

- Montante Agregado de Quotas Seniores: R\$2.000.000,00
- Montante Agregado de Quotas Subordinadas Mezanino corresponde ao menor múltiplo de R\$1.000.000,00 superior à diferença entre o Preço de Aquisição Hipotético e o Montante Agregado de Quotas Seniores
- Meta de Rentabilidade = 10.67%
- Todos os cálculos foram feitos considerando-se valores *reais* (isto é, moeda IPCA-E)
- Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores (CDI) em moeda IPCA-E: 12% (estimativa de CDI no período) desagiado por 4% (estimativa de IPCA-E no período)
- Prazo entre pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo: 2 meses
- Foram desprezados 2 efeitos de remuneração no curto prazo:
 - remuneração da conta individualizada em instituição bancária oficial, ocorrida entre o pagamento dos recursos pela União Federal e o respectivo levantamento das parcelas pelo Fundo
 - correção do IPCA-E entre a Data de Apropriação de Juros e IPCA-E do Precatório e a Data de Amortização de Quotas Subordinadas Mezanino
- Levantamento de parcelas de Precatórios pelo Fundo sem incidência de Imposto de Renda retido na Fonte

Deutsche Bank



QUADRO COMPARATIVO

Cenário	Descrição	Saldo Excedente (R\$)
1	Pagamentos Anuais em Dezembro	6.114.255
2	Pagamentos Anuais em Junho	7.555.633
3	Pagamentos Anuais em Janeiro	8.577.477
4	Pagamentos Anuais em Dezembro e Amortização Integral em 5 Anos	6.748.440
5	Pagamentos Anuais em Dezembro e Amortização Integral em 3 Anos	7.805.265



CONCLUSÕES

Considerando as premissas utilizadas na simulação de fluxo de caixa apresentada neste Anexo ao Prospecto do “DB MASTER FIDC-NP DE PRECATÓRIOS FEDERAIS”, o pré-pagamento de precatórios, seja ocorrido dentro de cada ano de pagamento de parcelas de Precatórios, seja ocorrido em decorrência de pagamento integral antecipado do Precatório, não reduz o saldo remanescente do Fundo (após considerar-se o pagamento das amortizações de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Seniores).

Este resultado é coerente com o fato do Fundo adquirir Precatórios com desconto em relação aos respectivos valores nominais atualizados.

Embora esta análise não leve em consideração todos os efeitos do fluxo de caixa do Fundo (como por exemplo (A) as despesas e (B) os fluxos de caixa de Quotas Subordinadas Junior), seu resultado tem relevância, pois permite comparar o efeito do pré-pagamento sobre o saldo excedente do patrimônio líquido após amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Seniores, mantendo-se as mesmas considerações acerca dos demais efeitos de caixa do Fundo.

Ressalvas

As análises e opiniões contidas neste documento podem estar baseadas em suposições que, se alteradas, podem modificar o teor de tais opiniões.

Nada contido neste documento pode ser interpretado como sendo uma representação ou garantia de performance futura de qualquer instrumento financeiro ou valor mobiliário de qualquer tipo. Destaque-se que o desempenho passado de um ou mais ativos financeiros ou valor mobiliário não é um parâmetro para estimativas de resultados futuros.

Este documento é disponibilizado somente para fins informativos.

Fundo
DB Master Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados de Precatórios Federais
CNPJ nº 10.436.207/0001-67

Coordenador Líder e Custodiante
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar
04717-910
São Paulo – SP

Administradora
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205
22640-100
Rio de Janeiro – RJ

Empresa de Auditoria
KPMG Auditores Independentes
CNPJ nº 57.755.217/0001-29
Rua Dr. Renato Paes Barros, nº 33, 17º andar
04530-904
São Paulo – SP

Agência de *Rating*
Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
CNPJ nº 05.803.488/0001-09
Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar
04542-000
São Paulo – SP

Assessores Legais
Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados
CNPJ nº 04.819.279/0001-90
Praia de Botafogo, nº 228 – conj. 1.101
22250-040
Rio de Janeiro - RJ